

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN

**Retórica e eloquência no Rio de Janeiro
(1759 – 1834)**

**FRANCA
2009**

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN

**Retórica e eloquência no Rio de Janeiro
(1759 – 1834)**

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História e Cultura Social.

Orientador: Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França.

FRANCA

2009

Duran, Maria Renata da Cruz

Retórica e eloquência no Rio de Janeiro: 1759-1834 / Maria Renata da Cruz Duran. –Franca : UNESP, 2009

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP

1.Educação – História – Rio de Janeiro (RJ), séc.18-19
2.Educação brasileira – Retórica. 3.Eloquência.

CDD – 370.981

MARIA RENATA DA CRUZ DURAN

Retórica e eloquência no Rio de Janeiro

(1759 – 1834)

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

1º Examinador (a): _____

Prof. Dr. Nelson Schapochnik (USP)

2º Examinador (a): _____

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti (UNICAMP)

3º Examinador (a): _____

Profa. Dra. Márcia Regina Capelati Naxara (UNESP)

4º Examinador (a): _____

Profa. Dra. Ida Lewkowicz (UNESP)

Franca-SP, _____ de _____ de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus caros amigos, leitores e incentivadores: Altair Alves de Freitas, Arnaldo Nicolela Filho, Bernardino Freitas, Camila Côndilo, Carolina Carvalho, Catarino (da Divisão de Manuscritos/ BN), César Agenor Fernandes da Silva, Daniela Dourado de Simoni, Daniela Rocha Teixeira, Franceli Guaraldo, Jorge Pereira Sampaio, José Ângelo Lobo do Amaral, José Henrique Monteiro, Leila Mezan Algranti, Maraiza Pereira, Lílian Martins, Luiz Antonio de Oliveira, Maísa Helena de Araújo, Márcia Pereira, Márcia Regina Naxara, Maria Raquel da Cruz Duran, Maria Tereza Rolo Fachada Levy Cardoso, Mariana Negri, Narayana Alves, Nelson Schapochnik, Paulo Gonçalves, Rafael Tanaka, Roberto Acízelo de Souza, Roberto de Oliveira Brandão, Rodrigo Touse, Silvia Maria Conrado Jacintho, Susani Lemos França e aos alunos da turma de Estética da sala verde 13/Unifran de 2007.

Agradeço aos meus pais, José Estevão Duran e Angela Aparecida da Cruz Duran, pelo apoio, confiança, compreensão, financiamento, paciência e amor.

Agradeço ao meu orientador, Jean Marcel Carvalho França, pelo exemplo, pela oportunidade, pela liberdade, por ter me ensinado que cada um faz seu próprio caminho.

“Only through time, time is conquered.”

T.S. Elliot.

DURAN, M.R.C. **Retórica e eloquência no Rio de Janeiro (1759-1834)**. 2009. 197 f. Tese de doutorado em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

RESUMO

Esta tese disserta sobre a importância da retórica e da eloquência na educação no Rio de Janeiro. Os limites desse estudo são os anos de 1759, quando a reforma no ensino lusitano deu novo fôlego à retórica, e 1834, quando as *Lições elementares de eloquência nacional para uso da mocidade de ambos os hemisférios*, de Francisco Freire de Carvalho, foram adotadas como referência para a disciplina em todo o território brasileiro. Optou-se por uma estrutura que acompanhasse a trajetória da retórica e da eloquência na educação brasileira, assinalando a introdução da disciplina no ensino lusitano, a afirmação de sua prática na instrução luso-brasileira e, por fim, a difusão desse sentido de oralidade na educação brasileira por meio dos jornais carioca do primeiro quartel do Oitocentos.

Palavras-chave: Retórica; Educação; Rio de Janeiro; Séculos XVIII e XIX.

ABSTRACT

This doctoral thesis discusses about the relevance of rhetoric and eloquence in education in Rio de Janeiro. The chronologic boundaries of this study are 1759, when a reform in Portuguese education gave a new form to rhetoric, and 1834, when *Lições elementares de eloquência nacional para uso da mocidade de ambos os hemisférios* by Francisco Freire de Carvalho were adopted as a reference for teaching this subject all around the Brazilian territory. The chosen structure follows the path of rhetoric and eloquence in Brazilian instruction, showing the introduction of this discipline in Lusitanian education, the setting of its practice in Luso-Brazilian teaching and, at last, the dissemination of an oral culture in Brazilian education through carioca newspapers from the first quarter of 18th century.

Keywords: Rhetoric; Education; Rio de Janeiro; 18th and 19th centuries.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1 A INTRODUÇÃO DA RETÓRICA NO ENSINO LUSITANO	12
1. 1 Instrução Jesuíta: a retórica dos pregadores e confessores	13
1. 2 Luis Antonio Verney e a retórica na reforma da Universidade de Coimbra	18
1. 3 O decreto de 28 de junho de 1759 e a retórica nos estudos menores	25
1. 4 O mestre régio	31
1. 5 O preceptor	37
1. 6 Os colégios religiosos	40
1. 7 Os primeiros exames de retórica: a definição lusitana dessa área do conhecimento	45
2 A AFIRMAÇÃO DA ELOQUÊNCIA NA INSTRUÇÃO LUSO-BRASILEIRA	59
2. 1 O exercício da eloquência na cátedra carioca	59
2. 2 A importância dos compêndios na instrução luso-brasileira	78
2. 3 A arte da eloquência nos compêndios luso-brasileiros	91
2. 4 Os afetos	94
2. 5 Os costumes	96
2. 6 As provas	101
2. 7 A natureza da eloquência no púlpito carioca	107
3 A DIFUSÃO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	119
3. 1 A fundação de uma literatura própria	120
3. 2 Vantagens da reputação: o escritor público	129
3. 3 As galas do estilo: instruir recreando	135
3. 4 Opinião pública: um farol, uma tribuna, uma rainha	152
3. 5 A eloquência do patriotismo brasileiro	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

INTRODUÇÃO

Três autores estiveram diretamente empenhados no estudo da retórica e da eloquência no Brasil do século XIX: Roberto de Oliveira Brandão, com seus *Estudos sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX* (1972), Roberto Acízelo de Souza, com o livro *O Império da Eloquência: Retórica e Poética no Brasil Oitocentista* (1999), e Eduardo Vieira Martins, com *A fonte subterrânea* (2005).

Roberto de Oliveira Brandão selecionou os manuais e compêndios de retórica e poética, publicados ao longo do século XIX, como seus objetos de estudo. Sua preocupação foi definir qual estrutura textual se oferecia nesses livros para a literatura nacional. Em trabalhos posteriores, como no texto *Os manuais de retórica brasileiros do século XIX* (1988), o autor apresentou avanços acerca dessa temática, abordando a função e a permanência da retórica e da eloquência na educação nacional.

Roberto Acízelo de Souza, por sua vez, estudou a retórica e a poética por meio dos planos de ensino da segunda metade do século XIX no Colégio Pedro II. Souza esforçou-se ainda por comprovar a continuidade do uso da disciplina no cotidiano do carioca letrado, tendo em vista algumas orações da época e as práticas educativas de então.

Eduardo Vieira Martins delimitou seus estudos à mudança estrutural da disciplina que, em meados de 1830, deixou de ter as obras de Quintiliano ou Cícero como referência e passou a ser balizada pelas regras forjadas por Hugh Blair. A permanência da retórica e da eloquência na cultura brasileira também foi abordada nesta pesquisa, a partir das obras de Francisco Freire de Carvalho e José de Alencar.

Em seus trabalhos, esses três autores referiram-se à segunda metade do século XIX, quando a disciplina já possuía certa uniformidade. Entre suas fontes se pode encontrar manuais, compêndios, planos de ensino, registros de aulas, decisões e ordens do Estado brasileiro, fontes que lhes serviram como referência para localizar a contribuição que a retórica e a eloquência forneceram à educação. Quanto à formação de um discurso brasileiro, senão de uma literatura nacional, um deles recorreu a um literato da época, José de Alencar, enquanto os demais mantiveram-se atentos à produção de uma literatura didática ou pedagógica. Excetuando a distinção de gênero, pode-se afirmar que ambas possuíam uma unidade prescritiva de caráter edificante.

Além desses três autores, estudiosos das mais diversas áreas se preocuparam em apontar na retórica e na eloquência dois importantes temas de pesquisa. Antônio Cândido

(2000) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1978), por exemplo, demarcaram a importância da retórica e da eloquência na formação de uma literatura e de uma cultura brasileiras. Entre os autores que seguiram esta mesma pista, pode-se incluir Veríssimo (1969), Martins (1977), Carvalho (1980), Holanda (1991) e França (1999). José Murilo de Carvalho (2000) aludiu à influência da retórica no campo da política, apontando aí alguns caminhos para novas pesquisas.

Mais recentemente, Giselle Fernandes (2006), redigiu sua tese de doutorado, *Do Ratio Studiorum aos manuais de estilo do final do século XIX*, sobre a influência da retórica nos livros didáticos de redação. À propósito da educação também escreveram Carrato (1980), Carvalho (1985), Zilberman (1991), Cardoso (1998) e Almeida (2000), todos preocupados com a retórica como parte do sistema implementado nas reformas pombalinas, sem, contudo, traçar um perfil mais específico das influências da retórica e da eloquência naquela educação efetivada fora da escola, como, por exemplo, aquela recebida nas igrejas.

No campo da oratória sagrada, Ramiz Galvão (1926) inaugurou os trabalhos sobre o tema. Nesta área foi acompanhado por Lopes (1958) e Schubert (1984), entre alguns outros autores, sempre mais preocupados com os grandes sermonistas que com o papel da sermonística na construção de um pensamento nacional.

De um modo geral, ainda que todos esses autores tenham assinalado alguma importância para a retórica e para a eloquência na fundação da cultura brasileira, apenas os três primeiros pesquisadores se dedicaram ao estudo dessa importância. Por entender que a escassez de estudos sobre o papel da retórica e da eloquência não faz juz à relevância desses elementos na composição de uma identidade nacional, uma vez que boa parte dos estudiosos da educação, da literatura e da política brasileira vêm na oralidade, na retórica e na eloquência um dos traços principais de nossa cultura, dediquei-me a elaborar um estudo nesta área.

As primeiras leituras indicavam que a ascendência da Retórica sobre a educação no reino lusitano teve seu marco inicial em 1759, quando foi instaurada como eixo articulador dos estudos preparatórios para o ingresso na universidade, consistindo na única matéria exigida nos exames que davam acesso à Universidade de Coimbra por mais de três décadas. Pode-se notar que à partir desses exames foi fundada uma noção atualizada da disciplina, cujo principal objetivo era conscientizar a população de que, ao educar-se, contribuía para o incremento do reino.

A implantação da disciplina dependeu da proliferação de manuais e compêndios, que forneceram aos estudantes e mestres as regras de seu funcionamento e, ainda, dos sermões e

orações pregados nas muitas igrejas do reino. A grande frequência da população nesses templos e a escassez de livros no mercado lusitano contribuíram para que a prática da retórica fosse amplamente difundida. De um modo geral, o que se pretendia com essa nova maneira de entender e de lidar com a educação era criar um sentimento de cooperação e pertencimento, então identificado como patriotismo.

A longevidade da retórica e da eloquência na cultura local foi garantida por meio dos periódicos cariocas que, a partir de 1822, tornaram-se cada vez mais numerosos e empenhados em “arrogar no coração do povo aquele bem entendido e luminoso entusiasmo, aquela zelosa energia, que constituem verdadeiro mérito moral e político e acrisola decidido patriotismo” (JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO, 1826, NÚMERO 1: MAIO, p. 81). Regrada pela retórica, a comunicação dos cariocas do primeiro quartel do século XIX modelou uma eloquência que gradativamente ganhou ares de naturalidade e forneceu todo um universo vocabular, formal e temático para a invenção de uma literatura nacional e, paralelamente, de uma identidade brasileira.

O presente estudo procura analisar o papel da retórica e da eloquência na educação do Rio de Janeiro de 1759 a 1834, descrevendo a introdução da disciplina de retórica no ensino lusitano e a sua penetração e propagação na educação brasileira. No primeiro capítulo, são discutidos o papel da retórica na instrução lusitana antes da reforma de 1759 e as mudanças sugeridas por Luís Antônio Verney, responsável pelo método de ensino adotado em todo o reino, no estudo da disciplina. É traçado, então, um perfil dos mestres e dos colégios submetidos às novas ordens monárquicas e, consecutivamente, dos estudantes de retórica e dos primeiros exames da disciplina após a reforma pombalina. Neste capítulo, a metrópole lusitana é tomada como referência para as transformações implementadas na instrução brasileira; assim sendo, a menção a terras lusitanas inclui a América portuguesa.

O segundo capítulo trata do modo como essas transformações projetadas por Pombal foram assimiladas na América portuguesa: o capítulo é iniciado com uma descrição do funcionamento das cátedras de eloquência na capital da colônia, seguida pela localização da importância e pela exposição do padrão discursivo dos compêndios e manuais de retórica e eloquência mais utilizados no Brasil. Por ter sido um dos mais relevantes instrumentos de afirmação da eloquência no país, dedica-se um último tópico à oratória sagrada, buscando demonstrar quais expressões cunhadas por essa prática tornaram-se permanentes no vocabulário cotidiano dos habitantes da colônia, então nova sede do reino.

A permanência dos elementos que compuseram uma educação brasileira de caráter retórico e eloquente é abordada no terceiro capítulo, a partir da difusão desses elementos nos

jornais, panfletos e folhetins fluminenses do início do século XIX. Tratou-se aí, de saída, de descrever qual o tipo de literatura, de literato e de opinião pública existentes na época, para, em seguida, apresentar a lógica e as soluções verbais mais recorrentes na definição, segundo os parâmetros da eloquência, do que eram e de como deveriam ser o patriotismo e o brasileiro daquela época.

Esperamos, ao longo do caminho descrito, “se não conseguir a satisfação de agradar [...], o prazer de evitar o fastio” (O PATRIOTA, TERCEIRA SUBSCRIÇÃO, NÚMERO 1, JAN/FEV 1814, p. 63) do leitor.

1. A INTRODUÇÃO DA RETÓRICA NA INSTRUÇÃO LUSITANA

“Uma revolução tão assombrosa na ordem política não pode operar-se e firmar-se senão quando ela conseguir mudar os costumes, os hábitos e os preconceitos do povo chamado a este alto destino; e esta obra é mais peculiar da educação que das leis”.

Dupuis, Parecer sobre a Instrução Pública, 1796.

Da Praça do Rossio, um estudante qualquer vindo de Coimbra rumo para o cais, pretendendo voltar para a cidade onde nasceu, o Rio de Janeiro, depois de muitos anos de estudo de retórica. Durante sua estadia em Portugal, acompanhou mudanças importantes no reino, aceleradas pelo terremoto que devastou a metrópole em 1755 e pela presença de um ministro ímpar na história lusitana, o marquês de Pombal. Viu os jesuítas serem expulsos da educação local e mestres estrangeiros ocuparem seus lugares. A primavera portuguesa é fria, o ar tem o aroma salgado do mar. Do início da Rua Augusta, é capaz de ver o Tejo. Não se despede do Chiado, nem da Alfama, apenas olha uma última vez para o Castelo de São Jorge, pedindo ajuda ao santo de devoção na luta contra o mar. Ao caminhar pela Baixa Pombalina, o que vê é uma cidade reconstruída em quadrados perfeitos, os sobrados são quase idênticos, três pisos com eira e beira, muitas janelas e poucos azulejos. Diz-se que a cidade flutua sob toras de cortiça, a evitar abalos a atingissem de modo abrupto. As soluções encontradas por Pombal foram consideradas modernas, porque seu mecanismo era voltado para facilitar o progresso rápido do reino.

Simples e simétrica era a ordem dos bairros de entrada da cidade que sediava o governo do grande império português, incluindo conquistas como o Brasil. Simples e simétrica deveria ser a educação desse grande império, mas, durante muitos anos, os jesuítas foram os principais responsáveis pela educação na Europa Ocidental. Quando foram expulsos da França havia quinhentos colégios da Companhia na Europa, reunindo cerca de 150.000 alunos. Nas colônias espanholas da América havia 78 colégios; em Portugal, 24 colégios; e na América portuguesa, 13 residências jesuíticas, das quais 9 eram colégios, além do seminário em Belém e do noviciado na Bahia.¹

O latim ocupava um lugar central no sistema jesuíta de ensino: de seu conhecimento dependiam tanto a pureza dos estudos, quanto a compreensão lógica dos temas, cuja imprescindibilidade significou a afirmação de um código universal, ainda que restrito, para a cultura letrada da Europa Ocidental e seus territórios de influência até metade do século

¹ MORAES: 1914, p. 60. Note-se que os jesuítas não foram os únicos banidos da educação naquela época. Conta Figueiredo: “Em 1771, o papa Clemente XIV extinguiu doze conventos da congregação dos cônegos regulares de santo Agostinho, destinando alguns desses estabelecimentos, como Mafra, aos domínios de outras ordens, incumbidas da fundação de colégios para a mocidade”. (FIGUEIREDO: 1782, p. 373).

XVIII. Regalias e privilégios característicos deste tipo de instrução, tais como a regulamentação do acesso à retórica, forjaram uma hierarquia na qual o valor do saber tinha como lastro o papel social representado por seus portadores. Além disso, a instrução jesuíta tomava muitos anos da juventude mais engenhosa da época e, na maioria das vezes, não formava mão de obra apta ao incremento das indústrias necessárias para o progresso comum. Considerada como elitista e contraproducente, esse tipo de instrução foi motivo de uma série de controvérsias que culminaram nas reformas da instrução de 1759 e de 1772 em Portugal.

Uma vez decretada, em 1759, a reforma lusitana dos estudos fixava no exame de retórica um ponto de intersecção entre os saberes menor e maior. Tal intersecção representava, na América portuguesa, a cisão entre aqueles que atravessariam o Atlântico para serem doutores e aqueles que ficariam na colônia, dando prosseguimento aqui aos estudos, pautados por um tipo de conhecimento que lhes seria mais útil se estivessem lá: a retórica.

A disciplina Retórica tinha *status* de meio para se chegar ao saber e não de saber em si; desse modo, ela constituía uma passagem, uma promessa. Fruto de uma nova tendência na instrução pública, as reformas pombalinas da educação geraram uma nova demanda por parte de estudantes e professores pela retórica e por sua prática, a eloquência, que, por sua vez, influíram na difusão do estudo da língua portuguesa e na invenção de um padrão de discurso luso-brasileiro.

Buscar-se-á descrever neste capítulo de que maneira a disciplina de retórica foi instituída nos domínios lusitanos entre 1759 e 1808. A escolha da segunda data reside na abrangência do termo “instrução portuguesa” a todo o domínio lusitano até 1808, quando a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro gerou uma nova situação para a educação brasileira, ainda que as instruções da monarquia em relação à educação local se mantivessem tais como em Lisboa.

O ponto de partida será a importância do latim no ensino jesuíta e sua substituição pela retórica no sistema de Aulas Régias. Daí em diante serão avaliadas as propostas de Verney nos estudos maiores e o alvará de 1759, que dirigiu as reformas dos estudos menores. Por fim, serão apresentados os primeiros atores desse processo: os mestres de retórica, suas licenças, planos de ensino, e os alunos, seu perfil e os primeiros exames da disciplina, onde se definiram os usos e referências que a matéria teria a partir de então.

1. 1. Instrução Jesuíta: a retórica dos pregadores e confessores

Foi publicado, em 23 de dezembro de 1770, o *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da Invasão dos denominados jesuítas*², no Palácio Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa. O opúsculo dava notícia de aspectos do método de ensino dos jesuítas durante o século XVIII nos cursos de Teologia, Cânones, Leis e Medicina da Universidade de Coimbra, apresentando as matérias conforme a sucessão das aulas durante a semana.

Prima, Terça e Véspera eram aulas permanentes que aconteciam, respectivamente, as segundas, terças e quartas-feiras, certamente muito importantes, a julgar pelo maior honorário pago aos mestres. As quintas-feiras eram livres, como na França, e os domingos, reservados para o descanso e a missa. Um dia por semana servia para que o aluno estudasse por si mesmo os temas nos quais encontrasse dificuldades, geralmente as sextas-feiras, quando se realizava a Noa. Nas Catedrilhas, Institutas ou Avicena, que se seguiam irregularmente durante a semana, realizava-se a revisão dos temas já estudados ou a leitura dos textos das próximas aulas de Prima, Terça ou Véspera. Dedicadas a rememorar os temas já discutidos, tanto a Noa, quanto as Catedrilhas eram aulas *de passar a matéria*, e o mestre dessas disciplinas ficou conhecido como *passante*. O passante era, na maioria dos casos, um aluno que se destacava dos demais por seu brilhantismo e eficiência, ou, ainda, um jovem recém-formado com as mesmas qualidades.

Além do passante, havia o *lente*, um tipo de mestre responsável pela leitura dos livros do curso realizada nas aulas de Véspera, antecedendo a explicação do mestre titular da cadeira nas aulas de Prima e Terça. A relevância dos lentes e passantes estava no estabelecimento de um exercício contínuo de memorização da matéria, pois a intenção era que os estudantes chegassem a decorar os textos de maior importância, fato que, num mundo de poucos impressos, era um traço distintivo de inteligência. Em todas as matérias o estudo era guiado por uma obra de referência, impreterivelmente em latim. A predominância do latim justificava-se porque os textos escritos ou traduzidos nessa língua eram considerados os mais importantes e aprofundados. Soma-se a isso a crença de que o estudo da obra original, das idéias tais como foram escritas pelo seu primeiro autor, tinha maior mérito por constituírem um conhecimento puro, capaz de sustentar um saber genuíno³. Sob este signo restringia-se o

² *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra no Tempo da Invasão dos Denominados Jesuítas e dos Estragos Feitos nas Ciências e nos Professores, e Diretores que Regiam pelas Maquinações e Publicações nos Novos Estatutos por Eles Fabricados*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, MDCCLXXI.

³ Note-se, ainda, que o ensino implementado pela Companhia de Jesus não se restringiu aos limites lusitanos; pelo contrário, a Companhia disseminou sua maneira de instruir por toda a Europa Ocidental, prodigalizando o ensino do latim a ponto de essa língua se tornar um tipo de código universal para a cultura letrada. De tais prerrogativas infere-se que o perfil do

acesso ao saber e a erudição àqueles poucos que podiam dedicar tempo e dinheiro ao aperfeiçoamento de seu espírito, sempre distante do cotidiano ordinário.

Até a primeira metade do século XVIII era solicitada a tradução de um pequeno texto do latim para a língua vernácula no exame que dava acesso aos estudos maiores. Se o estudante fosse jesuíta ou tivesse estudado num colégio jesuíta, o exame de latim era desnecessário, pois o estudante recebia da instituição a graduação de Mestre em Artes, título muito ambicionado na época e que, segundo o cônego Fernandes Pinheiro⁴, correspondia ao grau de Bacharel em Letras⁵, garantindo livre acesso aos estudos maiores.

Se o aspirante a universitário fosse filho ou discípulo de alguém que tivesse contato com a alta cúpula de Coimbra, ele provavelmente também seria dispensado do exame. É claro, contudo, que, se ele não soubesse um mínimo de latim, pouco aproveitaria dos estudos na universidade. De mais a mais, deve-se reconhecer que o privilégio do estudo era também um traço da nobreza. Nesse sentido, para o Marquês de Caraccioli:⁶

Um sábio governo faz muito bem de impedir estas metamorfoses ridículas, que tiram um homem do escritório para o por à testa de uma província. A nobreza fornece bastantes indivíduos capazes de encher os postos brilhantes, e será sempre ridículo ver um nobre sem emprego, e ainda mais sem pão, por falta de achar um emprego decente, quando um Mercador veste a toga, ou a farda. (MARQUÊS DE CARACCIOLI, 1805, p. 96).

Para Caraccioli, realizar essa “economia de privilégios” era natural, lógico e necessário, uma vez que o *status* ocupado pela nobreza justificava sua educação e esta, seus postos. Com esse tipo de opinião comungavam os jesuítas e, como a Companhia comandava a maior parte das instituições de ensino da época, por muito tempo a educação em Portugal e em seus domínios foi ministrada sob a égide de uma lógica de prestígio, em que o poder da fala, oferecido pelo estudo da retórica, era restrito a certos escolhidos e visto como um privilégio.

Na obra do padre Cláudio Acquavivei⁷ são apresentadas algumas instruções dos artifícios que os jesuítas utilizavam para manter a longevidade da ordem e o privilégio da educação. Entre tais ardis, os critérios de escolha dos ingressantes:

intelectual incluía tanto um afastamento em relação aos não iniciados, que sequer entendiam sua língua, como um universalismo do saber, dado que, uma vez iniciado, poder-se-ia transitar por todo o mundo das letras e dos letrados.

⁴ “Filho do major Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e de dona Maria Filadelfia Fernandes Pinheiro, nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 17 de Janeiro de 1876”. Ordenado em 1848, lecionou retórica desde 1852 em Irajá e, a partir de meados de 1855, no Colégio Pedro II/ Rio de Janeiro. Para Sacramento Blake, “Foi um dos brasileiros que melhores serviços prestaram às letras pátrias e ao magistério superior” (SILVA, 1860, p. 107).

⁵ MORAES: 1914, p. 43.

⁶ A miscelânea publicada em 1805 pelo Marquês de Caraccioli apresenta um interessante testemunho do início do século XIX na Europa e serve como exemplo das opiniões sustentadas na época.

⁷ Segundo Eugenio Vilhena Moraes (1914), o padre Cláudio Acquavivei, um jesuíta, é responsável pela uniformidade dos métodos de ensino no reino lusitano.

Com suma prudência, se hão de escolher os mancebos de *bom engenho, formosos e nobres* por geração, e ao menos em algumas destas coisas excelentes; e para que com mais facilidade sejam atraídos às nossas instituições, hão de ser eles prevenidos com especial afeto ao tempo das Escolas (ACQUAVIVEI, 1827, p. 57, grifos do autor).

Famosos pela seleção exigente, os jesuítas sobressaíam-se ainda pela qualidade dos serviços oferecidos à população. Desses serviços, destacavam-se a pregação e a confissão e, por isso:

Hão de ser estes os mais destros operários, convém a saber: aqueles, que muito tem promovido o bem temporal, e espiritual da Companhia, e estes são pela maior parte os Confessores dos Príncipes, e Grandes da República, e de Viúvas opulentas; os Pregadores, e todos aqueles que forem sabedores destes segredos e máximas. (ACQUAVIVEI, 1827, p. 55).

Ser o confessor ou o pregador de uma figura admirada naquela sociedade significava compartilhar dessas qualidades; portanto, os pregadores e confessores jesuítas eram distinguidos entre os melhores pupilos da ordem: os mais belos, os mais nobres, os mais inteligentes seguiam a via do púlpito ou do confessionário em algum momento de sua carreira religiosa e, por isso, a educação dos futuros pregadores e confessores era esmerada. Em média, dez horas por dia eram dedicadas ao estudo do latim, da filosofia moral, da história eclesiástica, da teologia, do grego, do hebraico e do francês; além da permissão de acesso às bibliotecas de modo flexível. Por ter seu trabalho muito concentrado no ouvir e no falar, a disciplina em que essas habilidades eram priorizadas, ou seja, a retórica, tinha um prestígio todo especial, e cursá-la, no tempo dos jesuítas, era um privilégio para poucos. Reafirmadas por anos a fio, as concessões de regalias no sistema jesuíta de ensino estabeleceram uma noção de saber que se referia muito mais às habilidades e condições sociais do sujeito do que ao seu esforço contínuo de estudo.

Em meados do final do século XVIII, todavia, esse modo de estruturar o ensino calcado na reprodução mnemônica de textos da antiguidade clássica começou a ser questionado. No relatório de 1774, escrito em nome da Junta da Providência Literária⁸, lê-se um severo diagnóstico sobre a educação na Universidade de Coimbra do tempo dos jesuítas:

[...] fazendo inúteis os Estudos; estragando os costumes dos estudantes com férias prolongadas; com apostilas cansadas, e importunas; com matrículas perfunctórias; com liberdades licenciosas no modo de viverem; com privilégios, e isenções prejudiciais; e com exames, e autos na maior parte de mera, e aparente formalidade; com a falta de exercícios literários nas aulas, que estimulassem; e desembaraçassem pela frequência os mesmos estudantes; e com tudo o mais, que a malícia podia excogitar para impedir o

⁸ JUNTA DA PROVIDÊNCIA LITERÁRIA. No dia 28 de agosto de 1774. Compêndio Histórico e appendix que dão uma clara e específica idéia dos estragos que os denominados jesuítas fizeram; primeiro na Universidade de Coimbra e conseqüentemente nas aulas de todos estes reinos.

aproveitamento dos alunos. (JUNTA DA PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 1774, p. XI).

Devido a continuidade de tais procedimentos, dizia-se que a Universidade de Coimbra estava povoada de idiotas estranhos e filhos desanimados para os estudos. Segundo Abreu e Lima⁹ (1841), esses estudantes jesuítas ocuparam também os espaços que poderiam ter sido usados para formar uma camada mais engenhosa na sociedade, capaz de competir com os ditos industriais, intelectuais e estadistas da França e da Inglaterra – que haviam direcionado sua educação para o bem do Estado, em detrimento da Igreja, levando prosperidade à economia e à política nacionais. Enfim, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, não eram poucos aqueles que acreditavam que os jesuítas haviam reduzido o ensino lusitano a uma homogeneidade danosa e medíocre¹⁰. Justificava-se, portanto, a expulsão dos jesuítas, em 1759.

A partir de então, a instrução foi dividida em duas áreas: os estudos maiores e os estudos menores. No campo dos estudos maiores, reformou-se a Universidade de Coimbra, no dos estudos menores, foram instituídas as Aulas Régias. Nas “conquistas”, o mesmo sistema foi estabelecido, porém, não trouxe muitas vantagens – ao menos é isso que atestam estudiosos, como o inglês Robert Southey¹¹, ao assinalar que a ausência, desde a expulsão dos jesuítas, de uma instituição compromissada com a instrução prejudicava o Brasil:

Desde a expulsão dos jesuítas, nenhuma das religiões fizera timbre da sua literatura, nem do seu amor ao Estado, e as livrarias deixadas por aqueles padres, tinham quase inteiramente desaparecido num país onde, não sendo conservados com cuidado, depressa são os livros destruídos pelos insetos. (SOUTHEY, 1965, p. 365-366).

⁹ Filho natural do padre José Inácio de Abreu e Lima, cursou a Academia Militar do Rio de Janeiro entre 1812 e 1816. Preso em Recife e enviado para a Bahia, foi obrigado a presenciar o fuzilamento de seu pai, condenado como conspirador da revolução de 1817. Exilou-se nos Estados Unidos e, de lá, foi para a Venezuela, alistando-se nas tropas de Simón Bolívar. Voltou ao Brasil em 1832, tendo passado um tempo na Europa antes disso, e foi reintegrado no Exército como general. Lançou o *Compêndio de história do Brasil* em 1843, pelo qual foi acusado de plágio de Alphonse Beauchamp. Refutou a acusação por meio da *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Cônego Januário da Cunha Barbosa*, que lhe tinha feito a acusação em nome do IHGB. Participou ainda da Revolução Praieira e morreu em 1869, deixando as obras *Sinopse cronológica da história do Brasil* (1844), *História universal* (1847), *O socialismo* (1855), *As Bíblias falsificadas* (1867) e *O Deus dos judeus e o Deus dos cristãos* (1867).

¹⁰ “Por isto se vê clara e manifestamente que desde a época daqueles malvados estatutos e da reforma que os ampliou, não houve mais nem aquela universidade, nem neste reino conformidade alguma de razão comum, que dissimile as questões nos casos ocorrentes; mas que só houve muito pelo contrário sucessivas alterações gerais, e perpétuas discórdias: a saber. Na teoria: vendo-se dentro de cada faculdade não se procurarem os lentes e Professores dela examinar quais eram as verdades teológicas, e jurídicas para as ensinarem, mas sim descobrirem sutilezas para sustentarem a força de sofismas as opiniões dos doutores, que davam títulos às suas respectivas cadeiras. E no Foro, a prática de animarem-se os litigantes, e os seus advogados a empreenderem e sustentarem pleitos os mais iníquos e mais escandalosos [...]” (JUNTA DA PROVIDÊNCIA LITERÁRIA, 1774, p. 93).

¹¹ No Brasil, com tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro e anotações de Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, a primeira edição da *História do Brasil* saiu em 1862, embora já tivesse sido publicada em 1810 e 1819 na Inglaterra.

Sobre a lenta ocupação dos espaços deixados pelos jesuítas, ou sobre a criação de uma nova idéia de instrução é que passaremos a tratar. Desta luta, despontou a importância da retórica, eixo da educação prevista na obra de Luís Antônio Verney.

1. 2. Luís Antônio Verney e a retórica na reforma da Universidade de Coimbra

O ensino lusitano no final do setecentos era voltado para as camadas da sociedade responsáveis pela manutenção da ordem no reino. No entanto, quando a expansão da instrução se tornou necessária, no final do século XVIII, a língua pátria e os conhecimentos voltados para o progresso material da população passaram a ser valorizados. Entre aqueles que tomaram a dianteira no processo de reformulação da instrução lusitana estavam os mestres da mais importante universidade do reino, em Coimbra. A mudança teve como carro-chefe a introdução da disciplina de retórica em todos os cursos da universidade, além do exame de retórica como prerrogativa para o ingresso nesta, que passou a ser a única universidade do reino. Portugueses da metrópole e das “conquistas” tiveram que se submeter à nova disposição da universidade, então baseada na obra de Luís Antônio Verney, *O verdadeiro método de estudar*.

Em sua obra, Verney criticava os métodos jesuítas, salientando que, com eles, restringia-se a instrução a um grupo limitado de pessoas e, ainda, que esse grupo não direcionava seus estudos para o bem coletivo, e sim para o favorecimento pessoal. Além disso, Verney destacava a necessidade de instruir a população no uso da língua pátria. Neste sentido, a retórica popularizaria o ensino de uma lógica que permitiria a expressão de opiniões na língua portuguesa e transportaria as prerrogativas do saber e do estudo para o cotidiano das pessoas, modificando o estatuto do saber e colocando num mesmo patamar - ainda que gradativamente - aqueles que ensinavam e aqueles que aprendiam.

Em 11 de janeiro de 1760, foi publicado o alvará que regulamentava o modo como o exame para o ingresso na Universidade de Coimbra seria feito. Lia-se aí:

E que depois de haver decorrido ano e meio, contado do tempo do estabelecimento das Cadeiras [...]; nenhuma pessoa de qualquer qualidade estado e condição que seja, possa ser admitida a matricular-se na Universidade de Coimbra em alguma das quatro faculdades maiores, sem para isso ser habilitada por exame feito pelos dois Professores Régios de Retórica da Universidade, com assistência do Compromisso do Diretor Geral, ainda que tenha passe, bilhete ou escrito de outro qualquer Professor Régio desta corte, com quem estudasse, ou aprendesse; e ainda que tenha um ou mais anos de Lógica, os quais o não escusarão de se habilitar por meio do dito exame de retórica, como arte precisamente necessária para o progresso dos Estudos Maiores. (RIBEIRO, 1871, p. 213).

Em outras palavras, o acesso à universidade seria feito exclusivamente por meio do exame de retórica, ainda que se apresentassem atestados seja de quantos fossem os anos gastos no estudo da referida disciplina. Jesuítas, nobres ou quem quer que fossem, deveriam submeter-se ao referido exame. Essa decisão, reforçada em outros momentos¹², foi regulamentada desde então por declarações como a de 1761, em que os exames de retórica deveriam ser verificados no ano subsequente.

Nesta mesma época, foram contratados professores estrangeiros para a Universidade de Coimbra, mas seus serviços foram considerados insatisfatórios a ponto de a universidade ser fechada em 1771. Em 1772, a Junta da Providência Literária iria empreender nova reforma na universidade¹³, substituindo a “Ratio Studiorum” dos jesuítas pelos “Statuta Conimbricensis Academiae”, inspirados na obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís Antônio Verney,¹⁴ publicada em 1746.

Segundo Verney, o conhecimento da retórica contribuía para que o aluno soubesse organizar e transmitir melhor suas idéias a um maior número de pessoas. O ensino deixava, pois, de ter o latim como língua oficial e a retórica foi alçada ao posto de disciplina central nesse sistema de instrução. Ainda que o mecanismo de ensino houvesse mudado, o conteúdo formal permaneceu o mesmo; na disciplina de retórica, procurou-se ensinar a lógica da expressão e o processo de assimilação do conhecimento, contudo, a um público cada vez maior e menos especializado. Nesse sistema, a língua pátria despontou com nova importância. Moldar a fala em português era, a partir de 1759, essencial, e os ensinamentos da retórica vinham neste bojo, logo após o estudo das primeiras letras e do latim, conforme uma sugestão de Verney:

Da Latinidade deve passar o estudante para a Retórica, o que se deve fazer no quarto ano, no qual se pode aperfeiçoar na composição e inteligência da Latinidade. Se o moço tiver estudado como dizemos, pode, nos três anos ditos, ter mais notícia de Latim do que muitos que se ocuparam nele anos bastantes; e pode, por si só, entender os outros livros com socorro do seu

¹² “Pela carta régia de 28 de setembro de 1763 foi ordenado ao reitor da Universidade – que não admitisse à matrícula dos estudos maiores estudante algum da cidade de Lisboa, sem este apresentar atestação do comissário dos estudos, nomeado pelo diretor geral, de haver sido examinado e aprovado em retórica.” (RIBEIRO: 1871, p. 216). Ademais, “Pelo alvará de 24 de outubro do mesmo ano de 1764 declarou o diretor geral dos estudos a todos os moradores do patriarcado, que em outubro de 1765 todos os estudantes que quisessem ir matricular-se a Coimbra, haviam de ser examinados em retórica perante o respectivo comissário, levando atestação de terem freqüentado alguma aula em que houvesse professor régio daquela disciplina, com o aproveitamento devido.” (RIBEIRO: 1871, p. 216). Em 30 de setembro de 1765 esse alvará é reforçado.

¹³ MORAES: 1914, p. 53.

¹⁴ Luís Antônio Verney nasceu em 1713 e morreu em 1792. Estudou no Colégio de Santo Antão e na Congregação do Oratório até se formar em Teologia na Universidade de Évora. Em Roma, alcança o doutoramento em Teologia e Jurisprudência. Em 1746, publicou “O Verdadeiro Método de Estudar” e, em seguida, à pedido do rei D. João V, Verney inicia o processo de Reforma pedagógica de Portugal, depois continuado por D. José I e pelo Marquês de Pombal, com quem se desentendeu e mudou-se para Roma.

dicionário. Mas por isso aconselho que vá à Retórica, para que saiba, não só o que é falar com palavras próprias, mas também falar elegantemente. A Retórica já se sabe que deve ser em Português; e o estudante há-de primeiro compor em português, e depois em Latim, como em seu lugar disse. (VERNEY, 1952, p. 60).

Recurso de elegância e requisito para a composição em latim, a retórica servia, sobretudo, para que o discípulo aprendesse a *falar com palavras próprias*. Isso significava, por um lado, um distanciamento da prescrição jesuítica de memorizar e decorar as ditas obras clássicas e, por outro, uma aproximação da incipiente noção de *opinião*. Uma vez que o conhecimento retórico era estendido para os estudantes em geral, e não mais restrito aos escolhidos do ensino jesuíta, tratava-se de ensinar à população letrada um modo pelo qual *suas próprias palavras* seriam entendidas num âmbito coletivo. O caso era aceitar e afirmar noções de individualidade e de coletividade num mundo até então regrado por divisões extremamente rígidos. Resumindo, a retórica traria *movimento* à instrução e, por conseguinte, à sociedade lusitana do final do século XVIII.

No sistema criado por Verney, as matérias História, Geografia e Gramática deveriam ser acompanhadas da Retórica, depois disso, Grego e mais História deveriam ser as matérias dos anos subseqüentes. A Retórica alinhavava esses saberes, disponibilizando diversos tipos de discurso com os quais poder-se-iam expressar opiniões acerca das matérias estudadas.

[O mestre de Retórica] Logo mandará compor alguma coisa em Português, começando por assuntos breves nos três gêneros de Eloquência. Começará, primeiro, pelas cartas portuguesas, dando somente aos rapazes o argumento delas, e emendando-lhe ao depois os defeitos que pode fazer contra a sua própria língua e contra a Gramática. E por esta razão é supérfluo neste ano ler mais autores portugueses, porque esta composição é o melhor estudo que se pode fazer da língua portuguesa. Depois, passará ao estilo histórico, e tirará algum argumento da mesma História que se explica pela manhã, para que os estudantes a dilatam, escrevendo o dito caso mui circunstanciado, e variando isto segundo o arbítrio do Mestre, ou também a descrição de um lugar e de uma pessoa, ou coisa semelhante. Em terceiro, lugar, segue-se dar-lhe algum argumento declamatório, mas breve. Para facilitar isto, o melhor meio é este: Quando o mestre propõe algum argumento que se deve provar, perguntará ao rapaz que razões ele dá sobre aquele ponto. Ouça as que ele dá, e ajude-o a produzi-las, pois desta sorte acostuma-se a responder de repente e escrever com facilidade. (VERNEY, 1952, p. 63).

Para Verney, o exercício repetido da comunicação era propício para incrementar a agilidade e autonomia do pensamento do discípulo. Esse, agora, não era mais um escolhido entre os iniciados e sua fala não se destinava somente aos grandes, nem deveria seguir os padrões de apenas um único modelo; por isso, estudariam os discursos deliberativo, demonstrativo e judicial, e

[...] quando o estudante tiver bastante notícia dos três gêneros de Eloquência, em tal caso pode empregar-se em compor Latim, e isto pelo mesmo método que o fez em Vulgar. Nesta composição latina, não terá dificuldade alguma, visto ter vencido todas na composição portuguesa; somente lhe faltarão as palavras latinas e frases particulares da língua, ao que deve acudir e suprir o Mestre, emendando-as ou sugerindo-as. Encomende também aos rapazes que leiam muito as orações de Cícero; não digo as Verrinas, que são enfadonhas e só se podem ler salteadas, mas as outras mais fáceis e breves, dos quais com facilidade se passa para os outros. E esta classe é necessário que freqüentem todos os que estudam Latinidade; porque, sem ela, nenhum pode entender e escrever bem Latim; e com ela pode saber muita coisa útil para todos os exercícios da vida, e, principalmente, para toda a sorte de estudos. (VERNEY, 1952, p. 63).

A importância da retórica estendia-se para toda a sorte de estudos e, inclusive, para a vida, porque pensar e se expressar, por si só, garantia a comunicação necessária para o entendimento entre os homens, uma das principais prerrogativas da felicidade, tema que começava a se aproximar da educação, como se depreende da opinião do padre Amaro sobre o assunto:

O fim principal da educação é fazer de um indivíduo o instrumento da sua própria felicidade, e daqueles que vivem na mesma comunhão civil – o grande embaraço porém sobre esta matéria consiste em que não havendo idéias exatas sobre qual seja verdadeiramente a felicidade temporal do homem, é forçoso que se empreguem diversos meios para obter um fim, que não é para todos uniforme. (AMARO, 1825, p. 204).

À medida que a educação da população foi vinculada à retórica em Portugal, esta se tornou um dos mecanismos pelos quais a felicidade poderia ser alcançada¹⁵. A revisão de Verney, como a de outros autores do período, teve um papel muito importante na realização desse tipo de projeto educacional.

No antigo sistema, os mestres “*falavam* como se fosse por sentenças; mas não sei se o que dizem merece este nome. Porque a sentença deve em poucas palavras dizer muito, e dizê-lo com modo singular o que raras vezes se acha neles.” (VERNEY, 1952, p. 115). Para Verney, o parlatório desses mestres denunciava, por um lado, a autoridade de que estavam investidos, e, por outro, a ausência de um contraponto a tais atitudes. Dessa relação se afirmou uma postura muito comum aos mestres jesuítas: a de detentores da verdade. É justamente essa característica que será mais duramente criticada por Verney: “E que chama a isto senão dizer mentiras? Servir-se de palavras que não significam nada, impróprias ao argumento, só para mostrar que têm engenho.” (VERNEY, 1952, p. 121). Segundo Verney, a reorganização do sistema de ensino lusitano iria deflagrar uma nova relação do português com o conhecimento,

¹⁵ Quando a educação passou a ser relacionada com a felicidade e esta, sobretudo no século XIX, começou a ser entendida como uma das principais finalidades da vida humana na terra, seu papel tornou-se primordial na sociedade ocidental.

isto porque dessacralizava o ensino e convertia o temido mestre, dono da razão e da palmatória, num ente mais próximo de seu subalterno direto, o discípulo.

Verney pressupunha, em sua esquematização, uma interação entre o discípulo e o mestre maior do que aquela presente no sistema jesuíta. A revisão no relacionamento docente-discente mostrava-se necessária, porque os discípulos saíam das escolas sem saber se aquilo que chamavam de *seu conhecimento* estava correto ou não, dado que os estudantes não tinham outra oportunidade de apresentar suas idéias a não ser no exame final das disciplinas. Para o autor do *Verdadeiro método de estudar*, para que os estudos fossem bem sucedidos, era necessário que o aluno também sentisse que seu aprendizado se dera de maneira satisfatória, mudança de atitude que pode ser considerada como os primórdios de um pensamento pedagógico que focalizaria o desenvolvimento do aluno e não a simples aquisição de conteúdos acadêmicos.

Para os docentes, isso significou a ampliação de sua atuação, não mais limitada à crítica ou avaliação final dos trabalhos dos discentes, mas ao acompanhamento constante do discípulo, pois o sucesso do mestre dependia dos avanços do discípulo. No âmbito prático, houve uma equalização dos critérios de avaliação dos discípulos, aumentando suas chances de crescimento na carreira de letras não só por seu prestígio ou pela preferência que o mestre demonstrava ter por suas idéias, mas pelo esforço e resultados que conseguissem apresentar.

De acordo com Verney, além da relação mestre-discípulo, a relação mestre-literatura também deveria ser revista, afinal, não havia livros que sustentassem uma revisão ou flexibilidade do saber, quicá da disciplina Retórica. Usava-se, na época, o compêndio *La Rhetorique ou L'Art de Parler*, do padre Bernardo Lamy, e não havia, segundo Verney, uma única Retórica portuguesa impressa, a não ser o compêndio de aulas dadas, entre 1718 e 1721, por Francisco Leitão Ferreira, intitulado *Nova arte de conceitos*, e o *Sistema retórico, causas da eloquência, ditadas e dedicadas à Academia dos Anônimos de Lisboa por um anônimo seu Acadêmico*, de 1719. Além desses poucos títulos, os mestres costumavam ditar um resumo da matéria aos discípulos em sala de aula. Uma vez copiados em sala de aula, esses resumos compunham o que se chamava de compêndios, em cuja análise Verney apontava o mesmo tipo de defeito constatado na relação entre discípulos e mestres, asseverando, ainda, não ser este um atributo exclusivo de um ou outro autor:

Nem entenda V.P. que estes defeitos que aqui aponto são ou de um ou dois autores. Não, sr., são gerais. Leia V.P. estas obras portuguesas modernas, principalmente Orações acadêmicas em que fazem ostentação de toda a erudição e advertência, e confirmará o que digo. (VERNEY, 1952, p. 121).

Em sua sexta carta sobre a retórica, Verney prepara, então, um plano de estudos para a retórica moderna que deveria ser seguida até que um compêndio satisfatório fosse escrito. O autor assinala que a primeira regra do método é que a retórica deveria facilitar a inteligência e que seus limites são: a) não há língua que exprima tudo; b) se houvesse, seriam muitas as palavras; c) a retórica serviria para expressar mais rápida e claramente os sentimentos, as idéias e as ações; d) ela servir-se-ia de relações, pois as idéias apresentam uniões comuns que devem ser organizadas de modo a persuadir o outro de nossos interesses. Para Verney, a prática advinda do exercício é que faria o sucesso da retórica. A fim de obter esse sucesso dever-se-ia: “estudar a natureza; estudar o caráter das paixões; falar naturalmente; que só assim se fala eloqüente, e só assim se persuade. Este é o primeiro ponto, ou o mais importante, em matéria de Retórica.” (VERNEY, 1952, p. 80).

Com o incremento da retórica, Verney esperava que os saberes dos estudantes fossem constantemente avaliados e que essas provas frutificassem não apenas em um maior desenvolvimento do discípulo, mas também em uma comprovação mais verossímil e lógica do saber. Tudo isso levaria a uma reestruturação da hierarquia no mundo da instrução lusitana, onde o mérito dos envolvidos seria transferido do prestígio para o empenho, da teoria para a prática, do latim para o português, da elevação do espírito para o progresso da matéria, da erudição para a opinião, do sofrimento para a satisfação.

Se Verney foi o inspirador, Antônio Pereira de Figueiredo¹⁶ foi um dos realizadores da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra, após a expulsão dos jesuítas. Sobre este tema, Figueiredo informa:

No ano de 1772, reformou el rei Dom José I os Estudos da Universidade de Coimbra, publicando para isso um vasto corpo de novos Estatutos, sabidamente dispostos por João Pereira Ramos, então procurador da Coroa, e hoje também desembargador do paço e maduramente deliberado em muitas conferências d’uma Junta da Providência Literária, a que presidia o Marques de Pombal, e a que assistiam com outros muitos, o cardeal da Cunha, e o Bispo de Beja D. Frei Manuel do Cenáculo. Por estes Estatutos legislados segundo as Regras da melhor crítica e do melhor método, regulou sua majestade os Estatutos de Teologia, os duma e outra jurisprudência, os da medicina, os da matemática, os da filosofia. (FIGUEIREDO, 1782, p. 372).

¹⁶ Religioso da Congregação do Oratório, Antônio Pereira de Figueiredo foi também colaborador do Marquês de Pombal. Iniciou o seu contato com as Letras no Colégio Ducal de Vila Viçosa, onde estudou Latim, Latinidade e Música. Estudou depois no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e em 1744 foi para a Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório. Foi professor de Latim, Retórica e Teologia. Em 1753, publicou o *Novo Methodo da Grammatica Latina*, uma crítica à gramática do jesuíta M. Álvares, a mais usada na época. Em 1759, publicou os *Elementos de Invenção e Locução Retórica ou Princípios da Eloquência*, onde resume suas lições de Retórica na Casa das Necessidades. Todavia, é preciso ressaltar que muitas foram as obras desse importante oratoriano que, entre outros, ocupou o cargo de deputado ordinário da real mesa censória.

Todavia, a novidade do plano para a Universidade de Coimbra não teve a aceitação esperada pelo Marquês de Pombal e, quando este foi afastado das atividades governamentais, as inovações perderam espaço, fazendo boa parte dos dogmas inicianos retornar às brancas arcadas de Coimbra. Vale ressaltar que o latim e as antigas hierarquias, a essa altura, já não possuíam tanta relevância, de modo que o português permaneceu como língua de ensino da retórica e manteve sua centralidade nos estudos maiores ao longo do século XIX. O exercício da opinião prevaleceu sobre o da erudição e a posição do mestre foi modificada em função da adoção de novos métodos de ensino.

Como a retórica era requisito de entrada para todas essas faculdades, pode-se dizer que sua influência abrangeu todos os campos da cultura letrada lusitana, fato que, obviamente, estendeu-se aos domínios ultramarinos, como a América portuguesa¹⁷. No Brasil, não houve o que se chamou até 1828 de estudos maiores, quando os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo foram abertos. Logo, quando se fala dos estudos maiores até 1828, se fala de Coimbra; destarte, as medidas ali implementadas atingiram a todo o reino, pois representavam todo ele. Quem desejasse possuir o título de doutor no Brasil deveria atravessar o Atlântico ao menos duas vezes, independentemente de onde pretendesse estudar. Daqueles que cursaram universidades entre o final do século XVIII e o início do XIX, pode-se afirmar que a grande maioria foi para Coimbra¹⁸ devido a diversos fatores, como, por exemplo: a língua comum que facilitava os estudos, os laços familiares e as aulas menores que davam acesso à universidade de Coimbra, supostamente as mesmas em Portugal e no Brasil.

Se o estudante decidisse fazer os cursos de Leis ou Cânones, estudaria a disciplina de retórica por mais tempo, porque a grade curricular desses cursos incluía 3 ou 4 anos da referida matéria. Como os alunos de Leis e Cânones geralmente eram empregados como altos funcionários da administração do Estado ou da Igreja, pode-se dizer que nesses ambientes a retórica era uma *língua comum* e que seus atores eram especialistas na disciplina. Assim sendo, quanto maior fosse a ambição do sujeito pela convivência naquele círculo de poder,

¹⁷ É claro que o alto custo para se manter na Europa selecionava o tipo de estudante que vinha das colônias, afinal, se o estudo já era caro para os metropolitanos, seria mais caro ainda para os povos que viviam nas “conquistas”, pois estes, além dos estudos, deveriam arcar com os altos custos das viagens para ir e voltar da Europa, da nova morada, dos trajes adequados ao novo clima, entre outros. Do mesmo modo, a vida do mancebo longe da família era um risco que também deveria ser assumido pelos pais, que estavam mais seguros outrora, com a presença dos rígidos religiosos inicianos, um dos motivos pelos quais a saída dos jesuítas da educação causou uma diminuição no número de estudantes brasileiros em Coimbra.

¹⁸ Entre 1819 e 1820, por exemplo, a Universidade de Coimbra possuía 1.460 discípulos, sendo 5,5% brasileiros, num total de 86 estudantes. Destes, quarenta eram baianos; catorze, pernambucanos; onze mineiros; dez, maranhenses; nove, do Grão Pará; sete, do Rio de Janeiro – sendo um deles de Goitacazes –; um era paulista, um, matogrossense; um, goiano e um natural de Porto Alegre. No curso jurídico, 27 matriculados eram brasileiros; em Cânones, sete; na Faculdade de Leis, 41; Matemática, treze; Filosofia, nove – mais dois em Botânica e os mesmos dois em Química. Dezesseis deles acompanhavam mais de uma faculdade e a maioria dividia casas com conterrâneos ou residia em pensões estudantis. (Relação e Índice Alfabético dos Estudantes Matriculados na Universidade de Coimbra no Ano Letivo de 1819 para 1820; suas Naturalidades, Filiações e Moradas. Arquivo Nacional – Divisão de Obras Raras).

maior seria sua dedicação no campo da retórica, e quanto maior fosse sua convivência com essa elite letrada, maior seria o uso que faria dela. Nesse círculo vicioso, a retórica foi o combustível e a mola propulsora de uma nova cultura letrada no reino lusitano.

O estudo aprofundado da retórica significou, num primeiro momento, uma distinção entre aqueles brasileiros que haveriam de completar seus estudos em Coimbra e aqueles que haveriam de ficar na colônia. Posteriormente, ele foi considerado um signo de união, porque igualou a linguagem do sábio à linguagem do ignorante, focando no português o aprendizado do raciocínio e alargando, portanto, a possibilidade de entendimento entre uma suposta elite cultural e uma massa popular, entre os metropolitanos e os colonos. Dentre os frutos dessa mudança pode-se incluir a geração de um grupo de letrados brasileiros, formado por um extrato populacional que não podia se transferir para Coimbra, mas que já podia entender e discutir com os graduados na universidade de lá, dado que dispunham de uma linguagem comum.

1. 3. O decreto de 28 de junho de 1759 e a retórica nos estudos menores

A criação de cadeiras de retórica para os estudos menores foi gradual, acontecendo primeiro na metrópole e depois nas “conquistas”, com um interregno operacional de cerca de 2 a 3 anos. À medida que a disciplina era instaurada, novas leis eram promulgadas para melhor regulamentar a implantação da retórica em todo o Reino. A fim de situar a importância da retórica nos estudos menores de todos os domínios lusitanos, serão descritas as leis que permitiram sua instauração. Maior importância será dada ao decreto de 28 de junho de 1759, onde se detalhou o uso que se deveria fazer da disciplina em todo o reino. Complementarmente, alguns aspectos dos estatutos da Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro serão apresentados para que se possa avaliar como os portugueses do Brasil assimilaram as referidas ordens da metrópole.

O *Alvará de regulamento para os estudos menores das línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica* foi publicado em Lisboa, no ano de 1759, pela Tipografia de Rodrigues Galhardo. Com esse alvará, D. José I tinha por objetivo sanar as discórdias provenientes da diversidade de opiniões entre os mestres e estabelecer a uniformidade da doutrina, promotora de uma “perfeita paz”, capaz de contribuir para o “progresso dos discípulos”. Essas discórdias, que “distraíam os mestres de suas verdadeiras obrigações”, produziam, conforme o alvará, o “espírito de orgulho” na mocidade de então. Assim, aqueles que deixassem de cumprir as obrigações ali estabelecidas seriam advertidos e, caso

persistissem no descumprimento, seriam privados de seu emprego. No que diz respeito à retórica, não se pode afirmar que havia tantas divergências, já que “o estudo da Retórica, sendo tão necessário em todas as ciências, se acha hoje quase esquecido por falta de professores públicos, que ensinem esta arte segundo as verdadeiras regras.” (PORTUGAL, 1759, p. 8).

Foi estabelecido que seriam quatro os professores públicos de retórica em Lisboa, dois em Coimbra, dois em Évora e dois no Porto, além de professores de gramática latina e grega. Também deveria ser criada uma cadeira de retórica em cada uma das cidades consideradas “cabeças de comarca”, pois, “sem o estudo da retórica se não podem habilitar os que entrarem nas Universidades para nelas fazerem progresso” (PORTUGAL, 1759, p. 8). Entre as cidades consideradas “cabeças de comarca”, incluíam-se o Rio de Janeiro e Salvador.

Para as classes de retórica da metrópole, inicialmente, foram nomeados José Caetano de Mesquita e Pedro José da Fonseca¹⁹, com o ordenado de 350.000 réis cada, e mais 100.000 réis para os gastos com casas e demais materiais necessários aos cursos. Esses professores e mais um religioso congregado, indicado oportunamente, foram os primeiros examinadores daqueles que concorreram ao provimento da licença para instruir.

Tais decretos projetaram a importância institucional da retórica no plano do conhecimento, como já foi dito. Contudo, nas *Instruções para os professores de gramática latina, grega, hebraica e de retórica, no campo dos estudos menores, ordenados e mandados publicar pelo Rei para uso das escolas novamente fundadas neste reino e em seus domínios*, de 28 de junho de 1759, essa importância seria especificada.

Notadamente, o começo dessas instruções reflete certos temores da época, pois, com a secularização do ensino, acreditava-se que termos como o respeito e a moralidade perderiam o sentido hierárquico e ordeiro que possuíam até então, de modo que uma das primeiras prescrições das referidas instruções era a seguinte:

¹⁹ “Pedro José da Fonseca notabilizou-se como professor de Retórica e Poética na Corte de D. José I, tendo sido nomeado para desempenhar tais funções em 1759. Foi transferido algum tempo depois para o exercício da mesma cadeira no Colégio dos Nobres, onde serviu até 1804. Como sócio fundador da Academia Real das Ciências de Lisboa, confirmada por aviso régio de 24 de Dezembro de 1779, assistiu, já na qualidade de efetivo da classe de Literatura, à primeira sessão que a Academia teve, em 16 de Janeiro de 1780. Foi eleito Diretor da tipografia da mesma Academia, e também Diretor da comissão encarregada, em 28 de Junho de 1780, da composição do *Diccionario da lingua portugueza*. Passou a sócio veterano em 27 de Março de 1790. Os únicos dados biográficos que até agora existem impressos acerca deste ilustre professor e filólogo constam de um folheto que pouco tempo depois da sua morte se publicou, intitulado: *Agradecimento de um homem á memória de outro homem virtuoso, sabio e philosopho*. Foi escrito por Francisco Coelho de Figueiredo, que, além de haver sido, em 1751, condiscípulo de Fonseca na aula de Retórica do Colégio de Santo Antão, lhe ficara a dever o favor de encarregar-se da revisão e correção tipográfica dos volumes do *Theatro* de Manuel de Figueiredo, que ele, Francisco Coelho, começara a compor em 1804, e que Fonseca reviu do tomo IV em diante até quase todo o XIV. [...] Mal remunerado de duas ocupações literárias, passou Pedro da Fonseca a última quadra da vida em estado que muito se aproximava de verdadeira miséria. Alguns dos seus consócios da Academia prestaram-lhe auxílio, fazendo que a expensas do cofre do estabelecimento se lhe comprassem, em 1813, os seus manuscritos, originaes e traduções”. (OLIVEIRA, E. M. da R. In: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/fonseca.pdf>, acessado em 08/11/2008)

Terão os professores também o cuidado de inspirar aos discípulos um grande respeito dos legítimos superiores, tanto eclesiásticos, como seculares: dando-lhes suavemente a beber, desde que neles principiar a raiar a luz da razão, as saudáveis máximas do Direito Divino, e do Direito Natural, que estabelecem a união cristã e a sociedade civil; e as indispensáveis obrigações do homem cristão, e do vassalo, e cidadão, para cumprir com elas na presença de Deus e do seu Rei, e em benefício comum da sua pátria: aproveitando-se para este fim dos exemplos que forem encontrando nos livros do seu uso, para que desde a idade mais tenra vão tendo em conhecimento das suas verdadeiras obrigações. (PORTUGAL, 1759, p. 1).

No que diz respeito à retórica, ressaltava-se nas *Instruções* a suma importância da disciplina:

Não há estudo mais útil que o da retórica e eloquência, muito diferente do estudo da gramática. Porque esta só ensina a falar e a ler corretamente, e com acerto, e a doutrina dos termos e das frases. A retórica porém ensina a falar bem supondo já a ciência das palavras, dos termos e das frases: Ordena os pensamentos, a sua distribuição e ornato. E com isto ensina todos os meios, e artifícios para persuadir os ânimos e atrair as vontades. É pois a Retórica a arte mais necessária ao comércio dos homens e não só no Púlpito ou na advocacia, como vulgarmente se imagina. Nos discursos familiares, nos negócios públicos, nas disputas, em toda a ocasião, em que se trata com os homens, é preciso conciliar-lhes a vontade, e fazer não só que entendam o que se lhes diz, mas que se persuadam do que se lhes diz, e o provem. Por consequência, é precisa esta arte, que o mal método dos estudos de Letras humanas tinha seduzido nestes reinos à inteligência material dos Tropos, e figuras, que são ou a sua mínima parte, ou a que merece bem pouca consideração. (PORTUGAL, 1759, p. 13).

Ao afirmar que a retórica ensinava a organizar as idéias para bem apresentá-las e que sua beleza era a sua correção, explicava-se um preceito retórico original: a exatidão das idéias é herdeira da disciplina do pensamento e essa disciplina é demonstrada na ordem de apresentação das idéias. Definir a ordem de apresentação das idéias com correção implica oferecer uma concepção clara das coisas que, por sua vez, era identificada com a bondade e esta com a beleza. Destarte, a retórica estava relacionada à beleza porque ambas seguiam regras. A retórica era, portanto, ensinada como uma arte.

De acordo com o autor do decreto, ter idéias corretas era considerado necessário em todos os âmbitos da sociedade, pois a clareza nas idéias facilitava o funcionamento dos padrões sociais estabelecidos. Entendia-se que a dificuldade encontrada pelos povos de Portugal e “conquistas” para prosperar tinha como raiz a falta de um entendimento coletivo das normas que regiam aquela sociedade. Logo, acreditava-se que, se o estabelecimento e o esclarecimento dessas regras fossem continuamente afirmados, seria mais fácil prosperar, fazendo com que esta sociedade depositasse suas fichas na retórica em busca deste objetivo.

Para o estudo de tão importante disciplina, aconselhava-se o uso das *Instituições*, de Quintiliano, adaptadas por Rollin para o uso nas escolas; da *Retórica*, de Aristóteles; das *Obras Retóricas*, de Cícero e Longino, Vossio e Frehey de Granada. Havia, ainda, recomendações diferentes para cada tipo de oração. Por exemplo, para entender quais eram os gêneros de escritura, deveriam ser lidas as *Orações* de Cícero; para melhorar a elocução, a *Fundamenta Stylicultores* de Heinécio. O objetivo dos professores de retórica, por sua vez, foi definido no artigo IV, em que se lê:

De sorte que o objeto dos professores seja compreenderem os discípulos o que é retórica, para a entenderem, e dela se servirem; e não para fazerem atos grandes nas miudezas desta arte: Considerando sempre, que é caminho, por onde devem passar; e não termo, onde hajam de se estabelecer. (PORTUGAL, 1759, p. 14).

A finalidade da disciplina não era, pois, a formação em larga escala de grandes oradores - que deleitariam o público com sua perícia nessa arte -, mas o alargamento de seu uso cotidiano na comunicação, servindo, portanto, como instrumento de divulgação do conhecimento mais simples: o raciocínio. Ela prestava-se como um tipo de saber pelo qual outros conhecimentos deveriam ser difundidos e também avaliados, “notando não só as belezas, mas os defeitos; os bons discursos, as provas eficazes; os pensamentos verdadeiros e nobres, a delicadeza das figuras; e sobretudo o artifício da composição.” (PORTUGAL, 1759, p. 15).

O procedimento do professor, após o ensino das primeiras regras da retórica, dos rudimentos da filologia e da explanação sobre os gêneros de discurso, era apresentado no parágrafo IX:

Sem deixar a Explicação, passará o professor às composições. Começará por narrações breves e claras, tanto em vulgar, como em latim. Depois mandará fazer elogios dos homens grandes, dando boas e úteis advertências sobre os panegíricos: discursos em o gênero deliberativo, e ultimamente no governo judicial. Em todos esses casos será útil que tire os assuntos dos melhores escritores latinos, principalmente de Cícero, modelo excelente em todo o gênero de escritura. E depois fará comparar aos discípulos as suas composições com as dos autores, donde foram tiradas; e notar o em que se apartaram, ou errando, ou excedendo-os. (PORTUGAL, 1759, p. 16).

Por essa prática, o discípulo aprenderia a criticar a maneira como se expressava, avaliando, ainda, a distância entre suas capacidades e as potencialidades na área discursiva, entre o que supunha pensar e o que estava a dizer. Neste ensejo, “a crítica se deve haver de sorte que, inspirando somente um justo discernimento com os discípulos, lhes acautele todo o espírito de contradição e maledicência.” (PORTUGAL, 1759, p. 15). A importância dessa advertência está na tentativa de demonstrar que a crítica é salutar, mas não deve ser desprovida de justificativa, como se fazia no extinto ensino jesuíta, onde as disputas

intelectuais tomaram o lugar da produção útil do conhecimento e dos temas relevantes. O ensino se vinculava, então, à produção e à capacidade de avaliar o próprio saber, cuja competência para a autocritica seria mensurada por um tipo de exercício praticado desde a época dos jesuítas:

Dará assuntos, para sobre eles discorrerem os discípulos na classe, fazendo que contendam entre si. Defendendo um uma parte e outro a contrária. Sejam porém os assuntos úteis, e agradáveis aos discípulos, que sobre eles devem discorrer. E seja sempre esta oposição o meio para domar por um hábito virtuoso o orgulho, não para excretá-lo. Advertindo sempre o professor, que nas contendas do entendimento é a cortesia e a civilidade com o contendor, o primeiro princípio do homem cristão, e bem criado. (PORTUGAL, 1759, p. 16).

Ao advertir que os assuntos escolhidos para a contenda deveriam ser úteis e agradáveis aos discípulos, asseverava-se que, embora consistindo em um método semelhante ao utilizado pelos jesuítas, não se pretendia que fosse conduzido no mesmo sentido que os inicianos. A contenda era entendida como necessária, mas sua utilidade era depositada no tema da disputa; de qualquer modo, a civilidade deveria ser a norma, afinal, se as partes não chegassem a um consenso não haveria ganho para nenhuma delas.

Afirmar as próprias convicções dependeria, então, de percebê-las como produtos de uma razão falível. O sucesso dessa questão era a evolução comum, onde todos os pontos de vista deveriam ser considerados. Além disso, a maior capacidade de expressão das idéias demonstrava uma habilidade mais desenvolvida de raciocínio lógico e, conseqüentemente, maior competência para executar os próprios planos, resultando na vitória da disputa. A equação retórica deveria sempre somar comentários ou multiplicar adeptos, nunca dividir opiniões ou subtrair conjuntos; seu resultado dependia justamente da moção do maior número de partidários, pois se acreditava que quanto mais pessoas se mobilizassem em prol de um objetivo comum, maior seria a probabilidade deste objetivo ser bom. Com a retórica, a maioria ganhou força nos assuntos públicos, e suas escolhas, ainda que motivadas pelo arrebatamento das paixões, foram cada vez mais respeitadas no âmbito político, por exemplo.

Se o guia da retórica era o saber universal, cuja inspiração vinha de textos de gregos e romanos como os de Aristóteles e Cícero²⁰, seu apelo era emocional. Outrossim, apresentar as emoções a grupos jovens de discípulos e ensiná-los a lidar com elas também era tarefa do mestre de retórica; por isso, um dos conteúdos da disciplina tratava-se da poética. Note-se que o deleite da retórica era proporcionado pela satisfação da inteligência, no reconhecimento de

²⁰ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “O que aspiram – os retóricos –, antes de tudo, é à manifestação de valores universais e não à revelação de verdades particulares, únicas, inefáveis, que levassem a distinguir cada artista, não apenas dos seus confrades, mas também do comum dos mortais”. (HOLANDA: 1991, p. 214).

referências e regras bem articuladas e apresentadas segundo uma tal felicidade verbal que transportasse o ouvinte para os mais nobres sentimentos. Pretendia-se demonstrar que havia um prazer no pensar que só se concretizaria no fomento de sentimentos nobres. Com o fito de despertar esses nobres sentimentos, tais como o senso de justiça, propõe-se, no artigo XII do decreto de instauração da disciplina:

Para animar os estudantes, os obrigará a fazer atos públicos, nos quais fará explicar alguns dos melhores autores, mostrando neles executado o que tem aprendido. E estes atos serão dois pelo menos, e não poderão exceder 4 em cada ano, ao arbítrio do professor. (PORTUGAL, 1759, p. 17).

Além disso,

O mesmo professor será obrigado a fazer uma Oração Latina todos os anos na abertura dos Estudos, e outra no dia em que se fecharem. Além disto, fará outra por ocasião do faustíssimo dia dos anos de sua majestade, naquele, que o mesmo senhor for servido ordenar. (PORTUGAL, 1759, p. 17).

Com essa prática, os estudantes eram submetidos à tensão de se apresentarem em público e ao prazer de ouvir discursos edificantes. No exercício público da fala, depositava-se a esperança de que o discípulo pudesse avaliar que combinações verbais eram mais aceitas, quais das suas idéias eram melhor entendidas e com que tipo de postura tinha mais empatia com qual público. Acreditava-se que o exercício contínuo da fala promovia o aperfeiçoamento tanto da inteligência, quanto da sensibilidade do orador; essa forma de instigar o estudante ao uso da razão e ao confronto com seus sentimentos teve uma longa durabilidade. Em 1830, a Escola da Sociedade de Instrução Elementar do Rio de Janeiro ainda aguçava as ambições dos seus pupilos, premiando suas apresentações da seguinte maneira: 1ª) a predeterminação dos lugares; 2ª) a participação aos pais; 3ª) o espargimento de flores; 4ª) a publicação do nome no mapa estatístico; 5ª) o acesso às classes superiores; 6ª) as vivas escolásticas, ou seja, aquele que se comportava bem publicamente podia escolher onde queria sentar-se, seus pais ficavam sabendo de seus sucessos, seu nome seria colocado na lista dos melhores alunos do colégio e ele passaria a um nível mais elevado de estudos. Além disso, em ocasiões especiais, os outros alunos eram obrigados a jogar pétalas de flores sob sua cabeça e a aplaudi-lo quando passasse.

As recompensas eram recebidas por aqueles que se saíssem bem no exame de leitura, que deveria ser feito a partir ou de um capítulo da *História*, de Simão de Nantua, mercador de feiras, ou de uma ode de *Poesias Sacras*, do padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, renomado orador da época. Todas as premiações eram públicas e a terceira e quarta recompensas contavam com o testemunho dos alunos de todas as seis turmas da escola. A ovação era geral e seu motivo era a leitura de um texto em voz alta, requisito para o ingresso nas aulas de retórica. Embora saber o conteúdo de matérias como geometria ou filosofia fosse

importante, só a retórica trazia fama para o estudante. Contudo, a busca dessa fama também poderia ser danosa, pois, assim como havia regalias, havia também punições, implementadas no caso do discente ser travesso, desatento, desobediente ou indisciplinado, dentre as quais: o silêncio, a imobilidade, a participação das faltas cometidas aos pais, a repreensão pública, a expulsão da escola. (Regulamento da Escola da Sociedade de Instrução Elementar em 1º de março de 1834. José de Castro Azevedo – diretor. ARQUIVO NACIONAL: SÉRIE EDUCAÇÃO IE 3, CX. 496).

No caso de um exame de retórica mal sucedido, o silêncio dos ouvintes servia como açoite ao discípulo: nada de aplausos, nada de vivas, nada de flores, nada de fama. Quanto mais errasse, mais o discípulo deveria ser submetido à fala e, ainda que os lugares da platéia não fossem tão concorridos, procurava-se contentar a assistência pela imitação dos discursos mais famosos. Nesta disputa inglória, perdia-se por falta de engenho, de carisma e de empenho, em um sistema em que só havia duas possibilidades: ou se vencia pela palavra ou se perdia por ela.

O estudante deveria ter conhecimentos e sagacidade o bastante para saber conduzir seu público aos fins pré-estabelecidos. Uma vez conquistado, esse sucesso era envaidecedor. A atenção de todos se voltava para o orador, flores cobriam-lhe a cabeça, vivas anunciavam seu nome, os colegas compartilhavam sua bem-aventurança, sendo obrigados a participar dessas homenagens. Enfim, o estudante experimentava a glória e, depois de acostumado a esse afeto, poucas vezes deixou de desejá-lo; por isso, o mestre de retórica era tão importante, bastando lembrar que ele servia como um parâmetro do tipo de ação que podia conduzir à glória.

Era o mestre de retórica um publicista, um chamariz para os encantos deste saber cuja necessidade foi expressa em 1759 pela reforma dos estudos menores. Mas, afinal de contas, que tipo de pessoas acorria à profissão? Quais eram os deveres que esses mestres tinham para com o ensino? Como seu acesso à docência era regulamentado? Qual era a sua importância? Como ele trabalhava?

1. 4. O mestre régio

O mestre do final do século XVIII e início do XIX em Portugal e “conquistas”, como o Brasil, era um homem de meia-idade que participava da vida religiosa de algum modo, ganhava pouco e, por isso, tinha uma profissão desprestigiada. No Brasil, em alguns casos, profissionais de outras áreas e estrangeiros, sobretudo após a transferência da corte, recorreram à docência para complementar sua renda, até que uma oportunidade de trabalho

mais atrativa lhes aparecesse. Mestres do sexo feminino não eram bem-vistas na época, pois, para João de Moraes Madureira Feijó:

Também os pais não devem fiar de uma mulher o primeiro ensino dos seus filhos no A, B, C e nomes, como se costuma nesta corte, porque nem elas sabem se o nome está certo ou errado, nem o soletram como o pronunciam; porque a experiência mostra, que escrevem Cramo, Frol, Mester, Pedor, e etc. e pronunciam Carmo, Flor, Mestre, Pedro. (MADUREIRA FEIJÓ, 1806, p. 488).

Se as mestras não eram bem vistas, tampouco os jovens que desempenhavam tal função possuíam algum prestígio, pois, como se anunciou em 1813, na *Gazeta do Rio de Janeiro*²¹, o mestre deveria ter “vastos conhecimentos, retidão de costumes, pureza de religião, e avançada idade” (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 07/04/1813 apud RENAULT: 1969, p. 19). Além de homens maduros, esperava-se que os mestres fossem religiosos. O que era cumprido, segundo Spix e Martius²², porque “a maior parte dos professores [era] do clero” (SPIX et MARTIUS: 1976, p. 48), o que lhes garantia reputação ilibada.

Como vencimentos, segundo Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, presbítero secular a lecionar História Eclesiástica, os padres-mestres recebiam entre 200 e 150 mil contos de réis para ensinar (TAUNAY: 1956). Todavia, um decreto de 24 de fevereiro de 1823, elevou para 240.000 réis o ordenado dos professores de primeiras letras da corte. Para se ter uma idéia acerca dos salários dos docentes, comparemos alguns vencimentos da época: o inspetor geral da impressão régia, por decreto de 29/12/1801, ganhava 400.000 réis por mês, e o cirurgião da câmara, 100.000 (CAVALCANTI: 2004, p. 270). Logo, para Varnhagen²³, em *História do Brasil*, só se tornavam mestres aqueles que não tinham outra atividade para auferir rendas, já que eram gastos muitos anos no estudo das letras sem um retorno financeiro equivalente. A título de exemplo, Varnhagen destaca um anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 14/04/1813, no qual Silvestre Pinheiro Ferreira²⁴ se oferecia para lecionar “Preleções Filosóficas” na sala do Real Colégio de São Joaquim. O historiador ressaltou que Silvestre

²¹ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi inicialmente redigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que a deixaria em julho de 1821. Bi-hebdomandário, era um jornal oficial, comunicando as notícias do governo. Também teve o frei Tibúrcio José da Rocha como editor a partir de dezembro de 1821, passando, então, a se chamar *Gazeta do Rio*. Com a independência, deixou de circular.

²² Carl Friedrich Phillip von Martius nasceu em 1794 e morreu em 1868; era botânico, médico e antropólogo. Fez parte da comitiva da grã-duquesa austríaca Leopoldina e recebeu o encargo da Academia de Ciências da Baviera de pesquisar sobre o Brasil entre 1817 e 1820. Escreveu ainda o ensaio *Como se deve escrever a história do Brasil*, publicado em 1845 no número 24 do jornal do IHGB. Johann Baptiste von Spix nasceu em 1781 e morreu em 1826. Este naturalista veio ao Brasil com os mesmos propósitos e na mesma época que von Martius, com quem trabalhou em parceria.

²³ Francisco Adolpho Varnhagen nasceu em 17/02/1816 na cidade de São Paulo e morreu em 29/06/1878 em Viena. Estudou matemática, atuou como engenheiro, diplomata e escreveu inúmeros livros sobre a história brasileira (BLAKE, 1870, vol. 1, p. 371).

²⁴ Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) foi por Alexandre Herculano como o maior pensador português do século XIX. Internacionalmente, dedicou-se ao estudo do direito e da filosofia. Serviu ao reino lusitano de inúmeras formas e sob vários cargos. (GUIMARÃES, 1938, p. 176).

Pinheiro realizara tal atividade quando estava afastado da diplomacia e sem outras chances imediatas de rendimento (VARNHAGEN: 1952).

A falta de outras fontes de remuneração também era o motivo mais comum para que os estrangeiros se empenhassem na carreira docente, o que de modo algum significava que esses fossem gabaritados para exercer a profissão, conforme asseverou o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire²⁵: “Todos sabem que o sistema colonial tendia a retardar os progressos da instrução, e depois que seus portos foram abertos aos estrangeiros, os que se meteram a ser seus mestres muitas vezes careciam de ser eles próprios instruídos” (SAINT-HILAIRE: 1938, p. 40). Entre os estrangeiros que lecionaram no Brasil, a maioria se dedicou ao ensino de suas línguas pátrias: dos trezentos franceses que estiveram no Rio de Janeiro entre 1817 e 1820, por exemplo, três eram professores de língua francesa e dois de música. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES/ARQUIVO NACIONAL: 1960, p. 13 e 33).

De modo geral, o perfil do mestre no reino lusitano em meados do século XVIII pode ser traçado ainda a partir dos direitos, deveres, costumes e do processo pelo qual recebia a licença que permitia o exercício da carreira docente no reino lusitano. A partir das Aulas Régias, os estudos menores ficaram dependentes de pontos isolados de atendimento, pois não havia muitas escolas além dos extintos seminários jesuítas; assim, o mestre se tornou uma figura essencial para o bom funcionamento da educação. Paralelamente, o mestre passou a ser responsabilidade do Estado, que, embora não pudesse aumentar consideravelmente o seu salário, garantiu a dispensa do pagamento de alguns impostos e, mais tarde, a concessão de certas regalias, como uma espécie de bônus salarial destinado a cobrir os gastos com a estrutura da aula, que ficara por sua conta²⁶. Em 3 de setembro de 1759, decretou-se que os professores de gramática latina e grega e de retórica fossem dispensados de pagar na chancelaria novos direitos sobre outros empregos e seus respectivos emolumentos. Na mesma data, foi concedido a esses professores “o privilégio da aposentadoria ativa, para estabelecerem as suas habitações e classes nas casas que fossem por eles requeridas, não sendo habitadas por seus respectivos donos, ou ocupados por pessoas a quem por tratados

²⁵ O francês Auguste de Saint-Hilaire veio para o Brasil em 1816 na missão extraordinária do Duque de Luxemburgo, que tratava da disputa entre França e Portugal pela posse da Guiana. Obteve aprovação do Museu de História Natural de Paris e financiamento do Ministério do Interior para estudar a flora brasileira. Deixou o país em 1822.

²⁶ É na abundância de cartas enviadas ao Diretor Geral dos Estudos, à Mesa do Desembargo do Paço e à Câmara de Vereadores solicitando diferentes emolumentos para cobrir os gastos com aluguel, giz, cadernos, carteiras e até materiais de construção, conservados pelo Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que se pode constatar que o salário de cerca de 200 contos de réis estipulado para o mestre do final do século XVIII e início do XIX não era, nem de longe, o único vencimento recebido por ele para cumprir a atividade de docente.

públicos competisse o privilégio de aposentadoria passiva” (RIBEIRO, 1871, p. 210).²⁷ Em fins de setembro daquele ano, os mestres foram ainda dispensados de pagar os direitos velhos e emolumentos das cartas que se lhes passassem. Por fim, alguns dos mestres de Coimbra foram aceitos na importante cerimônia do beija-mão, na qual só nobres e importantes eram aceitos.

Qualquer que fosse a sua situação, para lecionar, a regra mandava que o aspirante a mestre se submetesse aos exames regulares. O procedimento para realização desses exames no Brasil era comum: primeiro ele deveria requerer o exame às autoridades competentes, apresentando, com esse fim, atestados que confirmassem seus cursos de primeiras letras, retórica e da matéria a ser ensinada. José Raymundo da Silva, estudante residente no Rio de Janeiro em 1805, percorreu essa primeira etapa, como se pode depreender dos termos a seguir:

Diz José Raymundo da Silva, natural deste bispado, que ele deseja ser remetido a ensinar a mocidade da freguesia de São João de Carahi as primeiras letras por se achar vaga a escola régia que havia na mesma, e ter o suplente todas as instruções necessárias para o seu ministério: pois além de saber ler, contar e a doutrina cristã, freqüentou as aulas régias de Gramática e Retórica com a aprovação de seus mestres, como tudo faz certo pelos seus documentos, que junta e como para o referido fim se faz precisa a faculdade de V. Exa. Por isto. 27 de julho de 1805. José Raymundo da Silva. (INSTRUÇÃO PÚBLICA 4ª SEÇÃO 13 A CLASSE SÉRIE 14ª COLEÇÃO DE 1794 A 1804. LIVRO 500. ARQUIVO NACIONAL, RJ.).

Anexo ao requerimento, José Raymundo apresentava um atestado do professor régio de retórica da época, Manuel da Silva Alvarenga²⁸:

Atesto que José Raymundo, natural desta cidade, freqüentou a minha aula com grande aplicação e aproveitamento, como mostrou em todos os exercícios, de que foi encarregado, e é estudioso, de seus talentos e louvável morigeração, o que atesto debaixo do juramento do meu grau. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1799. Manuel Ignácio da Silva Alvarenga. (Carta recebida em Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1803 pela Diretoria de Instrução Pública/ INSTRUÇÃO PÚBLICA 4ª SEÇÃO 13 A CLASSE SÉRIE 14ª COLEÇÃO DE 1794 A 1804. LIVRO 500. ARQUIVO NACIONAL, RJ.).

²⁷ Vantagem duradoura no Brasil, segundo o ofício de Joaquim Floriano Toledo de 1828, no qual se lê: “O Professor de Gramática Latina requereu a Sua Majestade o Imperador ser jubilado com o seu ordenado por inteiro em razão de ter servido mais de 3 décadas, achar-se em avançada idade, e padecer moléstias graves, cuja pertença foi informada favoravelmente no ofício de 31 de junho do corrente ano.” (ARQUIVO NACIONAL, SÉRIE EDUCAÇÃO, IE3/CX 496: Secretaria do governo de São Paulo, 1828).

²⁸ Manuel Inácio da Silva Alvarenga foi um importante professor de retórica no Rio de Janeiro do final do século XVIII e início do XIX. Sobre ele, assinalou Januário da Cunha Barbosa: “Talvez que sem as lições de Manuel Inácio não tivessem aparecido nas cadeiras sagradas do Rio de Janeiro os Frias, os Rodovalhos, os São Carlos, os Sampaivos, os Ferreiras de Azevedo, os Oliveiras, os Alvernes e outros pregadores de nomeada, que, deixando os hábitos da antiga escola, abriram carreira luminosa, em que anunciam com mais dignidade e eficácia as doutrinas da nossa santa religião.” (SILVA, 1860, vol.6, p. 5).

Uma carta de recomendação era de extrema importância porque endossava as capacidades intelectuais do futuro mestre, assim como lhe atestava caráter suficiente para que honrasse seus compromissos, o que era necessário num sistema em que havia pouca inspeção dos serviços prestados pelo mestre.

Ao processo o Diretor Geral de Instrução reunia uma frase escrita pelo requisitante, no qual ele comprova saber ler, geralmente ditada por um dos examinadores indicados por mestres de Coimbra para efetivar os exames na colônia. Logo abaixo da frase mencionada, anotava-se uma conta, frequentemente de multiplicar ou dividir, com a qual o aspirante a mestre atestava seus conhecimentos de matemática. Os examinadores da maior parte dos processos inclusos na caixa 486 de Instrução Pública do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro são José Fernandes de Carvalho e Luís Joaquim Varela de França. Era comum, ainda, apresentar-se mais de uma carta de recomendação que atestasse a boa conduta do candidato, considerado indicativo de grande prestígio. Vale ressaltar que a brandura dos exames era calculada pelos dirigentes como um paliativo à falta de candidatos às carreiras em questão e, mesmo quando esses professores já exerciam suas profissões, como lentes, por exemplo, novos exames mantiveram a mesma filosofia²⁹.

No caso dos exames de retórica, o mestre deveria submeter-se a uma prova na qual sua memória seria testada. Ele recebia um tema sorteado pelos examinadores 48 horas antes da referida prova e preparava um discurso sobre ele, devendo recitá-lo em sessão pública. Tal discurso era chamado de tese e, como a distância impedia que muitos brasileiros concorressem ao cargo de mestre régio, determinou-se que eles poderiam enviar sua tese por escrito para Coimbra, onde ela seria examinada:

Sua majestade foi servida determinar, que daqui em diante as cadeiras de Gramática, Retórica, Filosofia e Geometria das Capitanias da América sejam providas em sujeitos hábeis e que tenham concorrido a provar a sua aptidão perante professores daquelas faculdades que Va. Exma. nomear na Universidade de Coimbra e que procederão à escolher, ou por exame público ou o que seria melhor, proponho alguma questão ou Tese e das mesmas respectivas matérias que lhes houvessem de tratar, do cujo Exame resultasse o conhecimento dos superiores talentos, e luzes daquele que a houvesse escrito, e que merecesse assim ser preferido: E nesta conformidade ordena sua majestade que v. exma. mande proceder de um modo público ao exame, e contestação de alguns sujeitos hábeis para as diferentes Cadeiras nas

²⁹ Como se atesta no Ofício de José Arouche de Toledo Rondon, diretor do Curso Jurídico de São Paulo: “Posso afirmar a Vossa Excelência que os lentes se portaram com juízo prudencial, seguindo o termo médio nos exames: há ótimos estudos! Que merecem elogios, e há alguns poucos que deveriam ser reprovados, se senão atendem as circunstância de desperdiçarem muito tempo em escrever apostilas, como já ponderei a v. exa. Acresce outro mal, que ponderei há mais tempo: é melhor evitar aos estudos as ocasiões de distrações os banindo com a reprovação. Evito que os Estatutos ainda demandem tempo precioso (solicita reprovação branda). São Paulo, 9 de (?) de 1828, José Arouche de Toledo Rondon (Diretor do Curso Jurídico)”. (ARQUIVO NACIONAL, SÉRIE EDUCAÇÃO, IE3/CX 496: Ofício de José Arouche de Toledo Rondon sobre os exames no Curso Jurídico de São Paulo).

Capitanias da América, e que remeta depois a esta Secretaria de Estado os nomes dos candidatos felizes para serem promovidos às cadeiras que vagarem, recomendando a mesma senhoria, que se proceda pelo segundo método quanto puder ser de propor pontos sobre que se possam fazer dissertações, pois que deste modo ficará livre o concurso aos naturais do Brasil e até residentes sem serem obrigados a vir a este reino. Sua majestade espera que v. exma. com as suas luzes, e conhecimento concorra para o estabelecimento deste sistema, que pode ser muito útil para dar professores hábeis e que promovam a educação e instrução da mocidade. D.V.N. Exam. Palácio de Queluz em 12 de maior de 1797. D. Rodrigo de Souza Coutinho. (AN. VICE REINADO: INSTRUÇÃO PÚBLICA, D9, CODES/SDE CX. 496).

Dever-se-ia enviar, portanto, uma tese para ser analisada pelos mestres de Coimbra, de cuja avaliação dependia a concessão da licença para a instrução. Até que a licença fosse expedida, o mestre concursado rateava entre seus discípulos os custos do curso que oferecia. Uma vez conquistada, a cadeira de mestre régio era vitalícia; por isso alguns substitutos da matéria davam as aulas até a morte do titular, quando, só então, podiam candidatar-se como opositores à vaga, também por meio de requerimento, como fez o estudante Antônio José Pitta em 1803:

Diz Antonio José Pitta, que ele tem notícia achar-se vaga a cadeira régia de Ler, escrever e contar da freguesia de S. José desta cidade, por falecimento do sr. Manoel Ferreira, em cujo lugar deseja ser provido e porque para o conseguir precisa ser examinado. (INSTRUÇÃO PÚBLICA. LIVRO 500. ARQUIVO NACIONAL, RJ).

O mesmo tipo de pedido foi feito por João José Vahia, em 1815, após a morte de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, um dos mais famosos mestres régios de retórica do Rio de Janeiro.

Como as Aulas Régias não supriam à demanda de estudantes nos principais centros urbanos de Portugal e de suas conquistas - tais como a cidade do Porto, de Salvador, de Évora ou do Rio de Janeiro -, além dos mestres régios, havia, ainda, alguns mestres e escolas particulares. As escolas particulares de Portugal, segundo um relatório publicado em Paris, nos *Anais das Ciências, das artes e das letras* de 1818 a 1822:

[...] são, como nos outros países, ou sustentadas pelo governo ou pagas pelos particulares... Entre nós, na capital, os mestres têm um ordenado tão diminuto que para subsistirem são forçados a descuidarem-se da regência das escolas; nas terras das províncias, pela maior parte, este importante ofício é encarregado a um religioso, a quem a sua idade e as moléstias muito poucas vezes permitem desempenhar os seus deveres, os quais de mais a mais é obrigado a preencher quase de graça. As escolas pagas pelos particulares, tendo ordinariamente menos discípulos, caem no mesmo defeito de não poderem sustentar quem as dirige. Em umas e outras resulta deste inconveniente, aumentado pelos que traz consigo o método simultâneo, que nas Escolas gratuitas o ensino se prolonga de modo que os pobres,

preferindo quase sempre o socorro imediato que podem receber do trabalho de seus filhos, à perspectiva de uma instrução que por muito tempo tem esperado inutilmente, e para que são obrigados ainda a fazer a despesa de tinta, papel, penas e livros, sacrificam aos interesses presentes as vantagens futuras. Nas Escolas pagas, a contribuição que, segundo nossa lembrança, é de 240 até 480 réis por mês, isto é 2\$880 a 5\$800 réis por ano, junta às outras despesas, muitas vezes decide os pais tomarem o mesmo partido; e em ambos os casos a maior parte desses meninos saem das escolas pouco mais ou menos como entraram, apenas com a infeliz diferença de alguns hábitos viciosos que nelas contraíram; alguns acaso conseguem ler mal e escrever mais depressa garatujas do que letras, e raros alcançam, como por milagre um talho de letra seguro e uniforme. (apud BRAGA: 1892, p. 30. Tomo III: 1700- 1800).

Sobre os mestres particulares no Rio de Janeiro, o decreto de 30 de junho de 1821 permitia a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escola de primeiras letras, independente de exame ou licença³⁰. Sendo a maioria dos mestres portugueses ou instruídos em Portugal, seu comportamento era similar àquele visto em terras d'além mar. O mestre particular podia ensinar de duas formas: montando uma escola, onde atenderia vários estudantes de uma só vez, ou acompanhando individualmente um discípulo. Numa ou noutra opção, o mestre poderia ensinar em sua própria casa ou na casa do estudante, sendo necessário apenas um quarto onde houvesse mesa e cadeiras.

1. 5. O preceptor

Quando acompanhava seu discípulo diária e individualmente, o mestre era chamado de preceptor e, nessa qualidade, muitas vezes contou com a valioso auxílio de um ou outro plano de ensino. O presbítero Francisco Luís Leal, mestre de Filosofia na Universidade de Coimbra, por exemplo, aceitou projetar a educação do filho do conde de Ega, escrevendo para isso um *Plano de Estudos Elementares* que guiasse as atividades do preceptor desse nobre rapaz. O

³⁰ No início do século XIX, no Rio de Janeiro, há um relatório sobre esses mestres. A primeira parte do relatório reúne as escolas de meninos e entre aquelas que indicam o número de alunos estão: a da Freguesia São José, com Luís Anastácio da Silva Barata como mestre, situada na casa por baixo da Secretaria de Negócios do Império, com 18 discípulos; a da Freguesia da Candelária, com Felizardo Joaquim da Silva Moraes, na casa 12 do Largo de Santa Rita, com 90 discípulos; a da Freguesia do Sacramento, com Francisco Joaquim Nogueira Neves, na casa por baixo da Academia Militar, com 147 alunos; a da Freguesia de Santa Rita, com Venâncio José da Costa, na rua do Fogo, com 80 estudantes; a da Freguesia de Santana, com João José Pereira Sacramento, na rua do Sabão, com 75 estudantes. O segundo grupo reúne as escolas de Meninas: Freguesia da Candelária, Maria Joaquina Albana de Lorena, Rua de trás do hospital, 12 alunas; Freguesia do Sacramento, Ana Joaquina d'Oliveira e Silva, rua da mãe dos homens, 30; Freguesia de Santanna, Polucena Maria da Conceição, rua de São Pedro, 44. Têm-se aí um total de 496 estudantes, dos quais 410 eram meninos e 86 eram meninas; os professores eram 8. Em média, seriam 62 alunos por mestre, mas como havia mais estudantes do sexo masculino, são cerca de 82 garotos para cada mestre e 28 garotas para cada mestra. O que se constata, porém, é uma discrepância da relação estudantes/mestres que varia de freguesia para freguesia e de mestre para mestre. ARQUIVO NACIONAL, SÉRIE EDUCAÇÃO, IE3/ CX 496: Relação das Escolas de Primeiras Letras, seus locais, nome de seus professores e número dos discípulos segundo os respectivos livros de matrículas, 1836.

uso de planos de ensino também era adotado pelos mestres de escolas particulares, nesse caso, o estudante deveria ter objetivos e o mestre não poderia furtar-se a eles.

A proposta de Francisco Luís Leal para a educação do filho do conde de Ega tinha como objetivo fazer o discípulo ser capaz de ordenar, classificar e verificar a utilidade dos conhecimentos. Para isso, era imprescindível que o educando lesse, sejam as obras indicadas, sejam aquelas que melhor lhe aprouvessem, todavia não era indicado que o discípulo lesse em demasia, pois,

Se o não ler é causa da nossa ignorância, o ler muito é talvez um mal ainda pior, que é a perda de tempo. Conheço algumas pessoas, que lêem volumes inteiros, e que logo depois se não lembram do que leram. Os lógicos ordenam que se leia pouco, e que se medite muito. A demasiada leitura, diz o sábio Genuese na terceira carta que vem na sua metafísica, reimpressa em 1799, não só nos rouba quase todo o tempo de meditar e refletir, mas também oprimindo e abatendo a nossa alma, a faz um pouco estúpida. Eu porém aconselho a meu exmo. discípulo que leia, como eu sempre fiz no decurso da minha vida, isto é, com a pena na mão ou copiando dos autores as suas melhores passagens, ou formando das suas obras compendiosos extratos. (LEAL, 1801, p. 8).

Enfim, na proposta de Leal era necessário que o aluno descobrisse o prazer da leitura - evidentemente sintonizado com o prazer de escrever - e o exercitasse ao longo dos seis a nove anos em que teria seus estudos guiados pelo preceptor. Não obstante, o sucesso do método dependia também de alguns outros requisitos:

Suponho que o discípulo tem alguns talentos; suponho que a sua educação física o tem feito ágil e robusto; suponho que na educação moral os seus primeiros aios não lhe tenham influído um caráter teimoso, impertinente, e caprichoso; suponho finalmente, que o educador tenha ganhado a sua amizade, e um amável respeito escorado pelos próprios pais; aliás será um mestre de mera formalidade; que seja capaz de o ajudar na sua carreira, entretendo-o primeiramente com objetos sensíveis, e depois acostumando-o pouco a pouco à saber usar perfeitamente dos seus sentidos. Quando porém observar que este começa a refletir, deve do mesmo modo o Educador acelerar o mais e mais que puder, o desenvolvimento desta faculdade, ajudando a aplicá-la aos objetos capazes de entrar na sua pequena esfera. Desta maneira é que se lhe devem comunicar conhecimentos úteis a si e à sociedade. (LEAL, 1801, p. 69).

O discípulo desse tipo de mestre era incomum. Instruído nas normas da alta sociedade desde a infância, ele deveria ser educado para um tipo de convívio muito sofisticado, exigindo de seu mestre uma qualificação especial que independia do Estado. Para ser mestre pelo método apresentado por Francisco Luís Leal, o candidato deveria ser:

Aquele que além da Língua Latina, souber a grega, que entender as línguas francesa, inglesa, italiana; que for instruído na geografia, cronologia, e história e nas ciências matemáticas; que tiver conhecimento do direito

público, e da filosofia; e ultimamente que tiver o dificultoso talento de se acomodar à estreita capacidade dos Meninos. (LEAL, 1801, p. 52).

O mestre era responsável por educar o discípulo formal e moralmente, o que fazia por meio dos exercícios de retórica, através dos quais avaliava a forma como o discípulo pensava, bem como acostumava o discípulo a opinar sobre os mais variados temas. As disciplinas abordadas eram: História Natural, Física, Metafísica, Geometria Elementar, Filosofia Moral, Eloquência, Poesia, Pintura e História, esta dividida em Cronologia e Geografia. Em todos os anos de estudos havia um período de férias, em janeiro, contando trinta dias, e mais quinze dias vagos na Páscoa e quinze no *Corpus Christi*. O período de instrução, por sua vez, duraria entre três e quatro horas por dia e o aluno deveria dedicar mais duas ou três horas para a leitura das obras que seriam tratadas na próxima aula e uma hora para realizar os exercícios ministrados na última aula, o que resultava numa rotina diária de 6 a 8 horas de estudos. As folgas deveriam ser preenchidas com atividades edificantes, como a equitação, aulas de línguas e de música, mas essa era de responsabilidade dos familiares. O método de estudo de todas as matérias era comum: o estudante deveria aprender a ordenar seu conhecimento, classificar as informações auferidas e, por fim, verificar a utilidade desse saber recebido pelos sentidos e processado pelas reflexões que, pautadas pela moral, civilizavam o homem.

Segundo esse mestre de filosofia de Coimbra, um homem civilizado é um homem que reflete, que pensa sobre as informações recebidas guiado por uma conduta moral. Seu agir é polido porque é todo arquitetado segundo suas intenções, visto que agir sem intenções é despir o conhecimento de utilidade, terceiro e fundamental requisito da reflexão. De acordo com Leal, a retórica e a eloquência forneciam subsídios para que o conhecimento fosse útil, na medida em que pressupunham objetivos e estratégias para a reflexão e sua exposição, aspectos imprescindíveis para os púlpitos e tribunas a que se destinava seu plano. Desta maneira, a prática da eloquência era diária – toda leitura era seguida de reflexão e exposição oral. No entanto, como disciplinas, eloquência e retórica não ocupavam um longo tempo do estudante; pois, para Leal, a estrutura do discurso era menos importante que seus temas, sempre adaptados à fortuna, ritmo e interesses do pupilo. Entre os grupos sociais mais abastados da metrópole, a retórica não foi, portanto, uma disciplina de grande importância ou, sequer, a protagonista de uma mudança considerável na instrução. É verdade que houve os que se dedicaram à carreira de letras e deixaram de estudar latim para se dedicar à retórica, é certo, mas eram apenas um ou dois dos filhos de um grande senhor que, geralmente, se tornariam padres. Os demais seguiram a vertente de estudos que atendia aos negócios da família.

1. 6. Os colégios religiosos

Quando esse tipo de educação preparatória era implementada em colégios, a disciplina era mais rígida, porque se tratava de ensinar, no caso das escolas religiosas, a grupos médios de trinta discípulos em cada classe. Há que se acrescentar ainda: acreditava-se que o discípulo deste tipo de colégio chegava ali ignorante.

No *Plano de Estudos da Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco* de Lisboa há um exemplo de como as aulas de retórica faziam parte do curso preparatório fornecido por uma instituição de ensino religiosa que, embora tenha diminuído seu número de pupilos em 1759, ainda era das mais freqüentadas. A disciplina de retórica era implementada após o tempo do noviciado, acompanhada de uma ressalva ao mestre:

Terá cuidado sumo em fazer os estudantes lerem em voz clara e bem acentuada, para evitar os defeitos, que costuma haver na pronúncia. Também os deve exercitar nos preceitos de formar as ações: e para este fim obrigará os discípulos a que instituam entre si discursos para os ensinar a conservarem com dignidade; a usarem de expressões medidas; a regularem as vozes; e a representarem com decência. Desta sorte serão educados em civilidade, companhia inseparável da boa virtude; e aprenderão a evitar as contestações que do espírito escolástico das aulas passarão a fazer ingratas as mesmas conversações familiares e contestações que só servem para confundir a verdade. Nesta aula é que os estudantes devem começar a costumar a imaginativa a bons objetos; porque dela dependem em grande parte os sistemas, que os homens adotaram no decurso da sua vida. Isto há de conseguir-se pelo total desconhecimento dos maus livros; pelo retiro de conversações insípidas; e pela continuada lição de autores graves e de obras castigadas. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 1).

Falar com dignidade, utilizando expressões adequadas e sabendo impostar a voz era uma demonstração de civilidade, significando que o discípulo conseguia seguir as regras do jogo da inteligência adequadamente, sem que lhe passassem pela cabeça “maus pensamentos” inspirados por leituras perniciosas. Igualmente, embora o aluno devesse trazer a retórica para o seu cotidiano, também deveria aprender a selecionar o momento oportuno para travar disputas intelectuais – não desperdiçando seu engenho com situações pífias ou temas superfluos.

A fim de manter os princípios do ensino de retórica e da postura do mestre, foram estabelecidos os livros pelos quais os discípulos deste colégio franciscano deveriam conhecer a disciplina. Eram eles: *Tratado de eloquência*, de Thomé Correa; *Retórica de Cícero*, de Fabio Vitorino; *Instituições Retóricas: e infinitos Tratados Modernos*, de Dictérico; *Retórica*

Sagrada, do padre Fr. Luiz de Granada e as obras de Aristóteles e São Basílio. A fim de que o mestre fizesse bom uso dessas obras, pressupunha-se que tivesse conhecimento de outras, tais como *O pedagogo*, de São Clemente Alexandrino; *O método de estudar*, de Du Pin; *O tratado anônimo da educação pública*, em francês; *O plano da educação pública*, por Colomb; *O método dos estudos*, de Fleury e, finalmente, *A maneira de ensinar*, de Rollin. A partir dessas leituras,

Os exercícios das aulas serão da maneira seguinte: perguntar o mestre a lição; explicar a seguinte; e responder às dúvidas, que lhe propuserem os estudantes sem prolixidade; porque a maior averiguação reserva-se para as conferências cotidianas, e Conclusões domésticas hebdomadárias; de sorte que sirvam estas perguntas dos discípulos para se instruírem na maneira de buscarem a verdade, e para se disporem a argumentar em público. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 29).

Deve-se observar que havia uma atenção quase exaustiva do mestre de retórica na avaliação do desenvolvimento de seus discípulos e que, para isso, os livros pelos quais este deveria guiar-se eram os títulos da mais recente instrução francesa. Apesar disso, não se menciona uma única vez com a escrita como parâmetro de avaliação, sendo inclusive banida como atividade dos mestres nessas aulas:

Proibiu-se todo o exercício de escrever nas aulas, devendo-se nelas estudar, explicar e conferir pelas sumas, que vão determinadas. Contudo, se os professores quiserem fazer alguma ilustração, ou se quiserem dissertar sobre alguns pontos, o poderão fazer, dando a copiar os estudantes o seu escrito, contanto que não poderão usar dele publicamente nas aulas sem aprovação do conselho, nem se hajam de escrever nas mesmas aulas. Abolido pois o sistema de escrever, explicarão os professores pelas obras seguintes. O mestre de retórica ensinará pelas Instituições de Quintiliano com a prudência de evitar o que for prolixo. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 25. BN/OR 63,5,18).

Com a escrita abolida, a não ser pela cópia, parecia óbvia a permanência apenas da fala como instrumento de criação, se não de comunicação. A escrita era considerada um mecanismo que atrasava o estudo das matérias, um meio de dispersão da atenção dos discípulos que, em detrimento do coletivo, fomentava sentimentos mesquinhos³¹. Esse plano de estudos seguia as inovações previstas pela reforma dos estudos de 1759 e nele a retórica, além de ocupar dois anos letivos, dava maior enfoque à criação de um estilo próprio do discípulo.

No segundo ano exercitará o mestre aos estudantes na composição de Cartas Latinas, habilitando-os primeiro com a devida instrução sobre o método de as compor; tendo porém o cuidado particular em que os estudantes se

³¹ Leila M. Algranti (2004) anotou, neste sentido, que a leitura em voz alta era preferível à leitura silenciosa porque evitava pensamentos corriqueiros e mesquinhos. A publicidade da leitura era um modo de direcionar, de controlar o pensamento.

habituem a um epistolário até formarem estilo. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 2-4).

Enquanto as informações gerais eram prestigiadas no primeiro ano, o exercício de composição era primordial no segundo ano, quando o mestre deveria inserir o estudo das *Cartas Latinas*, de Cícero, e fazer os pupilos dissertarem conforme esse modelo. Todos esses estudos serviam como preparação para os três anos de estudo da disciplina de Filosofia, que abrangia a História da Filosofia, a Lógica, os Princípios de Geometria, a Física, a Ética e o Direito Natural. Nessa disciplina, o conhecimento da retórica era considerado essencial porque permitia aos estudantes entender e explicar as mais diversas inquietações humanas. Dentro da estrutura de ensino havia, ainda, o professor de Cânones, o de História Eclesiástica, de Teologia Moral, de Teologia, de Religião Revelada, de Escritura e o regente,³² responsável por anunciar as sabatinas.

Para ser mestre de retórica nesse tipo de colégio, era necessário passar por um concurso longo e penoso. Primeiro, o candidato, ou opositor, devia apresentar um ano de rigorosa disciplina: sem sair do convento mais que uma vez por semana e sem pregar fora dele ou mesmo pernoitar em outro lugar que não fosse sua cela. Ele era dispensado do coro para melhor estudar e, quando chegasse a hora da avaliação, era isolado apenas com os livros para seus exames. Dias depois, o examinador ia visitá-lo fornecendo os temas sobre os quais deveria apresentar sua sapiência. Em prazo estipulado, o opositor escrevia extratos dos livros indicados sem consultá-los, mostrando que os entendia e recordava deles o mais fielmente possível.

Depois de algumas dessas provas, que incluíam tanto autores da igreja quanto de fora dela, o opositor apresentava biografias dos autores cujas obras havia explicado e resumido. Finalmente, três dias de sueto eram abertos a esse opositor para que ele escrevesse o texto mais importante de seu concurso, podendo então utilizar a biblioteca do convento. Tal texto deveria ser lido em sala de aula pelo lente. Nessa ocasião era avaliada sua capacidade de explicar-se aos alunos sem estar em sua presença. O provincial acompanhava a reação dos discípulos ao texto apresentado e avaliava a habilidade que o aspirante a mestre tinha de ser claro, objetivo e elegante apenas com suas idéias, sem sua presença.

³² “O Regente, ainda que não tenha autoridade sobre os professores, contudo é obrigado a vigiar no cumprimento das obrigações daqueles: e a respeito dos estudantes deve propor ao prelado local as negligências de que os notar para serem castigados: Ele deve pacificar, e por a termo as inquietações, que se poderão excitar nas disputas e conservar os Colégios em boa harmonia; E assim mesmo, deve vigiar os Colegiaes se estudam nas horas que se lhe determinam para o silêncio de estudo. É mais obrigado a dar conta ao Conselho dos Pontos, que os professores farão afixar na porta da aula, para deles se tratar nas Sabatinas, e Conferencias quotidianas, quando lhe parecer que algum é digno de nota, embaraçando entre tanto que dele se dispute.” (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 16).

Chega-se, então, à última fase dos testes. O opositor será fechado na biblioteca para escrever sobre um ponto qualquer, sorteado entre os temas de estudo das aulas. No mesmo dia, ele deve escrever uma dissertação e em quinze minutos dizê-la de cor diante dos mestres da casa, que apresentarão dois diferentes argumentos acerca da questão estabelecida para serem desenvolvidos pelo opositor oral e imediatamente. Nessa fase do concurso, o que mais interessava aos avaliadores era a presença e a memória do candidato, além da sua agilidade de raciocínio. Em outras palavras, exigia-se do futuro mestre que, mesmo em condições de extrema pressão, fosse capaz de se lembrar dos autores mais importantes, de suas idéias e de como torná-las claras, sem, em nenhum instante, mostrar-se indigno, nervoso ou fraco.

Em nova data, fechado na livraria por quanto tempo desejasse, o opositor devia escrever uma tese sobre o tema que melhor lhe aprouvesse. A partir daí, o que cabia ao opositor estava feito. O Provincial encaminhava a dissertação ao conselho e, de posse de seus textos, os conselheiros deliberavam quais candidatos seriam eleitos como mestres. Todo o processo era levado em conta e os que não saíam eleitos poderiam ser nomeados substitutos. Para os franciscanos, o rigor desse processo era importante porque do Magistério dependia “o crédito da ordem, a pureza da doutrina, a produção sucessiva de bons professores e o desempenho dos religiosos nos seus ofícios” (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 37).

O candidato a mestre nesses concursos era chamado de opositor porque, oficialmente, as vagas estavam sempre abertas; bastava opor-se publicamente ao mestre ocupante para dar início a um concurso em que a vaga seria disputada. No entanto, o costume era que o concurso fosse aberto apenas quando o ocupante da cadeira estivesse morto, fosse transferido ou promovido para outro cargo.

De todos os mestres era esperada uma qualidade comum: ser grande conhecedor das paixões e razões humanas. Além disso, almejava-se uma conduta equilibrada quanto aos próprios afetos. Nesse sentido, o mestre “Deve, portanto, gozar de reputação de homem iluminado, sábio, prudente, sofredor de trabalho, de um zelo constante, e que se interessa cordialmente no progresso dos discípulos sem predileção de pessoas”. Para mais, deve “Evitar que os estudantes caiam na arrogância [...] situação, que a experiência mostra dar mais lugar à inchação escolástica, do que à sobriedade recomendada pelo apóstolo”. (ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DO REINO DE PORTUGAL, 1769, p. 40 e 41).

Ora, os mestres franciscanos foram, junto aos oratorianos, os principais sucessores dos jesuítas na instrução lusitana. No Rio de Janeiro, durante a madrugada de 3 de novembro de 1759, o Colégio dos Jesuítas foi cercado por duzentos soldados. Agostinho Félix Capelo,

ouvidor-geral, e José da Silva Fonseca, coronel, apresentaram ao padre Manuel Ferraz, reitor do colégio, o decreto régio de sua expulsão. Os soldados entraram no colégio para apreender as riquezas jesuítas, que não passavam de quarenta escudos romanos. Ordenava-se que todos os jesuítas do território brasileiro fossem aprisionados nos fortes do Rio de Janeiro para serem enviados a Roma e lá receberem seu breve de secularização. Contudo, devido a comoção carioca em prol dos inacianos, Gomes Freire determinou que os religiosos ficassem livres durante o dia todo, mas que fossem reunidos nas dependências do Paço “duas vezes ao dia ao toque da sineta”. (FERNANDES: 1936, p. 75). Passados alguns meses, todos aqueles jesuítas que ainda não haviam renunciado a sua vocação foram confinados num navio até 11 de março de 1760, quando foram enviados a Roma. Apenas dois dos dezenove confinados abandonaram a Companhia; os demais seguiram para Roma em navios de carga. Os que ficaram, dada sua esmerada educação, dedicaram-se à carreira da docência ou passaram para outras ordens. Boa parte dos inúmeros jesuítas que trabalhavam com a instrução no Brasil converteu-se ao estatuto franciscano, deixando o carisma da erudição pelo da humildade.

Note-se que os antigos jesuítas, ao tornaram-se os novos franciscanos, precisaram acostumar-se a valores diferentes daqueles aprendidos na antiga ordem. Além disso, como sua companhia havia sido extinta, acusada de inúmeras faltas, seu comportamento era vigiado pela população e pelos religiosos; não fosse a extrema rigidez com que cumpriram a disciplina franciscana, os antigos jesuítas certamente não seriam aceitos. Por ser a pregação também uma das principais ferramentas de divulgação da ordem franciscana e, sabido que os jesuítas muito entendiam desta arte, boa parte dos antigos inacianos foi empregada nesta atividade quando se converteu à ordem franciscana. Do mesmo modo, como era reconhecida a sua erudição, muitos jesuítas ensinaram aos franciscanos os mistérios da religião. Desta feita, uma ordem fundiu-se com a outra, reiterando valores comuns e estabelecendo novos costumes. Tendo a erudição jesuíta sido tomada como preciosismo, preferiu-se esconder ou suavizar este “carisma”, prevalecendo em seu lugar a humildade franciscana. Entenda-se, portanto, que se a maioria dos mestres no Brasil era composta por antigos jesuítas, então novos franciscanos, e que a maioria dos discípulos acostumou-se a um discurso marcado pela erudição e pela humildade – aquela escondida e negada, esta assumida e ressaltada.

Um dos valores mais importantes ensinadas nesse tipo de colégio era a necessidade da disciplina para a vida dos homens. Ensinando a pobres e remediados, os padres-mestres se esforçavam em provar que a disciplina conferia maior credibilidade aos seus discípulos; atestava-se, num modelo de tradição nobre, que a persistência e a resignação podiam garantir estabilidade às conquistas da população. Escolher, expressar e alcançar essas metas eram

verbos conjugados no estudo da disciplina de retórica, cujos principais modelos eram oriundos da eloquência de grandes sermonistas e de nobres oradores. Nestes colégios, o contato com as regras da retórica e o aprendizado, por imitação, da eloquência, eram importantes, pois contribuíam para que as pessoas se entendessem melhor. Paralelamente, esse exercício retórico propiciou uma padronização da fala e do pensamento popular.

De mais a mais, como a reforma pombalina da instrução fixou um sistema de ensino fragmentado, concentrou-se, na figura do mestre, a dinâmica dos estudos. O trabalho do mestre era tanto formal, quanto moral, exercido pela imposição de uma disciplina à conduta do aluno. Na metrópole, observou-se a eleição desses mestres com uma rigidez por vezes radical, mas, nas colônias, como o Brasil, dada a escassez de profissionais especializados, a nomeação como mestre régio era simples. Devemos ressaltar que boa parte dos padres-mestres do Brasil era composta por missionários portugueses (ALMEIDA: 2000), ao passo em que foi comum a adoção de planos de ensino para conferir método aos estudos. No que diz respeito à retórica, a principal lição desses planos de estudo era de que o discípulo deveria estar apto a ordenar, classificar e verificar a utilidade de seus conhecimentos.

As primeiras publicações de portugueses, seja da metrópole, seja da colônia, que trataram dessa nova retórica foram aquelas oriundas das teses defendidas no exame para o encerramento dos estudos menores. Sendo assim, é do que escreveram e falaram os discípulos dessa época que se forjou uma primeira noção do que seria a retórica luso-brasileira. O papel, o perfil e as idéias defendidas nas teses desses discípulos serão, portanto, abordados a seguir.

1. 7. Os primeiros exames de retórica: a definição lusitana dessa área do conhecimento

O exame de retórica, durante o final do século XVIII e início do XIX, era realizado no final dos estudos menores e dava acesso aos estudos maiores. Os primeiros exames foram realizados em Portugal e, por isso, preferimos partir desses exames para apresentar as definições que inauguraram o uso lusitano da disciplina. Tratam-se de exames realizados no Real Colégio dos Nobres e nos seminários de Mafra e Santarém, nos quais foram apresentadas a importância da retórica, suas regras e seus objetivos. Deles também se pode inferir o tipo de estudante que teve um contato inicial com a disciplina, tal como ela foi instaurada em 1759, e inaugurou seus usos: homem, branco, detentor de meios que lhes permitiam estudar e, muitas vezes, ligado de algum modo à carreira religiosa, eis o estudante de retórica do final do século XVIII.

Com o resultado dos exames, que consistiam numa tese defendida perante examinadores licenciados, obtinha-se ou não o visto de entrada na Universidade de Coimbra. As avaliações envolviam todo um cerimonial que legitimava a importância que o estudante arrogava a si mesmo. Quando a tese era defendida, na maioria das vezes, já se havia cumprido a etapa da escrita a contento da banca examinadora; aí não tanto o que se falava, mas o modo como se falava fazia toda a diferença. A sonoridade da voz, a expressão da face, os gestos e a certeza de si eram as qualidades que estavam em teste. Desse comportamento fazia parte um ar de solenidade, pois sempre que falava o jovem se submetia à avaliação de seus conhecimentos.

Os examinadores também eram observados enquanto avaliavam o exame oral, de modo que o estudante tinha mais chances de saber quando errava ao falar do que ao escrever, isto porque o discípulo estava frente a frente com o mestre no momento da avaliação. Tais avaliações orais eram públicas; destarte, o estudante dessa época aprendeu a lidar melhor com a avaliação oral do que com a escrita, pois fora treinado a submeter-se a esse tipo de prova tanto quando falava, como quando assistia a avaliação dos colegas.

As exigências desse tipo de exame estavam adequadas às decisões reais de 1759, seguindo, portanto, um padrão normativo como aquele adotado no Real Colégio dos Nobres³³, em 1791. Os estudantes Antônio de Saldanha da Gama, Antônio José de Saldanha Oliveira e Sousa, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Sousa e João Galvão Mexia Mascarenhas fariam o teste naquele ano. A fim de preparar sua tese, os estudantes receberam as seguintes recomendações:

Das Instituições Retóricas de Quintiliano exporão tão somente as Doutrinas, que se contém no Compêndio deste autor, impresso para uso do Real Colégio dos Nobres. Além disto, analisando a Oração de Cícero *pro Dejotaro*, mostrarão todo o artifício Oratório, que nela poderão descobrir. Também se oferecem a explicar a Carta de Horácio aos Pisões, chamada vulgarmente *Arte Poética*, seguindo a interpretação dos melhores escritores. (COLÉGIO DOS NOBRES, 1791, p. 1, grifos do autor).

Além das mesmas referências, os estudantes também poderiam apresentar uma única tese, desde que sua exposição fosse feita separadamente, ou seja, a elocução do discurso valia tanto quanto ou mais do que a tese escrita. Para o estudante, a finalidade desse ritual era provar aos examinadores que era capaz de persuadir e deleitar aqueles a quem apresentava um raciocínio direcionado por uma causa previamente estabelecida. Nos primeiros exames da disciplina, tanto a forma quanto o tema da tese deveriam estar relacionados com a retórica.

³³ O Real Colégio dos Nobres foi fundado em 1761, em Lisboa, e servia para a formação pré-universitária de uma aristocracia portuguesa, servindo de referência para os estudos menores em todo o reino.

O frei Martinho do Rosário, estudante do Real Colégio de Mafra, em 1790, foi um dos primeiros realizar esse tipo de exame. Na tese apresentada para ser defendida, Rosário tentava provar o quanto os Príncipes Beneméritos eram justamente louvados pela eloquência e poesia, iniciando seu discurso pela definição desta arte, seu uso e seus preceitos:

Chamar-se-á retórica, ou arte de bem falar, à coleção dos preceitos, que ensinam a persuadir pelo discurso. O uso desta arte é tão universal, como é a necessidade da persuasão. Daqui o apreço com que a estimam sempre os eruditos, certos dos meios, que ela oferece, para fazer agradável qualquer das ciências, que estudam, ou sobre que escrevem. Ainda que estes preceitos são da natureza e o Orador as observa, para os praticar, ser-lhe-á muito dificultoso, e talvez impossível a sua execução, sem os aprender nas obras dos que se serviram deles felizmente. (ROSÁRIO, 1790, p. 3).

A retórica era uma arte prescritiva e universal. Dependia da erudição de seus portadores, inspirados tanto pelo estudo de textos considerados clássicos, como pela observação do comportamento dos bem falantes. Era necessário, portanto, que o discípulo estudasse os grandes mestres da retórica, na época, Cícero, Demóstenes, Bossuet, Massillon, Vieira, entre outros. As referências da disciplina no final do século XVIII, portanto, variavam de uma retórica clássica, como a grega e a latina, a uma retórica sagrada, como aquela ministrada pelos jesuítas. Definida a retórica como a arte de bem falar que se estendia a tantos assuntos quanto fosse possível, Rosário localizava sua importância na Europa do final do século XVIII:

Mas hoje a Europa tem assaz aprovado os sentimentos daquele famoso mestre [Cícero], quando assina à Retórica um lugar distinto no Plano dos seus Estudos. Nós, que além de seguirmos este mesmo Plano, achamos honrada a nossa arte, depois que a nossa soberana se tem dignado a observar os seus progressos muitas vezes, assim como os das outras que manda ensinar neste seu Real Colégio; servimo-nos também de um tão grande estímulo, para continuarmos anualmente, como agora, a expor e defender os seus princípios. (ROSÁRIO, 1790, p. 3).

Logicamente, não foi apenas em Portugal e seus domínios que a retórica exerceu sua influência, aliás, nem foi em Lisboa que ela foi reanimada com tão vivas cores³⁴. Em Portugal, todavia, pretendia-se capacitar o povo lusitano para prosperar pela comunicabilidade oferecida pelo estudo da retórica. Seguindo esta linha de raciocínio, Rosário afirmou sobre a importância do seu estudo:

Como é certo que as coisas se proferem da mesma sorte que se idearam, se não há regra que as emende, para saírem ao público, debaixo da sua direção,

³⁴ Da França, sobretudo da obra de Mr. Rollin, é que se tirou inspiração para as mudanças implementadas no campo da educação lusitana; sendo assim, é a ela que nos referimos nesse excerto, e a referência utilizada para afirmar a importância da retórica na Europa do final do século XVIII vem de Hans Ulrich Gumbrecht, na obra *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa – estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*, publicada em 2003 pela editora da UFMG.

e como é também certo que, a saírem sem esta regra, mil vezes, hão de perder o fruto de moverem aos que a ouvem, segundo se propõem sempre quem quer persuadir, fica indubitável, que os preceitos da Retórica geram a Eloquência nos que se sentem hábeis em conceber as idéias que servem à persuasão. Ainda mesmo sem esta utilidade, merece todo o apreço a retórica, por dar a conhecer aos que a estudam o bom, ou mau gosto das composições literárias, certeza, que nunca pode ter quem ignora esta arte. (ROSÁRIO, 1790, p. 4).

Na opinião de Rosário, a retórica podia, sim, moldar belas expressões de modo adequado; em outras palavras, havendo o conhecimento da retórica, era possível fomentar o talento na eloquência, se não, pelo menos, uma maior clareza quanto ao bom e ao mau gosto literário. A perfeição do discurso deveria ser buscada, passo a passo, por meio do estudo e, mesmo que não fosse atingida, sua busca já representava um aprimoramento das relações de comunicação entre os homens. Havendo uma correspondência entre o pensamento e a fala, na retórica, o que se disciplinava era o pensamento por meio da fala e, como o pensamento era amplo, também a retórica deveria expandir-se sobre vários temas e matérias, cada qual explorada através do gênero adequado mais adequado. Segundo o estudante, havia três gêneros: demonstrativo, deliberativo e judicial, cujos objetivos, independente do escolhido pelo orador, seria o de persuadir seu ouvinte da tese proposta:

Os meios do Orador introduzir a persuasão no auditório é trabalhar por ser acreditado, por parecer reto, e por lhe mover os corações: e eis aqui assaz vasta matéria para a invenção do mesmo orador, e que só pode julgar fácil aquele que nada reflete sobre as dificuldades, que a vontade opõem sempre aos que pretendem arrancá-la as suas próprias mãos. (ROSÁRIO, 1790, p. 9).

Entretanto, merecer crédito não é algo simples; o orador há de manter uma conduta constante se quiser garantir seu crédito social. Essa constância poderia ser demonstrada por meio dos estudos, apresentando muitos trechos de textos considerados clássicos, por exemplo, o que demonstrava que o discípulo estudava com frequência e afincado, fato que testemunhava em seu favor. Manter uma conduta irrepreensível também era necessário, então

[...] não basta que o Orador diga coisas dignas de crédito, se por outra parte suspeitam nelas menos retidão os ouvintes. Eis aqui logo o mesmo Orador obrigado a recomendar, de modo que não pareça vaidade, assim a sua pessoa; como a sua causa, e lembranças que produz, para a defender. Sabe-se quanto é fácil aos homens abraçarem o que lhes persuade apenas amam isto mesmo, e se declaram seus apaixonados. (ROSÁRIO, 1790, p. 11).

A humildade deveria ser sempre o ponto de partida daquele que se dirige a um público com o fim de persuadi-lo de uma tese, pois a insolência poderia caracterizar o trabalho do discursista como um esforço artificial e; por conseguinte, a falta de naturalidade do discurso colocaria em dúvida a autenticidade da tese, aliás, lançando dúvidas sobre a probidade daquele que

discursa. O estudante que assumia o lugar de orador precisava saber recomendar-se para ser bem aceito; pois, por melhor que fosse, se não parecesse bom, não convenceria seu público que, uma vez receoso de acreditar em suas palavras, tampouco deixaria que seus sentimentos fossem conduzidos, o que compreende a terceira regra dessa retórica:

Move o orador os corações dos ouvintes (terceira e última diligência da sua invenção), pelos afetos com que os inflama, ou mitiga, segundo a necessidade das causas. Por mais que seja certo não terem os afetos coisa alguma com os ditos discursos, visto subsistirem estes vigorosamente só pela força que lhes dão as provas; contudo não se segue disto o que já disse algum autor moderno que os mesmos afetos sejam a coisa mais baixa, e humilhante para os homens; deixando-se tocar deles, à vontade do Orador, que os suscita pelo tom da voz, gestos, e esforço, ou brandura das expressões. Porque como os homens nem podem contrariar natureza que os fez sensíveis, nem jamais serão indiferentes as paixões que os alucinam: é dos Oradores emendarem-lhes estes defeitos por paixões contrárias; aproveitando aquela sensibilidade, e suprimindo eficazmente por ela, o que falta na exposição das provas. Estas mesmas provas, diz Quintiliano, fazem com que os homens conheçam a justiça da causa; os afetos fazem com que eles a amem. O ponto está em que o Orador não abuse dos afetos, para suscitar pela sua força, o que detesta a razão. Mas ajuntar a mesma razão este poderoso meio dos afetos, naturalíssimo ao coração dos ouvintes, nenhum orador de nome deixa de fazê-lo. (ROSÁRIO, 1790, p. 13).

Razão e sentimento faziam parte da retórica de modo equivalente, e ambos deveriam estar submetidos ao controle do orador. Para alcançar um equilíbrio, era necessário o estudo dos sentimentos que, nos primeiros exames da disciplina, são designados como afetos. Para João Dias Pereira Chaves, estudante de Mafra, os afetos também tinham importância na retórica:

Sobre os estilos dos afetos subscrevemos as seguintes regras: 1. O Orador deve usar aqui das frases mais perceptíveis que puder, 2. Não manifestar pensamento que gere qualquer embaraço na inteligência dos ouvintes, 3. Não expor as idéias em ar de quem argumenta com proposições, 4. Doer-se com termos de consternação e angústia e irar-se pelos mais fortes e expressivos, 5. Evitar toda a flor da Locução que alicie com a aparência de engenhosa, 6. Fugir de certos lugares comuns, que encantem pelo trabalho e curiosidade com que são ataviados, 7. Deixar as antíteses, períodos harmoniosos e toda a colocação de palavras que pareça estar de propósito em correspondência e desafio de outra semelhante, 8. Fazer com que os afetos não venham sem provas, que os disponham, exceto nas matérias em que todos estão já apaixonados, 9. Abster-se de sentenças que nascem ordinariamente da meditação mais profunda. (CHAVES, 1784, p. 14).

Para Chaves, ao mostrar quais atitudes inspiravam confiança, indignação, ódio ou entusiasmo, o orador ensinava ao seu público alguns valores morais edificantes. Para um público sem discernimento, assistir à raiva do orador diante desta ou daquela situação era instruir-se no que podia ou não fazer, em como deveria se comportar nesta ou naquela

ocasião. Esse foi o mote da tese intitulada *Exposição dos preceitos da retórica e poética; tratados de Cícero, Quintiliano, Horácio, Boileau e outros mestres da eloquência e poesia*, defendida no dia 16 de junho de 1784, na sala dos atos do Real Colégio de Mafra, sob a presidência de d. Luís da Sra. Carmo, na qual pretendia provar *Quanto os Oradores bem morigerados fazem mais persuasiva a sua eloquência*.

Mais atentos aos afetos, os estudantes Paulo Inácio Ferreira e Manuel da Assunção³⁵ dedicaram-se ao estudo e apresentação desse aspecto da retórica em seu “exame”:

Os afetos são a descoberta mais proveitosa e ao mesmo tempo a mais agradável, que o Orador pode fazer pela Invenção, a favor da sua causa. Como neles está o louvor e triunfo da eloquência, a quem Cícero chama por isso Rainha, não será verdadeiramente orador, o que ignorar a arte de os excitar nos ouvintes. (BRUNETTE, 1785, p. 33).

A sagacidade do orador era composta da arte de disciplinar a razão e de uma natureza sensível aos sentimentos, ou seja, a razão era oriunda do estudo, e a sensibilidade, da observação. Ambas dependiam do empenho e da disciplina do orador, de modo que, para atingir os afetos, o orador precisava, primeiro, apresentá-los. Nesta ocasião, o orador “deve igualmente mostrar-se primeiro aos ouvintes no estado, em que quer pô-los; por ser impossível que eles ardam, se o orador os esfria.” (BRUNETTE, 1785, p. 33). Ao mesmo tempo em que os sentimentos são tocados, a inteligência também deve ser utilizada, pois, “A vontade não abraça mais que os objetos representados pelo entendimento.” (BRUNETTE, 1785, p. 33). Conforme nota Rosário, era imprescindível que o orador fosse capaz de provar os argumentos pela razão para que sua credibilidade fosse mantida. Na tentativa de arrazoar seus argumentos, o orador deveria estar atento ao uso das provas da causa, de modo que não fosse contraditório, porque “É necessário que as narrações atendam por último a serem tais que contenham, como em pequeno, as provas da causa, e não digam por descuido, o que pode vir a ser-lhes nocivo...” (ROSÁRIO, 1790, p. 18).

Cada argumento deveria ser apresentado com concisão e concluído parcialmente ao longo do discurso; nesse sentido, Rosário aconselhava: “é muito melhor falar menos, sem faltar à causa, do que enchê-la de belos quadros, que lhe sejam estranhos.” (ROSÁRIO, 1790, p. 18). Ao fim e ao cabo, o risco de dizer alguma bobagem não compensava a vaidade de ter muito a dizer. Para o frade, a instrução promovida por meio do discurso devia ser sempre feita

³⁵ A tese de Paulo Inácio Ferreira e de Manuel da Assunção para o Real Colégio de Mafra é a de que a eloquência e a poesia merecem a proteção dos príncipes e seu esforço era o de dizer qual devia ser a medida dessa atenção. Para os estudantes, o espaço ocupado pela eloquência e pela poesia numa sociedade devia ser correspondente à necessidade que seu príncipe tinha de informar seu povo e, ao mesmo tempo, de auferir sua adesão.

com um estilo humilde; se o propósito era agradar, o estilo deveria ser o ameno; e se era o de mover, o elevado ou sublime. Segundo Rosário,

O primeiro conhece-se por ter muitas mais idéias, que palavras; o segundo, pelo contrário; e o terceiro ajusta sempre as palavras com as idéias, de sorte que umas e outras entrem em igual número, a figurar diante dos ouvintes. (ROSÁRIO, 1790, p. 28).

A opção de Rosário para provar que a eloquência e a poesia serviam muito bem para louvar aos príncipes foi a do estilo humilde, que, aliás, ele acreditava ser o mais adequado para instruir. Na realidade, essa foi a escolha da maioria dos primeiros estudantes de retórica dessa época quando quiseram comprovar suas teses, entre eles, Inácio Brito, também estudante de Mafra.

Em seu exame de retórica, em 1782, o estudante Ignácio José de Moraes Brito tentava responder à questão: “Quanto é eficaz a persuasão da eloquência para conduzir a virtude e a boa índole dos príncipes?”. Sua tese é a de que a retórica, sendo a arte de falar bem, o que implica “sábua escolha das palavras e dos pensamentos”, contribui para o cultivo de bons pensamentos e sentimentos no príncipe, persuadindo-lhe, portanto, da justiça necessária ao reino. Uma vez que exercitasse a justiça, o príncipe alcançaria a virtude. Segundo Brito, como não havia “arte alheia da matéria” retórica “em que se exercite” o pensamento, ela era útil a todos aqueles que tivessem a virtude como finalidade, o que significava a busca pela vastidão de conhecimentos e objetividade de pensamento:

Daqui nascem os vastíssimos conhecimentos que deveria ter o Orador, não só para concluir habilmente todas as Questões a que pudesse utilizar o seu préstimo, mas também para se servir das Luzes que umas dão a outras; ou as gerais, chamadas Lugares Comuns, trazem às particulares; evitando sempre a demora e freqüência enfadonha dos tais lugares, para que não pareça um declamador vago, que foge à decisão das dúvidas, encoberto com o aparatoso montão de belas, mas ociosíssimas palavras. (BRITO, 1782, p. 4).

Para Brito, quanto mais estudasse, mais vaidoso o discípulo tendia a ficar, o que prejudicava a clareza com a qual deveria julgar a si próprio e ao fruto do seu trabalho, tornando-se um orador medíocre, incapaz de atingir a perfeição. Foi com certa aversão à verborragia, caracterizada como ociosidade das palavras, que os estudantes lusitanos de retórica do final do século XVIII procuraram fugir dos assuntos que não fossem considerados úteis, que não tratassem da pátria, da prosperidade e do bem comum. Deveria o orador ser um erudito, mas nunca um diletante; neste caminho, saber demais também era um erro.

Quando o orador conseguia manter a objetividade, isso significava que ele era um homem de bem, porque se esforçava por não dispersar o ouvinte falando de temas desnecessários que, inclusive, poderiam desviá-lo da verdade. A esses oradores, se o caso é

convencer, aquele que ouve é sempre mais importante do que aquele que fala. O primeiro alerta de Brito era o de que a retórica é uma arte cuja finalidade, persuadir, deve estar direcionada para o objeto da ação. Assim:

Será necessário que faça consistir a sua primeira qualidade em ser homem de bem, para não enganar jamais o auditório, que lho não merece, pela confiança com que se entregou a sua probidade. Para isso, todos os seus argumentos ou razões com que prova os assuntos devem ser ao menos verossímeis, disposto a deixá-los, apenas se mostrarem verdadeiros os do contrário. Estas razões pode achá-las o orador e com efeito as descobre na atenção com que olha para as circunstâncias da causa; porque nenhuma outra coisa o fará mais eloqüente, que o encher-se dela, ou da justiça que a acompanha. (BRITO, 1782, p. 5).

O orador não deveria, portanto, subestimar seu público, ou deixá-lo sem entender aquilo que dizia e, para isso, deveria recorrer às mais variadas maneiras de se fazer entender. Acerca dessas maneiras, pontuou Brito: “valem muito os Exemplos; sobretudo para com os menos sábios, que ordinariamente, ou não entendem, ou temem as razões como laços armados à sua simplicidade.” (BRITO, 1782, p. 6). Tais exemplos eram geralmente retirados da história, e a sensibilidade para saber quando e onde utilizá-los vinha, para Brito, de uma certa cultura de salão, imprescindível ao orador quando quisesse ser simpático e sensível às paixões. Estas paixões, por seu turno, ensinavam ao orador que era necessário despertar simpatia em seus ouvintes, seja em relação ao tema, seja em relação à sua própria pessoa, isto porque:

[...] basta ser-lhes desagradável o objeto proposto, ou a pessoa do mesmo Orador que lho deu a conhecer, para se conservarem na indiferença ou tenacidade em que estavam antes das suas diligências. Há conjunturas em que parece prodigioso o triunfo dos oradores; do que é boa testemunha a História dos mais célebres. Mas é quase um meio certo deste triunfo a acautelada recomendação que faz de si e da causa de seus ouvintes, um orador sábio nos segredos de sua arte. Convém muito, diz ele, que quem fala aos homens lhes seja grato, e procure que também o seja o objeto por quem fala. A dignidade do orador, nascida da fama da sua vida, a brandura da voz, a afabilidade do semblante, e um certo ar de violência quando repreende, produzem então os mesmos efeitos. (BRITO, 1782, p. 6).

O orador deveria, portanto, saber manipular as paixões de seus ouvintes em favor próprio, de modo que a platéia concordasse em ouvi-lo. Neste sentido, Brito compara a disposição do discurso com a ordem na construção de um edifício: um mau discurso pode ser um labirinto. Os “cômodos” do discurso devem, pois, ser acomodados à sua função: para começar um discurso, exórdio; para apresentar a tese, proposição; para comprovar a tese, narração; para encerrar o discurso, epílogo.

No exórdio, o orador deve cumprimentar sua platéia e informá-la do que seguirá. A isso deve suceder a proposição que, uma vez anunciada, será comprovada e, para este estudante, “As provas do discurso são o todo dele, porque mais esperam os mesmos ouvintes, como objeto que lhes anunciou na proposição.” (BRITO, 1782, p. 11). Após a apresentação das provas e da ponderação de questões em contrário, deve o orador resumir o que foi dito e concluir suas idéias no epílogo. Para Brito, “Seja o Epílogo afetuoso, mas com sobriedade; deixando os ouvintes antes saudosos, do que fartos das lembranças patéticas que os enterneceram.” (BRITO, 1782, p. 13). À construção dos andaimes da oração, deve-se suceder sua ornamentação:

Juntas assim e dispostas todas as coisas precisas à Oração, segue-se adorná-las, e por a última demão a este belo edifício. Assinam-se quatro meios para isto; a saber: Elegância, Composição, Dignidade e Decoro. O primeiro está todo em falar pura e claramente; o que cumpre aquele orador que foge das palavras antigas, quando não as precisa; das novas, que tem raro uso; das sórdidas e estrangeiras à Língua, em que se explica; e das frases poéticas, alheias certamente da gravidade da Oratória. O segundo está na boa colocação das mesmas palavras que se adotam, dando-lhes ordem, união e número; o que mostraremos com exemplos. Consiste o terceiro nas figuras da Retórica; que não devem ter este nome, se carecem de força e graça. Usa-se, enfim, do quarto; apropriando os estilos diversos de falar às causas, e ainda às partes diversas das mesmas causas, segundo o pede a sua grandeza, ou vulgaridade. (BRITO, 1782, p. 14).

Para o estudante, o equilíbrio da oração vinha de sua capacidade de atender a causa, sendo útil, e de deleitar o público, apresentando informações interessantes e composições verbais bonitas, o que termina por descrever sucintamente o procedimento do orador caso quisesse persuadir a população da necessidade do bem.

Se os estudantes de Mafra, Rosário, Brunette e Brito, defendiam que saber os procedimentos mais utilizados da retórica era suficiente para que um sujeito fosse bom orador, para os estudantes de Santarém, ter um dom ou propensão para a retórica era essencial. Luís Gonzaga da Silva, Filipe Neri Vital Gorjão, Joaquim José Duarte, João Marques de Oliveira, Francisco de Assis e Manuel da Silva Botelho, alunos do Real Colégio Patriarcal de Nossa Senhora da Conceição na Vila de Santarém, defendiam que “Retórica é a arte que ensina a descobrir tudo quanto é capaz de persuadir em um discurso”, o que não significa dizer que quem conhece as regras é feliz em aplicá-las, pois “há muita diferença entre Retórico e Orador”. Todavia, a finalidade de ambos é a mesma: a persuasão, seja ele um orador sagrado, seja ele um orador profano, cumprindo

[...] em primeiro lugar [...] falarem ao espírito, ao coração, à imaginação; para o que lhes fazem indispensáveis os meios próprios, que são razões, sentimentos e movimentos. V – Cumpre em segundo lugar não só inventar

estes meios, mas também dar-lhes arranjo nas partes principais, e em cada parte entre si, e depois exprimi-los; pois são estas as principais operações do homem eloqüente: logo. VII – Segue-se em terceiro lugar da definição dada que a matéria do orador são todas as coisas que são suscetíveis de persuasão, tais como as que tocam o coração do homem; porque são justas ou injustas, úteis ou prejudiciais, honestas ou indecorosas, agradáveis ou desagradáveis; coisa que tanto os ignorantes, como os sábios podem entender e falar por terem tendência às ações da vida e servirem de incentivo para obrar ou deixar de obrar. (SANTARÉM, [177-], p. 5-6).

Assim sendo, para os estudantes do colégio de Santarém, era necessária certa aptidão para desenvolver os conhecimentos de retórica no discurso. A aptidão não era própria do retórico, mas sim do orador. De acordo com os estudantes de Santarém, cada orador, como cada homem, possuía habilidades e propósitos diferentes; nesse sentido, diferentes oradores compunham diferentes tipos de discurso. O orador sagrado, por exemplo, “deverá ser realmente homem sábio e bom, e prudente; muito principalmente persuadindo mais o exemplo que as palavras”. (SANTARÉM, [177-], p. 13). Ademais, como o fim da oração era a “felicidade eterna dos ouvintes”, o orador sagrado “deverá trabalhar mais pela utilidade, do que pela novidade da Proposição”. (SANTARÉM, [177-], p. 17).

Aos estudantes, portanto, do mesmo modo que o orador acomodava seu discurso ao seu lugar social e ao seu propósito, a retórica acomodava o discurso ao seu espaço, natureza e finalidade. No caso de haver diferenças entre os oradores e seus lugares, o trabalho ficava comprometido e, para os estudantes de Santarém, esta discrepância era irremediável, pois a destreza dos oradores, tida como uma dádiva divina, só podia ser aperfeiçoada, mas nunca gerada. Observações deste tipo corroboravam ainda mais a distinção que os três estudantes faziam entre retores e oradores. Para eles, a inexperiência dos retores, que se preocupavam apenas com as regras do discurso, sem, no entanto, se entregarem à prática da eloqüência, provocava a construção e a discussão de regras inaplicáveis à oração. Aliás, essa não era uma opinião exclusiva dos estudantes de Santarém.

Com suas *Conclusões sobre a poesia e a eloqüência*, o estudante Sebastião José de S. Paio Melo e Castro submeteu-se ao exame de conclusão dos estudos menores em 1779. Para ele, retórica e eloqüência eram áreas que comportavam diferentes habilidades. Em seu exame, afirmava uma tese preliminar: a poesia e a eloqüência servem ao culto de Deus e à utilidade do Estado. Castro pretendia comprovar a veracidade de sua tese partindo de uma definição da eloqüência:

A eloqüência nasceu da natureza, observados os preceitos retóricos no uso e trato daqueles que tinham mais eficácia para persuadir. Sem engenho e juízo não poderá o orador produzir as boas lembranças de que foram os seus discursos: mas também sem o conhecimento dos ditames, que a longa

experiência dos séculos tem ajudado para servirem de regra aos mesmos discursos, eles saíam sempre defeituosos e próprios muitas vezes para o contrário do fim útil a que se dirigiam. Esses ditames dividem-se ordinariamente em três classes: uns que pertencem à invenção, outros a disposição, e os últimos a elocução, porque o Orador deve inventar, dispor e adornar, segundo as regras da retórica, tudo quanto diz, se quer alcançar a persuasão, em que só consiste a verdadeira Eloquência. (CASTRO, 1779, p. 9).

Mais legítima, porque natural, a eloquência foi destacada em detrimento da retórica. Na eloquência, a elocução era de suma importância e dependia tanto da experiência do orador quanto de seu gênio. Nela distinguiam-se ainda mais aqueles que apenas conheciam as regras da retórica daqueles que sabiam utilizá-las com maestria. No Brasil, prevaleceu essa segunda corrente, em que se preferiu a eloquência à retórica. Por essa razão, aqui não importava que os frades tivessem o costume de vender seus sermões uns aos outros, pois, assim como as palavras memorizadas, era o modo de apresentá-las que distinguia o orador:

Esta é a parte da retórica que distingue tanto o homem eloquente, do que só é retórico; como a que diferencia entre si os oradores. Dar preceitos, bem se vê que não é pô-los em prática; mas sendo muitos os que se aplicam sabiamente a esta prática, só o modo de os fazer mais ou menos agradavelmente, é que pode distingui-los, e eis aqui a vantagem que traz a elocução a qualquer orador. Uma imaginação fecunda pode inventar facilmente um juízo sólido; e o conhecimento dos preceitos inspiram uma boa ordem, e corrigem todo o desvario das lembranças; mas a elocução pede mais trabalho, medita muito sobre a língua que se fala, para escolher dela os termos mais expressivos, claros, puros, e estar sempre usando deles; e além disto reserva também, e põe como à mão, os mais concisos e sonoros, porque tem ainda bastantes vezes de por em uso; já para imitar nas palavras os pensamentos; já para fazer aos ouvidos uma espécie de música, com que os recreie ao mesmo tempo em que fala. As figuras retóricas tem aqui o seu lugar próprio, para o que deve conhecer-se a força e a graça particular de cada uma, a fim de que o bom orador nem as introduza sem a necessidade de algum especial movimento que então peça o discurso, nem as julgue indiferentes por lhe parecer que qualquer delas poderá aí fazer o mesmo efeito. A arte ensina as próprias de cada lugar; tranqüilas e mais ou menos veementes, porque na sua economia e boa escolha, vai grande parte da fortuna a que aspira o discurso. Os diversos estilos igualmente tem o seu uso na elocução. Da maior ou menor importância da matéria, se tira o conhecimento de qual deles lhe compete. Nós responderemos ao que se nos perguntar sobre todas estas advertências, que constituem a boa Elocução. (CASTRO, 1779, p. 12-13).

Na memória do ouvinte, a longo prazo, estariam fixados os afetos que a elocução do orador era capaz de inspirar. Dentro deste limite, a eloquência era mais importante, porque só a experiência garantia ao orador a capacidade de mover os afetos da platéia mais resistente. Neste âmbito, a retórica é considerada inútil sem a eloquência. O que não era o caso das teses defendidas em Mafra e Santarém, cujos oradores, além de inexperientes, deveriam focar-se mais na razão que nos afetos. Para eles, importava comprovar seus conhecimentos, o que

significava, inclusive, bem recomendar a si próprios para passar no exame de retórica que dava acesso aos estudos na Universidade de Coimbra ou para conseguir a licença que os autorizasse a lecionar a disciplina que haviam estudado. Esse tipo de exame foi realizado tanto por portugueses do Brasil como de Portugal e, embora as teses apresentem as mais variadas causas, a ordem com a qual são apresentadas é comum.

De todo modo, o discípulo que se arriscasse ao exame de retórica precisava possuir o que os lusitanos denominavam de “natureza eloqüente”, caracterizada por um certo poder de sedução por meio das palavras que se comprovava pela boa compreensão, boa conduta e pela morigeração demonstradas. Neste sentido, João José Vahia, mestre de retórica no Rio de Janeiro em 1818, atestava a frequência do discípulo José Soares Carneiro, assinalando que:

Como professor régio de retórica e poética desta cidade do Rio de Janeiro atesto que José Maria Carneiro, natural da Vila de Parati, freqüenta a minha aula com aplicação, assiduidade, mostrando que tem muito boa compreensão, é de boa conduta e louvável morigeração, o que firmo ser verdade, [...] atesto debaixo do juramento do meu grau. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1818. João José Vahia.(VAHIA, 1818, p. 1)

Nos certificados emitidos por ocasião deste tipo de exame era comum destacar o talento e o saber do discípulo, tanto quanto sua natureza propensa aos estudos, afinal, nesta época, acreditava-se seria pouco o que o estudante poderia resolver com o conhecimento dos artifícios retóricos se não tivesse vocação para a fala³⁶. Tal vocação era demonstrada na defesa de uma tese, onde o comportamento do orador era sempre o de quem se submete a uma avaliação e, mesmo que não saiba do que está falando, precisava convencer seus ouvintes-avaliadores de sua ciência sobre o assunto tratado, de modo que esse reduzido grupo de letrados acostumou-se a falar mais do que sabia e, no mesmo sentido, a supervalorizar os conhecimentos dos seus pares, na intenção de colaborar para sua boa nota.

A falta de registro permanente de suas opiniões, assim como a ambigüidade da retórica, respaldou durante muitos anos a suposta perspicácia desses beletristas que, além disso, distinguiam-se pela riqueza que lhes sustentava o estudo. O ar solene conferido a esta práxis contribuiu igualmente para que se projetasse uma determinada postura do letrado

³⁶ Exemplo dos certificados expedidos pelo mestre para o discípulo que pretendia ingressar em Coimbra é o que segue atestando os conhecimentos de José Bernardino Ferrão da Gama, a propósito da disciplina de Filosofia Racional, cursada no Colégio de Nossa Senhora Mãe dos Homens: “O Sr. José Bernardino Ferrão da Gama. Aluno de Filosofia Racional no Colégio de Nossa Senhora Mãe dos Homens, sendo apresentado publicamente a exames da (sic) faculdade, e tendo mostrado tal desembaraço, e desenvolvimento de gênio, e aplicação que fez conhecer-se ao vivo, que se achava bastante imbuído das excelentes luzes daquela ciência, que fornecendo as melhores noções para a carreira de letras, abre esta solidez de seus princípios, clareza e explanação das mais bem fundamentadas regras do discurso uma larga porta às mais ciências, que todas vão nela buscar sua firmeza, foi julgado pelo congresso dos lentes do colégio digno de plena aprovação e com suficiência para cursar as aulas maiores, isso de uma maneira brilhante satisfaz a expectativa do colégio, que lhe augura os mais avantajados passos. Por isso se lhe mandou passar o presente atestado como um testemunho de seu saber e talento.” Imperial Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 17 de julho de 1833. (carimbo em cima da assinatura, Arquivo Nacional – INTENS DOCUMENTAIS, QN 65.65 – 22/09/1833).

diante de seus colegas: num espaço em que falar era o mesmo que estudar e refutar a opinião do colega era considerado um ato de vilania – uma vez que debater as idéias apresentadas poderia diminuir a nota do expositor, que geralmente era um igual –, o debate entre os alunos foi considerado um ato secundário.

Só aos mestres essa possibilidade era apresentada e, na cátedra, a palavra do mestre encerrava verdades incontestáveis, tanto porque este se tornara mestre em razão de seus muitos méritos – a alfabetização por si só já constituía sinal de distinção e nobreza –, quanto porque não havia muitos outros meios pelos quais suas idéias poderiam ser comprovadas ou mesmo discutidas além das orações dos docentes. A retórica era considerada uma ação que propiciava a distribuição da cultura, tão necessária para a civilização e conseqüente prosperidade da população. Seu uso era naturalmente bom, pois demonstrava a generosidade de seu portador em compartilhar seus conhecimentos, que automaticamente assumiam ares de dom, de elevação espiritual. O aplauso do público servia como base para o julgamento das habilidades do orador. O ornamento do discurso garantia a distinção dos oradores segundo classe, profissão ou intenções. Tal recurso estava vinculado ao nível de conhecimento e habilidades do orador em relação às partes que compunham a arte retórica, mas a eficácia do discurso estava mais próxima do carisma de seu portador, típica da eloqüência.

Para Alexandre José de Melo Moraes, mestre de retórica no Rio de Janeiro, a disciplina só poderia ser definida em função de suas semelhanças em relação à eloqüência, esta mais próxima do carisma necessário ao orador. Para o mestre:

Retórica é a arte que dá preceitos ou regras para se descobrir os meios mais fáceis de fazer um discurso persuasivo ou eloqüente. Eloqüência é o talento de infundir com rapidez e com força na alma das pessoas aqueles sentimentos de que estamos possuídos. É talento e não arte, porque a Eloqüência é um dom da natureza, que nem o estudo e nem a arte podem ministrar. As regras são um freio ao gênio, para se não demandar, e são um facho para alimentar seus vãos: o seu único préstimo é embarcar que os rasgos, verdadeiramente eloqüentes, se desfigurem com outros que não o são, ou provenham da negligência ou nasçam do depravado gosto. Como talento natural a eloqüência é indivisível. A retórica como arte compreende em suas regras a eloqüência. (MORAIS, [18--], p. 1).

Seja quando moldava, seja quando esculpia, a matéria prima e o objetivo da retórica era sempre a eloqüência. Destas definições poder-se-ia inferir que, ao basear seu sistema público de instrução na retórica, o rei português acreditava ter súditos eloqüentes: bons, arrazoados, morigerados e sensíveis, como deveriam ser os oradores. Os lusitanos desta época, por sua vez, tiveram que deixar antigas expressões como o conhecido “ó vitória, acabou-se a história”, para se comunicarem de modo a concluir seus pensamentos, a racionalizar seus

planos, a disciplinar seu modo de ser, já que, sem o empecilho do latim, o saber oferecia-se de modo mais acessível a uma quantidade maior de pessoas.

O exercício da eloquência, segundo as regras da arte retórica, faria com que o discurso se tornasse cada vez mais natural e, portanto, mais autêntico. O que se exercitava na retórica não era tanto o uso do artifício, a representação do sentimento, mas a educação da apresentação do sentimento e da razão; por ser a única maneira leal de se pensar e sentir, dado que o silêncio da leitura e da escrita eram mal vistas, disciplinava-se não só o comportamento, mas a personalidade/natureza lusitana.

Por fim, era essencial que o orador possuísse meios de insinuar-se com facilidade e graça para mover os sentimentos e afetos com vantagem. Nesse ensejo, era imprescindível que o orador notasse: 1º) que era possível uma representação fiel das idéias pelas palavras; 2º) que as palavras, no discurso, tinham o poder de ações; 3º) que as ações eram um meio de se definir um homem; 4º) que essa definição poderia ser utilizada para classificar o tipo de homem que falava ou ouvia; 5º) e que da astúcia do orador em manipular as palavras a favor de sua tese dependia o sucesso de seu discurso. A astúcia do orador, própria de sua natureza, era o atributo da eloquência que passou, em 1759, a ser a “menina dos olhos” da educação lusitana.

Em suma, o que se viu no primeiro capítulo é que a retórica abrandou as antigas hierarquias do saber, antes estabelecidas pela instrução jesuíta, no sentido de trazer à tona as noções de comentário e opinião, suscitados pela popularização da necessidade de comunicação e pela socialização das normas que inspiravam mais clareza e objetividade ao pensamento. Durante sua implementação, burocratizou-se o trabalho do mestre e fomentou-se a criação de métodos e sistemas voltados para atender a um número cada vez maior e menos seletivo de alunos. Os alunos, por sua vez, foram os responsáveis pelas primeiras definições dessa nova retórica por meio das teses que submeteram a exame para ingressarem na universidade, caracterizadas pela crença de que havia uma correspondência entre o falar e o pensar e que, quando a retórica contribuía para a instrução da fala, ela também contribuía para uma educação do modo de ser do lusitano – dado que este ser era reflexo do pensar. Nessa operação, era imprescindível certa aptidão ao que se deu o nome de eloquência que, privilegiada no Brasil, se passará a estudar mais detidamente no segundo capítulo.

2. A AFIRMAÇÃO DA ELOQUÊNCIA NO ENSINO LUSO-BRASILEIRO

“Esquecia-se, desgraçadamente, que o povo brasileiro, filho legítimo do povo português europeu, e na sua essência tão europeu como ele, não podia abjurar as preocupações, e as distinções hereditárias...”
Frei Francisco do Monte Alverne, Sermão pregado em 1827.

Instaurada em 1759 como eixo da instrução pública no reino lusitano, a retórica foi introduzida no Rio de Janeiro como uma das disciplinas mais presentes nas instituições educacionais da colônia. Como essa educação ainda era incipiente, os conhecimentos relativos à disciplina limitavam-se a uma elite letrada que tinha posses suficientes para concluir seus estudos em Coimbra, ou cujos interesses religiosos forçavam o estudo da matéria.

Em 1808, quando D. João VI mudou-se para a capital fluminense, um novo impulso foi dado à educação brasileira e, tendo o sistema de Aulas Régias permanecido como estrutura geral do ensino em todo o reino lusitano, as mudanças empreendidas pelo monarca na educação da nova sede do reino seguiram os padrões estabelecidos em 1759 até meados de 1822.

À medida que os mestres licenciados pelo novo sistema chegavam ao Brasil, uma nova bibliografia era disseminada na colônia, incluindo compêndios de retórica e eloquência, muito comuns no período, nos quais se estabelecia um código de posturas para o beletrista local, já afeito à disciplina em função do tipo de educação ministrado nos colégios religiosos pelos mestres régios e pelos preceptores da colônia. Criaram-se, no exercício dessa educação, um espaço e um perfil para um grupo social que não era nem rico, nem nobre, mas instruído. Nesses compêndios fixou-se ainda uma fórmula pela qual a eloquência era entendida como fruto da natureza, da arte e do exercício de ler e escrever, de ouvir e falar.

Ao estudo desse processo de formação de um padrão discursivo e de uma atitude comum aos beletristas brasileiros destina-se o presente capítulo. Primeiro, serão descritos o funcionamento das cátedras fluminense e o espaço aí ocupado pela disciplina de retórica. Depois, apresentar-se-á a importância das obras que serviram como guias para a instrução nacional: os compêndios de retórica e eloquência. Finalmente, será destacado um dos espaços de maior divulgação desse tipo de instrução: o púlpito, aproveitando, ainda, para assinalar os mais freqüentes tipos e as expressões mais comuns desse universo.

2. 1 O exercício da eloquência na cátedra fluminense

Acorda um estudante recém-chegado de Coimbra num dia de verão carioca depois de quase 90 dias de viagem. São muitos os sinos a anunciar a alvorada, e os pássaros também emitem seus sons em louvor ao novo dia. O clima é quente, o ar, abafado, sua alcova é escura, a casa não possui cômodos destinados ao estudo. No Largo do Paço reformado pelo governador Gomes Freire, a arquitetura local imita as construções lisboetas, mas a falta de adornos e o aspecto grosseiro da construção lembram o estudante de que não está mais na Europa. A fim de dirigir-se ao colégio São José, para rever os colegas com quem teve os primeiros ensinamentos de retórica, atravessa o Paço na direção do chafariz de mestre Valentim, decide cortar caminho pelo Arco do Teles, passa pela estreita Rua do Ouvidor, repleta de lojas de moda e muito mais movimentada do que se recordava num passado distante. Ganha a Rua Direita, na esperança de não emporcalhar seus sapatos com a sujeira deixada pelos tigres – os negros que carregavam barris das casas à praia, ficando com a pele manchada pelos dejetos ali contidos e, por isso, sendo chamados de tigres. Segue de costas para a Sé, acompanhando as sinuosidades da rua mais movimentada da cidade. Quando chega à Alfândega, muda de direção, vira para a esquerda se embrenhando num subúrbio ainda pouco habitado até chegar ao Seminário, no limite da cidade, muito perto da Rua da Vala. Lá, os amigos já não estão presentes, como era de esperar, mas, informando-se com um ou outro funcionário sobre a morada desses companheiros, e decide ver o que há nas boticas para ser lido.

Os livros são caros, poucas as bibliotecas, a tipografia é uma indústria proibida mesmo para a inteligência das notícias do Estado. Quando resolve comprar um livro, a Mesa Censória avalia suas necessidades, o que torna moroso o trabalho dos livreiros, que demoram, em média, 3 meses para entregar as encomendas. As dificuldades existem para ler o que vem de fora e para publicar o que escreve, da mesma maneira, se tentar uma forma artesanal de divulgar suas idéias, utilizando copistas, por exemplo, tampouco encontrará muitos leitores para seus escritos, dado que o cotidiano fluminense não incentiva o hábito da leitura.

O viajante austríaco Ernest Ebel³⁷ anotou que “De modo geral, a educação que recebe a gente da terra é suficiente” (EBEL, 1972, p. 189). Para ele, era natural que o brasileiro não fosse afeito à leitura porque não havia essa necessidade nas ruas, casas, trabalhos ou lazeres. Apenas na terceira década do Oitocentos as placas com os nomes dos logradouros tornaram-se

³⁷ Ernest Ebel publicou *Translation of Rio de Janeiro und seine umgebungen in Jahr 1824* na primeira metade do século XIX. Não se tratava de um trabalho científico nem literário, mas sim de cartas de Ebel a um amigo, depois reunidas e publicadas à guisa de uma curiosidade sobre o Brasil.

mais comuns nas ruas. Os pontos de referência utilizados para localização eram as igrejas, os chafarizes ou mesmo as atividades frequentemente praticadas ali. Para quitandas, a Rua da Quitanda; para serviços alfandegários, a Rua da Alfândega. No cais, o fardamento dos soldados, se não as cores de suas embarcações serviam como instrução de seus conteúdos. Nas lojas, os produtos eram expostos em balcões, pendurados nas paredes ou mesmo no teto, e tinham seus preços informados oralmente pelo vendedor ao cliente interessado. Assim, era habitual que se circulasse por toda a cidade durante horas sem a necessidade de ler uma única palavra. Os negros, que representavam quase dois terços dessa população, em sua maioria escravos, tampouco sabiam ler, pelo menos em português.

Mulheres também estavam distantes do parco sistema de ensino e os poucos homens brancos letrados acumulavam tantas atividades que mal têm tempo para redigirem missivas ao próprio grupo. Encontrar-se com amigos é uma saída para atualizar-se, mas as ruas são um terreno inóspito: estreitas, irregulares e sujas, têm como referência sua distância em relação à Sé. São poucos os cafés, menos ainda os restaurantes. Se o dia é domingo, corre para a Igreja onde verá algumas mulheres da terra vestidas para encontrar casamento, ouvirá o burburinho local sobre este ou aquele assunto, aprenderá com o pregador o modo mais civilizado de pensar sobre este ou aquele tema. O papel e a pena estão distantes dessa realidade, a língua não. Por isso saber expressar-se pela fala era tão importante, pois esse era um dos únicos meios de comunicação possíveis na época, mesmo para as famílias mais abastadas.

A maioria dos fidalgos fluminense, segundo Garção Stockler³⁸ em notas escritas para as *Poesias*, de Sousa Caldas³⁹, aprendia com os escravos as primeiras instruções sobre como se comportar no mundo:

É abuso inveterado entre os portugueses assim europeus como americanos, dar a criar seus filhos a escravas ou amas mercenárias, não tanto pelo desejo de libertarem as próprias mulheres do incomodo de alimentarem os filhos, como pela fatuidade de ostentarem educação diferente da do povo baixo e miserável. E esta preocupação tanto mais forte, quanto menos tempo há que as famílias, que a adotam, saíram desta classe, com a qual sua atual riqueza as leva a pretender não confundir-se: ou da qual só se distinguem pelos bens que possuem. (STOCKLER apud SOUSA CALDAS, 1836, p. 64).

³⁸ Segundo o jornal *O Patriota*, Stockler era “Fidalgo da casa de SAR. Marechal de campo dos reais exércitos, sócio da academia real das ciências de Lisboa e da sociedade filosófica e &.”(O PATRIOTA, NÚMERO 6, 1813, p. 91).

³⁹ Sousa Caldas nasceu em 24 de novembro de 1762, no Rio de Janeiro. Muito doente, foi enviado a Portugal, onde concluiu seus estudos na Universidade de Coimbra. Teve problemas com a Inquisição, ingressando então na carreira religiosa. Recebeu suas ordens sacras em Roma. Voltou ao Brasil em 1808, quando foi pregar no Templo de Santa Rita, que frequentara quando criança. Morreu em 2 de março de 1814, no Rio de Janeiro.

Os danos causados por essa situação, na opinião de Stockler, incutiam nos jovens brasileiros falta de ânimo e de curiosidade pela cultura letrada e, pior, uma indolência ou mesmo desprezo em relação ao trabalho, segundo ele, próprias do negro analfabeto e escravo.

É certo, pois, que a instrução no Brasil não estava bem assistida, mas isso não corresponde à inexistência de instituições responsáveis por ela. Segundo John Luccock, havia dois importantes seminários no Rio de Janeiro:

Dos colégios, o de S. José é o mais antigo e o mais afamado. Foi provavelmente fundado logo após a igreja de S. Sebastião, encontrando-se ao pé do morro que traz seu nome, perto da Rua da Ajuda. Na frente há um portão, mais que sólido, degenerando já para o pesado estilo brasileiro. Passando por debaixo desse portão, os visitantes atingem uma área aberta, coberta de grama, em cujo fundo encontram um só lance de edifício com janelas de rótula pintadas de vermelho. A aparência externa oferecia sinais palpáveis de negligência, e exames ulteriores confirmaram as primeiras impressões. Os quartos eram suficientemente numerosos, mas pareciam incômodos, estando alguns desocupados. Avistamos uns poucos colegiais que se achavam por ali passeando, de beca vermelha; alguns já tonsurados, mas a maior parte ainda muito jovem. Não apresentavam nenhuma elasticidade de espírito, nenhuma curiosidade sagaz [...]. Um outro colégio, mais respeitável quanto à aparência e direção que o anterior, encontra-se na estreita e suja rua de S. Joaquim, tendo o mesmo nome que ela. Ali os letrados fazem praça de educar aos jovens para forças de estado e de lhes ensinar muito especialmente os conhecimentos próprios para esse fim. Mas embora o governo empreste seu patrocínio à instituição, o n.º de estudantes é pequeno e, na realidade, a casa não está em condições de os receber em grande quantidade. (LUCCOCK, 1978, p. 49).

Além dos seminários, conforme assinalaram Spix e Martius, havia as Aulas Régias e cursos particulares, geralmente voltados para a preparação dos alunos que queriam concluir seus estudos em Coimbra:

Para a instrução da juventude, dispõe a capital de diversas boas instituições de ensino. Pessoas abastadas tomam professores particulares a fim de prepararem os filhos para a Universidade de Coimbra, o que obriga a grandes sacrifícios visto que são raros os professores competentes. (SPIX et MARTIUS, 1976, p. 48).

Nesses seminários e aulas particulares, as disciplinas estudadas eram:

No Seminário de São Joaquim, aprendem-se rudimentos de Latim e do cantochão. Mas o melhor colégio é o Liceu ou Seminário São José, onde, além do latim, do grego, das línguas francesa e inglesa, retórica, geografia e matemática, também se leciona filosofia e teologia. (SPIX et MARTIUS, 1976, p. 48).

Além disso, o estado em que se encontrava a educação fluminense na época não deixava tanto a desejar quando comparado com a educação na metrópole portuguesa. Segundo

Aguiar⁴⁰, a ausência das ciências intelectuais em Portugal era proporcional à falta de interesse pela manufatura. Nesse sentido, os efeitos da política portuguesa no Brasil foram danosos, mas não há por que se ressentir de uma maldade planejada, pois, por fim, “A civilização que eles possuíam, era aquela, que nos traziam: a maior parte deles não sabia ler, nem escrever: não conhecia as vantagens da imprensa, e nem tão pouco das boas estradas” (AGUIAR, 1862, p. 65-6).

Em 1760, quando a novidade de uma reforma do ensino chegou ao Rio de Janeiro, os três seminários fluminenses contavam com 95 seminaristas e cerca de quatrocentos alunos. Os números podem parecer pouco diante de uma população com cerca de 30.000 habitantes, mas deve-se atentar para o fato de que constituíam 60% dos setecentos alunos de todo o Brasil (CAVALCANTI, 2004, p. 160). A partir dessa data, no entanto, houve uma diminuição do número de estudantes, em função da adaptação da população ao inovador sistema de Aulas Régias. Alguns anos depois, essa diminuição converteu-se em um aumento, tanto de mestres quanto de discípulos, impulsionado pela flexibilização das regras relativas à instrução (CARDOSO, 1998).

Nesse interregno, a retórica, por ser uma disciplina requisitada nos exames de Coimbra, manteve-se como prerrogativa imprescindível no currículo dos nobres e ricos que pretendiam cursar uma das faculdades oferecidas pela única universidade do reino. Entre os pobres e plebeus, ainda que não se estudasse a retórica, as lições de eloquência seriam tomadas por meio dos sermões e dos discursos proferidos na cidade fluminense, onde, até 1808, publicar as idéias e os conhecimentos em forma de livro não era permitido.

A vida na colônia, como havia assinalado Ernest Ebel, não exigia sequer alfabetização, que dirá cultura letrada, de modo que, na cátedra, sobretudo após 1759, o habitante desta colônia lusitana teve chances de exercitar sua inteligência por meio de uma eloquência que podia não atingir os mais elevados níveis estéticos, mas que, ainda assim, afirmava e intensificava o uso da oratória no meio da cultura letrada fluminense.

Sob o comando de D. Maria I, a influência da Igreja na transmissão do saber recrudesceria, uma vez que havia sido indicado um grande número de religiosos afamados para o serviço de censor na Real Mesa Censória, que regulava o envio de livros para as “conquistas”, dificultando a implementação da leitura e dos livros laicos no mundo português. O Decreto de 21 de junho de 1787 da Real Mesa instituía no 11º parágrafo os limites de seu poder:

⁴⁰ Antonio Augusto da C. Costa Aguiar escreveu o livro *O Brasil e os brasileiros* com o propósito de dar seu diagnóstico sobre esse país que, segundo ele, era pouco conhecido dos estrangeiros e mesmo de seus habitantes.

Poderá impor aos desobedientes, não só as penas espirituais de suspensão, interdito e excomunhão, para que o autorizou a Bula do Santíssimo Padre Pio VI alcançada a Instâncias minhas, mas também as temporais de prisão, degredo e outras, regulando-se neste caso em tudo pelos Sagrados Cânones, minhas ordenações e pela Lei de 5 de abril de 1786 que hei por bem confirmar em tudo que não contrário a esta minha Carta de lei [mais, no parágrafo 23º] Terá este tribunal jurisdição civil e criminal para tudo o que for concernente às matérias da sua inspeção (apud BASTOS, 1926, p. 247).

O risco de desobedecer às leis era grande demais: aquele que publicava um livro no Brasil poderia ser preso, suspenso, interditado, excomungado ou o que mais se achasse necessário à punição do crime. É assim que, no Rio de Janeiro do final do século XVIII, além de provar-se desnecessário, ler era considerado uma atividade perigosa pela maior parte da população. Isso significa que, mesmo sabendo ler, essa habilidade não seria muito útil ao brasileiro, delegando seu desenvolvimento a um segundo plano. Querendo, pois, comunicar-se com um grande número de pessoas, falar era a melhor saída, pois na fala tinha-se uma garantia maior do entendimento e, conseqüentemente, da falta de registro, muito vantajosa naquelas circunstâncias.

Parecia justificável que no Brasil a circulação de livros não tivesse se desenvolvido, sobretudo porque o alvará de 20 de março de 1720 proibia a impressão de livros na América portuguesa, e o de 16 de dezembro de 1794 condenava o despacho de livros e papéis para cá. Segundo Robert Southey, no Brasil dessa época:

Achava-se a grande massa do povo no mesmo estado como se nunca se houvesse inventado a imprensa. Havia muitos negociantes abastados que não sabiam ler, e difícil era achar jovens habilitados para caixeiros e guarda-livros. Nem era raro um opulento sertanejo encomendar a algum dos seus vizinhos que de qualquer porto de mar lhe trouxesse um português de bons costumes que soubesse ler e escrever, para casar-lhe com a filha. Contudo havia na maior parte das povoações escolas públicas de primeiras letras, tomando os respectivos mestres bem como os de latim na maior parte das vilas o título de professores régios, instituições singularmente incongruentes com esse sistema cego que proibia a imprensa. Os que tinham aprendido a ler poucas ocasiões encontravam de satisfazer o desejo de alargar os seus conhecimentos (se acaso o possuíam), tão raros eram os livros. (SOUTHEY, 1965, p. 365-6).

John Armitage⁴¹ acrescentou:

Onde a imprensa é comparativamente falando, desconhecida, a influência do clero de necessidade se torna grande, crescendo ter sido o de Portugal investido de imenso domínio, porque dois terços efetivos dos bens de raiz ali lhe pertenciam. (ARMITAGE, 1943, p. 105).

⁴¹ A *História do Brasil*, do inglês John Armitage, foi originalmente publicada em Londres, por Smith, Elder and Co. Cornhill, em 1836. Segundo Armitage, a proposta era dar continuidade aos estudos de seu conterrâneo Robert Southey e, por tal responsabilidade, viajou às expensas do governo inglês, chegou ao Rio de Janeiro em 1828, aos 21 anos, para trabalhar nos negócios de Philips, Wood and Co.

Nas cátedras fluminenses, tal influência pode ser notada pela presença constante e maciça do padre-mestre que, mesmo assim, não supria a demanda da instrução local. Em 1799, contudo, D. João tentou modificar esse quadro por meio de alguns incentivos à educação na colônia, uma parte importante do reino português:

Sendo me presente o triste e deplorável estado em que se acham os estudos menores em todas as capitanias do Brasil, pela falta de inspetoria com que se acham estabelecidas as cadeiras necessárias para a instrução pública pela qualidade das normas, em que pouco se atendeu no que mais era necessário no local onde se estabeleceu as sobreditas cadeiras, pela falta de uma norma fina e arrazoadada para a nomeação e escolha dos mesmos professores e para a permanente inspeção sobre o cuidado, atividade e zelo com que os professores correspondem as suas obrigações e finalmente pela falta de proporção entre as cadeiras que se estabeleceram e as rendas [sic] procedentes do subsídio literário, que deve servir ao pagamento do seu honorário. Hei por bem ordenar-vos que procedais ao exame de todos esses objetos e que muita e circunstanciadamente me informeis. (JOÃO, 1799, p. 1).

Aproveitando a oportunidade, D. João estabeleceu cadeiras de aritmética, para que houvesse bons contadores nos negócios que envolviam as sesmarias, e de geometria, para que houvesse bons geômetras no cálculo das léguas de terras. Além disso, o príncipe encarregava o bispo do Rio de Janeiro e o conde de Resende⁴² de nomear os mestres desta comarca, assinalando que, se houvesse dúvidas, as opiniões deveriam ser remetidas com detalhes ao príncipe, que decidiria caso a caso. A carta direcionada ao conde de Resende incluía ainda algumas sugestões aos mestres, tais como “premiar com algumas medalhas de valor os discípulos, seus alunos das mesmas escolas que anualmente fizerem alguma composição de distinto merecimento ou publicarem alguma obra que mereça passar a posteridade” (D. JOÃO, 1799, p. 3). Com essas medidas, D. João esperava incentivar os estudos na colônia.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho,⁴³ em 30 de setembro de 1799, complementaria tais medidas determinando que os governadores das províncias deveriam designar os mestres régios de maior destaque - em sua maioria, religiosos - para inspecionar anualmente as escolas de sua província. Os mestres deveriam compor um rigoroso relatório sobre o número e a morigeração dos discípulos, além do procedimento dos demais mestres, consistindo em um dos únicos meios de se avaliar a instrução oferecida pelo Estado até o início do século XIX.

Assim, no Brasil, a educação adquirida era praticamente toda religiosa, como constatou o viajante inglês John Luccock, asseverando que “a educação dada nos colégios

⁴² José Luís de Castro foi o segundo conde de Resende, vice-rei do Brasil de 1790 a 1801.

⁴³ Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho foi o primeiro Conde de Linhares. Nasceu em 1755 e morreu em 1812; serviu, em muitas oportunidades, como conselheiro e ministro de D. João VI.

visa quase que unicamente o sacerdócio ou os cargos dos leigos da Igreja e, embora reduzida a esses objetivos especiais, acha-se em extrema decadência” (LUCCOCK, 1978, p. 86). Entre os brasileiros, no entanto, o predomínio da instrução religiosa não era visto como uma falha ou ausência. A educação, um dos meios de elevar o espírito, era efetivamente considerada uma responsabilidade da Igreja. Acreditava-se, inclusive, que a religião promovia a educação:

O critério do adiantamento dos Povos está conexo com a religião cristã, de cujo estabelecimento resultaram ao Mundo os mais grandes, e inesperados sucessos, já na passagem do império de Roma para Constantinopla, já na descoberta da América, que nos revelou a configuração exata do Globo, e trouxe aos Indígenas as leis da relação, com tão essencial mudança nas relações políticas da Europa, já pela descoberta da Arte de imprimir, e tantos outros admiráveis progressos em todas as ciências naturais; levada até à Ásia o império da fé, que de algum modo consolou a Igreja na mágoa do mais horrendo cisma... (LISBOA, 1829, p. 20).

Para mais, os padres, sem outros meios além de seus próprios conhecimentos, geralmente adquiridos nas escolas da metrópole lusitana, incutiram na população local o hábito de ouvir e falar como uma disciplina instrutiva e, na eloquência, situaram as qualidades do bom estudante, se não do homem culto brasileiro. Entre o final do século XVIII, quando a maioria desses padres havia estudado na metrópole, e o início do século XIX, quando um novo impulso foi dado à educação brasileira, segundo Armitage:

A educação havia feito mui pouco progresso; os conhecimentos dos eclesiásticos eram geralmente limitados a um mau latim; e o indivíduo feliz que reunia o conhecimento deste e do francês, era olhado como um gênio tão transcendente, que de grandes distâncias vinham pessoas consultá-lo. A ciência política era desconhecida pela quase totalidade dos habitantes do Brasil. As histórias de Grécia e Roma, o Contrato Social de Rousseau, e alguns poucos volumes dos escritos de Voltaire e do Abade Raynal, que haviam escapado à vigilância das autoridades, formavam as únicas fontes de instrução. (ARMITAGE, 1943, p. 29).

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, algum alento seria dado à instrução fluminense, primeiro pelos decretos que permitiam a instituição de tipografias, o comércio de livros e a expansão do sistema de ensino; depois, pela exposição do povo fluminense a um novo tipo de convívio social⁴⁴. Para o viajante francês Ferdinand Denis⁴⁵:

⁴⁴ Manuel de Almeida e Sousa Lobão chama a atenção para a relevância da nobreza num governo monárquico, destacando aí a importância de sua riqueza e de sua conduta moral: “Um governo monárquico (...) depende que nele haja grandes personagens, duques, marqueses, condes, viscondes, barões, etc., como outras tantas colunas do mesmo reino, e que são como membros do corpo moral, e político do Estado, de que o rei, e a sua coroa é a cabeça.” (SOUZA: 1825, p. 5). De modo que, se D. João VI trouxe para o Brasil sua corte, isso significa que carregou consigo suas divisas, aqueles que garantiriam material e moralmente seu governo.

⁴⁵ Ferdinand Denis nasceu em 1798 e morreu em 1890. Viajante, historiador, escritor, esteve no Brasil entre 1816 e 1821 como integrante da Missão Francesa de Le Breton. Escreveu *Brésil*, publicado em Paris, no ano de 1822 e, em 1831, publicou ainda o *Resumo Histórico do Brasil*, adotado nas escolas durante o segundo reinado.

[...] todas as circunstâncias, numa palavra, que faziam sair os brasileiros da espécie de letargia moral em que jaziam, neles despertavam o sentimento de seus direitos, e, depois do primeiro entusiasmo, que lhes difere, havia inspirado a chegada da corte e de uma povoação mais instruída, mais industriosa, sonharam com a luta moral que ia começar, e não quiseram ser vencidos. Desde este momento, o Rio de Janeiro deixou de apresentar o aspecto de uma colônia que se explorava à força de leis repressivas; despertaram as inteligências, começou uma nova era. (DENIS, 1980, p. 114).

Uma dessas medidas foi a expansão do sistema de Aulas Régias, por meio do aumento do número de cadeiras oferecidas e do salário dos mestres. A partir de 1808, os salários dos mestres de primeiras letras, que antes era de 150.000 réis, subiu para 200.000 réis. Já como mestre régio de retórica, geometria ou línguas estrangeiras ganhava-se algo em torno de 440.000 réis, remuneração de João Marques Pinto, por exemplo, professor de grego, em 1784. O salário, entretanto, era vinte vezes menor do que o mais alto salário da capitania, pago ao vice-rei, mas equivalente, segundo o decreto de 29 de dezembro de 1801, ao salário de um inspetor geral da impressão régia em Portugal, que ganhava 400.000 réis por mês. Em média, os mestres da metrópole auferiam 200.000 réis por mês, menos, portanto, que os mestres da colônia, pois se considerava a dificuldade de lecionar longe da civilização⁴⁶.

Mas nem só de portugueses constituía-se a nova leva de moradores da colônia: logo que chegou ao Brasil, D. João decretou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, acrescentando outras novidades à instrução local, entre as quais, o convívio com estrangeiros e nobres, essencial para que o brasileiro se acostumasse a um novo tipo de sociabilidade. Assim, aos vários tipos de negros existentes no Rio de Janeiro de 1808, somaram-se vários tipos de brancos. O Rio de Janeiro tornou-se uma cidade cosmopolita, pequena, mas cosmopolita, e essa nova condição ofereceu muitas vantagens para os fluminenses no campo da instrução.

Animados pelos decretos mais recentes, pela chegada de tanta gente nova e pela atenção e cuidados nunca antes dispensados a cidade alguma da colônia, os fluminenses entusiasmar-se com a instrução, que passou a ser vista como uma necessidade no novo meio social. Para Gardner,⁴⁷

[...] grande o desejo dos habitantes da cidade parece de dar-lhe ares europeus, que até certo ponto já acontece em parte pelo influxo dos próprios europeus, em parte pelos muitos brasileiros que tem visitado a Europa para se educarem ou para outros fins (GARDNER, 1975, p. 21).

⁴⁶ Vide a tese de doutorado de Maria Thereza Levy Cardoso Fachada, importante trabalho sobre o sistema de Aulas Régias no Brasil.

⁴⁷ George Gardner nasceu em Glasgow, em 1812, e morreu no Sri Lanka, em 1849. Era médico e botânico, esteve no Brasil entre 1836 e 1841.

D. João, por sua vez, preocupou-se mais com o asseio dos prédios existentes do que com a criação de novas instituições de ensino básico, tanto que, de 1808 a 1821, não se tem notícias da edificação de um único colégio voltado para a instrução básica ou menor na corte. Apesar disso, o mesmo não ocorreu com os estudos profissionalizantes, como a medicina, denotada pela criação de uma série de pequenos cursos dentro da área, arregimentados em aulas avulsas distribuídas entre cidades como Salvador, Rio de Janeiro e Olinda. Sob a coordenação de José da Silva Lisboa, ainda outras áreas foram contempladas, como a de economia, impulsionada por um curso de Economia Política. O comércio também foi tema de um novo curso, que incluía aulas de aritmética, álgebra, geometria, moedas e câmbios, seguros, leis e escrituração mercantil. A química, que em 1812 foi contemplada com a criação de um curso específico, assim como a Agricultura, cujo curso é de 1814, da mesma forma, mereceram atenção. A Academia de Guardas Marinhas, de 1808, e a Academia Real Militar, de 1810, também são instituições da lavra do monarca. Embora essas atitudes fossem louvadas, para alguns letrados elas não significaram uma mudança substancial. Para Abreu, no seu *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*, publicado em 1835:

[...] os brasileiros começaram por onde deviam acabar, trataram das ciências maiores sem cuidar da instrução primária [...]. Temos muitos advogados, muitíssimo cirurgiões, e muitos mais aspirantes a lugares de magistratura; e sem embargo, todos os dias pedimos a Deus nos livre de que a nossa honra, a nossa vida e a nossa fazenda passem por semelhantes mãos. (apud SUSSEKIND, 1990, p. 86).

Embora não fossem muitas as escolas de alfabetizar, as aulas das matérias que davam acesso aos estudos maiores ou profissionalizantes no Rio de Janeiro do início do século XIX mantiveram e até aumentaram a sua importância. Como a retórica ainda era a disciplina na qual se faziam os testes que davam acesso de um grau a outro, seus estudos tornaram-se os mais presentes no cotidiano do estudante brasileiro dessa época.

Obviamente, os estudantes de tais cursos não poderiam se igualar, por exemplo, aos barbeiros e curandeiros que até então se ocupavam da saúde local. Ora, esses estudantes bacharéis, filhos de grandes senhores, aprendiam técnicas para serem úteis à pátria, para servirem ao rei e não para ganhar dinheiro com isso ou para favorecer-se individualmente. Haviam tomado suas primeiras lições com padres, ou com quem tinha aprendido com eles, estavam, portanto, imbuídos da vocação que Deus lhes destinara, tinham uma missão. É bem verdade também que sua missão era, muitas vezes, o que os salvava de uma vida miserável, econômica e socialmente, pois foi a posse de um diploma que assegurara àqueles filhos de grandes senhores que não eram primogênitos a chance de ascensão social:

Sai um mocetão da academia de S. Paulo ou de Pernambuco, formado em direito, e, se é nhonhô [...] encarta-se logo na presidência de alguma província. Da presidência da província, salta para a Câmara temporária, da Câmara temporária pula para o ministério. Uma questão de três pulos dados em alguns meses; e em duas palhetadas e meia, o nhonhô, que não foi ouvir as lições de nenhum mestre, que não teve noviciado, nem tempo para ler mais do que os prólogos de alguns livros, é declarado estadista de fama e salvador da pátria. (MACEDO, 2005, p. 277).

Analogamente, os donos das lojinhas, dos sítios ou das oficinas que tiveram a boa vontade de enviar os seus filhos do meio ou os filhos caçulas aos conventos para tomarem as primeiras letras e depois às aulas avulsas para aprenderem alguma ocupação viram estas crias distinguirem-se socialmente por sua fala rebuscada e pelo maneirismo de seus costumes e, o melhor de tudo, por seu emprego público e pelas vantagens que o mesmo proporcionava. Alguns desses donos de terra ou de lojas chegaram, inclusive, a enviar seus filhos para Coimbra, aumentando assim as chances desses jovens. Entretanto, nem todos os garotos enviados para Coimbra concluíram seus estudos, pois, como anotou Ovídio Saraiva,⁴⁸ n' *O Patriotismo acadêmico*, o esforço na “carreira de letras” era considerado árduo e difícil de ser concluído:

E eu fui, sr. Exmo, o primeiro de toda a capitania do Peauhy, que não desmaiou na árdua carreira de letras; e a despeito da longa ausência de 20 anos de minha cara família, e a despeito enfim de incômodos, cuja idéia sepulcral ainda parece querer atemorizar-me, eu consegui o fim, a que meus pais diligentes me destinaram. E eu fui, sr. (repito) o primeiro, que honrei aquela extensa capitania, a quem não devo senão a existência, e que de hoje em diante [...] me auguro o seu maior ornamento [...] a minha pátria é agradecida. (CARVALHO E SILVA, 1809, 2ª e 3ª folhas do agradecimento).

Ovídio Saraiva esperava que seu empenho na carreira de letras fosse reconhecido, leia-se bem remunerado, visto que apenas um forte sentimento patriótico garantia a conclusão das árduas tarefas do estudante. Efetivou-se, nesse tipo de postura, um elo entre o esforço do estudante e o merecimento de um cargo público; entre o investimento na instrução e a formação de quadros para o serviço público. Um exemplo dessa percepção fazia parte de uma carta dedicada à instauração de uma universidade no país em 1815. Nela, Manuel Luís Álvares de Carvalho⁴⁹ sugere que fosse instituída uma faculdade de Filosofia a partir da reunião dos cursos já existentes no Rio de Janeiro. Entre as facilidades do projeto, o autor elencou a

⁴⁸ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva nasceu em São João da Parnaíba, no ano de 1787. Foi para Portugal com seis anos, onde cursou Direito. Em 1808, publicou uma coletânea de poemas, e em 1812 voltou para o Brasil, sendo nomeado juiz em Mariana (MG). Morreu em 1852, no Rio de Janeiro.

⁴⁹ Manuel Luís Álvares de Carvalho nasceu na Bahia, em 1751. Formou-se em medicina, na Universidade de Coimbra, em 1782. Em 1812 foi nomeado cirurgião-mor honorário do reino, diretor dos Estudos de Medicina e Cirurgia da Corte e Estado do Brasil e, desde 1808, foi membro do Conselho de D. João VI e médico honorário da Real Câmara. Morreu no Rio de Janeiro, antes do ano de 1825 (BLAKE, 1893).

existência e a qualidade desses cursos na capital fluminense e, como uma de muitas possíveis vantagens, a preparação de profissionais qualificados para o serviço público. Carvalho, então, assinala uma prerrogativa:

Os Estudantes todos logo que acabados aqueles estudos tiverem suas cartas de formatura ou de doutoramento, que sejam aceitos para o Real Serviço e vençam soldos como representei há dois anos no plano da Criação de uma brigada de engenheiros naturalistas para ensinarem, viajarem e escreverem à custa do Estado. (CARVALHO, 1815, p. 1).

Os cursos a que se referia Carvalho quando propunha uma fusão em prol da fundação de uma universidade eram aqueles oferecidos no sistema de Aulas Régias que, segundo esse autor, eram suficientes para formar um grupo capaz de solidificar a administração local.

Com os olhos no emprego público é que se passou a pagar por educação no Brasil e a subverter os objetivos das instituições públicas de ensino, voltando seus programas e suas vagas para a formação de uma “elite cultural” que se tornaria parte do funcionalismo público ao invés de atender, como originalmente se propunha, as camadas mais pobres da sociedade⁵⁰. Como parte das vagas públicas era reservada aos mais nobres pupilos, a concorrência pelos cargos públicos que sobravam, já nessa época, era grande. Valia um esforço redobrado na conquista dessas vagas, tal como recorrer a aulas particulares. Assim, as iniciativas privadas também deram o seu tributo à lenta ampliação do ensino nessa parte do reino. Iniciativas como a do alfaiate inglês Diogo Lenom, que, na Rua do Rosário, número 31, oferecia “com licença do Desembargo do Paço”, “aula de francês e inglês, para pessoas empregadas de dia no comércio, das 6 da noite até às 8, em casa do alfaiate” (*Gazeta do Rio de Janeiro*, 8/11/1817 apud RENAULT, 1969, p. 32), eram impraticáveis antes da transferência da corte e da suspensão das leis impostas a colônia. Tais iniciativas foram incentivadas por decretos como o de 30 de junho de 1821, que permitia a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras, independentemente de exame de licença.

⁵⁰ Essa, pelo menos, é a impressão que se tem ao ler o Estatuto do Colégio São José, quando propunha um retorno a proposta original de atender aos órfãos em suas carências: “A Regência querendo por tanto chamar este estabelecimento ao seu primitivo destino com aproveitamento dos referidos órfãos: Há por bem, aprovando os Estatutos, que lhe foram apresentados e com este baixaram por José Lino Coutinho, ao conselho de sua magestade imperial, ministro e secretário d’Estado dos negócios do Império, Ordenar, em nome do Imperador, que eles sejam postos em plena execução e que o referido Seminário de São Joaquim seja d’ora em diante por eles governado”, tendo por base a noção de que “Sendo da obrigação dos governantes, independentemente dos sentimentos de humanidade, cuidar na sustentação e ensino dos mesmos órfãos e desvalidos, a hum de que venham depois a ser úteis a si e à Nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho: e suposto que o atual Seminário, conhecido nesta corte pela invocação de São Joaquim, tenha sido pelos Fiéis estabelecido com a mira em semelhante resultado, todavia achando-se hoje sobremaneira aberrado de sua primitiva instituição, porque, em vez de limitar-se a receber esta porção da humanidade desvalida e precisada, tem sido obstruído com moços já crescidos, que se aplicam a Estudos maiores e meramente especulativos; tirando-se assim as desgraçadas crianças o pão e a instrução, que a caridade dos primeiros Instituidores lhes havia destinado...”(Novo Estatuto do Seminário de São Joaquim, 1831. Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, p.1).

É verdade que a transferência da corte povoou a cidade de professores europeus de línguas, contas e ofícios, pelos mais variados preços, mas é preciso notar que muitos deles não possuíam os conhecimentos oferecidos e muitos foram os brasileiros diplomados no arremedo. Dentre os mestres estrangeiros, muitos eram “emigrados do tempo da revolução” (RENAULT, 1969, p. 57), o que significa dizer que sua cultura nem sempre era oriunda de uma instrução formal, tampouco seus métodos eram conservadores. É interessante notar ainda como, num lugar onde não se tinha uma noção exata de que tipo de conhecimento deveria ser adquirido ou mesmo de como deveria ser avaliado seu mediador, que a figura do padre-mestre, com a qual até então se tinha contato, serviu como modelo para a aceitação deste ou daquele tipo de instrutor.

Típico exemplo do mestre régio da época foi Manuel Inácio da Silva Alvarenga, nascido em Vila Rica, no ano de 1749, morrendo no Rio de Janeiro, em 1814. Filho do mulato Inácio Silva Alvarenga, Manuel foi para o Rio de Janeiro estudar e, feitos os cursos preparatórios, seguiu para Coimbra, onde se bacharelou em direito canônico, aos 27 anos de idade. Durante o governo de Luís de Vasconcelos e Sousa⁵¹, Alvarenga foi nomeado professor régio de uma aula de retórica e poética, inaugurada em 1782 e, em 1786, com outros doutos do período, fundou a Sociedade Literária. Esteve preso durante dois anos por causa de suas atividades nessa sociedade, mas, quando solto, voltou a lecionar. Em 1814, colaborou ainda na revista literária *O Patriota* – como homem de letras, nada mais natural que a participação numa sociedade literária e a colaboração numa revista do mesmo gênero.

Ao longo de uma carreira de trinta anos como professor, Manuel da Silva Alvarenga acumulou muitos livros: 1.576 volumes, 687 de direito e 889 de obras gerais. Diderot, Fénelon, La Rochefoucauld, Marmotel e Chateaubriand eram alguns dos autores desses livros. Havia ainda um *Compêndio de Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicado no Rio de Janeiro em 1811 e traduzido por Bento da Silva Lisboa⁵² em seu acervo (MORAIS, 1979). Do mesmo modo, muitos foram seus discípulos: Januário da Cunha Barbosa⁵³, frei Francisco do

⁵¹ Luís de Vasconcelos e Sousa era fidalgo português, descendente da família dos condes de Castelo Melhor. Foi nomeado para suceder ao marques de Lavradio no governo do Brasil colonial em 25 de setembro de 1778. Chegou no Rio de Janeiro em 23 de março de 1779 e em 5 de abril tomou posse do seu alto cargo com a patente de vice-rei. MACEDO, 1876, p. 119.

⁵² Bento da Silva Lisboa era “filho do visconde, o barão Cayru. Nasceu na Bahia em 4 de fevereiro de 1783 e morreu no Rio de Janeiro, em 26 de dezembro de 1864. Estudou com Manuel Inácio da Silva Alvarenga até os 16 anos, quando foi com a família para Lisboa. No Brasil, ocupou inúmeros cargos e além do *Compêndio da riqueza das nações* de Adam Smith, escreveu biografias sobre seu pai e seu tio, entre outras obras”. BLAKE, 1870, p. 421.

⁵³ Januário da Cunha Barbosa nasceu em 1780, cursou o Seminário São José e, em 1801, tomou a ordem de subdiácono, entrando, dois anos mais tarde, no sacerdócio. Rezou sua primeira missa na Igreja de Santa Rita e, a partir de 1808, galgou postos como o de pregador imperial, cônego da Capela Real, examinador sinodal, diretor da Tipografia Nacional e cronista do Império. Integrou, entre outros grupos, o Instituto Histórico de Paris, a Arcádia de Roma, a Real Academia de Ciências de Nápoles, a Sociedade Geográfica de Berlim e, em 1838, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Elegeu-se duas

Monte Alverne⁵⁴, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva⁵⁵, entre outros; de modo que, estando no Rio de Janeiro e querendo ser universitário em Coimbra, ter aulas com Alvarenga era praticamente incontornável, pois ele foi o único mestre régio de retórica do Rio de Janeiro entre as duas últimas décadas do século XVIII e a primeira do XIX.

Alvarenga era poeta, famoso pela publicação, em 1799, do poema *Glaura*, mas em prosa não se dedicou a escrever mais do que ensaios sobre a literatura, publicados em periódicos da época. Tampouco possuía compêndios e tratados de retórica, contudo, era dono de muitos volumes de Cícero, Quintiliano e Horácio, os autores mais recomendados para a matéria. Alvarenga não alfabetizava seus discípulos, ele os preparava para o exame de Coimbra, de modo que ensinava a uma qualidade de estudantes que estava preocupada com uma carreira profissional. O nível de seus ensinamentos deveria, pois, ser simétrico às exigências de Coimbra, e Alvarenga era conhecido pelo esmero no desempenho dessa tarefa.

De um modo geral, o trabalho dos mestres era penoso, porque os alunos não possuíam meios de estudar em suas próprias casas e eram poucos os livros e cadernos. Não havia como ensinar conhecimentos por vezes considerados avançados, simplesmente porque o analfabetismo era um empecilho ao avanço das ciências. Nos quartéis, por exemplo, o tenente Casimiro José Pinto, designado professor de geometria dos oficiais militares na corte, anotava que não havia material para o ensino dos rapazes, bem como não havia leitores para esses materiais. Para o tenente, o professor empenhado na instrução dos brasileiros deveria estar consciente do tipo de estorvo que iria enfrentar: “ensinar Geometria a Rapazes, que não sabiam ler, nem escrever, nem contar”, incentivados pelo “insignificante ordenado de 144 mil réis por ano!!!”. Segundo o correspondente do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, o problema prolongar-se-ia ainda por alguns anos:

Entrou com efeito o novo Professor na sua tarefa, isto é, a ensinar Aprendiz de diversas Oficinas, a maior parte dos quais não sabiam ler,

vezes para a Assembléia Legislativa e redigiu o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* com Joaquim Gonçalves Ledo, entre outros.

⁵⁴ Frei Francisco do Monte Alverne era filho de pai ourives, natural da Ilha de Picos, e de uma brasileira. Nasceu no Rio de Janeiro, estudou as primeiras letras com Manuel da Silva Alvarenga e em 1800 ingressou na vida religiosa. Entre 1804 e 1807, morou em São Paulo, onde estudou teologia. Em 1808 recebeu as quatro ordens menores e passou a lecionar filosofia como passante no Convento São Francisco de Assis. Em 1810, além de ocupar a cadeira de filosofia, pela oportunidade que acabamos de acompanhar, seria eleito professor de retórica no Convento Santo Antonio.

⁵⁵ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu em Santos, 1773, estudou filosofia e direito em Coimbra, foi escrivão da ouvidoria pública de São Paulo – cargo que herdou de seu avô. Era chamado de “Mirabeu” brasileiro e, quando foi preso por participar da Revolução de Pernambuco, em 1817, lecionou retórica na cadeia. (VAINFAS, 2002). Sobre esta importante figura e seus irmãos assinalou John Armitage: “Antonio Carlos Ribeiro de Andrada – por exemplo - formara em jurisprudência e filosofia, havia-se recolhido de Portugal muito antes, e era Ouvidor em Pernambuco quando ocorreu a revolta de 1817. Foi preso como cúmplice, e mandado à Baía, onde esteve encarcerado quatro anos, tempo que empregou em ensinar a alguns de seus companheiros a retórica, línguas estrangeiras, e elementos de jurisprudência. Tendo finalmente sido solto, regressou a São Paulo, e pouco depois foi eleito Deputado dessa província às Cortes de Lisboa, para onde havia partido. Martim Francisco, o mais moço era também formado em matemática; e deve-se notar que estes três irmãos eram os indivíduos mais ilustrados de toda a Província (ARMITAGE, 1943, p. 68).

escrever nem contar: já não existia no Arsenal o Cabo de Esquadra d'Artilaria, não havia tratados elementares de Geometria, à exceção do Folheto do Tenente Casimiro José Pinto, que não podia por todos ser distribuído. [...] procuram-se coleções de exemplares nas melhores lojas desta Corte, e não foi possível encontrar, senão Figuras, Paisagens, Flores e alguma Folhagem solta. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, n. 6, p. 80. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1822).

Ora, afirmar que eram escassos os estudos no Brasil não significa dizer que dentre os poucos que haviam todos tivessem conhecimentos limitados. Para Homem de Melo⁵⁶, “Alguns dos varões notáveis desse tempo ficarão na penumbra provincial, retraídos uns pela modéstia de seu caráter, outros pelo incompleto de sua educação literária.” (HOMEM DE MELO: 1871, p. IX). Na opinião de Homem de Melo, Manuel Joaquim do Amaral Gurgel⁵⁷ fazia parte do primeiro grupo, pois obteve extensa instrução no que diz respeito às letras. Até 1807 aprendeu as primeiras letras com seu tio José Leocárdo e foi matricular-se na aula de latim de André da Silva Gomes⁵⁸. Em 1811, foi dedicar-se à Teologia Dogmática e moral no curso regular que então se abria no Convento do Carmo, sob a direção de Antônio do Bom Despacho Macedo. Teve aulas com Monte Alverne em 1813 no curso aberto pelo Convento de São Francisco, onde estudou 3 anos de filosofia. Defendeu aí suas conclusões de lógica e ética em 1816. Concluiu esta etapa de estudos no Rio de Janeiro, quando Monte Alverne se mudou para lá.

Com o coronel de engenheiros Daniel Pedro Muller⁵⁹, Gurgel estudou francês e, em 1817, estudou teologia no Convento do Carmo, com o padre mestre frei José de Santa Efrásia Peres⁶⁰ “de quem obteve honrosos atestados de assinalado aproveitamento e aptidão, e voltou a rever o curso de filosofia com o conhecido professor padre-mestre Francisco de Paula e

⁵⁶ Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo foi batizado em 1837, estudou Humanidades no Seminário de Mariana e Direito em São Paulo, escreveu inúmeras obras. BLAKE, 1870, vol. 2, p. 463.

⁵⁷ Nasceu em São Paulo no dia 8 de setembro de 1797. Escreveu uma memória de Frei Gaspar da Madre de Deus (1840/ IHGB) e também de José Arouche de Toledo Rondon (1843), assim como uma biografia do padre paulista Guilherme Pompeo de Almeida, esta última não-publicada. Traduziu o catecismo de Bossuet e ofereceu-o para uso das escolas de primeiras letras à assembléia provincial, traduziu e publicou o poema de Florian: Eliezes e Nephtaly, e o sonho de Marco Aulério que foi publicado no jornal Academia, em 1856. Foi redator do Observador Paulistano. No final de sua vida, reunia dados para uma estatística da província.

⁵⁸ André da Silva Gomes assumiu, em 1774, o cargo de Mestre-de-capela da igreja da Sé da cidade de São Paulo. Foi bispo de São Paulo e lecionou para estudantes como José Bonifácio desde 1801, pois fora nomeado mestré régio de Gramática Latina. Adotou dezesseis crianças. Em 1789, ingressou na carreira militar. Aposentou-se em 1828 e morreu aos 92 anos, na cidade de São Paulo. (Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Andre_da_Silva_Gomes, acessado em 8/11/2008)

⁵⁹ Daniel Pedro Muller nasceu no mar em 1785 e morreu em São Paulo, no ano de 1841. Fez matemática em Lisboa, como parte do corpo militar. Foi membro do Instituto Histórico, escreveu uma coleção de catecismos como o de aritmética, geografia, mitologia e história natural. (BLAKE, 1898)

⁶⁰ Frei José de Santa Eufrásia Peres nasceu no Rio de Janeiro em 1784 e faleceu na mesma em 1847. Carmelita desde 1801, lecionou filosofia no Seminário São José desde então. BLAKE, 1870, vol. 4.

Oliveira⁶¹” (RONDON, 1843, p. 11). Prosseguiu ainda seus estudos filosóficos pelas lições do Andrada mais moço, Martim Francisco e, em 3 de setembro de 1817, recebeu a ordem de presbítero. Em 15 de março de 1820, começou a lecionar na cadeira de exegética e de história eclesiástica em São Paulo e, em 1821, foi designado para o cargo de examinador sinodal do bispado. Aos 35 anos formou-se em direito no curso aberto em São Paulo; defendendo sua tese ao argüidor Baltasar da Silva Lisboa⁶², obteve então título de doutor, *por este sábio concedido*. Em 1833, começou a lecionar as aulas de direito constitucional no curso de Pernambuco e, em 1848, foi nomeado diretor interino da academia de Olinda, efetivando-se como tal em 1857.

O estudante brasileiro desta época deveria, então, ter mobilidade suficiente para acompanhar os bons mestres, que eram poucos; e flexibilidade para dedicar-se às oportunidades que aparecessem. Uma vez que optasse por estudar – ainda que por falta de recursos –, o homem de letras deveria dispor-se a buscar o conhecimento onde quer que ele estivesse. Neste sentido, é importante ressaltar que o homem de letras no Brasil era sempre um homem sem família, disposto a estar onde se encontrasse emprego, tal como se pode conferir nos anúncios dos jornais da época:

Precisa-se de um homem sem família e que esteja na circunstância de ir para a vila de Resende ensinar Gramática portuguesa e latina, quem se achar nestas circunstâncias dirija-se à casa no. 80, rua da Quitanda indo para a da Cadeia à esquerda, para se fazer o ajuste.(JORNAL DE ANUNCIOS, 1821, NO. 2 12/05/1821, p. 2).

É certo que a maioria dos cursos, museus e bibliotecas se concentravam na capital, mas também é certo que os mestres da capital, por serem padres ou estrangeiros, viviam em circulação para atender ou procurar seus rebanhos e riquezas. Se os estudantes podiam contar com poucos mestres, também eram restritos os temas de estudo; portanto, a formação do estudante no Brasil dessa época foi generalista e sem muita direção, todavia, ao invés de obtusa, foi denominada como erudita. A “erudição” do estudante brasileiro foi marcada, ainda, por outra característica decorrente tanto dessa mobilidade territorial, quanto do reduzido número de estudantes. Como o conhecimento era privilégio de poucos, a idéia de debate intelectual era estranha na época, senão inexistente. Para Lord Beckford, por exemplo,

⁶¹ Francisco de Paula Oliveira era um engenheiro formado em Minas Gerais, pela escola de Ouro Preto, que escreveu “Estudos siderúrgicos da província de Minas Gerais”, publicado nos Annaes da Escola de Ouro Preto, em 1881. BLAKE, 1870, vol. 2, 490.

⁶² Baltasar da Silva Lisboa “era filho de Henrique da Silva Lisboa e de Helena de Jesus e Silva. Nasceu em Salvador, no dia 06 de janeiro de 1761. Estudou direito civil e canônico em Coimbra e voltou para o Rio de Janeiro como juiz de fora. Ocupou e desocupou inúmeros cargos desde então e, em 1834, publicou os 7 volumes dos Annaes do Rio de Janeiro.” (MACEDO, 1876, vol. 1, p. 21-24).

essa falta de interlocutor provocava um comportamento peculiar àqueles que possuíam um saber um pouco mais avantajado:

As pessoas de alta categoria, não tendo quem as contradiga, discorrem indefinidamente. De vez em quando julga-se que estão exaustas, mas é uma esperança vã. De quando em quando, na verdade, para apresentar mais variedade, elas contradizem-se a si próprias, e então a polêmica é ventilada de si para si, com desesperação dos seus submissos ouvintes, que sem terem o crime de uma palavra na réplica são envolvidos na mesma penalidade como o mais capcioso argüente. (BECKFORD apud BRAGA, 1892, p. 110/1. Tomo III: 1700- 1800)

O estudante brasileiro era, como o rei lusitano D. José I, um solitário antes de tudo: poucas vezes teve quem criticasse seus conhecimentos, sua fala, senão pela família, posição social, aliados ou postura política. Suas idéias, sua forma de escrever e de falar, em suma, seu conhecimento era avaliado pelo talento eloqüente, jamais pelas contradições do próprio pensamento que, na maior parte das vezes, sequer estava em questão. Além da eloqüência, se levava em consideração o esforço empregado e as dificuldades enfrentadas pelo estudante como prova de sua sabedoria. Quanto maiores fossem suas privações, mais digna de nota era sua sabedoria.

Antes de 1808, como se viu, os brasileiros ricos já estudavam com certa freqüência. Depois disso, alguns rapazes cujas posses não eram grandes ao ponto de sustentá-los em Coimbra, nem tão pequenas que não pudessem pagar um mestre particular, começaram também a estudar. O crescimento da instrução fluminense no início do século XIX gerou, pois, uma nova camada social, nem rica, nem pobre, mas instruída. Ao passo em que essa leva de estudantes formava-se e novas gerações afirmavam o lugar social desse tipo de gente, a eloqüência, antiga conhecida da população fluminense, contribuía para que os letrados inventassem uma forma de ser e um lugar para estar. O emprego público foi uma das saídas mais recorrentes, porque, tanto como mestres quanto como burocratas, as especificidades de seus conhecimentos cabiam nessas ocupações como luvas: além de implementar toda uma rede administrativa e instrutiva no Rio de Janeiro do início do século XIX, também se comunicou, utilizando aí a eloqüência, o que o povo deveria fazer quando quisesse contribuir para a prosperidade de todos.

Há de se observar que, em meados de 1820, a situação já não era a mesma. Com a fundação de uma Assembléia Legislativa e com a independência do país, estabelecer uma unidade instrutiva e saber qual era, ao todo, o número de escolas e mestres no país tornou-se

cada vez mais necessário. Por esse motivo, José Bonifácio⁶³, em 1823, solicitava à Mesa do Desembargo do Paço um relatório circunstanciado sobre o número de aulas, escolas e demais estabelecimentos relativos à instrução, assim como o número de discípulos atendidos, os mestres que ministravam tais cursos e os tipos de curso por eles lecionados. Tal solicitação atendia a um pedido da Assembléia que, para legislar sobre a instrução, requisitava informações acerca de seu estado. Nessa oportunidade, José da Silva Leitão, servidor público, informava que não poderia se referir aos territórios que estavam além do Rio de Janeiro, porque eles não se achavam sob a jurisdição da mesma Diretoria Geral de Instrução:

Não posso dar informação das cadeiras de outras repartições literárias, estabelecidas nesta corte, porque tem inspeções privativas, igualmente não posso dar das que se acham fora dela, porque se não acham expressamente compreendidas na Diretoria Geral, nem até agora baixaram as Instruções que tenho suplicando a esse respeito, nem há estilo de requererem aos respectivos professores e mestres, registro na mesma diretoria das provisões que se lhes expedem, bem que eu dê informações aos requerimentos relativos, quando vossa majestade imperial. Há por bem de assim o mandar por esta mesa ou pela dita secretaria de estado'. Vossa Majestade Imperial porém mandará o que for justo. (LEITÃO, 1823, p. 1).

Em *Relação das aulas, escolas de professores públicos pagos pelo Tesouro Nacional e bem dos estabelecimentos que estão sob a inspeção da diretoria dos estudos desta corte*, que serviu de resposta ao pedido de José Bonifácio, escrita em 1823 por José da Silva Leitão, quando se fala numa educação pública brasileira de certo modo ainda contígua à instrução lusitana, fala-se somente na instrução fluminense, referência que respeitamos em nosso texto.

Ainda nesta relação foram elencadas as seguintes disciplinas e seus mestres: as aulas de Filosofia Racional e Moral eram ministradas pelo padre Inácio José da Cunha e tinha como substituto o padre Joaquim da Soledade; a aula de retórica era dada por João José Vahia, sem substitutos; a de língua latina, pelo frei Custódio de Faria, sendo seu substituto o padre Pedro Bandeira Gouvêa. Os estudos de gramática latina tinham dois mestres: padre Luís Antônio de Souza e João Batista Soares dos Santos, assim como dois substitutos: João Alves de Sousa e Agostinho Lore. As aulas de língua inglesa eram dadas por Guilherme Paulo Tilbury e as de língua francesa, por Luís Carlos Tranch, ou Franch e as de desenho, por Manuel Dias de Oliveira. Nas escolas de primeiras letras o quadro era o seguinte: Luís Antônio da Silva, na freguesia de São José; Luís Joaquim Varela da Franca, na Candelária; Padre Bento Fernandes Furtado, na Sé; Venâncio José da Costa, em Santa Rita; José Simão da Fonseca, em Santana.

⁶³ José Bonifácio nasceu em Santos no dia 13 de junho de 1763. Aos 21 anos partiu para estudar na Universidade de Coimbra, onde se especializou em Mineralogia. Passou cerca de dez anos viajando pela França e Alemanha a fim de concluir seus estudos. Quando voltou a Portugal foi colocado entre os mais importantes servidores públicos. Em 1822, ocupava o cargo de ministro de D. Pedro I.

Como mestre do Ensino Mútuo, havia Nicolau Diniz José Raimundo. Na cadeira de economia política lecionava José da Silva Lisboa. Havia ainda aulas de mineralogia, zoologia e botânica, assim como os cursos oferecidos na Academia Militar.⁶⁴ Nessa oportunidade também foi informado que o Tesouro Nacional arcava com os honorários de um responsável pela inspeção da diretoria dos estudos. Havia, portanto, 22 funcionários envolvidos com a instrução pública no Rio de Janeiro do início do Oitocentos⁶⁵.

O currículo básico do estudante fluminense desse período era composto por cinco ou seis disciplinas: gramática latina, retórica, filosofia, geometria, teologia especulativa e teologia prática, como no Seminário de Olinda; ou gramática latina, retórica, filosofia, teologia e direito natural, ministradas no Convento São Francisco de Assis. Nesse colégio, os estudos de retórica eram supervisionados pelo frei Alexandre de São José, e sua cadeira ocupada pelo frei Sampaio⁶⁶, que havia estudado a disciplina com o famoso frei São Carlos⁶⁷. A retórica era ensinada ao longo de todos os três ou quatro anos de formação, tanto em Olinda quanto em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Nos programas de ensino destas instituições predominava o estudo das obras de Cícero⁶⁸, segundo as sínteses publicadas em manuais e compêndios. A maior parte das muitas

⁶⁴ Nesta última, havia um total de 298 estudantes matriculados no curso de Matemática oferecido pela Academia Militar entre 1825 e 1830. Destes, 140 eram naturais do Rio de Janeiro e 21, algo em torno de 7%, eram naturais de Portugal, o que representa uma porcentagem maior de estudantes portugueses na Academia Militar do Rio de Janeiro que de brasileiros na Universidade de Coimbra entre 1819 e 1820. Além disso, deve-se notar que 81 estudantes eram paisanos e 154 eram do exército. Quanto à idade, doze anos tinha o mais novo e 35, o mais velho. (ARQUIVO NACIONAL, IE 3, CURSO MATEMÁTICO DA ACADEMIA IMPERIAL MILITAR). Havia estudantes em Coimbra também, entre 1819 e 1820, a Universidade de Coimbra possuía 1.460 discípulos, sendo que 5,5% eram brasileiros, num total de 86 estudantes. Destes, quarenta eram baianos, catorze, pernambucanos, onze, mineiros, dez, maranhenses, nove, do Grão-Pará, sete, do Rio de Janeiro – sendo um deles de Goitacazes –, um paulista, um matogrossense, um goiano e um natural de Porto Alegre. (RELAÇÃO E ÍNDICE ALFABÉTICO DOS ESTUDANTES, MATRICULADOS NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA NO ANO LETIVO DE 1819 PARA 1820). Note-se que estes são os dados relativos à instrução pública.

⁶⁵ Somente em 1831 se pode efetivar um diagnóstico mais completo da educação pública no Brasil, ainda que lacunar: em Santa Catarina, 419 estudantes. No Piauí, três cadeiras régias. No Maranhão, as aulas de retórica tinham cinco alunos; as de lógica, sete; latim, dezenove. Havia também uma aula particular de latim com seis alunos e outra de filosofia e retórica, com cinco alunos cada, e uma de gramática portuguesa com dezessete. Nas primeiras letras havia 192 meninos e cem meninas, mais 230 estudantes de aulas particulares. Na Bahia, aulas de botânica e agricultura. Em São Paulo, 33 escolas de primeiras letras, com 1.459 alunos. Em Minas Gerais, 146 cadeiras régias, cerca de 3.256 alunos. No Pará, havia 27 cadeiras de ensino mútuo. (BRASIL, 9 RELATÓRIOS SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA. BIBLIOTECA NACIONAL: DIVISÃO DE MANUSCRITOS, II – 30, 28,7).

⁶⁶ Francisco José de Sampaio era natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, no Rio de Janeiro. Em 1793 foi aceito na ordem. Eleito pregador em 1799, seus outros cargos foram: em 1808, secretário da visita geral, pregador da capela real e examinador da mesa de consciência e ordens; em 1813, capelão-mor de sua Alteza Real e censor episcopal; em 1814, secretário da província; em 1818, guardião do convento Senhor Bom Jesus da Ilha – para o qual foi eleito; em 1821, definidor de mesa – também eleito.

⁶⁷ Francisco de São Carlos nasceu em 13 de agosto de 1763. Aos treze anos ingressou na Ordem Seráfica da Imaculada Conceição, onde foi nomeado professor de eloquência em 1801 e, em 1809, pregador real, quando se mudou para o Rio de Janeiro. O poema *A assunção da Santíssima Virgem* é sua obra de maior valor literário e impacto junto ao público.

⁶⁸ Ramo das Humanidades estudadas nos colégios jesuítas, que nos domínios lusitanos tinha como modelo o Colégio das Artes de Coimbra, o ensino da retórica no Oitocentos, segundo Roberto de Oliveira Brandão (1972), era associado aos cursos de Letras e Gramática. Como roteiro de estudos, estabelecia-se no curso de Humanidades as seguintes leituras: *De bello galico*, de César, o 10º Livro da *Eneida*, e *Gramática Grega*. Para a primeira classe de gramática: o 5º Livro da *Eneida*, a *Retórica*, do padre Cipriano Soares, e o *Discurs Post Reditun*, de Cícero. Para a segunda classe de gramática: Cícero, *De*

provas e cerimônias era realizada com sucessivas declamações de longas peças desse tipo de literatura, onde a postura e a memória de seu orador eram avaliadas, servindo, o aplauso do público, sua comoção, como base para o julgamento das habilidades do orador. O ornamento do discurso garantia a distinção dos oradores segundo a classe, profissão ou as intenções - recurso notadamente vinculado ao nível de conhecimento e habilidades do orador em relação às partes que compunham a arte retórica, baseada na observação dos oradores eloquentes. Foi assim que, no Brasil, preferiu-se estudar a eloquência ao invés da retórica, seja porque ela não exigia tantos livros, seja porque sua forma de estudo, ouvindo e falando, era mais adequada à disciplina do estudante do país. A natureza do orador brasileiro leigo no início do século XIX é, pois, a de um estudante, ao mesmo tempo privilegiado por seus conhecimentos e privado dos prazeres da Terra; é a de um futuro funcionário público, hábil com as palavras, especialista na área, com bons contatos e uma diminuta necessidade de comprovar seus conhecimentos mediante esforços produtivos – dado que seu grau de estudo o habilitava ao cargo ocupado –; é a de um homem desprendido, que se dispõe a acompanhar os cursos aonde quer que eles se ofereçam; é a de um sábio solitário, pouco acostumado às críticas e ao diálogo.

Ao portador dessa natureza eloquente, ainda assim, era necessário o conhecimento da arte da retórica, que iria polir seus conhecimentos, lustrando-os, depois, com o brilho do exercício. Do polimento desses conhecimentos, participaram as obras destinadas à informação do que eram e de como deveriam ser feitas as mais variadas orações, conhecidas como compêndios, perfazendo parte de uma tendência literária presente em toda a Europa Ocidental. Aquelas que chegaram primeiro ao Brasil foram escritas por portugueses da metrópole, mas, à medida que a tipografia, as aulas régias de retórica e a cultura letrada foram incentivadas, sobretudo após a transferência da corte, surgiram as primeiras obras de portugueses do Brasil e ou mesmo de brasileiros. De um modo geral, todas elas serviram para que se fomentasse o gosto do brasileiro pela retórica e pela eloquência, forjando-se nas regras pactuadas tanto um universo vocabular, depois compartilhado, quanto uma ordem para o discurso do brasileiro interessado no conhecimento. Tal conjunto prescritivo era conhecido como a “arte” da eloquência; estudá-lo é importante porque se pode ter aí uma noção das fontes a que recorreram os sábios da época para a composição de seu discurso, se não de sua natureza.

Officiis; Ovídio, *De Ponto* (Ponticas). Para a terceira classe de gramática: Ovídio, *De tristibus*, *Cartas*, de Cícero. Para a quarta classe de gramática: *Cartas Familiares*, de Cícero e a 2ª parte da *Gramática Latina*. E, finalmente, para a quinta classe de gramática: *Rudimentos da Gramática Latina*, com uma seleção das *Cartas*, de Cícero.

2. 2. A importância dos compêndios de retórica e eloquência na instrução luso-brasileira

*“Bem sei que tudo o que digo/São coisas muito sabidas:
Se julgo acaso ser útil/É pelas dar reunidas”.*
Luis Rafael Soye, Manual dos deputados, 1822, p. V.

Para Teófilo Braga⁶⁹, em sua obra *História da Universidade de Coimbra*, uma das principais transformações na educação do final do século XVIII foi promovida pela industrialização da tipografia, que, aumentando o número de livros no mercado, impulsionou a transmissão das idéias por meio da escrita e valorizou a prática da leitura. De acordo com o autor, o desenvolvimento da tipografia contribuiu para a substituição gradual da eloquência do orador pelo estilo do escritor. A invenção da tipografia, nessa época, era aclamada como divisor de águas no mundo das letras por estudiosos da oratória como o autor anônimo de *O verdadeiro pregador do século XVIII*⁷⁰, para quem:

João Guttemberg de Strasburg, descobrindo [...] a engenhosa arte de imprimir achou o segredo, e com ele a invenção mais bela do espírito humano. A descoberta do novo mundo não foi tão útil ao governo político das nações, como tinha sido esta na precisa restauração das ciências. (O VERDADEIRO PREGADOR DO SÉCULO XVIII, 1798, p. 17).

No reino português, a inovação foi inaugurada por meio de obras que ficaram conhecidas como compêndios que, segundo Braga, no século XVIII, possuíam uma redação categórica e lacônica, suprimindo a atividade intelectual dos mestres por uma autoridade vinculada à disciplina e à memória, em detrimento do “engenho”. Dispensava-se ali a erudição dos mestres e a invenção dos discípulos, uma vez que tudo que o mestre precisava ensinar estava contido no compêndio e tudo o que o discípulo precisava fazer era ali prescrito, não havendo espaço para a engenhosidade. O objetivo dessa nova forma de transmitir o saber, ainda conforme Braga, era difundir a educação entre os populares, norteador sua prática por meio de um tipo de obra cujo custo era baixo e o conteúdo, simples.

Dada a facilidade do acesso a esse tipo de obra, houve uma relativa difusão de seus títulos do final do século XVIII ao início do XIX, constituindo uma importante ferramenta tanto para a divulgação de uma cultura letrada quanto para a criação de um público leitor que,

⁶⁹ Joaquim Teófilo Fernandes Braga nasceu em 1843 e morreu em 1924. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra, onde lecionou literatura. Esta obra tem importância no trabalho ora apresentado porque discute, no fim do século XIX, o alcance das modificações na educação lusitana do início do mesmo século.

⁷⁰ O VERDADEIRO PREGADOR NO SÉCULO XVIII, REFERINDO OS PROCESSOS E DECADÊNCIAS E Restaurações, que tem tido a Oratória sagrada, desde o princípio do mundo até o presente E REPROVANDO O Sistema adotado por alguns pregadores, mais modernos: PROPOEM ULTIMAMENTE Em diferentes sermões, diferentes modelos da Eloquência Evangélica. PORTO: NA OFICINA DE JOÃO AGATHON, 1798.

no Brasil, estava acostumado às peças oratórias e às aulas de retórica, motes dos quais se partiu, seja na adoção dos temas, seja na adesão às fórmulas de escrita vigentes, para que se compusesse uma primeira leva de obras destinadas ao estudo do brasileiro⁷¹. É marcante a influência da retórica nestas obras a ponto de constituírem, elas próprias, exemplos da eloquência luso-brasileira da época.

No Brasil, os custos dessas obras somavam o preço do selo, da impressão e do registro. Esses valores, conforme informações declaradas na contracapa da *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal⁷², publicada em 1817, chegavam a 12.000 réis, sendo 540 pelo alvará de publicação, 4.000 pelo selo e 3.200 pela impressão. Além disso, no Brasil a preferência era publicar em tipografias estrangeiras, porque se acreditava haver uma economia nessa prática⁷³, ainda que o tempo e o custo das viagens fossem acrescidos ao preço final. Nos melhores casos, eram gastos de um a dois anos para a publicação de um texto⁷⁴ e, embora um autor empenhasse tempo e dinheiro na publicação de sua obra, nem sempre o pagamento seria feito nas mesmas moedas, como anotou Abreu e Lima na sua *Sinopse da História do Brasil*:

Quem souber que este tremendo calhamaço me custa mais de quatro contos de réis depois de impresso, os quais não comi nem bebi, e que se foram por amor da glória, poderá avaliar que não se trata de recomendar a Obra, mas de haver o meu dinheiro, ainda que perca o tempo consumido. E porém, a glória, a fama!! Oh! A fama, a glória de Escritor no Brasil! Se ao menos viesse o proveito! (ABREU E LIMA, 1845, p. V-VIII).

A necessidade de uma maior destreza na apresentação da informação, capaz de tornar o conteúdo simples, fez com que os autores da época procurassem na eloquência as fontes para a elaboração de um resumo claro, conciso e convincente do tema em questão. Por essa razão, compêndios e extratos, por exemplo, eram considerados tipos diferentes de obras:

O extrato é feito para outros sábios, o compêndio é ordenado para os ignorantes. O extrato deve conter a mesma elevação do original; o compêndio deve abaixar-se até se fazer perceptível à curta esfera de um

⁷¹ Neste sentido, Roberto de Oliveira Brandão (1972), Roberto Acízelo de Souza (1999) e Eduardo Vieira Martins (2005) deram importantes contribuições ao estudar o papel da retórica e da eloquência na cultura letrada brasileira.

⁷² Manuel Aires do Casal nasceu em 1754, morreu depois de 1821. Presbítero, residiu muitos anos no Brasil, onde, em 1822, atuou como diretor da Real Biblioteca. (SOBRINHO, 1940, p. 160)

⁷³ No prefácio da quinta edição de sua obra, Francisco Freire de Carvalho assinala que a impressão em Portugal havia barateado sua publicação: “(...) para quem a tem trabalhado, e a quem muito particularmente a oferece: crescendo de mais disto, para facilitar a aquisição da mesma Obra, a diminuição do seu custo, muito inferior ao da primeira edição, atenta a barateza da mão de obra, e do papel e, Lisboa, comparada com a do Rio de Janeiro” (CARVALHO: 1849, p. 9). Além disso, eram muito poucas as tipografias no Brasil, segundo Ogier: “Desde os primeiros anos da Independência é que a imprensa tomou um desenvolvimento livre no Brasil; porque na época da sua proclamação só existiam no Rio de Janeiro a tipografia real, e outra dirigida pelos Srs. Garcez e Manuel de Cristo Moreira. O Sr. Serpa no tempo de d. João VI tinham também uma imprensa considerável na Bahia.” (OGIER: 1832, p. 11).

⁷⁴ Tendo em vista o tempo que os correios levavam entre uma viagem e outra, segundo as cartas do bibliotecário Marrocos.

Menino. Eis aqui donde nasceu a falta de bons compêndios não só entre nós, mas ainda entre outras nações. (LEAL, 1801, p. 54).

Do mesmo modo que havia diferentes tipos de autor, havia níveis distintos de leitores e, por conseguinte, um esforço diferenciado para atendê-los por meio dessas obras generalizantes, incluindo compêndios, extratos, manuais e tratados, dadas suas especificidades. Nesse sentido, os autores dos compêndios tinham um perfil específico, como anotou Antônio Ribeiro Leite⁷⁵, no compêndio intitulado *Teoria do discurso*:

Que quer dizer um compêndio, ou livro elementar? Quer dizer um livro, que contém os princípios fundamentais de qualquer arte, ou ciência, expostos de uma maneira simples sem afetação; clara sem difusão; e breve sem obscuridade. Mas quem poderá lisonjear-se de saber reunir estas qualidades num grau conveniente à sólida instrução da Mocidade ignorante? Eis aqui a grande dificuldade. Serão precisos homens de um saber profundo, e de uma vasta erudição? Não o julgo assim. Pois que? Deverão ser ignorantes? Também não. Homens, a quem o estudo, e a meditação tenham feito adquirir um suficiente número de idéias verdadeiras; dotados além disso do particular talento de as saber comunicar, apresentando-as debaixo de uma forma de expressão breve enquanto ao número dos termos, fácil e clara e enquanto ao número dos pensamentos; dotados finalmente da perspicácia, e agudeza necessária para as saber combinar debaixo de todas as suas relações fundamentais. (RIBEIRO, 1819, p. VIII).

Se os homens que escreviam compêndios não precisavam ser sábios, tampouco na matéria escrita tinha-se compromisso com a complexidade. Para os autores da época, “neste caso, todo aquele que lançar uma pedra no cimento do edifício, fará importante serviço à sua pátria” (ABREU E LIMA, 1843, p. VII). Mesmo que o autor não apresentasse uma única idéia que fosse sua, a obra era aceita por servir como fonte de informação ao leitor, cujo objetivo era acumular saber. A abundância desses elementos dava relevância aos compêndios e, ao mesmo tempo, conferia-lhes um estilo variado:

A variedade pois do estilo, que se encontra no meu Compêndio, não é um defeito como se poderia supor, mas tão pouco é filha da arte, pois que, como já disse, muito pouco há de própria redação; extratando ou copiando, conservei muito de propósito o estilo dos autores, de que me servi, alterando poucas vezes uma ou outra palavra, uma que outra frase. (ABREU E LIMA, 1843, p. XI).

A variedade de informações, muitas vezes desconexas, e a multiplicidade de estilos são dois aspectos que compuseram o perfil desse tipo de obra, criando um padrão de escrita e de relação com o conhecimento. Copiar era um atributo de fidelidade necessário e honesto, pois se tratava de informar o leitor, que pouco acesso teria às obras dos autores mais importantes no tema tratado.

⁷⁵ Professor de filosofia racional e moral, de história universal e de geografia do Real Colégio Militar, Antônio Leite Ribeiro escreveu esta obra a fim de apresentar a conexão entre as idéias, a linguagem e a expressão.

Nem sempre copiar era uma tarefa fácil no Brasil, porque nem todos estavam aptos à tradução das obras consideradas importantes, somado ao fato de não haver muitas obras disponíveis para que essa operação se realizasse, mesmo na língua pátria, conforme atentou Francisco Freire de Carvalho, mestre de retórica no Brasil durante o início do século XIX:

Uma das coisas, que espero me levarão em conta neste meu trabalho os verdadeiros amadores da bela língua portuguesa, é a grande cópia de exemplos extraídos dos clássicos nacionais, com que apoio a totalidade dos preceitos, maiormente na parte da Elocução, o que me não consta tenha sido praticado até agora por nenhum dos que entre nós tem escrito sobre a eloquência. E declaro, que, se confirmei com tão poucos escritores clássicos portugueses os princípios, neste epítome por mim coligidos, foi porque escrevendo longe da Pátria, e em país, onde as obras desses escritores são raríssimas, só pude lançar mão do pequeno número das que me foi possível trazer comigo para o lugar do meu refúgio, longe das garras da tirania. (CARVALHO, 1849, p. 13).

Assim, confiando na memória, muitos desses autores escreviam seus compêndios, de modo que muitos dos textos ali reunidos e atribuídos a outros autores constituem, na realidade, mais uma livre interpretação do que uma cópia fiel de obras consideradas clássicas. Sendo o comentário uma das formas mais acessíveis de informar as tendências intelectuais européias aos habitantes do Brasil, destacou-se este tipo de atitude como um esforço legítimo e suficiente à formação da incipiente cultura letrada brasileira.

As *Lições de Eloquência Nacional*, escritas pelo padre Miguel do Sacramento Lopes⁷⁶, mestre régio de retórica em Pernambuco de 1817 a 1844, são exemplo desse tipo de obra, para quem os serviços de docência, desdobrados no trabalho literário de compor um compêndio, constituíam um serviço dedicado à pátria. Nesse sentido, foi escrita uma carta em que o mestre solicitava o aval do monarca para a publicação de suas *Lições*:

O suplicante, Imperial e senhor, cômescio da utilidade de seus talentos, não ousa arrogar-se a presunção de originalidade: ele não fez mais, do que colher de muitos autores com algum trabalho os materiais, ajuntá-los e coordená-los. Pouco se ocupou da Invenção e Disposição, por serem comuns a todas as Nações. (LOPES, 1844, p. 2).

Copiar e reunir os textos dos mais importantes autores de retórica e eloquência para compor um compêndio era comum na época, assim como era comum que cada professor escolhesse ou escrevesse o seu próprio compêndio; entretanto, no ensino público, havia a

⁷⁶ Quando Sacramento Lopes foi nomeado oficialmente para a cadeira de retórica, já lecionava a disciplina há quatro anos. No mesmo ano, 1817, tornou-se pregador imperial e mestre de retórica e poética no Seminário de Olinda. Em 1830 começaram suas licenças por problemas de saúde, e o número foi grande a ponto de o beneditino duvidar que ainda fosse mestre régio, em 1840, quando encaminhou um requerimento no qual solicitava um certificado de que era mesmo mestre régio de retórica. O parecer foi positivo e, diante deste, Sacramento Lopes se sentiu autorizado solicitar a publicação de suas *Lições de Eloquência Nacional*. Acredita-se, portanto, que as *Lições de Eloquência Nacional* oferecidas por Sacramento Lopes tiveram uma primeira redação na segunda década do Oitocentos. GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Documentos Biográficos. 1818/1819. BIBLIOTECA NACIONAL: DIVISÃO DE MANUSCRITOS, C-0263, 013 n° 002.

tentativa de optar por obras que servissem de referência a todos os mestres, a fim de evitar trabalhos cujo sentido pudesse ser considerado dúbio.

Definir os títulos que seriam utilizados na instrução pública dependia da escolha de um texto que agregasse o maior número de referências, mais fielmente transcritas, no espaço mais abreviado possível. Tal escolha acontecia, geralmente, por indicação de um mestre da instituição, pela nomeação da Diretoria Geral da Instrução, ou, ainda, por meio de concursos realizados pelo governo. Nesses concursos, a premiação seria uma quantia em dinheiro, ou a concessão de algum privilégio, e a adoção do texto como referência, conforme se constata na emenda promulgada pela Assembléia Legislativa do Brasil em 4 de agosto de 1823, sobre um tratado de educação:

Aquele cidadão que apresentar dentro de um ano à Assembléia o melhor Tratado de Educação Física, Moral e Intelectual para a Mocidade Brasileira será reputado Benemérito da Pátria e como tal condecorado com a ordem do Cruzeiro ou nela adiantado, se já a tiver, ou remunerado com uma porção pecuniária uma vez somente, a qual se determinará em quantidade pela Comissão respectiva. Paço da Assembléia, 4 de agosto de 1823. Dep. Carvalho e Mello. (BRASIL, 1823, p. 1).

O esforço de unificar os estudos em torno de um único compêndio, todavia, no caso da retórica, só foi estabelecido em 1834, quando o compêndio de Francisco Freire de Carvalho é escolhido como referência para a matéria em todo o país. Até essa data, contudo, escrever um compêndio era uma obrigação sem maiores distinções, afinal de contas, se o orador auferia alguma renda cada vez que subia ao púlpito, à cátedra ou à tribuna – mesmo quando o discurso era repetido –, o escritor recebia uma única vez pelo seu esforço, independente do tempo de uso ou do número de impressões de sua obra. Ademais, até que o concurso fosse instaurado, esperava-se dos mestres o trabalho de entregar as orientações adequadas ao estudo da matéria para seus discípulos, medida recomendada por meio de ofícios das próprias instituições de ensino:

Não posso deixar de lembrar que pelo menos o lente do primeiro ano deve dizer os seus compêndios das matérias que vai ensinar, sendo-lhe indispensável compor um abreviado da análise da constituição do império. Estes compêndios devem ser impressos em números suficientes e trazidos para serem vendidos. (SÃO PAULO, 20/11/1827 apud MACEDO, 1830, p. 20).

Contudo, nem sempre a sugestão de imprimir os compêndios foi respaldada pelo Estado, problema que durou até meados de 1830, gerando muitas reclamações sobre essa responsabilidade, como indica o ofício de José Maria Brotero, mestre de Direito Natural na Faculdade de São Paulo, em 1828:

Como não posso bem entender o artigo 7 da lei de 11 de agosto de 1827 = ibi = “e o governo os fará imprimir”= “competindo aos seus autores o privilégio exclusivo da obra por dez anos”=, rogo a V. EXa. o especial favor de me declarar de que maneira vai ser feita a impressão do Compêndio. Eu sou estrangeiro, e estrangeiro pobre, e se pedi este emprego de tanto trabalho, e melindre, e se fiz este compêndio expondo-me às censuras do público, foi unicamente para ter com que sustentar minha família, e debaixo deste pequeno quadro já V. Exa. vê, que eu não posso perder o fruto do meu trabalho. Se o Governo de S.M.I. não pode mandar fazer as despesas, sendo a propriedade minha por 10 anos; se não pode ao menos adiantar este dinheiro para ao depois o receber; então exmo. Imp., eu, que já tenho duzentos assinantes, esperarei ocasião de ter dinheiro para mandar fazer a impressão; e julgo, que este meu desejo é conforme a Constituição do Império, e de Lei supra citada.[...] Desculpe V. Exa, a sinceridade de um estrangeiro, que julga ser a franqueza uma virtude. (BROTERO, 1828, p. 1).

Da franqueza desse estrangeiro é possível inferir que, assim como a escrita, a publicação também era uma responsabilidade do mestre e que, conforme a permanência do mestre na cadeira desta ou daquela disciplina, seus compêndios permaneciam circulando entre os estudantes com uma ou outra alteração. Isso acontecia porque a carreira docente era vitalícia e, uma vez escrito, poucas vezes o mestre despendia tempo para elaborar um novo compêndio ou, sequer, novos cursos que lhe propiciassem uma radical mudança em sua perspectiva sobre o tema, já que os benefícios dessa atualização eram diminutos.

No caso de não ser possível a impressão dos compêndios, era usual que o mestre oferecesse aos discípulos uma versão manuscrita que deveria ser copiada por todos, o que, obviamente, incutia aos textos originais novas interpretações, sínteses e inclusive erros. Quando um adendo ou uma adequação eram elaborados, essas modificações também eram divulgadas via manuscrito. Os acréscimos, se houvesse, não revisavam toda a obra, apenas algumas partes, sendo a vigilância sobre os textos considerados sediciosos feita pela própria população, que, empenhada em mostrar seu valor ao monarca, costumava denunciar o que lhe parecesse subversivo ou fora do padrão. O processo de licenciamento da obra, por sua vez, era longo e custoso, o que demovia os autores de efetuar grandes mudanças.

Ora, como o método de ensino era baseado no compêndio utilizado em sala de aula, era claro que a Diretoria Geral de Estudos deveria interceder na circulação dos livros de ensinar de todo o reino lusitano⁷⁷. Desde 18 de agosto de 1759, a direção geral dos estudos

⁷⁷ Entre os textos aceitos estavam: *Ensaio de Rhetorica conforme o methodo e doutrina de Quintiliano, e as reflexões dos mais celebres modernos que tractaram d'esta matéria*, de 1779; *Methodo de ensinar a eloquencia que segue ... do agrado de sua Eminensia o senhor cardeal Arcebispo de Evora*, de 1826; *Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias, e adornado de toda a casta de flores da eloquência: ao qual se ajuntam os opusculos do modo de compor e amplificar as sentenças, e da airosa collocação e estrutura das partes da oração*, numa segunda edição de 1750; *Lições elementares de eloquencia nacional*, de 1834; *Conclusões de rethoriea e poetica, dedicadas ao R.mo Padre mestre Frei José Mayne, e alguns sonetos, odes e outros versos*; *Diálogos sobre a eloquencia em geral e a do pulpito em particular*, de 1761; *Mechanica das palavras em ordem á harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa como em verso*, de 1787; *Arte da*

tinha o privilégio da impressão dos livros clássicos, dicionários e demais livros de gramática latina, grega, hebraica e de retórica. Depois, no decreto de 20 de dezembro de 1759, determinou-se que fossem recolhidos os antigos livros de ensinar e que novos fossem escritos, de acordo com as regras que sustentavam o sistema de Aulas Régias.

Documentos relativos à carreira de Sacramento Lopes⁷⁸ indicam que o mestre procurava adequar seu curso aos conhecimentos que julgava ter e, logo em seu ingresso na carreira, procurava rascunhar um plano de ensino, uma metodologia, reunir textos que iria utilizar em sala de aula, ou seja, elaborar o compêndio de suas aulas. A organização dos compêndios por capítulos geralmente correspondia ao número de aulas dadas. O compêndio servia como uma filosofia de ensino ou como um guia didático do mestre e, ainda, como uma das únicas formas de controle do exercício de docência.

Um dos primeiros compêndios de eloquência publicados após a instauração do sistema de Aulas Régias foi o de D. João da Anunciada, que chama a atenção pelo pragmatismo com que o tema e o sistema de ensino foram apresentados. Cônego regente de Santo Agostinho e professor nas Reais Escolas de São Vicente de Fora, em Lisboa, D. João d'Annunciada publicou, em 1826, seu *Método de Ensinar a Eloquência*, com o aval do cardeal arcebispo de Évora, segundo informações da edição publicada pela Tipografia de Bulhões. O compêndio de Anunciada é dividido em lições, respectivamente: Definições de retórica; Eloquência, arte, natureza e exercício; Partes da retórica e matéria da eloquência; Gênero demonstrativo; Gênero deliberativo; Exórdio; Estilo do exórdio; Narração oratória; Estilo da narração; Provas; Regras da refutação; Peroração; Elocução; Tropo; Figura; Cadência e harmonia; Memória e pronúnciação; Poesia; Sublime; Fontes e origens do sublime; História da Oração; História Portuguesa a partir dos textos de Camões; Terceira e quarta época da História; Verso português, o que é?; Literatura poética portuguesa dividida em duas partes, nesta lição estuda-se a primeira e; depois, a Segunda época da poética portuguesa; Terceira época; Restauração

eloquencia portugueza, ou jardim, de 1734; *Elementos da invenção e locução rhetorica ou principios da eloquencia*. Illustrada com breves notas, de 1759; *Espirito da lingua e eloquência portugueza. extrahido das Decadas do insigne escriptor João de Barros, e reduzido a um dictionario critico das suas palavras e phrases mais especiaes, confirmadas ou i/ustradas, etc.*, de 1792; *João de Barros, mestre exemplar da maissolida eloquencia portugueza. Dissertação academica escripta no anno de 1781*, de 1793; *Reflexões sobre o modo como se deve ensinar a Rhetorica*, de 1750; *Elementos da poetica: tirados de Aristoteles, de Homero e dos mais celebres modernos*, de 1765; *Compendio da Rhetorica Portuguesa, escripta para uzo de todo o genero de pessoas que ignoram a lingoa latina*, de 1782; *Diccionarios da lingua portugueza e de frades. Do uzo do R.mo Padre mestre José Mayne, em diferentes tomos. Modos de continuar hum discurso em bom vulgar*, de 1781; *Theatro da eloquencia ou arte de rhetorica*, de 1766; *Apontamentos sobre a rhetorica de J. C. M. Dedicado ao ex.mo sr. Luís de Vasconcelos e Sousa*, de 1762; *Elementos de rhetorica, para uso dos alumnos do commercio theorico-pratico*, de 1829; *Mechanica das palavras*, Lisboa, de 1787; *Instruções de rhetorica e eloquencia, dadas aos seminaristas do Seminario do Patriarchado*, de 1795; *Arte Poetica de D. Horacio Ilaco: traduzido em vulgar, para o uzo da mocidade portugueza*, de 1774; *Regras de rhetorica e poetica, por Fr. Antonio ... e Mariano José Pereira*, de 1787.

⁷⁸ Documentos Biográficos, Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional.

da poesia. Antes de passar às 30 lições, Anunciada informava o modo de aprender seu compêndio:

A lição, que se há de dar é primeiro lida, e traduzida de manhã, ou tarde antecedente por dois ou três estudantes, e explicada com todas as miudezas precisas à sua perfeita inteligência. Esta lição assim passada é trazida na lição seguinte e dita de cor: em bom Português por três ou quatro Estudantes indistintamente nomeados. No sábado de manhã repete-se o que foi dado toda a Semana, e nenhum Estudante é excetuado de dizer o que sabe; com tudo sempre o Professor auxilia os mais rudes contra o reparo dos que não são. (ANNUNCIADA, 1826, p. 3).

Segundo o programa, os 15 primeiros dias eram voltados especificamente para a retórica; seguiam-se 15 dias de poética com retórica; e, finalmente, 15 ou 20 dias só de poética. As aulas de retórica e poética eram intercaladas com a história da poesia grega e latina, a fim de não aborrecer os pupilos. Ademais, “Em toda Análise precisa-se saber a História da Oração. O fim dos Oradores, que vem a ser o estado de causa. Modo como foi traçada uma das orações proposta.” (ANNUNCIADA, 1826, p. 17).

Após esses primeiros 45 dias, tratava-se do sublime, segundo Dionísio Longino, “que dá uma idéia mui nobre da Eloquência bem capaz de excitar no coração dos novos Oradores a importância e estima que merece esta arte excelente.” (ANNUNCIADA, 1826, p. 5). Seguiam-se o curso com a crítica literária, segundo Alexandre Pope, no *Ensaio de Crítica*. Depois, “em o meio de março, começam as Análises ou a Oratória prática” (ANNUNCIADA, 1826, p. 8). Essas análises e práticas estendiam-se até o mês de maio, quando se passava a analisar poemas como os de Camões; sempre de acordo com um método específico:

Logo que se começam as Análises dos Poetas, o Professor faz escrever aos seus Discípulos os nomes de todos os Senhores Reis de Portugal, época do seu nascimento, ano da Coroação, e tempo de Reinado; principia depois a contar os fatos mais notáveis sucedidos em cada um dos Reinados, para deste modo se entender melhor Camões, e se ligar à História Portuguesa, que ele conta no terceiro e quarto canto do seu Lusíada. (ANNUNCIADA, 1826, p. 10)

Sucedee, então, o estudo da história abreviada da poesia portuguesa, que deveria ser intercalado com o que Anunciada chamou de “exercícios mensais”, que funcionavam da seguinte maneira:

os Estudantes recebem todos os meses um ponto destinado a servir de exercício às suas composições por escrito, e perceber melhor as idéias do compêndio. Estes pontos são tirados das Matérias do ano, por exemplo “Se a eloquência é útil”, “Se é arte”, “a tradução de algum capítulo de Cícero no seu Orador”, “quantas qualidades há de afetos e o modo de os excitar”, “que é figura no discurso, e a diferença do sentido figurado ao que não é”, “o interesse que o Orador tira da leitura dos poetas”. (ANNUNCIADA, 1826, p. 11)

Anunciada explica, ainda, o modo como esses exercícios eram corrigidos:

Estes exercícios não podem exceder meia folha de papel, e a 20 dos meses se entregam: são lidos na Aula em público pelos seus próprios autores postos de pé acionando a mão direita, e se lhes fazem as notas e reparos que merecem. (ANNUNCIADA, 1826, p. 11)

Antes do encerramento do curso, havia uma revisão geral da matéria:

Os últimos quinze dias antes das férias são destinados a repetir tudo o que se deu no ano, e para se fazer com mais exatidão o Professor tem dividido as matérias em artigos separados, os quais reparte aos seus Discípulos em papelinhos, que contém o objeto de cada lição (ANNUNCIADA, 1826, p. 12).

Os alunos deveriam discorrer sobre os temas de cada um desses “papelinhos”, corrigidos pelos mestres enquanto falavam, e os discípulos deveriam assistir às falas uns dos outros. Essa operação era realizada, no mínimo, duas vezes antes do curso de retórica e eloquência, que podia durar até 3 anos – dependendo do avanço e morigeração dos alunos –, fosse encerrado. Dentre as muitas vantagens de seu método, Anunciada assinala o adiantamento do latim e a introdução da poética de Horácio, somada a maior interação entre os discípulos que tomavam conhecimento de inúmeras matérias. Enfim, neste método:

Não há ciúmes, ou rivalidades entre os estudantes, que de ordinário servem a fomentar ódios, malevolências, e são nascidas ou das particulares distinções dos Mestres, ou do conceito vaidoso que de si formam os discípulos: aqui todos aprendem, todos estudam, todos falam sem haver ocasião ou de encobrir a ignorância ou de ostentar a impostura. (ANNUNCIADA, 1826, p. 19)

Assim é que:

Com esta grande variedade de instrução imprime-se no ânimo dos novos Oradores um amor constante à Aula, e quando de ordinário aquelas idades aborrecem o Estudo: aqui os estudantes freqüentam muito e alguns mostram violência se ou as enfermidades ou os negócios de família os obrigam a faltar. [...] Ficam todos sabendo muitas idéias de Literatura, cada um pode no futuro escolher, e aplicar-se ao que for mais próprio do seu gênio e mesmo chegar a ser algum dia este Orador consumado que Cícero tanto desejava. (ANNUNCIADA, 1826, p. 20)

No Brasil, obras tão minuciosamente sistematizadas como a de João d’Anunciada demoraram a ser publicadas, sendo escritas apenas a partir de 1808, quando a tipografia foi aqui permitida. Entre elas, figuram as *Lições de Eloquência Nacional*, de Sacramento Lopes que, embora tenham sido publicadas em 1846, já circulavam entre os estudantes brasileiros na forma manuscrita desde 1817, quando o frade foi nomeado mestre régio de retórica em Pernambuco. Esse compêndio possui, ao todo, dois volumes com 48 lições que deveriam ser distribuídas semanalmente ao longo de até três anos do estudo da retórica. Os primeiros temas

tratados por Sacramento Lopes em seu compêndio eram: as vantagens da eloquência, os requisitos necessários ao orador e ao homem eloqüente, a imaginação, o gosto, o engenho, a invenção, a matéria e os gêneros da eloquência, a disposição, a elocução, o uso a respeito da linguagem, algumas máximas relativas à autoridade dos estudos clássicos, críticas ao que Gama chamou de purismo e peregrinismo, considerações a respeito da propriedade das palavras, do ornato, das enargueias, das semelhanças, parábolas, imagens, ênfases, noema, conceitos oratórios, da amplificação e suas espécies, do adorno oratório e dos tropos, da metáfora, da alegoria e ironia, da metonímia, metalepsis, autonomasia, onomatopéia e hipérbole, da sínecdoque, do epíteto, da perífrase e do hipérbato, das figuras oratórias, sua classe e reflexões, e, por fim, da composição ou colocação das palavras. No segundo volume, por sua vez, havia 21 lições que tratavam das seguintes matérias: o belo natural e moral, a beleza das abstrações e o belo artificial, o belo ideal, o imitativo e o sensível, a gradação e a escala do belo, seja ele elegante, gracioso, grande ou sublime; o sublime moral e seu estilo oratório, o que são as paixões, a pronúncia e a ação, os meios de fazer progresso na eloquência; a eloquência judiciária, militar, deliberativa, especulativa e sagrada; considerações sobre os elogios fúnebres, reflexões sobre os clássicos da nossa língua e sobre a decadência da língua portuguesa.

Nos registros que se referem às suas lições⁷⁹, a dinâmica da aula seguia a mesma sucessão de tópicos do texto: o professor conceituava o termo que seria tratado; os alunos expunham suas dúvidas e oposições; o professor rebatia as oposições e esclarecia as dúvidas; um modelo de discurso que exemplificasse a discussão vigente era apresentado e, finalmente, o aluno devia produzir um discurso naquele molde. Esse exercício era, muitas vezes, feito em sala de aula e sua correção era realizada oralmente, logo após a realização da tarefa⁸⁰. De um modo geral, a disposição do compêndio obedecia exatamente às mesmas regras que apresentava: as regras da retórica e da eloquência.

Para Sacramento Lopes, as lições deveriam ser dadas sempre em português, pois “pouco nos podem servir a este respeito” (LOPES, 1844, p. 3) nas aulas em latim. Para o

⁷⁹ Presentes na pasta C-0263,013 no. 002 da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, RJ.

⁸⁰ Não só na retórica se seguia essa ordem, no *Tratado prático compendiário dos censos*, Manuel de Almeida e Sousa de Lobão apresenta a lógica pela qual os temas eram tratados na época. Primeiro, a questão que movia a obra: Como se faz os censos? Depois, os fios condutores da resposta: regras e tradições. Na seção 1: Palavra censo, a definição do que será pesquisado. Na seção 2: Primeira origem, a genealogia do termo. Na 3: Verossímil época da introdução dos censos neste reino, a originalidade de seu uso. Na 4: Se o censo se subscreve à Igreja, sua relação com a Igreja, o poder mais universal da época. Na 5: Divisões e definições, os usos e as partes, já apresentando a racionalidade cartesiana. Na 6: Se se subscreve à lei, sua relação com o Estado é apresentada – note-se que após a descrição sobre sua relação com a Igreja. Na 7: E, subscrevendo-se, como deve proceder? – a preocupação com o cumprimento de regras socialmente estabelecidas. Na 8: Modalidades e envolvidos, finalmente a relação individual é exposta, demonstrando o quanto a noção de indivíduo era secundária para a época. Numa palavra, a ordem dos compêndios era similar à das teses que serviram como motes para os primeiros exames de retórica, estudados no primeiro capítulo.

mestre de retórica, a eloquência ensinada nas escolas deveria ser uma eloquência em português para ser uma eloquência nacional, incluindo exemplos tirados de grandes autores da língua portuguesa - tarefa empreendida por Sacramento Lopes com esmero, pois em suas *Lições* encontram-se longos trechos das obras de Camões e Sousa Caldas, entre muitos outros.

Entre o *Método de ensinar a eloquência* de D. João d'Anunciada, e as *Lições de Eloquência Nacional*, escritas por Miguel do Sacramento Lopes, algumas diferenças devem ser observadas. Primeiro, note-se que havia uma disparidade na extensão de uma e de outra obra: Anunciada usou menos de 50 páginas e Lopes mais de 400. Ora, enquanto Anunciada lidava com alunos que tinham uma biblioteca antiga e farta ao seu dispor, Lopes lecionava para discípulos com pouco acesso aos textos de que fazia referência e, por isso, precisava transcrever as referências utilizadas. Depois, Anunciada destaca como vantagens de seu curso a dinâmica fluída e o divertimento que seus pupilos teriam com didática adotada, enquanto Lopes assinala a utilidade dos assuntos ali prescritos, fundamentando-se no despertar do patriotismo por meio do estudo da língua nacional.

No Brasil, em 1808, por exemplo, os barbeiros faziam às vezes de médicos, não havia indústrias têxteis, apenas 7 olarias existiam num Rio de Janeiro com 16.000 novos moradores. Era, pois, de se esperar que a utilidade, o progresso e a evolução, ainda que material, fossem valorizados na instrução dos povos desta terra. Finalmente, para Anunciada importava destacar que em seu método os alunos teriam um adiantamento nos estudos de latim, ainda que instruídos na língua nacional; já para Lopes, a ênfase no português era importante porque fomentava uma autonomia intelectual, se não uma identidade do pensamento nacional. Essa última divergência é essencial para se perceber as diferenças entre a eloquência lusitana e a brasileira após 1808: enquanto em Portugal a disciplina de retórica era um meio de equiparar os estudos lusitanos ao modelo francês, no Brasil, a eloquência definia um código comum para a cultura letrada brasileira.

Miguel do Sacramento Lopes assinalou ainda que, além de ser nacional, a eloquência precisava de espaço político para se efetivar, o que, segundo o monge beneditino, era comprovável por meio da história:

A eloquência pública teve o seu trono nas Repúblicas; porque ali para governar os homens era mister persuadir-lhes a necessidade, e justiça da lei, e também porque naquela forma de governo a Eloquência abria caminho às dignidades, às honras e riquezas e esta razão de se ali honrarem não só a eloquência, senão todas as mais profissões próprias para constituir oradores, como eram a política, a jurisprudência, a poética, e a filosofia. Então se acabou de ver, que para ser insigne Orador relevava não só criar-se naquele concurso de circunstâncias necessárias para formar um grande homem, mas também em tempos, e países, onde se pudesse impunemente repreender o

vício, honrar a virtude e pregar a verdade sem rebuço. (GAMA, 1846, vol. I, p. III).

Se a eloquência dependia de condições favoráveis e estas eram compostas tanto de uma instrução voltada para as áreas que contemplavam esse campo do conhecimento, quanto da livre aceitação das opiniões proferidas em cátedras, tribunas, púlpitos e palanques, isso significava que a oratória dependia de certa liberdade referente à comunicação, a um só tempo, fomentada e permitida pela sociedade. Era necessário, portanto, que houvesse permissão pública e propensão popular para que a eloquência se instalasse como meio de comunicação, cuja finalidade, para Lopes, consistia na habilidade de mover o outro num âmbito público.

Na época, acreditava-se que a permissão pública necessária ao desenvolvimento da eloquência fora concedida com a transferência da corte ao Brasil e, mais especificamente, com a elevação do Brasil à qualidade de reino, que era, inclusive, assinalada nos muitos discursos da época, como na oração proferida pelo pregador imperial frei Francisco do Monte Alverne em 1816:

Chegou a época, em que galgamos o degrau honorífico tão longamente aguardado. Abriu-se a mesma lice ao talento. Nós pretenderemos, nós subiremos às honras com esta altivez, que distingue um povo livre. Ontem filhos mais moços de Portugal somos hoje seus iguais. Reapertaram-se estas molas sociais, cuja ação atrairá sobre nós olhares respeitosos. Realizaram-se os desejos dos grandes homens, que não recearam invocar o amor do gênero humano, e haviam bebido suas luzes no fogo sagrado, que os abrasava. A liberdade ilimitada do comércio do Brasil deve sem dúvida excitar os mais ativos esforços, e reanimar todas as indústrias. Não se duvida mais que se deve ao comércio a felicidade dos povos e a grandeza dos Estados; que sua opulência deve ser fundada no trabalho, e que vale mais do que o ouro e a prata. A importação ministra e fornece as matérias que devem excitar o desenvolvimento industrial: a exportação anima a fabricar além do que exige o consumo doméstico. O acréscimo de comodidades recompensa os suores e as fadigas. Os espíritos adquirem um vigor novo. As ciências, as artes são cultivadas com sucessos sempre novos, sempre renascentes, porque são mais conhecidas nos Estados, em que a indústria é mais desenvolvida. (MONTE ALVERNE, 1858, tomo II, p. 278-9).

Inspirado por esses valores é que mestres como Miguel do Sacramento Lopes, entre outros, dedicaram seus estudos a uma eloquência de cor local. Todavia, a maior parte dos primeiros compêndios de retórica utilizados no Brasil eram aqueles escritos por portugueses, pois os mestres da metrópole evidentemente possuíam um acesso maior tanto às tipografias quanto às bibliotecas. A partir da transferência da corte para o Rio de Janeiro, contudo, novas condições foram oferecidas aos mestres de retórica fluminenses e, desde então, esse tipo de

obra foi impressa e divulgada, inclusive por meio dos jornais que começaram, timidamente, a serem escritos no país.

Em 1835, num ofício do Município da Corte, dava-se a notícia de uma nova resolução para a instrução pública secundária em que se exigia uma uniformidade nos compêndios mensurada pelo sucesso dos alunos no ingresso em instituições dos Estudos Maiores. Nessa nova modernização da retórica, substituíam-se as referências a Quintiliano, Cícero e Aristóteles por Massilon, Chateaubriand e Hugh Blair:

Posto que pelo ato adicional composto às Assembléias Legislativas Provinciais a legislar sobre a instrução pública, contudo é manifesta a necessidade de uniformidade nos Compêndios de algumas ciências preparatórias, sem a qual os estudantes ver-se-hão embaraçados em exames que tenham de fazer nos estabelecimentos de instrução maior [...] talvez da Metafísica nas aulas de Retórica poder-se-ia substituir com vantagens o Blair ao Quintiliano. (Município da Corte, 21 de janeiro de 1835, p. 1).

Dada essa, ordem, a vantagem obtida era uma maior uniformidade do sistema de ensino que, cada vez mais, era guiado num sentido racional. Até que essa medida fosse implementada, contudo, os compêndios que circulavam na instrução brasileira de retórica eram muitos. Vejamos, pois, alguns de seus exemplos.

2. 3. A arte da eloquência nos compêndios luso-brasileiros

“[Os homens] valeram-se da língua para enganarem”.
Baltasar da Silva Lisboa, 1829, p. 7.

Um dos primeiros compêndios de retórica lusitanos elaborados após a reforma pombalina da educação foi escrito por Antônio Pereira, presbítero da Congregação do Oratório de Lisboa. Os *Elementos da invenção e locução retórica ou princípios da eloquência* foram dedicados ao Conde de Oeyras e aos alunos da Real Casa da Congregação do Oratório de Nossa Senhora das Necessidades de 1756, para quem ele ditou a primeira versão de suas lições. Publicado em 1759, seus estudos foram baseados nos textos de Vossio, Buchner e Heineccio e, depois, complementados pela leitura das obras de Aristóteles, Cícero e Quintiliano. Inácio Barbosa Machado e Diogo Barbosa Machado⁸¹ forneceram as primeiras licenças, assinalando que por decreto do rei, “foi escolhido o seu método para servir de brilhante guia aos novos professores, que neste Reino hão de ensinar a língua latina.” (Ignácio

⁸¹ Diogo Barbosa Machado foi um dos 50 primeiros acadêmicos da Academia Real da História Portuguesa. Presbítero secular, abade da igreja paroquial de Santo Adrião de Sever, no bispado do Porto. Possuía vasta biblioteca de que muito se orgulhava. (SILVA, 1860, p. 147)

Barbosa Machado, Lisboa 18/10/1759, censor real apud PEREIRA, 1759, p. 10). E que “cantem em verso a renovação das Letras Humanas em Portugal” (17/11/1759 – Diogo Barbosa Machado, Desembargo do Paço, apud PEREIRA, 1759, p. 13), por meio dos estudos de retórica, que eram encarados como uma renovação das “letras humanas” em Portugal. As definições que Pereira faz da retórica e da eloquência servem como introdução ao compêndio:

Retórica é uma Arte, que nos dá os preceitos de falar bem, a fim de persuadir os ouvintes. O uso ou exercício destes preceitos chama-se *Eloquência*: o sujeito que os pratica chama-se *Orador*. Falar bem é convencer o entendimento com a força dos argumentos, mover os argumentos, mover os afetos da vontade, deleitar com o ornato e elegância da locução. Persuadir os ouvintes é movê-los e obrigá-los a executar o que lhes aconselhamos. Matéria da Retórica é toda a questão que se propõe para falar e discorrer nela. (PEREIRA, 1759, p. 2).

Não há, nesta definição, as tão aclamadas vantagens da formação de uma opinião ou mesmo do fomento ao engenho assinaladas nos decretos de 1759: a eloquência é vista como dom natural, enquanto que a retórica o é como artifício. O estudo dessas disciplinas acompanhava, quando não sucedia, o latim, e supunha, ainda, um discípulo polido pelo cotidiano escolar e pela convivência com a nobreza. Pereira compartilhava, nesta época, do ideal de um orador cingido por Deus, como aquele descrito no texto *O verdadeiro pregador no século XVIII*⁸², no qual se lê:

Distinguir o verdadeiro pregador num século tão crítico, e tão abundante deles, como é o nosso: parece, ou temeridade, ou presunção. Não é nada disto. O deplorável estado, a que vai caminhando este honroso Ministério, excita espíritos zelosos; não convida corações, nem temerários; nem presumidos. Há muitos Pregadores, é verdade: porém sendo muitos os chamados, são poucos os escolhidos. Dividamos a soma total destes Obreiros Evangélicos. Separemos os dignos dos indignos e os primeiros sirvam de exemplares aos segundos. Mas quem há de fazer esta divisão? E depois dela feita, quem há de separar os bons dos maus. Leiam-se os capítulos desta obra: pesem-se na balança da razão, e o sentido intimo do Leitor desapaixonado poderá decidir o problema. (O VERDADEIRO PREGADOR DO SÉCULO XVIII, 1798, p. 3)

Para decidir o problema, o autor passa em revista aqueles que acredita terem sido os maiores oradores “desde o princípio do mundo” até o século XVIII: no século IX, S. Bernardo; no XII, Inocêncio III; no XIII, S. Domingos; no XIV, Nicolau de Lira; no XIV, João Germano; no XV: Pedro de Ailly, Ollivier Maillard, S. Bernardino de Sena, S. João Capistrano, S. Vicente Ferrer; no XVI: Trithemio, Luís de Granada, S. Carlos Borromeo, S.

⁸² *O VERDADEIRO PREGADOR NO SÉCULO XVIII, REFERINDO OS PROCESSOS E DECADENCIAS E Restaurações, que tem tido a Oratória sagrada, desde o princípio do mundo até o presente E REPROVANDO O Sistema adotado por alguns pregadores, mais modernos: PROPOEM ULTIMAMENTE Em diferentes sermões, diferentes modelos da Eloquência Evangélica.* PORTO: NA OFICINA DE JOÃO AGATHON, 1798.

Francisco de Sales; no XVII: Paulo Segneri, Luís Bordaloue, Bossuet, João Baptista Massillon; e conclui que todos os demais oradores “se podiam encadernar todos num só volume pondo-lhes este título que um Pregador Espanhol deu a seus sermões impressos em 1739: *Nada com vós ou vós com ecos de nada*” (O VERDADEIRO PREGADOR DO SÉCULO XVIII, 1798, p. 30). Assim é que no século XVIII acreditava-se que:

Estando a Oratória sagrada [e esta era a única em exercício] em tanta decadência, como já disse, e passando a reformar-se com tanto crédito como todos nós sabemos, é coisa bem digna de lágrimas, que em tão pouco tempo haja precisão de emendar defeitos substancialíssimos. Fugiram os primeiros reformadores de um extremo sumamente vicioso, e os Pregadores mais modernos vão a cair em outro, que o não é menos. Acabou-se o tempo em que nos púlpitos se propunha um absurdo por um problema, que por fim se resolvia a força de mil inventivas ridículas. Agora estamos vendo, entre os pregadores mais modernos, uns a vender poesia, sem a saberem, outros erudição, sem a estudarem, e alguns finalmente nem uma coisa, nem outra, porque ninguém os entende. (O VERDADEIRO PREGADOR DO SÉCULO XVIII, 1798, p. 32).

Para este crítico da oratória lusitana, a eloquência dos pregadores modernos era resultado de uma combinação entre a linguagem dos poetas, a eloquência dos cômicos e a leitura de coletâneas de frases e pensamentos. A profusão destes defeitos era oriunda dos esforços reais em incentivar a retórica e a eloquência sem, no entanto, subsidiar seu ensino adequadamente. Desta feita, os primeiros compêndios e tratados da disciplina tinham como responsabilidade a instauração de uma disciplina útil e consistente. Nesse intuito, guardavam algumas especificidades. Inicialmente, eles tratavam muito mais de prevenir equívocos do que de exortar sucessos e, ainda assim, estavam respaldados na retórica latina ao invés de portuguesa – dado que a eloquência em língua nacional era incipiente, a retórica aplicada à gramática portuguesa era inovadora e, ambas as áreas, as referências em latim eram abundantes. As críticas, por sua vez, eram muitas:

Mas que há de ser, se a ciência da pregação é reputada pela coisa mais fácil do mundo! Eu sinto bem fraco remédio a este grande mal, pela razão que passo a ponderar. Acabam apenas os rapazes um curso de Teologia (aonde talvez nunca deram nem uma só lição) e logo querem subir ao púlpito. Como não tem os cabedais para desempenhar o grande mistério, ou compram livros de sermões, ou pedem manuscritos; e em havendo alguma festividade fervem os empenhos; e uma vez que se lhe cheguem a dar os Sermões não tem dúvida nenhuma de falarem em público. Alguns destes, que são mais presumidos apanham as cascas do ovo, donde saiu o basilisco e enfronhados em quatro frases poéticas disputam a primazia entre todos os outros. Eu, como não sou invejoso, já há muito tempo que lha tenho dado. Outros, que não tem a imaginação tão *escaldada* fazem timbre de adotar uma coisa que chamam Estilo Francês. Estes segundos probres não são menos dignos de compaixão que os primeiros; porque além dos idiotismos que fazem aparecer pelo corpo de seus sermões, provam de gênio tão servil, que regulados pelos *tres saint* apelidam o Santíssimo Sacramento três vezes santo; e já um que

querendo refinar a francesia disse (muito cheio de vaidade, e com muita pausa) uma.....duas..... três vezes santo. Faltou-lhe dizer e uma mais pequenina para adotar a elegante cantilena dos pregoeiros na ocasião dos leilões. Estes Reverendíssimos, para maior pompa, costumam repetir os seus sermões numa voz muito espremida e altissonante, qual seria necessária para pregar a um auditório de surdos. Como confundem o eloqüente com o arrogante até nesta parte se declaram. A primeira vez que ouvi esta espécie de Pregadores representou-se-me que o Orador era mouco: mas vendo, que outros continuavam da mesma sorte, vim a conhecer que era sistema. Agora já não os estranho, porque este, verdadeiramente, é o caráter dos ignorantes. Sei muito bem que alguns tem ouvido Pregadores mestres do ofício, que sabem acomodar a voz até ocasiões assim como os estilos as matérias, nem assim tem tomado língua, mas para isto era preciso que eles ou tivessem vergonha ou se conhecessem.(O VERDADEIRO PREGADOR DO SÉCULO XVIII, 1798, p. 36-37).

A fim de sanar esses tipos de problemas, os novos compêndios distinguiam a retórica e a eloqüência, ainda que asseverassem a prerrogativa de que em ambas o interesse era fornecer meios de persuadir o leitor ou o ouvinte em favor da causa apresentada, em cuja operação ocorriam três elementos: os afetos, os costumes e as provas. Os afetos deveriam ser atingidos para que o ouvinte ou leitor se dispusesse à mudança; os costumes, observados para que se estabelecesse uma relação entre aquele que ouvia e aquele que falava; as provas, finalmente, arrematavam o discurso no sentido de não deixar dúvidas acerca das razões necessárias à ação do ouvinte, uma vez persuadido da causa do orador. Entre os compêndios de retórica e eloqüência que se pautaram por essas novas normas, circularam no Rio de Janeiro do início do século XIX os de Pedro José da Fonseca, Bento Rodrigo Pereira de Soto-Maior Meneses e Silvestre Pinheiro Ferreira, os quais serão tomados como parâmetros para o estudo dos elementos que compunham a arte da eloqüência no Rio de Janeiro do fim do século XVIII e início do XIX.

2. 4 Os afetos

Pedro José da Fonseca, no seu *Tratado dos afetos e costumes Oratórios, considerados a respeito da eloqüência*, publicado em 1786, parte do pressuposto que os afetos, os costumes e as provas compunham “os três legítimos meios de persuadir”. Sua intenção é a de esclarecer como os costumes e afetos lusitanos encaixavam-se nessa finalidade da persuasão e, para isso, ele baseava-se em dois autores: Quintiliano e João Ângelo Serra, anotando, todavia, que ao primeiro faltava uma ponderação dos costumes e ao segundo, um tratado dos afetos. Mestre

de retórica em Portugal, cujo compêndio foi utilizado em colégios como o São Joaquim,⁸³ no Rio de Janeiro, ele atribui a publicação do tratado às suas responsabilidades como docente.

Imbuído dessa responsabilidade, Fonseca dedica a primeira parte desse tratado ao estudo dos afetos que, para ele, “são um efficacíssimo meio de persuasão” (FONSECA, 1786, p. 2). Mas quais seriam os afetos? “São treze os afetos, de que ele (Aristóteles) faz menção [...]: ira, brandura, amor, ódio, medo, confiança, pejo, descaramento, graça, misericórdia, indignação, inveja, emulação.” (FONSECA, 1786, p. 3). Ainda seguindo os passos de Aristóteles, Fonseca dará instruções para se mover os afetos mencionados:

Excita-se o ódio, como afeto inteiramente oposto ao amor, por princípios em tudo contrários a esta paixão. Assim devemos exagerar os vícios e as maldades daquele, contra quem se move, e pintar vivamente as ações, que se opõem ao bem, que muito estimamos. Nós aborrecemos um ímpio, que se porta irreverente para com pessoas de reconhecida virtude, assim para se inspirar este mesmo ódio aos outros, não há mais que formar um painel das ações, que o dêem a conhecer tal. (FONSECA, 1786, p. 19).

Se o ódio era um dos afetos que deveria ser fomentado, também o medo tinha seu lugar nas atividades do orador e poderia ser excitado “Denunciando-se um grande mal”, pois o risco de “destruição ou grave dor”, para Fonseca, reprimia atitudes consideradas ruins (FONSECA, 1786, p. 22).

O recurso de excitação do medo era importante porque alertava o ouvinte ou o leitor acerca daquilo que não poderia ser feito e as conseqüências de certas atitudes. Em outras palavras, uma das primeiras regras para se mover pelos afetos era limitar as ações do ouvinte pela apresentação dos riscos que ele corria no caso de não seguir as idéias do orador, sempre um escolhido pela Igreja ou pelo Estado que, em conseqüência dessa posição, tinha seus conselhos assegurados moralmente.

No caso de desejar inspirar confiança, o exemplo era a melhor medida, sobretudo os históricos, pois comprovavam o desfecho de certas ações e atestavam a lisura de determinados processos ou seu contrário. Para perder a vergonha, novas estratégias: “Excita-se esse afeto, tratando com desprezo aquelas coisas, que justamente nos houveram servir de pejo”⁸⁴. De mais a mais, para Fonseca, o orador só poderia convencer seus ouvintes dos sentimentos expostos se fosse verdadeiro - “Ultimamente o meio geral e mais seguro de mover os afetos é estar o Orador realmente deles penetrado” (FONSECA, 1786, p. 59)-, o que poderia ser realizado de dois modos: primeiro, o orador poderia compartilhar com seus ouvintes os

⁸³ Segundo registros dos Estatutos do Seminário São Joaquim, no Arquivo Municipal da Cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Esta estratégia foi acompanhada de um exemplo desconcertante: “Tal é o dito do Poeta Antipho, ao ser conduzido a morte com outros companheiros, que de envergonhados cobriam as cabeças. Que, lhes disse ele, receais topar amanhã com algum desses que agora nos estão vendo?” (FONSECA, 1786, p. 32).

sentimentos descritos e os afetos apresentados; segundo, o orador deveria possuir perspicácia suficiente para projetar no outro os sentimentos que conhecia, mas dos quais não necessariamente se deixava tomar no momento em que falava. Ainda de acordo com Fonseca, o orador deveria caminhar no limite dessas duas possibilidades, pois tanto deveria empenhar-se em conhecer vivamente os sentimentos expostos, quanto deveria manter-se à margem dos mesmos para controlar a situação do discurso. Na opinião de Fonseca, esse malabarismo só poderia ser levado ao seu limite por aqueles que tivessem o talento natural para a fala, a eloquência.

Quando portadores do talento para a eloquência, os oradores da época poderiam “apenas recordar emoções, que o coração pode sentir, mas que a língua do homem não pode manifestar” (MONTE ALVERNE, 1858, tomo II, p. 284); por isso dever-se-ia recorrer à retórica, cujas regras contribuiriam para uma melhor expressão dos afetos. No esforço de manter tal postura, guiados por compêndios como o de Fonseca, os oradores brasileiros geralmente recorriam à *dispositio*, conhecida fórmula geral da retórica pela qual os discursos deveriam obedecer à seguinte ordem: exórdio, no qual se ganhava a atenção do ouvinte; proposição, na qual se apresentava a causa a ser defendida; provas, nas quais se argumentava sobre o tema escolhido; e epílogo, em que um breve resumo do que havia sido dito era recitado. Os afetos tinham lugar no exórdio e no epílogo, embora fossem utilizados, em pequenas doses, ao longo de toda a oração, sobretudo quando aliados aos costumes.

2. 5 Os costumes

Mais atentos aos costumes estiveram os autores de compêndios que procuravam adequar os conhecimentos da área da eloquência ao uso cotidiano. Entre esse tipo de mestre, estavam aqueles que não foram prontamente atendidos pelo sistema de Aulas Régias e que perpetuaram o costume no qual um familiar, geralmente um tio, responsabilizava-se pelas primeiras instruções dos meninos da família, tal qual um preceptor. Esse mestre viu-se obrigado a procurar um manual, ou mesmo a redigir o próprio. Nessa situação, Bento Rodrigo Pereira de Soto-Maior Meneses escreveu um compêndio para ensinar a arte da retórica aos filhos que viviam com ele numa quinta afastada da cidade e, como essa era uma das condições mais freqüentes dos brasileiros da época, foram muitos os exemplares dessas obras encontrados nos inventários de bibliotecas fluminenses do início do Oitocentos.

Em seu *Compêndio Retórico*, Bento Meneses explica que a maior parte dos compêndios demandava bons mestres que pudessem fornecer exemplos e explicar mais

simplesmente o que estava escrito, o que não se aplicava a região onde vivia - havia poucos mestres e, dos que havia, nenhum tinha nessa atividade o trabalho mais importante de sua vida, sendo, portanto, medíocres. Por esse motivo, Meneses propôs-se escrever um compêndio simples e com muitos exemplos para que o discípulo, sozinho, entendesse o que era a retórica e eloquência. Além disso, como alguns de seus colegas eram portadores da mesma dificuldade, sua obra seria impressa “para o proveito de todos”, na Oficina de Simão Tadeu, em 1794.

A finalidade da eloquência, nesse caso, era oferecer aos moradores de terras distantes das cidades um meio de instruir-se sem a companhia ininterrupta de um mestre. Para mais, tratava-se dos herdeiros de terras que não podiam permanecer desamparados no estudo das primeiras letras e dos conhecimentos introdutórios, depois necessários se o garoto viesse a cursar alguma faculdade, ou mesmo se quisesse manter a ordem dos costumes vigentes e a continuidade de suas posses. Assim é que, nesses compêndios, os costumes foram mais destacados que os afetos, porque o ouvinte não precisava tanto ser convencido pelo orador, mas saber que o orador o conhecia e sabia lidar com ele. Para Meneses:

Os costumes são umas reflexões que dão a conhecer a condição, e inclinação habitual de um homem ou de um povo. Estes não só constituem um homem bom, qual deve ser o Orador, como diz Quintiliano, mas também, os que conduzem para a Oração ser perfeita. Os que constituem o Orador perfeito são a virtude, a bondade, prudência e benignidade: pois quem não tiver estas qualidades, não se pode chamar Orador. Os que conduzem para a Oração ser perfeita são a verdade, clareza, e boa ordem. Se estas reflexões são respectivas ao Orador, chamam-lhe os retóricos *mores primae personae*: se aos ouvintes chamam-lhe *mores secundae personae*: se respeitam ao sujeito, de que se fala, chamam-se *mores tertiae personae*. Os costumes variam muitas vezes pela natureza das gentes, e das repúblicas; pela razão dos afetos, dos hábitos, das idades, e da fortuna. (MENEZES, 1794, p. 29).

Os costumes eram, pois, relativos aos oradores, aos ouvintes ou àqueles de quem se trata no discurso e presentes em todas as orações. De acordo com Meneses, era preciso identificar primeiro as reflexões de quem falava, depois as de quem ouvia e, por último, as reflexões daquele a respeito de quem se falava. Essa gradação existia com a finalidade de, distinguindo os afetos dos envolvidos no discurso, mover com mais exatidão os sentimentos dos ouvintes – os costumes englobavam, pois, os afetos.

Ainda segundo Meneses, ao orador cabia o entendimento das “patologias”, tais como: a alegria, “que nos provem da imaginação do bem presente”; a esperança, “que nos vem da imaginação do bem futuro”; a dor, “que nos procede da imaginação do mal presente”; e, por fim, o medo, “que nos nasce da imaginação do mal futuro” (MENEZES, 1794, p. 33). Os afetos deveriam estar relacionados com os hábitos, idade e fortuna dos ouvintes, para que se

chegasse a um perfil adequado de quem eram e de como reagiam a certos estímulos aqueles para quem se falava. Conhecer as “patologias” era um meio para que o orador se empenhasse na “pathopoeia”, ou seja, na moção dos afetos:

O talento, e modo de mover os afetos no animo dos ouvintes é a parte tão brilhante da arte da eloquência, que mais parece ser dom particular da natureza, do que ciência adquirida pelos preceitos da mesma arte. Por isto deve o orador fazer-se poderoso em os mover: pois vence muitas vezes pelo movimento dos afetos, o que não pode fazer com a razão manifesta. Seis coisas há que considerar no modo de mover afetos: o Orador que os há de mover e os ouvintes que hão de ser movidos, aquilo que é objeto dos afetos, que estilo se deve usar, aonde e quando se hão de mover, que vícios se devem evitar. (MENEZES, 1794, p. 35).

O sucesso desse movimento dependia da capacidade do orador de transmitir aos ouvintes a impressão de que sua eloquência era natural. Para isso, segundo Meneses, era necessário que o orador se *acostumasse* à eloquência, habituando-se a repetir os preceitos da retórica no exercício das suas orações. Perceber os próprios costumes e os dos outros era de suma importância para este exercício, sobretudo porque, na observação contínua desses atributos, projetava-se aquilo em que o homem queria tornar-se para ser bem recomendado na sociedade. Quando tal raciocínio era assimilado de modo que os costumes oratórios do sujeito não diferissem de suas idéias e de seu modo de ser, esse homem recebia o adjetivo de eloqüente.

Segundo Meneses, para cada situação, por mais corriqueira que fosse, havia um modo adequado de expressar-se. Por exemplo, para louvar alguém ou alguma coisa, devia-se destacar, na vida da pessoa, a boa educação de seus filhos e a estimação que se tinha dela; com essa finalidade é que se recomendava o conhecimento das normas do panegírico. Se o caso era felicitar um amigo pelo seu casamento, devia-se aplaudir a simetria nas qualidades do casal, o seu honesto fim e a boa educação que dariam aos seus filhos, caso em que a observância das normas do epitalâmio era essencial. Quando o casal tivesse filhos, usava-se o genetliaco; nele, louvavam-se os aspectos do tempo do nascimento da criança, a honra dos antepassados, as virtudes de seus progenitores e a felicidade da graça concedida, além de se exortar seu grande futuro. Quando do falecimento de algum conhecido ou ente querido, as ações virtuosas do defunto eram louvadas, mencionando-se a vontade divina e a pompa fúnebre que o acompanhavam; devia-se falar, ainda, da perda que sua morte representava para a “república”, das estátuas, epitáfios e inscrições dedicadas à sua honra. Contudo, se a vida do sujeito não tinha assim tanto assunto para ser lembrado, o orador deveria compará-lo com alguém importante, destacando, nos feitos do outro, suas qualidades.

Para Meneses, quando recebemos alguma graça, devemos agradecer o benefício, exagerando suas vantagens e seus benfeitores, prometendo um ânimo agradecido e duradouro; sendo tal prática preferencialmente inspirada nas regras das orações de ação de graças. Por sua vez, se algum conhecido praticasse alguma ação heróica, vitoriosa ou bem afortunada, primeiro deveria ser dito que a ação fora fruto de sua honra e cristandade, depois, que Deus a concede e, por fim, que se trata do pagamento ao mérito de uma vida honrada e virtuosa.

Agir dessa maneira era importante porque se recomendava um código de gentilezas aos povos do reino lusitano. Ao destacar-se por meio de um comportamento de tal modo polido, o indivíduo afirmava o seu lugar na sociedade, assegurando, por meio dos seus hábitos, os costumes que manteriam a ordem da mesma.

Meneses não era o único, nem o primeiro a zelar pelos bons costumes dos povos do reino lusitano. Antônio Pereira, autor dos *Elementos da invenção e locução retórica ou princípios da eloquência*, como já se afirmou anteriormente, também estava preocupado com a manutenção dos costumes da boa sociedade:

No nascimento considera-se a geração e a pátria. Se a geração é infame, melhor será não falar nela; se é humilde, diremos que o que faltou de nobreza ao nascimento, supriu o sujeito gloriosamente com as ações ilustres da vida. Diremos ser por isto mais recomendável: porque faltando-lhe a ascendência, os exemplos de honra e glória, ele por indústria e virtude própria se fez digno de que o imitassem os vindouros e o invejassem os contemporâneos. (PEREIRA, 1759, p. 30)

Paralelamente,

Se a geração é ilustre, diremos que à nobreza do nascimento corresponderam as ações da vida. Diremos que com o sangue se transfundiu no sujeito as virtudes maiores, conforme o dito de Horácio: *Fortes creantur fortibus*. Que foi ilustre pelos ascendentes, muito mais o ilustraram as virtudes próprias: que pela formosura do ramo se pode conhecer bem a generosidade do tronco. (PEREIRA, 1759, p. 31, grifos do autor)

Entenda-se, portanto, que, se o objetivo de uma oração era louvar alguém, as normas retóricas serviam para indicar o melhor modo de fazê-lo. O orador dependia de sua perícia para reconhecer tanto no público quanto no tema o tipo de discurso que seria mais adequado e aceito. Conforme estas normas, a geração do homem podia equiparar-se à geração da pátria e, por isso:

Na pátria pode-se fazer a mesma observação. Se é terra famosa, isso mesmo se deve reduzir a glória do sujeito: como se ele nascesse em Lisboa, ou em Paris, ou em Roma, e &c. Aqui podemos fazer uma breve descrição da antiguidade, origem e excelências da terra. Se é humilde, diremos que ele a fizera ilustre e célebre com as suas façanhas ou escritos, como Aristóteles a Estagira, Cícero a Arpino, Catão a Túsculo. Diremos que para ser toda sua a

glória das ações, todas o sujeito deveu a si, nenhuma à pátria. (PEREIRA, 1759, p. 32)

Assim sendo, o destino do homem e de sua pátria eram comparáveis porque existia um fim em comum: exortar um futuro próspero à pátria ou à pessoa que acabara de nascer.

Se havia recomendações de como agir tanto em compêndios como em sermões, havia também de como não agir. Aliás, para Meneses, era evitando os vícios que o orador começava a educar-se na eloquência. De acordo com este pai atencioso:

[...] a vanglória: é o vício que o Orador mais deve evitar; porque com ela se perde todo o merecimento espiritual e temporal de todas as obras, por melhores que sejam. O mesmo é a doxomania, o apetite desordenado de glória, vaidade: porque é a tinta que corrompe as boas obras. E demonstra haver palimbolia, inconstância, leviandade de animo: defeito que fica mal a todo homem. (MENEZES, 1794, p. 277).

Além disso, falando ao povo, o orador deveria ser sempre breve, pois cedo essa platéia cansava-se e logo perdia o fio da meada. Nos discursos remetidos a este público, para Meneses, a questão que move o discurso, sua proposição, deve logo ser colocada em seu estado, ou seja: a pergunta motivadora do discurso e a maneira como essa era colocada correspondiam ao seu “estado”, do qual dependia o tipo de discurso apresentado. Eram 4 os possíveis estados de uma questão: definitivo, de qualidade, de quantidade ou conjuntural. Uma questão que se apresentasse no estado definitivo deveria ser respondida de modo explicativo; se ela tratasse da qualidade ou da quantidade de algo, o tipo mais adequado de discurso era o descritivo; se fosse conjuntural, a saída mais usual deveria ser a comparativa. Para escolher o melhor tipo de discurso, o orador deveria ter em mente qual era a confirmação mais direta de sua tese. De um modo ou de outro, Meneses aconselhava:

Muitas vezes não consiste a força da confirmação na vastidão das palavras; mas sim no conhecimento, que o Orador deve ter das diversas paixões e particulares inclinações daqueles diante de quem fala; porque um ambicioso deve-se combater com a glória das honras; um cobicioso e avarento com a delícia das riquezas; um forte e valente com o esplendor das armas &c. (MENEZES, 1794, p. 75).

Como o aperfeiçoamento do orador dependia de uma observação constante da linguagem de seu público, sua presença entre aqueles a quem dirigia sua fala era necessária. O que incutia ao orador uma atitude constante de vigilância, afinal de contas, para que fosse respeitado, não poderia fugir à conduta que pregava. Destarte, a educação eloquente também era uma educação do comportamento do orador, pois entre provas que dava ao seu público, a principal deveria ser a sua própria vida.

2. 6 As provas

Se o propósito dos afetos consistia em transportar os ouvintes para sentimentos edificantes, geradores de costumes louváveis, as provas deveriam servir para que o ouvinte se convencesse da utilidade dessa postura. Caso o orador recomendasse uma atitude não praticada por ele próprio, seu ouvinte, possivelmente, notaria a inconsistência de sua fala e, conseqüentemente, não se moveria em função do que era dito; a eloqüência perdia, então, toda a sua eficácia. Como nem sempre o orador destinava sua fala a um público de inteligência e cotidiano equivalente ao seu, ele corria o risco de não ser entendido e, pior, de não ver suas recomendações serem seguidas. Assim, a comprovação do discurso era uma das partes da oratória que merecia a maior atenção dos oradores, pois nela se concentrava sua maior chance de erro. Atentos a essa necessidade, a maior parte dos autores de compêndios apresentados até o momento assinala que o sucesso dessa operação dependia, basicamente, da habilidade do orador no trato com a língua na qual proferia o seu discurso e no uso desta para comprovar suas teses.

Para Silvestre Pinheiro Ferreira, em suas *Preleções Filosóficas*, a habilidade dizia respeito não somente à língua, mas também à nomenclatura do grupo intelectual ou da área de conhecimento a que destinava a oração: comprovar o discurso dependia do conhecimento que o orador tinha da linguagem utilizada pelos seus ouvintes, do tipo de solução verbal que os agradava e era acessível ao seu entendimento. Esse raciocínio determinava a realização de tais ponderações prévias à concretização do discurso como cruciais, porque cada grupo, segundo Pinheiro, possuía uma fórmula própria para arrematar seus conhecimentos - cada qual com seus próprios axiomas e métodos para comprovar uma tese.

Essas e outras idéias fizeram parte do curso que Silvestre Pinheiro Ferreira anunciou em 14 de abril de 1813, na *Gazeta do Rio de Janeiro*. O mestre pretendia iniciar as aulas em 26 daquele mesmo mês no Seminário São Joaquim, para onde os alunos deveriam dirigir-se caso quisessem se matricular. Entretanto, o professor alertava que seu curso não era destinado a qualquer tipo de estudante:

582. [...] este meu trabalho sim é destinado para a instrução da mocidade, mas daquela parte da mocidade, que tendo feito o seu Curso de Estudos possui os princípios, e entende a Linguagem das Ciências cujo conhecimento elementar é indispensável a todo o homem de educação. (FERREIRA, 1813/1970, p. 168).

Ainda segundo o anúncio da *Gazeta*, como não havia obras disponíveis sobre o assunto tratado, Silvestre Pinheiro dispôs-se a escrever um texto de cerca de dez páginas para

cada uma de suas aulas. Assim, as *Preleções filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósina e a cosmologia*, de Silvestre Pinheiro Ferreira, foram publicadas em fascículos a partir de 21 de agosto de 1813, vendidos por 200 réis cada na loja de Francisco Saturnino e da *Gazeta*, até meados de 1816, segundo informam algumas notas do jornal *Correio Braziliense*.

O português Silvestre Pinheiro Ferreira havia se mudado para o Rio de Janeiro junto com a corte, em 1808. Sua formação era filosófica e seus estudos foram realizados inicialmente em colégios oratorianos. A atuação como professor no Brasil foi, contudo, acidental, pois, como ele mesmo assinalou: “Azares da fortuna, cuja relação pertence a outro lugar, me levaram a consagrar à instrução da mocidade os momentos desocupados dos deveres próprios do emprego, que exercito no serviço do Estado.” (FERREIRA, 1813/1970, p. 29). Sorte ou azar, a atividade docente de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil foi guiada pelas *Preleções Filosóficas*, cujo objeto era:

I. A *Teórica do Discurso e da Linguagem*: em que se exporão os Princípios da *Lógica*, da *Gramática Geral* e da *Retórica*. II. O Tratado das *Paixões*: primeiramente consideradas como simples sensações, e versando sobre matérias de *Gosto*; donde se deduzirão as regras da *Estética*, ou de Teoria da *Eloquência*, da *Poesia*, e das *Belas Artes*: depois consideradas como atos morais, compreendidos nas idéias de *Virtude* ou de *Vício*; donde se desenvolverão as máximas da *Diceósina*, que abrangerá a *Ética* e o *Direito Natural*. III. O Sistema do Mundo, ou a *Cosmologia*: em que se tratará das propriedades gerais dos Entes, ou da *Ontologia*, e *Nomenclatura das Ciências físicas e matemáticas*; e daquelas mesmas propriedades se deduzirão as relações dos Entes criados com o Criador, ou dos Princípios da *Teologia Natural*. Depois de estabelecidos nas primeiras *Preleções* os necessários princípios preliminares de *Teórica*; as outras serão acompanhadas da análise de alguma Obra escolhida dos principais Filósofos, Oradores, e Poetas, assim antigos como modernos, sagrados e profanos. (FERREIRA, 1813/1970, p. 31, grifos do autor.).

Para Silvestre Pinheiro, pensar sobre a linguagem era importante porque efetivava-se aí o conhecimento, dado que todo saber era entendido por ele como uma forma de representação,⁸⁵ onde a inconsistência da linguagem significava a falência tanto do processo de construção do conhecimento, quanto de sua efetivação na comunicação. Portanto, era impossível ao homem conhecer sem comunicar:

1. Todo homem, qualquer que seja o seu estado e profissão, precisa de saber discorrer *com acerto e falar com correção*. Todos precisam conhecer o *Mundo*, tanto *físico* como *moral*, de que fazem parte, isto é, as Leis gerais dos corpos, que compõe o *Sistema do Mundo*; e os *Deveres* que cada um de nós, considerado como homem e como cidadão, tem para consigo mesmo,

⁸⁵ “323. Logo, resumindo o que deixamos dito: toda e qualquer Ciência se reduz a ensinar-nos o valor de tais e tais palavras, ou a identidade dos valores de um certo número de expressões sucessivamente comparadas, a duas e duas, umas com as outras.” (FERREIRA, 1813/1970, p. 91).

para com a sociedade, e para com o *Ente Supremo*, de quem havemos recebido a existência. 2. Além disso, necessita cada um de conhecer, não somente a teórica e a prática, mas também a filosofia da ciência, que constitui a sua particular Profissão. E muitos há que necessitam de saber enunciar com elegância, com graça e energia, e talvez com sublime estilo, verdades de que lhes cumpre persuadir àqueles, que os escutam. 3. Já se a Natureza com especial liberalidade nos dotou do talento de imitarmos as suas obras com as cores do pincel, com os cinzéis da Escultura, com o burril, com o lápis ou com o divino dom da Palavra, precisamos de saber as regras do *Bom Gosto*; pois que a experiência nos mostra cada dia que pelas ignorarem ou por não atenderem a elas, Artistas e Poetas, aliás sublimes e admiráveis nas suas concepções, em vez de imitarem a natureza, única origem do *Belo*, tanto nas *Artes* como na *Eloquência*, só produziram monstruosos partos de uma desconcertada fantasia. (FERREIRA, 1813/1970, p.33, grifos do autor)

Todavia, ainda que falar com *acerto*, *correção* e *bom gosto* fosse necessário para todos os homens, a teórica do discurso havia sido reputada como uma ciência menos importante pelos mais afamados mestres dos séculos XVII e XVIII. Conforme Pinheiro,

[...] estes tempos, que se podem chamar a infância da ciência, já não existem. Os Filósofos, que hoje respeitamos como Mestres, assentam suas doutrinas sobre a base de que a *teórica do raciocínio e do discurso* é inseparável da *teórica da linguagem*; e que não podendo ser inteligente aquele que não é inteligível, a abundância, a exatidão e a clareza das idéias em toda e qualquer Ciência, Arte, Profissão ou Trato humano, está em rigorosa proporção com a abundância, exatidão e clareza da Linguagem ou Nomenclatura própria da matéria de que se trata, e do uso que dela sabe fazer a pessoa que dela se serve. (FERREIRA, 1813/1970, p. 34, grifos do autor)

Em uma única afirmação, Silvestre Pinheiro remata a visão que tinha sobre o saber e a linguagem: “não *pode* ser inteligente aquele que não é inteligível”. De tal modo, a eloquência, para esse filósofo português, era, primeiro, uma capacidade natural que o indivíduo tinha para comunicar suas idéias e, depois, uma arte pela qual devia aperfeiçoar as habilidades no sentido do esclarecimento e busca da verdade. Lidar com a linguagem significava comprometer-se com a verdade e com sua comprovação. Comprovação que implicava, segundo Pinheiro, conhecimento dos mecanismos que efetivavam o saber e, ainda, estudo da dinâmica da comunicação.

Como a comunicação dependia do conhecimento, para Pinheiro, discursos complicados, obscuros, difíceis de entender, nada mais eram do que frutos da ignorância ou de um saber mal construído. Tais discursos não comprovavam proposições simplesmente porque não eram capazes de dispô-las, era necessário que se entendesse que quanto mais sábio um homem fosse, mais claro e simples era o seu discurso; que quanto mais sábio, mais era eloquente. Outrossim, a eloquência era natural e imprescindível ao “homem de letras”, pois por ela se comunicava seus saberes. Ela era uma consequência de seus estudos, não só de

modo cumulativo, como também reflexivo. Todavia, até que um grau ótimo de comunicação fosse desenvolvido, o sujeito empenhado no saber deveria imitar aqueles que considerava bons, aproveitando-se aí do que Pinheiro chamou de “bom gosto”.

O “bom gosto” no discurso implicava também uma certa noção estética. Para Pinheiro, a beleza do discurso dependia da comprovação de um pensamento direcionado, e nunca de metáforas bem escritas, mas despropositadas. Segundo o autor, o prazer estético do homem de espírito elevado vinha do exercício lógico de sua razão e não do mero entretenimento com uma ou outra beleza fútil. A estética da linguagem era importante porque nela se encerravam os valores universais do homem, como a verdade, a razão e a moral.

A eloquência englobava esses três aspectos do discurso – saber, comunicabilidade e senso estético –, e a comprovação de uma tese, ou de um discurso, dependia da harmonia entre eles. De modo que, a “teórica do raciocínio e do discurso” era considerada inseparável da “teórica da linguagem”, e daí o mestre conclui:

8. De tudo o que se deduz, que sendo impossível falar sem discorrer e que quem discorre, raciocina, as regras que ensinam a conhecer os vícios e a arte de bem falar são as mesmas que constituem a arte de bem discorrer, e de raciocinar com acerto; assim a *Lógica*, a *Gramática Universal* e a *Retórica* vêm todas três a não ser mais do que uma única e mesma Arte. (FERREIRA, 1813, p. 34, grifos do autor).

Paralela a combinação entre lógica, gramática e retórica, dever-se-ia apresentar a causa, a razão (sua dinâmica) e os efeitos dos fenômenos e, de acordo com Pinheiro, o melhor meio de apresentar tais aspectos era criar uma questão que pudesse guiar as curiosidades do ouvinte. Antes de começar a desenvolver sua resposta, o orador deveria refletir sobre os pontos essenciais de sua argumentação. Como cada um desses pontos era definido segundo uma nomenclatura específica, o orador deveria ter em mente que esclarecer essas definições em seu discurso ajudava o ouvinte a entendê-lo melhor e, conseqüentemente, a aceitar sua argumentação com melhor disposição. Neste sentido, Pinheiro recomendava um exercício aos seus discípulos:

[...] primeiro é preciso, que verifiqueis, à medida que as fordes ouvindo, cada uma destas definições; a fim de procederdes com a certeza de que elas vos não afastam da verdade, quando vos devem servir a conhecerdes o erro. Esta verificação, que sobretudo vos recomendo, é extremamente fácil. Tomai ao acaso quaisquer frases usadas em casos semelhantes àqueles de que se tratar, e nas quais entre a expressão, cuja definição vós quereis verificar. Substituí nelas à expressão definida que vos deram. Se depois desta substituição, o sentido da frase ficar o mesmo que era dantes; tereis uma irrefregável prova de que a definição é boa. Mas qualquer alteração que ela faça no sentido da frase, é sinal certo de ser defeituosa. (FERREIRA, 1813/1970, p. 40-1).

Uma vez que a verificação fosse bem sucedida - tomando-se como medida a submissão da descrição do objeto de estudo à nomenclatura da área de conhecimento a que o objeto pertencia -, o estudante passava a arquitetar os “princípios de demonstração” da tese. Era necessária uma estratégia que levasse em conta o público da oração e, por isso, essa demonstração deveria suceder o estudo e a apresentação dos afetos e dos costumes de seus ouvintes. Para demonstrar uma tese, o orador deveria ter em mente que “*conhecer* um objeto significa ter idéia de todas as suas qualidades”, e que uma boa apresentação dependia do reconhecimento, da lembrança e da recordação desse objeto junto ao público, operações que eram realizadas da seguinte maneira:

56. *Reconhecemo-lo*, quando ele suscita em nós a idéia daquelas qualidades, que bastem a distingui-lo de todos os outros. /57. *Lembramo-nos* dele, quando a sua idéia se suscita em nós, estando ele ausente. /58. *Recordamo-nos*, ou (o que vale o mesmo) temos *reminiscência* dele, quando também nos lembramos de outros objetos, que então sentimos, quando ele nos foi presente. (FERREIRA, 1813/1970, p. 43, grifos do autor)

O orador precisava, portanto, saber conhecer, reconhecer, lembrar e recordar o assunto em questão. Precisava, igualmente, saber a diferença entre essas operações e, ainda, optar por uma delas como o “princípio de demonstração” mais adequado ao tema e aos ouvintes com que contava. Daí em diante, a demonstração realizava-se por meio da representação desse objeto por meio da linguagem, exercício no qual a eloquência era imprescindível, dado que “67. Menos pitoresca, mas não menos sublime, a *Eloquência* consiste mais na imaginação dos nomes, que na dos objetos; e da proporção com que se distribui entre estes e aqueles, nascem os diferentes gêneros de Eloquência [...]” (FERREIRA, 1813/1970, p. 44, grifos do autor). Escolher os nomes certos para a descrição de sua proporção, o melhor “princípio de demonstração”, após, é claro, definir o que se entendia pelos termos essenciais do discurso proferido, constituíam as operações necessárias para a construção das provas do discurso.

Se o sujeito fosse incapaz de demonstrar de modo claro e segundo as normas do bom gosto a sua tese, era sinal de que ele não conhecia o assunto ou, pior, de que a tese era inválida. Provar uma tese dependia, portanto, do conhecimento e da eloquência do orador. Para mais, ainda que essa tese fosse válida, ela poderia ser inaceitável e, caso tal ocorresse, a comprovação também era comprometida. Cabia ao orador uma profunda formação moral para que a comprovação de sua tese fosse aceitável. Afinal de contas, nesse campo havia uma profusão de leis, tiradas da observação, que não compunham um registro rigoroso das normas morais. Destarte, as provas de um discurso deveriam concorrer para que se desenvolvessem as ciências morais.

Afetos, costumes e provas deveriam ser equilibrados no discurso de modo que o ouvinte se dispusesse a ouvir o discurso e se sentisse contemplado no mesmo. Apenas conhecendo o objeto do discurso, as paixões e os costumes do ouvinte, o orador era capaz de arquitetar uma solução verbal que atendesse a todas essas expectativas. Apresentá-la, todavia, ainda dependia de seus estudos sobre a linguagem, e os discursos que, no Brasil, foram feitos por meio dos acessíveis compêndios e manuais de retórica. Para mais, esses estudos eram realizados na observação de uma prática diária da eloquência, tanto em cátedras quanto em púlpitos fluminenses que, dadas as condições locais, foram muito mais presentes que a circulação de papel impresso; assim é que, no Brasil o ensino da eloquência prevaleceu em relação à retórica.

A eloquência, concebida na esteira da retórica lusitana de 1759, era pautada pela relação entre afetos, costumes e provas. Os afetos deveriam ser tocados no início e no final das orações pelos seus exórdios e epílogos. Os oradores deveriam ter em conta, a esse respeito, que suas atitudes seriam tomadas como exemplo pelos ouvintes e, portanto, que demonstrando os sentimentos mais justos, estaria construindo uma nação mais justa também. Nos costumes, a referência invertia-se: eram os ouvintes observados pelo orador, que deveria se esforçar por adequar seu discurso à compreensão de seus receptores, garantindo aí a manutenção da sociedade vigente. O espaço dos costumes nas orações eram as proposições, sucedidas na ordem do discurso pelas provas, que deveriam ser claras e simples a ponto de serem facilmente aceitas. Essa facilidade era vista como sinal da bondade, se não da divindade dos argumentos que, considerados legítimos, faziam emanar a beleza da oração. Conclui-se desta seqüência intimamente coesa que afetos, costumes e provas se mantiveram interligados em prol de um exercício comum: a construção, no Brasil, de uma identidade nacional por meio da eloquência, freqüentemente praticada pelos pregadores reais.

Nas igrejas, um dos únicos espaços de reunião social no país, a fala do pregador era seguida tanto como espetáculo, quanto como informação. De uma maneira ou de outra, ela era instrutiva, porque apresentava uma forma de agir e também de pensar, ambas pautadas pela eloquência. Acerca dessa prática eloqüente e de sua popularidade, responsável, ao fim e ao cabo, pela afirmação da oralidade na instrução brasileira, passaremos a tratar.

2.7 A natureza da eloquência no púlpito fluminense

Joaquim Manuel de Macedo⁸⁶ anotou, em seu *Passeio pelo Rio de Janeiro*, publicado na forma de livro em 1862, que no dia de São Francisco de Assis, 4 de outubro, era costume a realização de um grande jantar no Convento de Santo Antônio. No ano de 1808, comida, vinho e muitos dos mais importantes personagens da época estavam à mesa, quando irrompeu uma rígida disputa entre os professores de filosofia da casa e um antigo jesuíta. Segundo Macedo,

a vitória estava, pois, do lado do jesuíta, ou pelo menos indecisa, quando outro jovem religioso, que contava apenas dezenove anos de idade e dois de colégio, levantou-se e pediu licença para sustentar a tese. Travou-se então, e de novo, a luta. Ao jesuíta argüente reuniram-se mais dois padres da mesma Ordem, e a discussão prolongou-se até o último momento sem que o estudante perdesse um palmo de terreno. (MACEDO, 2004, p. 255).

Por fim, o jesuíta fraqueja, sua tosse é carregada de sangue e ele senta-se exasperado com esta esgrima verbal, acena para o jovem como quem não tem mais argumentos e logo se sabe: quem perde é o velho jesuíta, o vencedor é o jovem franciscano. Por sua vez, “o auditório aplaudiu com entusiasmo o talentoso e admirável mancebo. O bispo convidou o provincial a que desse por concluído o curso para aquele religioso, e mandou-lhe passar a patente de leitor de filosofia.” (MACEDO, 2004, p. 255).

O jovem era frei Francisco do Monte Alverne e a escola onde passaria a lecionar era o Seminário São José, um dos colégios mais importantes do Rio de Janeiro no início do século XIX. O modo como Monte Alverne galgou esse posto e a descrição do caso, mais de cinquenta anos depois de ocorrido, denunciam a permanência de alguns aspectos da dinâmica sócio-cultural do fluminense na época. Primeiramente, nota-se como a eloquência servia de parâmetro para solucionar questões relativas à instrução; depois, como o prestígio do sujeito eloquente contribuía na conquista de postos elevados dessa sociedade. Mas como se construiu essa importância em torno da eloquência e de que campos ela emergiu?

A tais questões é dedicada a última parte deste item do segundo capítulo. Passa-se, pois, a tratar de dois aspectos, inicialmente pela descrição dos domínios da religião católica na instrução, enfocando o papel da sermonística. Em um segundo momento, aborda-se estudo da eloquência no púlpito, assinalando, portanto, que deste e da cátedra religiosa emanaram os primeiros ecos do que depois se cunhou como uma eloquência brasileira, cuja importância será pontuada conforme a descrição da genealogia dessa prática.

⁸⁶ Joaquim Manuel de Macedo, médico e escritor brasileiro, escreveu este *passeio* em 1861 para ser publicado em folhetins anexos ao *Jornal do Commercio*, mas em 1862 e 1863 as crônicas foram reunidas e publicadas no Rio de Janeiro em dois volumes. A versão consultada é de 2004.

A idade mínima para o ingresso nas ordens católicas era de sete anos, devendo o jovem saber ler, escrever e ter uma noção da doutrina cristã. Por isso, muitos aspirantes à vida religiosa, como Januário da Cunha Barbosa, passaram por professores particulares antes de entrar no seminário. A Igreja, por sua vez, investigava seus pretendentes, certificando-se do estado civil dos ingressantes e da limpeza de seu sangue – considerado sujo se houvesse a presença de sangue de negros e judeus. Também eram pesquisados possíveis vícios do candidato, sua integridade física e a legitimidade de seu parentesco. Por fim, procurava-se saber se o jovem estava ali por vontade própria. Assim sendo, o sucesso da carreira religiosa dependia de uma conduta totalmente controlada pelos parâmetros estabelecidos pela Igreja, o que significava terem os padres uma moral comprovadamente ilibada.

A vida religiosa era, ainda, uma vida vinculada ao Estado, pois o clero era responsável pelo recolhimento dos dízimos, importante arrecadação do Estado no início do Oitocentos. Em contrapartida, os religiosos registravam casamentos, nascimentos e mortes, servindo ao Estado como seus escriturários. Na realidade, desempenhavam muitas outras funções além desta, atuando na área da educação, por exemplo, como responsáveis por quase todos os seminários e colégios da colônia. Na área da saúde, construíram e administraram Santas Casas, orfanatos e recolhimentos, a ponto de Robert Southey, por volta de 1810, considerar que “não havia classe de gente que mais alta estivesse na estima pública do que o clero secular; nenhuma que possuísse igual influência sobre o povo” (SOUTHEY, 1965, p. 367).

O pagamento por essa parceria no gerenciamento da colônia era feito pelo Estado com a cômputo anual e complementado pelas conhecenças, pagas pelos moradores da localidade onde os estabelecimentos religiosos atendiam à população. Os rendimentos incluíam, ainda, a remuneração pelos serviços eclesiásticos e por outras atividades econômicas que não raramente os padres exerciam, como a atividade sermonística. É baseado nessas muitas vantagens que afirmava Gonçalves de Magalhães,⁸⁷ em meados de 1830, que “ter um filho frade era no Brasil desse tempo grande honra para uma família; por outro lado não sabiam os pais, que melhor direção pudessem dar ao filho, que mostrava grande amor ao estudo” (MAGALHÃES, 1882, p. 394).

Refúgio de antigos reinóis, a Igreja representava um espaço em que se compartilhavam hábitos de uma vida além-mar, onde era possível matar as saudades da terra deixada, imitando ali antigos costumes. Para freqüentar a Igreja, o comportamento deveria ser rigorosamente regrado. Pela força do ambiente, o hábito parecia elevar-se à civilização e a

⁸⁷ Médico, autor de *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1836, que inaugurou o romantismo no Brasil. Era amigo e discípulo de Monte Alverne.

palavra do pregador coroava tal situação com a demonstração de um pensamento propositado que, não raras vezes, remetia à construção de uma sociedade harmoniosa e próspera para se viver.

Na nave das tão freqüentadas igrejas, o lugar de onde falava o orador sagrado era especialmente bem posicionado, como assinalou Thomas Ewbank⁸⁸: “como todos os púlpitos daqui, [...] colocado de tal modo que o orador nunca perde de vista as imagens da igreja, nem tampouco volta as costas para elas ou para o altar” (EWBANK, 1976, p. 175). Representante do monarca e de seus súditos junto a Deus, o sermonista tinha um papel decisivo no desenvolvimento das virtudes de seu povo, porque oferecia a seu público um contato direto com a palavra de Deus e com a vontade do rei.

Monte Alverne, o mais célebre dos sermonistas de sua época, fez parte do grupo de quinze frades nomeados como pregadores reais em 1808, logo quando D. João chegou ao Rio de Janeiro com sua corte. Esses frades envaideciam-se por uma sermonística cuja qualidade equiparava-se àquela apresentada pelos pregadores europeus, trazidos pelo rei com sua corte. Na época, o posto de pregador real era importante porque as igrejas configuravam os únicos espaços onde a comunicação entre as pessoas era coletiva, servindo como um ponto de encontro. Na Igreja, o papel da sermonística era, a um só tempo, instrutivo e missionário: instrutivo, porque os sermões estavam relacionados com os assuntos do dia; missionário, porque entre tais assuntos se destacavam aqueles temas considerados edificantes.

Com D. João no Rio de Janeiro, os salários e a verba para a recém-instalada capela real somavam uma quantia significativa, que diferenciava seus envolvidos dos demais colegas de profissão, e isso, aliado ao *status* desses religiosos, dos poucos a manter um contato direto com o rei e sua corte, foi o bastante para que esses pregadores alçassem um lugar importante na sociedade fluminense do início do Oitocentos, aliás, segundo John Luccock: “entre aqueles que gozavam da confiança do Regente, se achavam vários padres” (LUCCOCK, 1978, p. 69)⁸⁹.

A sermonística era, portanto, vista como um modo de informar o poder da monarquia e dar importância aos valores europeus na colônia, por meio da formação de uma opinião pública. Além disso, servia como uma forma de complementar a instrução ministrada na colônia, porque nessa prática ensinava-se um modo de pensar e de expressar-se considerado

⁸⁸ Norte-americano, o protestante Thomas Ewbank veio para o Brasil em 1845 e publicou em 1866 as anotações sobre sua vida no país.

⁸⁹ Como dizia o pregador real Francisco do Monte Alverne: “Assim foi que a realza encontrou na Religião um apoio, que todo o seu prestígio, e todos os seus recursos não tinham podido obter. (...) Hoje sabe-se melhor que nunca, e Deus permita que vós não o ignoreis; que existe uma força, contra a qual são inúteis os canhões, e as baionetas: esta força é a opinião pública, ou antes é a Religião, que a ilustra, e fortifica”. (MONTE ALVERNE, 1858, p. 247).

legítimo, se não divino. Esse modelo de expressão era afirmado nos sermões dominicais – oportunidades privilegiadas para um orador –, pois, o sermonista tinha a certeza de que não seria interrompido, tinha relativa liberdade para a construção de seus argumentos e, no espetáculo que eram as missas do início do Oitocentos, garantia para si o papel principal.

Protestante, Ewbank anota de modo peculiar a devoção que o brasileiro tinha pelas atividades do púlpito na apresentação desse tipo de espetáculo:

Quando o canto cessou, ele começou a falar, e uma vez ou outra rompia em longos lamentos de ‘Madona’, ‘Nessa Senhora’, ‘Sangue’, ‘Misericórdia’, ‘Feridas’, etc., ocasionalmente voltando-se e apontando para as imagens. À medida que ia se inflamando, os gestos iam ficando cada vez mais enérgicos. Inclina-se sobre o parapeito do púlpito, tanto que as suas mãos por vezes quase roçavam o ombro dos devotos em baixo; depois, recuando, aprumava a cabeça e erguia olhos e braços e mais que podia em direção ao teto – com um gesto que recordava o de uma ama erguendo uma criança do chão e erguendo-a, com os braços todos estendidos sobre si. Havia uma novidade em sua maneira que me tocou favoravelmente. Quando acabava um período, ele se afundava, não sem graça, em seu assento, onde permanecia ½ ou 1 minuto, até que idéias frescas despertassem nele. Dificilmente falava 5 minutos sem sentar-se; ocasionalmente proferia uma sentença nessa posição, com uma mão sobre a borda do púlpito e a outra passando um lenço pelo rosto, suado; mas no momento em que lhe ocorria um novo aspecto do assunto ou então um pensamento tocante, levantava-se e punha-o em linguagem brilhante, se pudermos tirar essa conclusão de seu entusiasmo. Imagino que a sua audiência se haja impressionado, embora não estivesse dando sinais visíveis disto. É possível que o português anódino que esses apóstolos italianos devam falar diminua o poder de suas elocuições. [...] Começo a cansar-me e penso em sair, mas outro frade sobe do púlpito, mais velho e atarracado que o antecessor, com uma barba mais escura e uma pele mais formosa. Sua gesticulação limitava-se principalmente ‘à sua cabeça’, combinada com um poder singular de baixar o queixo, e subitamente alçá-lo de novo. Sentado ou de pé, sua cabeça erguia-se com suas idéias e sua voz (EWBANK, 1976, p. 176).

A elocução dos frades era marcada por uma teatralidade que consistia em um dos únicos divertimentos de uma cidade sem muitas outras formas de entretenimento como *shows* de dança, canto e artes cênicas. Nessa teatralidade esmeravam-se os pregadores, que depositavam na forma de sua apresentação a confiança de ganhar os afetos do público ouvinte.

Monte Alverne estava atento às benesses dessa *performace* e das responsabilidades ali envolvidas, resultando em seu caráter metódico quanto à construção de suas orações, seguindo sempre um mesmo padrão, como se pode constatar nas suas *Obras Oratórias*⁹⁰.

⁹⁰ As *Obras Oratórias* reúnem 81 sermões, cuja primeira edição foi efetivada na Tipografia Laemmert: dois volumes foram publicados em 1853 e outros dois em 1854. As *Obras Oratórias* possuem o seguinte formato: a) sermões quaresmais e de “Mistério”; b) panegíricos – elogio do santo festejado; c) sermões fúnebres; e d) sermões congratulatórios – ação de graças e festejos patrióticos.

Havia uma introdução, a proposição, depois, dois ou três argumentos, sendo que um deles sempre se baseava em um exemplo tirado da história da religião católica, e, finalmente, um epílogo. Comparações e ironias garantiam o ornamento do discurso, cujo entendimento também dependia da cultura do ouvinte. Assim, quando citava Roma ou Grécia, o orador sabia que falava para uma elite, que tinha acesso à educação e à Capela Real.

O orador sacro, então, interroga, exclama, duvida, discursa sobre os problemas da primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro como quem deve fazê-lo, afinal, para ele a pátria e o evangelho “são sempre as idéias dominantes do grande homem” (MONTE ALVERNE apud CASTILHO, 1921, p. 90). Tal é sua missão de sacerdote e ele deve ser enérgico nesse intuito, não podendo furtar-se desta bem-aventurança, já que o dom da palavra lhe havia sido concedido por Deus. Desse segmento da oração fazia parte a moção dos afetos que, como vimos nas recomendações de Pedro José da Fonseca, em seu *Tratado dos afetos e costumes oratórios*, incluía uma prevenção dos ouvintes a certas atitudes. Recurso utilizado nas orações fluminenses de muitos sermonistas da época, como no *Sermão de ação de graças pela prosperidade do Brasil, pregado a 4 de março de 1822 na Capela Real* do frei Francisco de Sampaio, no qual se pode ler:

As circunstâncias políticas em que Portugal se achava ameaçado pelo tirano da Europa, e já em esperar de ser invadido eram bastantes para justificar todos os passos que o Brasil desse a fim de mudar sua sorte evitando pela instalação de sua independência a desgraça de cair debaixo dos ferros de novos senhores, que fariam passar rapidamente da mocidade à decrepitude. Mas em que abismo de males e de calamidades nos não lançaria o sistema de independência? Por quantas alternativas não teríamos passado primeiro que se assentasse em bases sólidas esta mudança regeneradora? Quantas vítimas sacrificadas? Quantas esposas no triste estado da viuvez? Como se poderiam oferecer ao mesmo tempo soldados para nossa defesa, braços à agricultura e ao comércio, sem estes recursos que sustentam as forças das monarquias como se poderiam alimentar aqueles, que abandonando seus lares e seus campos viessem em nosso auxílio? Em que estado estava a nossa marinha para resistir a invasão dessas potências formidáveis por suas forças navais e todas com os olhos em uma presa tão lisonjeira? (SAMPAIO, 1822, p. 4).

Indagando aos ouvintes sobre calamidades, vítimas sacrificadas, viuvez, entre outros, Sampaio pretendia agitar os ânimos de seus ouvintes no sentido de deixar-lhes atentos às circunstâncias vigentes e as ações contingentes no possível malefício. O afeto incitado era o medo que, ainda nesse sermão, era apresentado como uma ameaça inominável:

Ó Deus, Tu conhece que o meu interesse sobre a glória do Brasil não nasce de pretensão nem de vistas particulares e por isso é merecedor de sua aprovação, dirige portanto as minhas idéias, que elas saindo dos pórticos do tempo se espalhem por todas as províncias deste continente e que voa do longe mostrar os sentimentos do Brasil na época atual, em que se fazem esforços para que ele retroceda da mocidade do estado de infância; vejam os

legisladores o que nós somos, para que mudando de plano concordem no que de justiça e de necessidade absoluta devemos ser. Senão... ó Deus! (SAMPAIO, 1822, p. 3).

Nesse tipo de estratégia, buscar referências na história era o mais comum, como Monte Alverne fez para encorajar o regimento auxiliar de segunda linha de úteis reais, em discurso recitado na cidade de São Paulo, no dia 19 de junho de 1811:

Não esqueçais, que os Franceses já sentiram no Brasil o peso do nosso braço, quando o Rio de Janeiro estava ainda em sua infância. Considerai, que sois os descendentes dos libertadores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Leão da Espanha retrocede espavorido diante de nós; e a Holanda pranteia ainda suas legiões cortadas do ferro dos valentes Pernambucanos. Tende presente, que a sorte dos Brasileiros foi rivalizar em todos os tempos o renome português. Pois bem! É do renome português que eu vou tirar o estímulo mais capaz de erguer vosso brio militar. [...] Possam os vossos inimigos experimentar vossa coragem hereditária! Possam nossos netos apontar para os monumentos erguidos ao vosso denôdo! Possam eles dar-vos um modelo de patriotismo, e da felicidade mais acrisolada! (MONTE ALVERNE, 1858, tomo II, p. 269 e 271).

A invocação, disposta logo no início do discurso, era parte do exórdio, e nela o orador costumava solicitar ajuda divina para que conseguisse ser claro o bastante a ponto de tocar seus ouvintes. Os sermões de D. Romualdo Seixas⁹¹, dos primeiros a serem publicados em livro, seguem esse tipo de estratégia:

Deus de clemência e de Bondade, que vos imolastes na cruz para reconciliar o céu e com a terra e com esse sangue adorável selastes a Paz Gloriosa, que os anjos anunciaram em Belém no mais sublime, e harmonioso cântico, dai-me unção, e força para fazer sentir efeitos da vossa ternura nas vantagens de uma paz, que nem os reis, nem o mundo podiam dar, se vós mesmo não a enviasses do alto do vosso trono majestoso. (SEIXAS, 1819, p. 4).

Além de solicitar a ajuda divina, o orador assinalava a dificuldade do tema que seria tratado, os quais “nem os reis, nem o mundo” foram capazes de abordar. Humildade ainda demonstrada como um ato de coragem, conforme assinalou frei São Carlos ao asseverar, no início de um de seus sermões: “Se eu não desempenhar a grandeza do objeto, contentai-vos com o atrevimento de o indicar. Em matéria tão sublime o ser ousado, é já ser eloqüente.” (SÃO CARLOS, 1809, p. 5). Essa é uma das mais recorrentes estratégias dos padres e demais oradores da época, importante porque assinalava a humildade e a coragem do orador. Mais uma vez, como inclusive já vimos na postura daqueles que escreviam os compêndios da

⁹¹ D. Romualdo Antônio de Seixas nasceu no Pará, em 1787, recebeu as primeiras instruções do seu tio, o bispo D. Romualdo Coelho de Sousa, e foi concluir seus estudos em Lisboa, na Congregação do Oratório. No Pará, após a primeira tonsura, começou a lecionar no Seminário Episcopal as matérias de latim, retórica e filosofia. Já diácono, foi para o Rio de Janeiro, onde recebeu a nomeação de cônego da Sé paraense. Nomeado arcebispo da Bahia em 1826, foi também agraciado por D. Pedro I com o título de Pregador da Capela Imperial e teve dois mandatos na Assembléia Legislativa. Escreveu muitas obras, entre elas seus Sermões e Panegíricos, uma das primeiras obras do gênero no Brasil, publicada em 1819.

época, a idéia de contribuição sobressaía-se a de originalidade, ou mesmo de sucesso, o que se tornaria uma marca do discurso brasileiro produzido na época.

A coragem do orador justificava-se ainda pela missão de que estava imbuído, demonstra frei Sampaio, no sermão já citado, quando assevera: “Nós seríamos injustos com o céu se deixássemos passar este acontecimento com o século que o viu nascer ou se nos contentássemos só em transcrevê-lo nas páginas da história” (SAMPAIO, 1822, p. 1). Acreditava-se, pois, que os acontecimentos seriam registrados nos corações das pessoas por meio da eloquência, tanto porque o pregador estava destinado a essa tarefa, como porque seu amor à pátria e à religião o impediam de fugir dessa missão. Se era inevitável para ele o cumprimento de seu destino como orador, que o Brasil se tornasse glorioso também o seria:

O Brasil estava reservado para encher uma larga página nos fastos do Universo. As riquezas são indubitavelmente o móvel das revoluções, que tem circulado o globo. A pobreza, que será sempre a partilha de um grande número de homens, e a escolha de pequeno número de sábios, não causa ruído sobre a terra. Os anais do mundo só podem portanto falar de guerras, de conquistas, de riquezas. Os ricos produtos do Brasil, recolhidos nos campos, que há três séculos eram inteiramente incultos, valiam muitos milhões. Seus trabalhos eram a base do comércio da África; estendiam as pescarias e a cultura da América Setentrional; procuravam consumos avantajados às manufaturas da Ásia; dobravam, triplicavam talvez a atividade da Europa inteira. Eles podiam reputar-se a causa do movimento impetuoso, que agitava o Universo, e que o agitará com mais rapidez quando culturas tão suscetíveis de aumento atingirem sua perfeição. (MONTE ALVERNE, 1858, p. 278).

Da invocação divina, da apresentação dos próprios limites e da missão de que estava imbuído, o orador passava, ainda no exórdio, para um elogio aos seus ouvintes. Há de se estar atento para perceber que o orador fazia tudo isso a fim de receber de seus ouvintes a permissão para falar, garantindo a concordância do ouvinte em ser movido a esta ou àquela ação, como podemos observar no excerto abaixo:

Habitantes do Brasil, nação privilegiada, que com a presença do senhor d. João VI ficastes a abrigo dos males, e dos flagelos que fizeram gemer a Europa por tantos anos, e que no dia 9 de janeiro pela heróica e primeira resolução do augusto príncipe real decidindo-se a ficar entre nós para garantir a posse das nossas atribuições e promover a nossa felicidade, recebestes novos escudos não serão incipientes estas providências para animar nossa confiança? Não serão estes os bens, que vós esperais pela constituição da monarquia portuguesa? Poderá ela deixar de aprovar estas medidas tão necessárias para segurança de nossa união com Portugal? (SAMPAIO, 1822, p. 4).

Sampaio destaca os habitantes do Brasil como privilegiados. Além disso, ao identificar as mazelas do povo, Sampaio incluía-se como um dos afetados pelo seu sofrimento, equiparava-se ao povo na busca de uma felicidade comum, da “nossa felicidade”.

Finalmente, as questões levantadas no final do trecho citado inspirariam confiança à medida que induziriam o ouvinte a respostas favoráveis à causa do orador. Assim, logo após exortar o ouvinte, o orador costumava novamente equiparar-se a ele:

Nós temos a incomparável fortuna de possuir um príncipe infatigável que nos trabalhos é um homem superior às forças da natureza, nos perigos um herói, no meio dos infelizes um pai, no meio do seu povo um amigo: um príncipe com toda a resolução de nos fazer ditos e que dentro de pouco tempo terá o gosto de mandar dizer a teu augusto pai o mesmo que esse anjo salvador do Egito pedia que expusessem ao seu filho: *nunciate patri meu universam gloriam meam, et cuncta quo vidisti*. (SAMPAIO, 1822, p. 5, grifos do autor).

Esse reforço na idéia de que ouvinte e orador eram iguais mostra-se relevante, porque o orador não pode incitar seu ouvinte a fazer nada do que ele também não faria. Por outras palavras, seu exemplo deveria testemunhar a seu favor para que o ouvinte fosse realmente persuadido.

Tal como a riqueza era uma dádiva, também o dom da oratória era considerado como parte da natureza do brasileiro, presenteado por Deus com essa vocação que estava ao alcance de todos. Para Ferdinand Denis, “o povo brasileiro era um povo de oradores, com justiça (...) a eloquência não está somente em quem fala, mas também em quem ouve.” (DENIS, 1980, p. 143). Para Ferdinand Wolf:⁹² “Neste país, onde sempre a eloquência tinha sido cultivada com predileção, este elemento que, fundido com o nacional, deveria formar o romantismo moderno, encontrou uma terra toda preparada.” (WOLF, 1955, p. 134).

Nesta terra “toda preparada” pela eloquência, comparar o próprio destino ao daqueles a quem se dirigia o discurso também era um artifício retórico muito utilizado no primeiro quartel do Oitocentos., uma vez que a história do orador era, muitas vezes, mais conhecida dos ouvintes do que a história das grandes nações; ou seja, os frades eram a própria literatura. Além do mais, o *status* social ocupado pelo orador lhe dignava a afirmar que, como ele, o público ouvinte também poderia galgar os degraus do sucesso. Sua vida servia, pois, como um espelho para a nação e seu saber.

Vale repetir que os discursos e compêndios da época tinham como objetivo sempre a persuasão e nunca a dissuasão, isso porque ter uma opinião era mais importante que não ter nenhuma. O sujeito deveria, pois, ser convencido ou convencer-se a pensar de uma forma ou de outra, o que significa dizer que os oradores do período preocupavam-se com a formação de uma opinião, com a invenção de um código de posturas capaz de fornecer uma dinâmica

⁹² Ferdinand Wolf, estudioso da literatura portuguesa e brasileira, escreveu dois importantes livros sobre a literatura brasileira e a contribuição desta na fundação de uma identidade nacional: *O Brasil literário*, de 1863, e *Curso de literatura portuguesa e brasileira*, publicado entre 1866 e 1873.

social adequada aos seus propósitos e aos costumes da população, supondo não haver aí nenhuma dessas características, nem opinião, nem postura.

Como o sermão deveria suscitar as emoções do público, a quantidade de ornamentos na fala, muitas vezes, era exagerada, conferindo um aspecto confuso a muitas das orações. Na opinião defendida por Monte Alverne, entretanto, o que se revela não é chamado de contradição, mas de ambigüidade da retórica. O seu percurso verborrágico é entendido como recurso intencional, utilizado para a apresentação de um modo de ser e pensar exposto na oração segundo os costumes populares e, mais especificamente, na comprovação do discurso. Aí, levava-se em conta que, embora no Brasil se reconhecessem os limites que o povo tinha para entender aspectos lógicos, isso não significava tomar o povo por ignorante.

No reconhecimento da falta de instrução popular, primeiro assinalava-se uma “inteligência menos ilustrada”⁹³ e, depois, asseveravam-se os perigos do possível falecimento do monarca com exemplos tais como o da desunião, da guerra, da sedição e da subversão. Pode-se afirmar, portanto, que ambos os recursos, a lógica e os exemplos, foram utilizados no Brasil, o que significa dizer que nossos oradores acreditavam que, se a população não era instruída, também não era estúpida. Recomendava-se, portanto, que o brasileiro confiasse em seus instintos – já que sentir também era uma forma de ter idéias – para julgar certas situações e projetos. Forjou-se, então, uma confiança fundada sob os instintos que, via de regra, poderia substituir a instrução. Em outras palavras, a boa intenção e a intuição foram valorizadas como paliativos à falta de instrução e ensino.

Ainda assim, segundo os autores de compêndios de eloquência, o recurso mais recorrente nas orações brasileiras da época foi o silogismo, como o utilizado por Diogo Feijó⁹⁴ no discurso intitulado *Demonstração da necessidade da abolição do celibato clerical para a Assembléia Geral do Brasil e da sua verdadeira e legítima competência nesta matéria*, no qual asseverou:

O Brasil inteiro é testemunha dos males, que a imortalidade dos seus transgressores acarreta à sociedade sem probidade não há execução de leis, sem execução de leis não há justiça, sem justiça não há liberdade legal, e sem esta não há felicidade pública. (FEIJÓ, 1828, p. 111).

⁹³ Para Alverne, na Oração recitada na solene ação de graças pelo feliz restabelecimento da saúde de sua majestade imperial o senhor D. Pedro I, celebrada na Igreja de S. Francisco de Paula no dia 24 de Agosto de 1823, pela guarda da honra de S. M. o Imperador: “o Brasil não desconhecia os perigos, que o cercavam: a inteligência menos ilustrada não deixaria de antever o abismo espantoso, em que ia precipitar-se um povo diante do qual se dilatava o futuro mais risonho.” (MONTE ALVERNE, 1858, p. 298).

⁹⁴ Diogo Antonio Feijó nasceu e morreu em São Paulo, a 17 de agosto de 1784 e 9 de novembro de 1843. Órfão, foi ordenado presbítero em 1807. Lecionou retórica, latim e filosofia até ser eleito deputado nas cortes portuguesas, desde quando pouco se afastou da vida política. BLAKE, 1870, vol. 2, p. 173.

O uso de silogismos foi útil porque não havia uma definição do que era o Brasil, de quem eram os brasileiros; desta forma, comparar a lógica e o modo de ser dos estrangeiros com os usos locais ajudava a refletir sobre o comportamento mais usual daqueles que viviam no Brasil, daquilo que deveria ser entendido como brasileiro. Cientes das características de outras nações, os pregadores passaram a enaltecer o instinto, a pureza, a experiência e a boa intenção como características locais, fornecendo aí elementos para uma definição do perfil brasileiro da época. De um modo ou de outro, tampavam-se as lacunas da ausência de saber pela valorização da experiência e do chamado “instinto natural”, o que não significa que os pregadores defendessem a ignorância, apenas que apresentavam modos de remediá-la. De mais a mais, eles próprios não eram ignorantes, tinham sido instruídos nas mais importantes instituições educativas do país e, por vezes, até fora dele. Conheciam latim, história, gramática, geometria, entre outras matérias, e estavam, inclusive, atentos à bibliografia contemporânea. Atentos às referências que circulavam no Rio de Janeiro do início do século XIX, Januário da Cunha Barbosa e Francisco de Sampaio, por exemplo, lançam mão, em seus sermões, de obras em voga no período para respaldar seus argumentos. Januário da Cunha Barbosa, na *Oração de ação de graças de 07 de março de 1818*, comentava a transferência da corte ao Brasil, quando aludiu às obras de viajantes sobre o país, assinalando sobre as benesses da estadia do monarca no Rio de Janeiro que:

[...] já não é preciso, senhores, esperar-nos pela grandes vantagens, que naquela época nos prometíamos, porque estão debaixo das nossas vistas infinitos monumentos com que o Brasil sobremaneira se enobrece à sombra do trono dos seus legítimos soberanos, as utilidades são tão públicas, que nós as confessamos de acordo com os estrangeiros. (BARBOSA, 1818, p. 16).

Sampaio, por sua vez, refere-se aos padres da Igreja francesa em um de seus sermões:

É assim, diz eloqüente Padre da Igreja da França que os maiores impérios do mundo vem a seu tempo, e cada um por sua vez pagar o seu tributo à imutabilidade daquele que marca o dia, em que devem padecer e cair as mais respeitáveis monarquias. (SAMPAIO, 1822, p. 3).

Entre os mais famosos sermonistas franceses estavam Bossuet e Chateaubriand, mas os portugueses possuíam seus Vieiras e os brasileiros, os seus Justina Leite. A referência em um sermão da época aos viajantes que estiveram no Brasil leva a crer que essas obras eram lidas a ponto de um sermonista do quilate do cônego Januário da Cunha Barbosa citá-la.

Paralelamente, o descompromisso com o registro do sermão, a fragilidade de sua sustentação – sempre na dependência da memória – e a vinculação de seus sucessos ao entusiasmo do público efetivavam esse tipo de comunicação como exercício de persuasão imediatista, de influência pretensamente inflamante. Pretensão esta que se nota no final de

cada um dos sermões do orador, onde a técnica retórica sugere a apresentação de uma proposição pela qual o discurso será tema da maior parte dos pensamentos de seus ouvintes após sua audição. São Carlos, outro importante pregador real, usou o mesmo recurso no epílogo de um de seus sermões em que apelava para os transportes da imaginação na tentativa de ampliar as sensações que o ouvinte poderia ter após a oração:

Enfim, senhores, acabemos este discurso com uma reflexão, que lhes pode servir de epílogo. Minha imaginação parece viajar um pouco pelo continente da Europa, as cortes estão todas presentes aos meus olhos. Eu procuro Veneza, Veneza já não existe (...) No meio deste transtorno geral, em que vejo tantos príncipes, ou banidos de seus estados, ou despojados de seus tronos, ou suportando o peso de uma vida particular, eu procuro o meu soberano e vendo-o tranqüilo e feliz no meio dos mesmos, então eu exclamo: Ó Deus vós amais o Príncipe de Portugal, pois que é o Noé, que se salva no meio do grande dilúvio. (SÃO CARLOS, 1809, p. 13).

A tentativa de ampliar sensações que o ouvinte poderia ter após o sermão remetia-se ao objetivo retórico de fomentar sentimentos nobres por meio da oratória, criando uma relação contínua de recepção dos valores forjados por meio da eloquência, ou seja, estabelecendo um público para esse tipo de atividade. Assim, a afirmação da eloquência na instrução fluminense do início do Oitocentos contribuiu para o desenvolvimento de um público para as Belas Letras, instituindo na sociedade da época uma opinião pública acostumada ao uso da eloquência. Cabe assinalar, inclusive, que a retórica aproveitou da sermonística o caráter missionário da fala sacerdotal e a noção de que a opinião pública governava a fala de uma elite, divinamente escolhida e por isso devidamente iluminada para o cumprimento do destino da nação.

A ênfase que a reforma da educação no reino lusitano de 1759 deu à disciplina retórica, em detrimento do latim, antiga língua da cultura letrada lusitana, fez com que as missas, mais especificamente, os sermões, ganhassem força popular, se não pública, no Rio de Janeiro. Na colônia, a busca por uma instrução moral, ou por um convívio civilizado, ganhou na igreja um espaço de fomento, um ponto de encontro para aqueles que valorizavam o saber. A preocupação com a comunicação do conhecimento foi, pois, estabelecida, segundo preceitos, muito em voga na época, tais como aqueles expressados na tese dos estudantes Marcos Cardoso de Paiva e Tristão Soares de Paiva, defendida no Seminário São Joaquim, em 1826, na qual afirmavam: “Unido a esse apetite [de conhecer] aparece mais o de comunicar aos outros seus conhecimentos, o que se patenteia pela faculdade de falar, de que o homem é dotado” (PAIVA, 1826, p. 9). Para os estudantes, comunicar-se pela fala era uma necessidade do homem que, sendo sábio, fazia-o bem, porque havia sido contemplado com um dom divino. Tal habilidade ficou conhecida como eloquência e o desenvolvimento dessa aptidão

num sentido persuasivo dava-se na audição silenciosa das melhores orações recitadas nas igrejas, no estudo dos mais importantes compêndios e na imitação contínua desses exemplos. O fluminense acostumou-se a dizer, então, que a eloquência, como um dos aspectos priorizados por esse tipo de instrução, era natural do brasileiro.

Ao contrário do que fora pensado (DURAN, 2005), essa natureza eloqüente não deixou de ser fomentada com o declínio da “era de ouro” da sermonística (GALVÃO, 1926); mas ganhou novos contornos e manteve-se permanente na cultura brasileira por meio dos jornais e periódicos do início do século XIX, onde surgiram, ainda, novas nuances para essa antiga prática. A mais importante delas foi a conversão de uma cultura oral em uma cultura escrita, pouco a pouco adaptada a uma nova realidade e, ao mesmo tempo, difusora de antigos costumes orais, como apontam seus protagonistas,

Antigamente as comunidades estavam concentradas em uma única cidade e então os Oradores eram os monitores e diretores da opinião, [...] Hoje as nações possuidoras de grandes territórios, cobertos de muitas cidades, tem achado, no sistema constitucional uma garantia para a liberdade civil e política, os diários e periódicos preenchem com mais clareza, regularidade e eficácia a função dos Oradores. (O ESPELHO DIAMANTINO, NÚMERO 2, 01/10/1827, p. 24).

À substituição dos oradores pelos jornalistas e à difusão da cultura da oralidade na educação brasileira por meio da incipiente literatura periódica da época dedicou-se o próximo capítulo.

3. A DIFUSÃO DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

“Nessa época brilhante, em que somos libertos, podendo deixar aos nossos filhos uma herança mais rica do que a que havíamos recebido de nossos pais...”
REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE,
NÚMERO 3, 15/10/1821, p. 35.

Em 1824, o viajante austríaco Ernest Ebel espantava-se com o grande número de igrejas existentes no Brasil porque, segundo ele, esses endereços eram pouco freqüentados pelos brasileiros, cuja “antiga carolice” havia se transformado “numa total indiferença em matéria de religião” (EBEL, 1972, p. 93). Tal indiferença teve início com a partida de D. João VI para Lisboa, quando as missas deixaram de ser freqüentadas pelos grandes daquele tempo e os sermonistas perderam o *status* e o salário antes conquistados. O culto na capela real já não era adornado pelos luxos de um largo patrocínio da coroa, e a impressão das orações pela tipografia nacional começou a ser regulada pela economia que D. Pedro I viu-se obrigado a fazer para pagar as muitas dívidas com os poucos recursos de que dispunha.

Com a independência, os fundos que antes garantiam o pagamento de instituições como as Aulas Régias e o investimento na impressão de obras - como compêndios - minguaram; por isso, preferiu-se por apenas manter o que já existia do modo menos dispendioso possível. Nessa época de recessão, ainda que a população aumentasse, as vagas públicas nas poucas aulas de retórica começaram a rarear e a permanência da área dependeu de sua capacidade de adaptação à nova realidade.

A sobrevivência mais direta da retórica e da eloquência aconteceu nas reuniões e assembléias que deram origem à primeira constituição brasileira. No mundo político, a eloquência servia como suporte para a ação parlamentar, uma vez que os discursos eram baseados nos modelos de Cícero ou Demóstenes e, ainda, em novas tendências, cujo principal representante era Bentham. Nesses espaços, antigos mestres de retórica, como Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, galgaram sucesso em razão de sua “eloquência declaratória”⁹⁵.

Boa parte desses discursos foi impresso nas páginas dos jornais fluminenses até terceira década do Oitocentos, onde também houve a continuidade de uma estrutura lógica e de um universo vocabular já compartilhados pelo público nas tradicionais práticas eloqüentes. Uma vez impressos, os discursos e sermões da época perdiam a graça da elocução, mas garantiam a posteridade, estabelecendo um primeiro perfil para a literatura brasileira em suas linhas. Ademais, muitos redatores eram antigos pregadores e professores de retórica, o que

⁹⁵ Para Armitage se mantiveram no parlamento figuras como os Andrada, pois, “hábeis, destemidos, sagazes, intimamente conhecedores das formas parlamentares com certa eloquência declaratória, mais eficaz pela novidade do que por mérito intrínseco, e com a reputação de serem os melhores oradores do Brasil” (ARMITAGE, 1943, p. 111).

assegurou à eloquência certa difusão como documento político e prática literária – que, antes de qualquer coisa, garantia ao texto escrito o caráter persuasivo da educação retórica.

A difusão dessa tradição oral na educação fluminense por meio da literatura produzida nos jornais das três primeiras décadas do Oitocentos é o tema desse capítulo, dividido em 4 tópicos: no primeiro, foram apresentados os jornais fluminenses dedicados à literatura e, nestes, o espaço reservado para a retórica e para a eloquência; no segundo, traçou-se um perfil dos redatores desses jornais e, no terceiro, do seu público. Uma última palavra foi ainda acrescentada sobre a definição de patriotismo que a literatura de inspiração eloquente presente nos jornais deixou para os brasileiros de então, configurando o legado da retórica.

3. 1 A fundação de uma literatura própria

“Brasileiros, se vos estais decididos a ter uma pátria, a serdes independentes, a serdes, enfim uma nação caracterizada recebei de bom grado os presentes testemunhos do meu interesse pela vossa glória...”
O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 2, 01/07/1824, p. 2.

No final do século XVIII, a maior parte da população residente no Brasil não tinha o costume de ler e, tampouco, o de escrever. A partir da transferência da corte portuguesa, em 1808, as mudanças implementadas por D. João no campo do ensino alargaram tais horizonte, contudo, para Abreu e Lima, a difusão do hábito da leitura e da escrita não significava a fundação de uma literatura própria, pois:

Um país, que apenas conta vinte anos de existência como nação, não pode ter uma literatura propriamente sua; porque nos primeiros desenvolvimentos da inteligência não é dado tocar a perfeição, que se requer nas obras do espírito humano. Todas as nações existiram anos e séculos antes de possuírem uma literatura própria, e só depois da introdução das artes e das ciências é que cada povo vai apropriando e desenvolvendo segundo o caráter nacional, e formando deste modo o pecúlio de suas doutrinas e fatos. Assim foi que as artes precederam as ciências, que a crônica precedeu a história, porque começou-se pela prática e acabou-se pela teoria. (ABREU E LIMA, 1841, p. VI)

Se era cedo para afirmar a existência de uma literatura brasileira, não o era para perceber os primeiros sinais da invenção de *práticas discursivas* que ocupavam os letrados da terra. Dentre essas, estavam os sermões e orações que, desde 1759, haviam sido incentivadas pelo ensino ostensivo da disciplina de retórica nas principais escolas e aulas do território brasileiro e que, segundo João Manuel Pereira da Silva⁹⁶ compunham a literatura pátria desde

⁹⁶ João Manuel Pereira da Silva foi para Paris em 1834, com o propósito de estudar Direito. De lá, escreveu seus Estudos sobre a literatura, publicados em 1836 pela revista *Nitheroy*. Formou-se em 1838, voltando para o Brasil, onde redigiu para o

que se entendesse aí “a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem” (SILVA, 1978, p. 215). Apoiado em tal definição, Pereira da Silva afirmaria, em 1836, que o Brasil contava com

[...] bastantes literatos profundos, porém eles têm-se tão somente contentado, (com algumas exceções) em estudar e saber, e não se tem querido dignar a escrever, e desta arte esforçar-se em elevar à sua verdadeira essência esta ciência, aliás tão útil e proveitosa à todas as classes da sociedade; e que de algum modo está desprezada da nossa Pátria (SILVA, 1978, p. 217).

Dos *profundos literatos* supracitados, poucos eram aqueles que se propunham a escrever, conforme atentou o redator do *Constitucional Fluminense*⁹⁷, pois a reputação de muitos dependia dessa ausência de comprovação:

Homens, há que por fé gozam de créditos literários, outros por dizerem alguma pilheria solta e etc. e eis aí por que muitos dos tantos doutores fogem de pegar na pena, temendo perderem com trabalho, o que sem ele ganharam, donde resultaria ficar o crédito literário destes tais. Ou tomado negativamente. Com quanta razão o nosso médico Paiva quando ouvia elogiar alguém, logo respondia: já escreveu? (COMPILADOR CONSTITUCIONAL, NÚMERO 9, 02/02/1822, p. 3).

De fato, como atentava o tal “médico Paiva”, poucos literatos brasileiros haviam escrito no período, preferindo manter a palavra falada como seu principal recurso. No entanto, outros começaram a utilizar os periódicos, e, conseqüentemente, a escrita, como meio de expressão, sobretudo a partir de 1820, quando o governo monárquico passou a incentivar o registro das idéias no papel, fornecendo equipamentos e materiais necessários para a impressão de periódicos locais.

No Rio de Janeiro, onde a tipografia régia estava sediada, esse tipo de produção multiplicou-se com facilidade, causando espanto em viajantes como Ferdinand Denis, para quem “é quase impossível acreditar que há vinte anos somente, nenhum jornal existia em uma nação em que mais de 30 periódicos hoje circulam livremente e são lidos em uma sociedade” (DENIS, 1980, p. 113). Para cada um dos periódicos, havia uma média de 100 subscritores, ou seja, 3.000 leitores, que correspondem a cerca de 10% da população fluminense do período⁹⁸. Ainda que o número pareça pequeno, deve-se considerar que a atividade fora

Jornal do Comércio algumas matérias. Escreveu *História da Fundação do Império*, publicada entre 1864 e 1868, e ocupou postos como o de senador e deputado.

⁹⁷ Em 1822, surgia *O Compilador Constitucional Político e Literário Brasiliense*, escrito por José Joaquim Gaspar do Nascimento, “a que se juntou pouco depois o paulista João Batista de Queiroz” (SODRÉ, 1977, p. 75). O jornal circulou de 05 de janeiro ao início de maio, totalizando 15 números, sendo inicialmente impresso na gráfica do governo, e, depois, por ordem de José Bonifácio, na oficina de Moreira & Garcez.

⁹⁸ Para o inglês Southey 66.000 habitantes residiam na comarca do Rio de Janeiro em 1768, desses 37.000 eram brancos (SOUTHEY: 1965, p. 320-321). Luccock, em seu cálculo sobre o número das casas no Rio de Janeiro, somou 4.000 residências, com um número médio de 15 pessoas por casa, perfazendo um total de 60.000 habitantes, sendo 1/3 brancos ou mulatos claros, somados aos 16.000 estrangeiros que, em sua maioria, apenas transitavam pelo país (LUCCOCK: 1978, p. 29). Debret também faz seu cálculo da população local: “Rio de Janeiro é o principal centro comercial do Brasil. Sua

vedada ao público até 1808 e que sua regulamentação só aconteceu em 1823, quando o direito à liberdade de imprensa foi fundado pelo artigo 8 das Bases da Constituição.

As condições para que essas publicações chegassem ao público, no entanto, não dependiam apenas do consentimento do Estado; o próprio público regulava a qualidade e o tipo de obra publicada, consumindo ou não certos textos. Segundo este “sisudo critério”, “o bom acolhimento com que o público” recebia os primeiros números dos jornais obrigava seus redatores a “continuar a sua publicação” (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 4, 05/07/1824); assim, a aceitação de certos temas predisponha o jornalista a persistir na sua redação.

Quando o jornal não caía nas graças dos poucos consumidores, seu destino era a Rua da Quitanda, onde iria “servir de embrulho para manteiga”, conforme anotou um correspondente d’*O Verdadeiro Liberal*⁹⁹. Caso a falta de apreço fosse mantida, a solução encontrada pelos editores era encerrar as edições do jornal, como se fez n’*O Volantin*¹⁰⁰ de 18 de outubro de 1822:

Não tendo sido possível, apesar da mais apurada economia, salvar-se as despesas deste periódico, mas antes ter sofrido uma perda muito sensível, o Redator participa por isso ao respeitável público, que não pode, de modo algum, continuar com a sua publicação no mês de novembro, por não exceder o número de senhores assinantes a 136, cujo produto não é suficiente, nem para pagar os compositores, porém chegando os srs. assinantes ao no. 400, promete o Redator continuar com a publicação dele, inferindo com a mais escrupulosa prontidão todos aqueles escritos que forem dignos de um público tão ilustrado. (O VOLATIN, NÚMERO 41, 18/10/1822, p. 168).

Anunciar o encerramento da publicação consistia em um acontecimento relevante, porque o dinheiro das subscrições deveria ser devolvido aos assinantes ou, como era costume, a assinatura de outra folha era oferecida em compensação¹⁰¹. Para os jornalistas, a manutenção da circulação de obras com baixa demanda era complicada, pois não possuíam outras fontes de renda além das subscrições e vendas avulsas. Alguns desses jornais ainda auferiam rendas publicando anúncios de seus leitores.

população em 1816 era avaliada em 150 mil almas, com 3/5 de escravos. Em 1831 essa população quase dobrava em grande parte por causa da imigração de franceses, alemães e ingleses” (DEBRET: 1975, p. 91). Se nos basearmos, pois, na população branca, aquela que tinha maior acesso aos estudos, teremos, em média, uma soma de 30.000 almas. Debret foi convidado por Le Breton para vir ao Brasil em missão artística supostamente requerida por D. João VI. Chegou ao país em 1816 e foi embora em 1831.

⁹⁹ Periódico carioca que circulou em 1826, com Pierre de Chapuis como editor.

¹⁰⁰ Fundou-se a tipografia de Torres e Costa, que passou a imprimir este jornal em 22/08/1822. O jornal *O volantin*, com 1 folha fôlio, em frequência diária, podia ser comprado na rua da Cadeia, 13 a partir de 01/09/1822. A assinatura custava 640 réis mensais e 40 réis o avulso, também vendido na botica de David Pamplona, no Largo da Carioca, no. 25. O jornal possuía 136 subscritores.

¹⁰¹ O editor de *A Estrela Brasileira*, por exemplo, garantia que a falta de seu periódico seria compensada pelo recebimento do *Spectador Brasileiro*: “A Estrela Brasileira sai à luz hoje pela primeira vez. Os senhores subscritores receberão o *Spectador* em seu lugar [...]” (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 14, 30/07/1824, p. 04)

O custo da publicação era alto, como se pode depreender das informações apresentadas no número 44 d'*O Spectador Brasileiro*¹⁰², onde divulgava-se um *Extrato dos preços correntes da Imprensa de Pedro Plancher, impressor e livreiro de sua majestade*. No extrato, a folha de impressão em leitura, tirando-se 500 exemplares “em papel ordinário do Brasil”, com 4 páginas “in fólho”, custava 7.000 réis, e 1.000 exemplares saíam por 9.000 réis. O impressor fazia, ainda, alguns avisos especiais, sendo o primeiro que “todas as impressões em papel francês são de outro preço, assim como as duas colunas como se acha explicado no meu preço corrente e as em caráter manuscrito”; o segundo, que “as impressões feitas em francês, inglês, espanhol, alemão são de dobre preço pois os meus oficiais compositores só sabem a língua brasileira”; e, finalmente, que “o dobrar, ajuntar e secar os papéis, paga-se a parte.” (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 44, 11/10/1824, p. 4). A partir dessas informações, é possível deduzir que o custo mínimo da publicação semestral de 100 cópias de um periódico com 4 páginas e circulação quinzenal girava em torno de 16.800 réis, sem contar os gastos com empregados, sede e distribuição.

Para o público, o valor das subscrições também era alto. Para se ter uma idéia, no *Jornal de Anúncios*¹⁰³, de 12 de maio de 1821, publicava-se o preço da saca de farinha de mandioca, que chegava a custar 2.100 réis. Por sua vez, o número 3, do jornal *O Patriota*¹⁰⁴, foi vendido por 800 réis e a subscrição por 2.000 réis, o mesmo preço da saca de farinha. Os últimos números avulsos da terceira subscrição foram vendidos a 1.200 réis, meia saca de farinha cada. Ao todo, contou-se com cerca de 4.000 réis para compor a primeira subscrição e 12.000 para a última, sendo que o aumento de 300% em suas rendas não foi suficiente para a manutenção do periódico. Em função dessa economia da cultura, o interesse do ganho deveria

¹⁰² O *Spectador Brasileiro* circulou entre 1824 e 1827, com muitos hiatos entre esses anos, seu editor foi Pierre René François Plancher de la Noé. Sua referência completa é O SPECTADOR BRASILEIRO: DIÁRIO POLÍTICO, LITERÁRIO E COMERCIAL. RIO DE JANEIRO: TIPOGRAFIA DE PLANCHER. LIVREIRO DE S.MAJ.IMPERIAL, RUA DO OUVIDOR, NO. 80. 1824.

¹⁰³ O número 1 saiu em 05/05/1821, onde se assinalava: “Vende-se por 40 réis em casa de Jerônimo Gonçalves Guimarães, rua do sabão no. 14, onde se podem dirigir todas as pessoas que quiserem assinar e mandar e inserir anúncios, pelo que se leva 80 réis por linha e não sendo completa 40 réis.” (JORNAL DE ANÚNCIOS. RIO DE JANEIRO: TYPOGRAPHIA REAL, 1821.p. 2). Para Sodré, “o Jornal de Anúncios, de que saíram sete números, no Rio, de 5 de maio a 16 de junho, hebdomadário vendido a 40 réis o exemplar, com assinatura semestral de 960 réis, anúncios a 80 réis por linha cheia e 40 por linha incompleta, gratuitos para os assinantes, tentativa publicitária prematura, não logrou êxito”(SODRÉ, 1977, p. 58). Este periódico, cujo editor até o momento não pudemos avaliar quem seja, trazia anúncios como: “Na loja do Jornal, rua do sabão, no. 14, se acha arte de cavalaria por Manoel Carlos de Andrade, 1 volume em folio com 94 estampas requissimamente gravadas, 19200. Bíblia Sagrada em latim e português por Antonio Pereira de Figueiredo, 7 volumes 34000. Dita em português 23 volumes 24000. Dita de Trune 3 volumes em fólho, 8000 Dicionário histórico dos grandes homens, 20 volumes com 1200 retratos, 44000, geografia moderna, 10 volumes 9600. Obras do Marquês Caraccioli, 13 volumes, 12800 (...)”(JORNAL DE ANÚNCIOS, 1821, p. 1-2). Sua referência completa é JORNAL DE ANÚNCIOS. RIO DE JANEIRO: TYPOGRAPHIA REAL, 1821.Aqui utilizaremos apenas JORNAL DE ANÚNCIOS.

¹⁰⁴ Publicado entre 1813 e 1814, teve o baiano Manuel Ferreira Guimarães como redator e o mestre de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga como colaborador.

estar sempre entre os primeiros focos de atenção do editor de um jornal, conforme ressaltou o correspondente “impertinente” de *O Volantin*:

Primeiro porque o seu fim é lucrar com a venda do seu papel, o que lhe será difícil se não for com o costume do tempo; e segundo para se não comprometer; visto que é bem certo que aqueles redatores que pedem coadjuvação desagradam ordinariamente, não pelo que publicam, mas sim pelo que não publicam. (O IMPERTINENTE, In: O VOLANTIN, NÚMERO 5, 06/09/1822, p. 18).

Se o redator não estivesse atento ao gosto de seu público, venderia pouco e iria à bancarrota logo nas primeiras edições de seu jornal. Por essa razão, alguns jornalistas assinalavam que não podiam escolher sua pauta sozinhos, pois,

Quando porém voto este serviço à utilidade pública, desejando neste sentido dar-lhe a maior latitude possível, ser-me-ia lícito escolher as questões que me cumpre tratar, entre tantas outras que podem oferecer-se à contemplação de um escritor? Acho que não. (O CONSTITUCIONAL, NÚMERO 4, 1822, p. 1)

Como a pauta dos jornais deveria estar de acordo com os interesses do público, dever-se-ia estar atento aos mesmos. Para o redator da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum*¹⁰⁵, era importante estar ciente de que, para o incipiente público, “só há interesse em notícias dos tempos, e não em estudo de letras” (SABATINA FAMILIAR DE AMIGOS DO BEM COMUM, NÚMERO 1, 08/12/1821, p. 14). É, portanto, comum assinalar que a multiplicação de periódicos no início do Oitocentos foi fomentada pelas disputas políticas, tema de maior consumo na época. A duração e a quantidade de assinantes de jornais como o *Revérbero Constitucional Fluminense*¹⁰⁶, desde 1821, e, a partir de 1823, d’*O Tamoio*¹⁰⁷ atestam o foco de atenção do público local. Todavia, ainda que os interesses da época fossem atendidos nesses jornais de cunho político, as vendas não garantiam a leitura das obras, como alguns críticos da época frisaram, que “por espírito de partido muitos brasileiros assinam o periódico, que defende e propaga as idéias da sua parcialidade política, e o pagam, mas raras vezes o

¹⁰⁵ “Na Corte, a 8 de dezembro de 1821, aparecia o primeiro número da publicação de Silva Lisboa *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum*, cujos cinco números circulavam, sem o nome do autor, nas semanas entre aquela data e 5 de janeiro de 1822. Tratava-se, para Silva Lisboa, com esta publicação cujas semelhanças com as características da imprensa periódica foram vagas, de “formar cidadãos úteis à Igreja, à pátria e à humanidade”. (SODRÉ, 1977, p. 69).

¹⁰⁶ “A 15 de setembro de 1821, começava a circular, no Rio de Janeiro, o *Revérbero Constitucional Fluminense* [...]. Redigido por “dois brasileiros amigos da nação e da pátria”, durou treze meses, de 15 de setembro de 1821 a 8 de outubro de 1822, ano em que passou de quinzenário a semanário, com 48 números ordinários e três extraordinários, impresso na tipografia de Moreira & Garcez, depois na Nacional e, finalmente, na de Silva Porto, composto de 12 páginas, às vezes 14 e 16, in 4.º, vendido a 120, 140 ou 160 réis, conforme o número de páginas, trazendo como epígrafe o mote de Horácio: “Redire sit nefas”. Publicava extratos dos jornais de Lisboa, Paris e Londres, particularmente do *Correio Brasiliense*, polemizava com os órgãos que defendiam os interesses lusos, destacadamente o *Semanário Cívico da Bahia*.” (SODRÉ, 1977, p. 62). Sua assinatura era semestral e as vendas, assim como as subscrições, aconteciam na Loja da Gazeta, na rua da Quitanda; na Botica, rua dos pescadores; na loja de livros de João Baptista dos Santos, na rua da Cadeia; e na loja do Diário, no Largo do Rocio.

¹⁰⁷ O *Tamoio* saiu em 12 de agosto de 1823 com 4 páginas, pela tipografia Silva Porto & Cia. O periódico era semanal e circulava, inicialmente, às terças-feiras. Depois, alguns números saíram nas quintas e sextas-feiras e nos sábados. Seus editores eram os irmãos Andrada. (SODRÉ, 1977, p. 89).

lêem, porque acham que isso dá muito trabalho” (AGUIAR, 1862, p. 82). Embora não houvesse garantia de leitura, os subscritores acreditavam financiar a causa pátria, assinando os jornais onde se defendia a posição política por eles adotada. Os jornalistas, por sua vez, acreditavam realizar uma missão dedicada ao bem comum, segundo afirmavam os redatores do *Revérbero*, em 1821:

Em uma época de regeneração é recomendável e imprescindível que cada indivíduo trace um plano de vida, sabiamente combinado e constantemente seguido, para reformar, e melhorar a moral pública, cada um em si, com o que além da igualdade de direitos, se estabelecerá, com a maior aproximação possível e individual; e com o que se formará coletivamente a nação de cidadãos virtuosos, no que exclusiva, e definitivamente consiste de forma, duração e felicidade imperturbável dos Estados. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 7, 15/12/1821, p. 77).

Esse “plano de vida”, por mais virtuoso que se apresentasse, não teria muita utilidade se não fosse conhecido pelo maior número de pessoas possível, afinal de contas, as “idéias não podem realizar-se sendo desconhecidas” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 58). Conferir publicidade às idéias era, portanto, equivalente a materializar os pensamentos, propostas e projetos; mesmo que não fossem efetivadas, sua impressão já significava uma realização. Neste sentido, transferia-se o *status* de prática do discurso oral, auferido em 1759 pelas reformas pombalinas na instrução lusitana, para o texto escrito que, publicado num jornal ou num folheto, materializava idéias e punha em prática suas prerrogativas por meio de uma permanência ampliada e comprovável. Ora, num país jovem e ainda por fazer, a urgência pela construção material da nação estendia-se às idéias que, a partir de então, deveriam ser registradas para serem aproveitadas.

No bojo dessas transformações, conferiu-se à oratória certo tom pejorativo, acusando a hipocrisia daqueles que exortavam a nação à ação, mas não agiam, recolhendo-se a fala. A propósito, cunharam-se expressões como a do correspondente do *Revérbero Constitucional Fluminense* de 7 de maio de 1822, que afirmava estar “tão prevenido a este respeito, que mais não [cria] em palavras, e somente em obras” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 26, 7/5/1822, P. 313), pois:

Nada há mais fácil do que provar as coisas com exclamações e interrogações: porém felizmente os homens já hoje se não levam pelos prestígios da eloquência, querem ser convencidos pela evidência, e tal, que nada lhes deixe a desejar. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 26, 7/5/1822, P. 311)

Impressas, as idéias deixavam o mundo metafísico e inconcluso da oratória e passavam a grassar “evidências” do patriotismo e da brasilidade ainda incipientes, compondo, ainda que timidamente, um rol de ações dos sábios locais em função de um bem comum:

[...] apesar da sua imperfeição, poderiam ter a vantagem de excitar engenhos mais felizes a publicarem também, ainda mesmo por fragmentos, o resultado das suas meditações sobre este tão vasto quanto interessante assunto, sendo certo que, à vista do pouco que sobre ela se tem escrito, só por este modo é que se pode esperar que com o tempo se venha a formar um corpo de doutrina. (FERREIRA, in: O PATRIOTA, NÚMERO 4, abril/1813, p. 21).

Tal doutrina “patriótica” era composta tanto de interesses políticos, quanto literários, sendo, no segundo caso, melhor delineadas em jornais e revistas cuja atenção voltava-se para as letras, se não contra a presença absoluta da política. Destarte, alguns desses jornais literários foram inaugurados a partir de uma crítica à “desvairada mania de evangelizar em política” (O SYLPHO EXTRAORDINÁRIO, PERIÓDICO FLUMINENSE, NÚMERO 1, 22/08/1823, p. 1). Menos ocupados com disputas facciosas, as revistas e jornais literários uniram forças pela edificação de uma educação literária que ensinasse a população local o que era ser brasileiro, o que não significava que disputas não estivessem ali presentes, denotada, por exemplo, no *Exame da resposta defensiva e analítica à censura que o redator d’O patriota fez ao drama intitulado o juramento de Nunes*:

Sendo as questões literárias de grande utilidade para o aumento dos conhecimentos, porque nelas se apura e elucida a verdade, elas se tornam absolutamente estéreis, quando, em vez de tenderem a este fito, ostentam um espírito de disputa tão danoso aos progressos da literatura e até vem a ser condenáveis e puníveis quando dirigidas mãos ao homem que ao escritor, atacam o respeito ao público e faltam à decência que segundo Quintiliano faz a parte principal da arte e dão o espetáculo ridículo de literatos, que se dilaceram em lugar de instituir-se. O sábio Fénelon nos deu a norma de semelhantes contestações nos seus excelentes diálogos sobre a eloquência. As suas expressões são as seguintes: ‘Evitaremos em primeiro lugar o espírito das disputas; examinaremos esta matéria sossegadamente, como homens que só temem o erro e faremos consistir a nossa honra em desdizer-nos, apenas para conhecermos que nos enganamos’. Se o meu adversário respondeu desta maneira o leitor decidirá. (O PATRIOTA, NÚMERO 1, jan-fev/1814, p. 63).

Assim como a disputa deveria ser entendida num sentido produtivo, os jornais “literários” defendiam um partido, uma causa, inspirada em referências da retórica como Quintiliano e Fénelon, culminando com a criação de uma literatura própria baseada em duas prerrogativas: a divulgação das chamadas artes úteis e o aperfeiçoamento da língua portuguesa utilizada no Brasil – sempre moldados pelo que se chamava na época de “o clarão da crítica”.

Sob o rótulo de “artes úteis”, abrangia-se “todo o sistema de conhecimentos que é possível reduzir a regras invariáveis e independentes do capricho e da opinião.” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 4). Vistas como campos regidos pela norma, as artes úteis eram “tanto mais nobres quanto mais necessárias para a manutenção da sociedade” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 4) e, por sua íntima relação com a manutenção dos costumes da sociedade, a sua propagação foi ampla em periódicos que, como os *Anais Fluminenses*¹⁰⁸, procuravam publicar tudo o que se referisse a elas:

Não menos convém o título de ciências, artes e literatura porque estendendo as nossas vistas por todas as profissões do homem civil, estamos inteiramente convencidos de que nestas resumidas expressões abrangem-se todas as publicações que entretém a sociedade humana. Todas elas ou recaem nas faculdades completas como a matemática, a medicina, a filosofia, a economia política e finanças segundo o direito público e das gentes e tudo quanto pertence à legislação civil, eclesiástica e teológica ou recaem em fontes de erudição da história, da eloquência, das línguas, das antiguidades, e o mais, que pertence a literatura, com que tanto se aformoseia a esfera de qualquer sistema científico, ou finalmente recaem nos diversos ramos das ciências, que se qualificam com o nome de artes, como é a poesia, a pintura, a cirurgia, a arte militar, a agricultura, o comércio, a navegação e as manufaturas, etc. (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 4)

Um dos primeiros jornais a concentrar sua atenção nas chamadas “artes úteis” foi o editado pelo baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, também responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, intitulado *O Patriota: jornal literário político e mercantil*. Este periódico teve a contribuição assídua do mestre régio de retórica Manuel Inácio da Silva Alvarenga e a publicação viabilizada pela Imprensa Nacional. No jornal, destacava-se a preocupação de desenvolver a língua portuguesa utilizada no Brasil por meio da propagação escrita de seus usos mais corretos, livres dos vícios arraigados na cultura portuguesa¹⁰⁹. Ainda, o aperfeiçoamento da língua portuguesa significava a afirmação de uma expressão brasileira, em que “novas palavras” deveriam ser cunhadas para exprimir “novas coisas” (O PATRIOTA, NÚMERO 5, set-out/ 1814, p. 69), próprias do sentimento local de mudança, mesmo que se seguisse o exemplo das nações mais civilizadas do globo, pois,

É concorrer para a glória da nação, concorrer para aformosear seu idioma: conceito em que facilmente tem cuidado os sábios escritores de todas as

¹⁰⁸ Os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* foram escritos por José Vitorino dos S. e Souza, via Sociedade Filotécnica, com início em 1822, somando um total de 115 páginas e 8 tabelas. Publicado na Tipografia de Santos e Sousa, propriedade de José Vitorino, que na época era oficial de engenheiros, lente da Academia Militar e tradutor de obras de matemática.

¹⁰⁹ “E ainda entra aqui agora um particular motivo, por quanto, sendo no Brasil mais necessária à cultura da língua, é onde ela sendo bem dirigida pode até muito melhorar; pois por isso mesmo, não estão tão arraigados os vícios e ao não atribuindo muito a si neste ponto [...] reconheceram qualquer melhoramento à preferência da Europa, onde fiados os portugueses em que sabem a sua língua e que crêem imutável, não se podem mover do trilho velho, quer bom, quer mau”. (O PATRIOTA, NÚMERO 5, set-out/ 1814, SEÇÃO Literatura: Discurso remetido de Macau por J.J.L. professores das línguas portuguesa e latina no colégio de S. José daquela cidade, p. 69).

nações civilizadas. Quem isto escreve se levou deste motivo para indicar breve e claramente como com melhor acerto e tino se puderam dar nomes a uma infinidade de objetos novos, que naturalmente agora no Brasil se vão a ver e sobre que se há de escrever. Os eruditos, seus empregados pelo governo, ou de outra sorte, singularmente os que tiverem de tirar mapas e por conseguinte nomear rios, montes, vales, árvores, animais e etc., novas culturas e manufaturas que ou ainda não tem nomes e vocábulos com que se nomeiem ou os tem bárbaros e impróprios, se verão embaraçados ou omitiram fazer à sua linguagem um estimável benefício, quando só pendia da sua pena. (LEITE, in: O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/1813, p. 19)¹¹⁰.

Note-se que esse era um esforço individual e, ao mesmo tempo, coletivo e que de maneira mútua, língua e nação deveriam ser construídas e aperfeiçoadas, forjando um sentimento de identidade brasileira que dependia de um processo longo; como afirmava Silvestre Pinheiro Ferreira, também n’*O Patriota*, “ao princípio terão esses objetos dois nomes, o velho e o novo e por fim sob o novo vogará, sendo assim que os nossos escritores serão em diante mais cautos e a nação mais civilizada, como é de esperar.” (FERREIRA, In: O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/ 1813, p. 28). Ao renomear antigos espaços, objetos, sujeitos e sentimentos, criava-se uma especificidade na qual a nacionalidade brasileira seria forjada, lapidada, estabelecida - projeto consciente e, a partir de então, também escrito. Sua edificação dependia da educação, que garantiria uma fixação de expressões particulares, capazes de exprimir um sentimento de identidade e pertencimento brasileiros, cujo principal fruto seria a invenção de uma literatura nacional e, de modo correlato, de uma nação mais civilizada que a lusitana ou que a própria nação brasileira havia sido até o momento. Desse modo, foi negando alguns elementos lusitanos, ressignificando antigos termos usados no Brasil e registrando tudo no papel que se afirmou uma identidade brasileira por meio dos jornais literários do início do Oitocentos.

Deixava-se para trás costumes que, de sublimes, passavam a ser considerados pernósticos - por exemplo, “a opinião de que as palavras compridas são mais graves e elegantes”, eram, na verdade causadoras “de péssimas conseqüências.” (O PATRIOTA, NÚMERO 5, set-out/ 1814, p. 80) -, visando a simplificação da linguagem que, cada vez mais direta e significativa, se adequava a forma escrita. Todas essas “atividades” tiveram como eixo articulador a relação entre o novo e o velho, a tradição eloqüente e a invenção escrita, o reino lusitano e a pátria brasileira. Em constante tensão, se os relatos de viajantes ocuparam o espaço das poesias portuguesas, a tradição eloqüente também apoiou os literatos brasileiros, fornecendo um estilo que ainda não era o ideal, mas acessível ao público local e apropriado

¹¹⁰ LEITE, J.J. Gramática filosófica: Memória remetida de Macau ao redator da Gazeta desta corte por Joaquim José Leite, reitor do Real colégio de S. José e, 14 de janeiro de 1813. In: O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/1813, p. 19.

aos objetivos e habilidades do literato da época. Esse literato possuía um perfil específico e um estilo, exercitado nesses jornais, sempre sob a égide da retórica e da eloquência, parâmetros que, ao fim e ao cabo, permitiram ao público local o entendimento e a interação com essa literatura brasileira escrita. O perfil do literato e de sua literatura são os temas dos dois próximos tópicos desse capítulo.

3. 2 Vantagens da reputação: o escritor público

“Nenhum homem é tão inútil que não sirva para alguma coisa”.
José Gaspar do Nascimento, Compilador Constitucional,
número 1, 05/01/1822.

Leitores de compêndios de retórica e ouvintes de sermões e discursos eloqüentes, os jornalistas fluminenses do início do Oitocentos acostumaram-se a escrever seus periódicos tais como as obras com as quais tiveram mais contato, se não de que foram os próprios autores. Januário da Cunha Barbosa e Manuel Inácio da Silva Alvarenga, redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense* e d’*O Patriota*, por exemplo, estiveram entre os mais célebres mestres da disciplina na época, o primeiro como renomado sermonista, o segundo como importante mestre régio. Esses jornalistas eram, pois, os mesmos letrados que ocupavam cargos de sermonistas e mestres, dado o reduzido grupo dos letrados da época e as muitas atividades por eles desenvolvidas, tal como se pode notar na auto definição do redator do *Espelho Diamantino*¹¹¹:

Quem eu sou? Veja-se desde já se eu sou em posição de observar os costumes: Eu sou amanhã um ativo negociante armando negócios à rua da Alfândega, um empregado chalaçando a seu escritório e compondo a crônica escandalosa do dia, eu sou um comprador visitando as lojas das modistas da rua do Ouvidor, eu sou um papa-moscas escutando tremendas petas assentado à porta de um Boticário, pelo meio dia já sou um diletante, conversando no Rocio sobre música e dançarinas no mesmo instante sigo na Assembléia os debates políticos e os comentários de meus visinhos, às 2 horas já jantei em 3 ou 4 casas de amigos e 4 ou 5 casas de pasto, quando chega a noite já fiz visitas no Bota-fogo, já sei notícias do caminho do Broco do Catete, do Catumbi e quem acende lampiões do Teatro, já me acha passeando no vestibulo colhendo novidades, retratos, modas, observo os namoros da Platéia, para camarotes, também às vezes os da Scena para a platéia, e vice-versa, enfim, não há dia em que não tomo chá na rua da Vala para baixo e não ceio do Rocio para cima. (O ESPELHO DIAMANTINO, NÚMERO 8, 21/01/1828, p. 139)

¹¹¹ *O Espelho diamantino, periódico de política, literatura, belas-artes, teatro e moda dedicado às senhoras brasileiras* foi publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia de Plancher entre 1827 e 1828, apresentando em seu prospecto a idéia geral da obra: “A influência das mulheres sobre as vontades, as ações e a felicidade dos homens abrange todos os momentos e circunstâncias da existência...”(p. 1)

Dentre as inúmeras atividades, também eram muitos os frutos auferidos: “protetores entre os fidalgos, entre os ricos, amigos entre os militares, entre os rapazes, protegidos entre os pobres” (O ESPELHO DIAMANTINO, NÚMERO 8, 21/01/1828, p. 139),. Frutos angariados por meio de uma atitude prescrita nas práticas eloqüentes e tidos como vantagens da reputação necessária ao literato da época. Muitas vezes, essa reputação não era resultado de muitos trabalhos, mas de uma fama conquistada antes mesmo que se fizesse uso da pena:

Contra a sorte comum de todos os que entram na carreira literária, consigo a coroa, antes de haver legitimamente assinalado no certame. A insígne honra de ser admitido ao vosso número me bastaria, depois de grandes produções por único prêmio dos varões mais eruditos, me concede hoje a vossa benignidade, sem ter mais prova da minha suficiência, que a notícia de haver em mim uma suma veneração às letras, e um desejo ardentíssimo de vir a merecer nelas algum nome. Porém tanto teria de oportuna esta recomendação por me aceitardes discípulo vosso, quanto é ineficaz alcançar o glorioso título de vosso colega. (GUSMÃO, In: O PATRIOTA, NÚMERO 4, abril/1813, p. 29).

Tal como a reputação de sábio e de orador davam substância a de escritor, a boa recomendação também respaldava o ingresso de um letrado na carreira jornalística. Em uma sociedade onde as obras não possuíam grande divulgação, o prestígio de um letrado sempre falava mais de sua inteligência que suas obras, de modo que, para alguns títulos “pronunciar o nome do autor [era] fazer o elogio da obra” (O PATRIOTA, NÚMERO 1, janeiro/1813, p. 128). Antes, pois, de lançar-se à carreira jornalística, o letrado deveria ser aceito no reduzido grupo dos letrados locais, assumindo aí uma posição humilde a ponto de não se autodenominar escritor:

Bem longe de ambicionar aparecer em público com o caráter de Escritor, faltando-me para isso todos os conhecimentos necessários, contudo arrebatado do verdadeiro espírito constitucional, que me anima, torno a deliberação de remeter-lhes para serem expostas ao público as minhas débeis e curtas reflexões, implorando o perdão daqueles, em cujas prudentes mãos cair este pequeno escrito, sendo só minha intenção tirar todo o abuso dos que ainda talvez pensam na rivalidade entre portugueses europeus e brasileiros, quando todos formamos uma só família (Alto venerador JCS, Carta e reflexões sobre o anúncio da última parte deste periódico. Rio de Janeiro, 12/09/1821. In: Revérbero Constitucional Fluminense, número 3, 15/10/1821, p. 32).

Por ser a figura do escritor geralmente vinculada à de um iluminado por Deus, de um sábio de conhecimentos altíssimos, como Aristóteles ou Quintiliano, enfim, de um erudito distante do público, ser um orador cujo discurso baseava-se nos costumes, cujas proposições vinham de outros sábios produzia resultados mais palpáveis, porque aproximava o letrado do público. Além disso, um letrado não autodenominava-se escritor nessa época; sua atividade como redator de um jornal não o autorizava a isso. Para ser sábio era preciso ser reconhecido como

tal, pois a reputação valia mais que a opinião própria do sujeito sobre si mesmo; por essa razão os meios pelos quais se galgava essa reputação falam mais desses jornalistas que suas trajetórias pessoais.

Reconhecer a sabedoria dos outros literatos era uma atitude louvável que demonstrava o sentimento de coletividade e, ao mesmo tempo, a noção de hierarquia que tanto procurava-se inspirar. Do mesmo modo, confiar nas informações oferecidas por homens sábios, além de uma necessidade num mundo de pouca mobilidade livresca, era também uma questão de etiqueta e ordem que demonstrava tanto a classe, quanto a disciplina do letrado, importantes distintivos para um sujeito que dedicava sua arte a um grupo restrito, como o dos letrados início do século XIX¹¹².

O mesmo compromisso com a verdade, que levava os padres-mestres a uma postura de reveladores e guias, inspirava os jornalistas; todavia, essa verdade não seria mais conquistada pela fé e tampouco consagrada pela escritura bíblica. A partir de então, a imparcialidade e a prudência eram juízos individuais que deveriam ser afirmados diariamente, constituindo os parâmetros para a busca da verdade. Além disso, a simplicidade da nobreza, mais do que os atavios da fé, era valorizada como prerrogativa para a exposição da verdade, sendo interpretada ao invés de sentida. Assim é que, uma vez posicionado, o escritor preocupado com o progresso da nação deveria ter como guia de conduta uma nova noção de verdade e como atitude, a franqueza:

O escritor, que põe seu fito no bem geral, não deve temer expressar-se com fraqueza, e muito principalmente quando a constituição lhe concede esse direito, e lhe pede esse serviço. O escritor recebido com benignidade deve ao público as suas reflexões, ou como agradecimento da honra, que lhes recebe ou como obrigação, à que se submete servindo a causa constitucional. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 5, 15/11/1821, p. 50).

Dotado de uma atitude franca, humilde, missionária e racional, o letrado deveria ter em mente ainda que sua instrução devia-se à população de seu país, que sustentava seus estudos. A noção econômica da instrução era nova na época, atribuída à afirmação recente do

¹¹² Neste grupo, há referências como: “Lemos com muito prazer um artigo de um jornal muito acreditado e cujos redatores não podem ser suspeitos nem de ignorância, nem de prevenção, da primeira, pelos seus acreditados talentos e profundo saber, da segunda porque nenhuma relação nos liga, salvo o concorde fim de sermos úteis ao público”. (Correspondência anônima – referente ao investigador português, no. 23. In: O PATRIOTA, NÚMERO 1, julho/1813, p. 82). Eram importantes porque apresentavam parâmetros de análise ao público local: o reconhecimento público de sua sabedoria que, na falta de outras formas, como a graduação ou a participação na vida religiosa, fundamentavam a crença nos seus talentos e no acúmulo de seu saber. Neste sentido, fiar-se no testemunho de figuras respeitáveis e esclarecer dúvidas, assim como combatê-las, ainda que comedidamente, também era recomendável, pois assegurava, à sombra de bons exemplos sociais, que a conduta do orador, senão do escritor, seria comparável à daqueles que citava e diferente daqueles que criticava. Por isso, em várias oportunidades, os beletistas da época recorriam à uma ou outra “testemunha muito respeitável da nota de muito fiel” (Discurso sobre a tradução. In: O PATRIOTA, NÚMERO 3, março/1813, p. 69). Com tal atitude, o letrado identificava-se com um grupo que agia em prol de uma causa comum, fugindo dos devaneios da vaidade pessoal, então identificados como fruto de um eruditismo pernicioso, que onerava a sociedade em função da satisfação dos desejos de um único homem.

ensino laico e público. No entanto, permanecia a idéia de que o letrado convertia seus conhecimentos em benesses para o povo, porque essa era sua missão sagrada e não sua obrigação civil. Contudo, o jornalista que passava a investir dinheiro no desempenho dessa missão também começou a se preocupar com o ressarcimento dessa atividade; a segurança de que a prática lhe garantia um lugar no céu já não era considerada suficiente. Quando se importava com a cobertura dos gastos realizados, o letrado era considerado mesquinho e, portanto, pouco digno de confiança. Assim é que os letrados da época se esforçaram por aparentar desprendimento de interesses materiais, buscando, todavia, os recursos necessários para a efetivação de seus projetos no Estado.

Dos retornos disponíveis até então, apenas a glória era visível, destarte, ele recorria à glória da nação que, uma vez elencada no discurso, também era a sua própria:

É concorrer para a glória da nação, concorrer para aformosear seu idioma: conceito em que facilmente tem cuidado os sábios escritores de todas as nações civilizadas. Quem isto escreve se levou deste motivo para indicar breve e claramente como com melhor acerto e tino se puderam dar nomes a uma infinidade de objetos novos, que naturalmente agora no Brasil se vão a ver e sobre que se há de escrever. Os eruditos, seus empregados pelo governo, ou de outra sorte, singularmente os que tiverem de tirar mapas e por conseguinte nomear rios, montes, vales, arvores, animais e etc., novas culturas e manufaturas que ou ainda não tem nomes e vocábulos com que se nomeiem os os tem bárbaros e impróprios, se verão embaraçados ou omitiram fazer à sua linguagem um estimável benefício, quando só pendia da sua pena. (LEITE, In: O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/1813, p. 19).

Desse modo, é possível compreender que todos os temas tratados pelo letrado eram considerados como aspectos de seu próprio perfil. Quando o letrado levantava algum assunto pernicioso, não denunciava a maldade, mas vinculava-se à ela; produzindo um discurso belo, demonstrava sua beleza de espírito, demonstrando a dignidade em suas idéias. Por essa razão, o literato da época acostumou-se a eleger somente grandes e bons temas para seus discursos - concentrando-se no mal e no pequeno apenas quando criticava este ou aquele colega -, dando origem ao discurso de padrão ufanista e grandiloquente, no qual poucas vezes contou-se com uma auto-avaliação, senão uma autocrítica autêntica e aprofundada.

Ao agir dessa maneira, o intelectual prevenia-se das possíveis rejeições à sua opinião; mesmo que sua intenção não fosse a de “agir como um pregador”. Os jornalistas acreditavam que, como tais, deveriam “se posicionar” e, no intuito de demarcar seu espaço, envolto na tensão de agir como um orador sem ser confundido com o pregador, alguns deles chegaram a descrever seu ofício de acordo com a postura desejada:

O ofício de um jornalista sisudo e imparcial, que vê as coisas a sangue frio e as pesa com equidade é tão necessário como honroso, pelo serviço que faz à pátria, quando se cativa cada semana, ou cada dia, não só para os instruir,

espalhando luzes e ensinando-lhe a ajuizar com prudência e discrição. Desta maneira é que tem direito aos aplausos públicos. Um escritor pode ser severo sem mordacidade, exato sem minúcias e justo sem imparcialidade.

Debaixo destes princípios é que com prazer escrevemos a nossa folha e consagramos a nossa fidelidade ao imperante e à nação não marchamos jamais por caminhos tortuosos nem pelo trilho da lisonja, mas antes bem abastados dela, do embuste e cenosidade, em que muitos escritores se envolvem, manifestaremos as nossas apoucadas idéias com nobre simplicidade, verdade e sem fanatismo político. (O DESPERTADOR CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIO, NÚMERO 3, 01/02/1825, p. 2).

Na construção da reputação que o autorizava à publicação, o jornalista da época tinha que assumir “o papel do orador, castigando, ou avisando a comunidade e os indivíduos” dos possíveis males de certas ações, efetivando aí sua “profissão de fé, tanto para a dar às suas palavras o peso da consciência e da probidade, como fornecer ao público que ele admoesta uma medida com a qual este o possa a seu turno avaliar e sentenciar” (O ESPELHO DIAMANTINO, NÚMERO 9, 04/02/1828, p. 3). Para os letrados da época, muitos deveriam ser os beletristas empenhados nessa tarefa, pois segundo os editores d’*Atalaia da Liberdade*¹¹³,

[...] a diversidade dos planos, que cada jornalista estabelece na composição dos seus periódicos conserva a separação e a independência de todos e o concurso das fadigas literárias de diferentes homens, os estimula todos à mais séria aplicação e a adquirirem maiores luzes, melhor opinião pública e vantagens da reputação, que tem um valor inapreciável para o homem de letras. (ATALAIA DA LIBERDADE, NÚMERO EXTRAORDINÁRIO, 4/2/1826, p. 1-2)

Destarte, para o editor d’*O Patriota*, qualquer homem que possuísse conhecimento e tempo suficiente poderia escrever um periódico¹¹⁴; todavia:

Era um problema, se no Brasil podia haver um jornal. Pessoas de acreditado saber, mas de um gênio melancólico, avultando as dificuldades, que carregavam sobre o redator, acusavam altamente a sua temeridade e produziam milhares de argumentos, a que dava mais peso a autoridade de quem as pronunciava. Costumado porém a ceder somente à razão e à experiência, eu julguei que o verdadeiro modo de resolver o problema, era por-me em prova, e confiar da minha queda o meu desengano. Eu anunciei a empresa e entre pragas e agouros de uma parte e elogios e estímulos de outra, caminhei constante ao meu fito. Tenho consumado a carreira e é fácil agora estabelecer um argumento vitorioso. Se a míngua de talentos, se a

¹¹³ Editado pelo português João Maria da Costa, o periódico *Atalaia da Liberdade* circulou no Rio de Janeiro no ano de 1826. Sua referência completa é ATALAIA DA LIBERDADE. RIO DE JANEIRO: TIPOGRAFIA PLANCHER (1-2), IMPRENSA IMPERIAL E NACIONAL, 1826. Aqui utilizaremos ATALAIA DA LIBERDADE.

¹¹⁴ A abundância de jornais era vista como vantajosa, paralelamente, a ausência deles, senão a omissão dos sábios em dispor seus préstimos a essa causa, era considerada perniciosa, imoral: “Tenha a maldição da Pátria e da Nação todo aquele, que podendo advogar a Causa se conserva na estupidez da indiferença, ou na expectação do trabalho alheio; zangãos do Estado que dele recebem os benefícios, e que por ele nada fazem!” (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 9, 08/01/1822, p. 103. CORRESPONDENCIA: O SACRISTÃO DE TAMBÍ AO ESTUDANTE CONSTITUCIONAL DO RIO, SALUTEM DIT. p. 100)

míngua de conhecimentos, se o desempenho de obrigações, que eu considerava mais remotas e que fazem a parte principal das minhas ocupações; se todos estes motivos juntos e outros muitos que não são desconhecidos dos leitores, não ameaçaram a publicação de um tal periódico, como será ele impossível a quem possui as qualidades que me faltam e a quem talvez sobeja mais tempo? Como não sairia ele perfeito das mãos daqueles, que embebidos na tarefa de condená-lo, não quiseram concorrer, nem com uma linha, para a sua perfeição, julgando por ventura acelerar assim a sua queda? (O PATRIOTA, NÚMERO 6, junho/1813, p. 96).

Acreditava-se que, além das qualidades já citadas, era necessário que o aspirante a jornalista também fosse um homem corajoso, pois muitas eram as forças a agir contra este, fazendo de sua atividade uma “arriscada tarefa” (REVERBERO CONSTITUCIONAL LUMINENSE, NÚMERO 1, 15/09/1821, p. 4). Arriscada ou não, a imprensa era considerada um meio “engenhoso, fácil e elétrico” de fomentar “energia, entusiasmo e mérito moral”, de otimizar a realização de “um serviço útil” num país onde “as terras sobejavam por muitos séculos” e no qual “cada um poderá sempre com pouco trabalho ganhar com superabundância o pão de cada dia” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 94).

Adequada à necessidade de progresso rápido, numa terra de pouca civilização e abundância de recursos, a agilidade da imprensa era enaltecida como “um dos mais fáceis e vantajosos” meios de “promover o melhoramento dos conhecimentos humanos” (JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO, NÚMERO 1, MAIO/1826, p. 4), ainda que oferecesse certos riscos. Neste sentido, o jornalista deveria ser um homem pragmático, tendo sempre em vista a necessidade de objetivar seu discurso como uma ferramenta para o progresso da nação.

A reputação dos letrados empenhados na carreira jornalística era mantida pela constância das publicações, pois, se a glória de arrematar a construção do país lhes parecesse distante, isto não significava que a contribuição diária fosse menos importante; pelo contrário, a constância era o que sustentava a reputação de um escritor público, e dessa dependia sua credibilidade, sua capacidade persuasiva.

A suspensão dos números de um jornal era indício de uma inconstância na produtividade de seu autor, testemunhando contra o jornalista e, por isso, o letrado esforçava-se ao máximo em agradar seu público, mesmo que fosse necessário bajulá-lo oferecendo-lhe largo espaço de participação em sua folha. Em tais ações, a manutenção de práticas eloqüentes oriundas das aulas de retórica, dos compêndios da disciplina, dos sermões e orações do final do Setecentos e do início do Oitocentos foi fundamental, porque o público instruído da época poderia identificar-se com tais usos e, por meio deles, entender melhor o

texto, consumindo mais o jornal. Entre essas práticas pode-se destacar a classificação das obras, o fornecimento de textos estrangeiros, a publicação de discursos locais e a crítica dos trabalhos apresentados, difundindo um estilo no qual se procurava instruir a população recreando seus sentidos.

3. 3 As galas do estilo: instruir recreando

“Instruir recreando é o desempenho mais completo dos esforços do gênio do homem, que se dedica a servir os seus semelhantes, comunicando-lhes os seus sentimentos.”
ATALAIA DA LIBERDADE, NÚMERO EXTRAORDINÁRIO, 4/2/1826, p. 1.

Escrever um jornal no Rio de Janeiro do início do Oitocentos, em média, significava produzir um texto de 20 páginas, com frequência quinzenal, a partir de informações colhidas entre os populares locais, constituindo “o eixo dos boatos públicos” e relatando “tudo o quanto se diz, sem contudo garantir a sua autenticidade” (O VERDADEIRO LIBERAL, NÚMERO 2, 4/3/1826, p. 8). Às notícias locais acrescentavam-se anúncios e, ainda, o extrato da leitura de folhas estrangeiras, que não possuíam a assiduidade ideal, dado sua dependência da chegada e partida de paquetes e navios, que levavam cerca de 50 dias para ir e vir da Europa.

Como nem sempre os editores recebiam “notícias modernas da Europa, nem podendo, em consequência, adiantar coisa alguma” ao que se tinha dito “nos números precedentes”, acrescentava-se às notícias da hora as correspondências enviadas pelos leitores, muitas vezes anônimas, além de trechos de obras consideradas úteis ao referido “aumento das luzes, procurados ansiosamente por úteis instituições” que, “em vez de aterrar a humanidade com as cenas sanguinárias da guerra, fazem o seu mais belo ornato e concorrem abertamente à sua felicidade” (O PATRIOTA, NÚMERO 4, abril/1813, p. 89). Nesse caminho, a educação do gosto da população também era uma tarefa dos jornalistas da época, na qual foram ajudados por correspondentes que atuavam como co-autores desses jornais.

Nas missivas, onde a opinião e o gosto prevaleciam, é difícil identificar os autores, ainda que se saiba da existência de uma certa camaradagem, pela qual os editores dos jornais trocavam correspondências¹¹⁵. Nesse tipo de contribuição, o gosto prevalecia porque a

¹¹⁵ Ou, de outro modo, por meio das críticas que se encontrava em jornais rivais, como esta d’O Verdadeiro Liberal, em que se procurava, pelos vícios do texto, descobrir seu autor: “Seria talvez certo padre mestre ex-leitor de eloquência, etc., etc., também não, posto que a calúnia apareça debaixo de todas as suas possíveis variações naquele artigo, ele não abunda de citações, nem de certos infalíveis termos de que sempre usa em seus escritos, por onde se faz bem conhecer; não é o padre mestre o seu autor.” (O VERDADEIRO LIBERAL, NÚMERO 2, 4/3/1826, p. 1). * resposta ao senhor Loureiro d’O Fluminense, no. 47.

obrigação de informar ficava sempre a cargo dos editores, sobrando para os correspondentes o espaço à crítica e ao comentário que, como alguns editores costumavam assinalar nos prospectos de seus jornais, faziam parte da “notícia” por constituírem amostras da inteligência pública sobre este ou aquele assunto, acrescentando aí informações a que os editores não teriam acesso.

Além dos correspondentes, os editores, geralmente fundadores, dispunham de um escritório com no máximo 5 funcionários responsáveis pela tradução de jornais estrangeiros, pela coleta de informações nas redondezas, pelo resumo de obras consideradas importantes e pela venda de subscrições e entrega dos jornais. Tais escritórios, contudo, não possuíam uma estrutura rígida, pois os honorários eram baixos e a dedicação de seus oficiais era dividida entre as atividades que lhes conferiam uma fonte de renda mais confiável. Tanto os horários, como endereço e integrantes era, portanto, tão flexível quanto a frequência desses jornais.

A maioria dos envolvidos era letrada, o que, em si, já significa que ocupavam um espaço importante nessa sociedade em que apenas brancos ou filhos de brancos importantes tinham acesso à instrução. Ademais, como a escrita era mais frequentemente vinculada ao cotidiano escolar, os periódicos da época tinham profundos compromissos com valores relativos à instituição educacional.

Se já nessa época os periódicos contavam com o trabalho de terceiros, profissionais especialmente contratados para resumir outros jornais, traduzir textos estrangeiros, compendiar obras em geral e informar suas opiniões, esses eram raramente nomeados, apenas citados em uma ou outra oportunidade, sobretudo quando o editor se referia aos custos de sua produção. O que se pode concluir é que os periódicos do início do Oitocentos foram obras sem um ou outro autor definido, e sua autoria pode ser conferida ao “povo brasileiro”¹¹⁶ - letrado, branco, do sexo masculino e com posses.

A dificuldade em definir os autores de cada artigo, contudo, não se estende à definição dos objetivos desses periodistas. Embora alguns jornalistas anotassem que seu fim não fosse o de “divertir os espíritos, mas fazê-los úteis por tudo quanto interessa à prosperidade nacional” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 19), realizando aí “um serviço útil à pátria em abalançar-se a esta empresa.”(O PATRIOTA, NÚMERO 6, junho/1813, p. 97), a maioria procurava harmonizar a instrução à recreação, isto porque se acreditava que:

Instruir recreando é o desempenho mais completo dos esforços do gênio do homem, que se dedica a servir os seus semelhantes, comunicando-lhes os seus sentimentos. Este desígnio conduz os trabalhos dos escritos periódicos, porque eles têm uma preferência marcada para realizarem aqueles fins. A

¹¹⁶ Por isso preferimos mencionar o nome do periódico ao invés de seus autores, nem sempre identificáveis.

variedade dos assuntos, a rapidez com que são tratados, os atrativos da novidade, que chamam e prendem a atenção, os encantos mesmo do estilo, se ele corresponde ao assunto, a facilidade de se obterem estes escritos e a brevidade com que se lêem, são outros tantos incitamentos, que convidam a aproveitar estes meios de espalhar entre os cidadãos as idéias necessárias, úteis e agradáveis, servindo-se ao mesmo tempo a moral, a política, as artes e a civilização, sem custo das pessoas que, buscando muitas vezes somente o que as pode distrair, encontrando sólida instrução e as regras de virtuosa conduta se por uma parte estas verdades são reconhecidas, por outra são atacadas, confundindo-se a obra com o autor e decidindo-se pelo abuso, ou pelo interesse particular das vantagens, que podem tirar-se dos mais bem fundados estabelecimentos. Pervertem-se as melhores instituições e nem por isso elas podem ou devem proscrever-se. Os periódicos servem em sua extensão para todos os fins saudáveis. Se se transtornam, é o mal das paixões, e não da obra, e sempre será mais feliz e mais ilustrada a nação, em que a leitura dos periódicos generalizar a instrução pública, combatendo a ignorância, os abusos e os prejuízos, em qualquer parte onde eles se descubram e consagrando à causa da razão as luzes e os trabalhos dos homens instruídos. (ATALAIA DA LIBERDADE, NÚMERO EXTRAORDINÁRIO, 4/2/1826, p. 1-2)

Escritos para instruir e, ainda, para aperfeiçoar o gosto dos leitores, os jornais ofereciam parâmetros pelos quais as maneiras, hábitos e preferências dos mesmos pudessem ser refinados e, depois, atualizados. Por meio da leitura dos periódicos, poderia-se “generalizar a instrução pública”, o que significa dizer que na literatura produzida nos periódicos do início do século XIX existe a difusão de um projeto educacional que tinha em seu germe a noção humanista de uma educação retórica; se a instrução vigente tinha a retórica como eixo e se pretendia generalizar a instrução, então essa generalização seria também da retórica e de sua prática, mais frequente no Brasil, a eloquência.

O alcance dessa educação deveria ser amplo, dado que esperava-se “combater a ignorância” “em qualquer parte” onde ela estivesse. A ignorância, para os letrados, não era apenas relativa aos analfabetos da terra; mas constituída ainda pelos letrados com poucos conhecimentos e pelos sábios com muitos preconceitos e pouca atualização. Nesse intento, levava-se em conta os diferentes níveis de instrução dos leitores; assim, cada jornal apresentava, antes de iniciar sua circulação, um prospecto de seu trabalho, onde se estipulava do número de páginas ao tipo de artigo que seria publicado, além do leitor que deveria procurar a obra. N’*O Spectador Brasileiro* apresenta-se um desses prospectos, no qual se pode ler:

Não seguiremos na redação a marcha dos outros escritos periódicos que se publicam nesta corte imperial. Os agigantados passos, que no decurso de 4 anos os brasileiros tem dado para a sua civilização nos impõem o dever de dirigirmos o jornal pelo método dos de França e de Inglaterra. Tudo pela pátria, eis aqui a nossa divisa e jamais nos afastaremos deste círculo em que nos concentramos.

A primeira parte do jornal será destinada tão somente para os artigos do Brasil. Editais da câmara, da polícia, etc. Daremos notícias sobre o estado da Europa, servindo-nos das correspondências, que já havíamos estabelecido para esse fim. A segunda parte será composta por artigos sobre agricultura, ciências, costumes e a terceira sobre o comércio. (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 4, 05/07/1824)

Era em nome da pátria, portanto, que esses letrados desenvolviam um periódico que informava sobre os mais variados assuntos, a partir de editais, missivas e artigos, segundo o método francês e inglês. Quando esses prospectos estiveram ausentes, o editor apoiava-se na escolha de uma epígrafe que demonstrasse com a maior exatidão possível as intenções ou a postura que ele tomava ao redigir aquela folha¹¹⁷.

Em geral, dois tipos de leitores concentraram as atenções dos jornalistas: a mocidade e os sábios, cada uma exigindo do periodista um estilo literário diferente. No caso da mocidade, privilegiava-se a instrução; no dos sábios, o refinamento e a atualização dos conhecimentos estavam em primeiro plano. Para os jovens, a educação era importante por ser considerada “o único e principal agente da fortuna pública e individual e a mola real, que põe no mais acertado movimento a máquina dos estados”; nela se depositavam as esperanças de conquistar “a necessária força, para diminuir os crimes na sociedade, para aumentar a povoação, para dar-lhe a devida energia, para enriquecer o erário”(ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 95). Tais razões faziam com que se acreditasse que “todo o Governo devesse cuidar da Instrução Pública”, pois

[...] quanto mais forem iluminadas todas as Classes, menos serão seduzidas pela superstição e entusiasmo, que entre as Nações ignorantes, são as fontes ordinárias das maiores desordens, das quais a Ciência é o antídoto específico. Supondo-se que os administradores da República são sábios, e hábeis, não o sendo a Nação, que oposição, que rivalidade na execução dos mais belos projetos? Não basta que os Chefes possam formar os melhores planos, é também preciso que o Povo seja capaz de recebê-los, sendo essencialmente exigível curso recíproco, e perfeição mútua de luzes entre o Governo, e a Nação. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 18, 12/03/1822, P.211).

Nos jornais, o investimento na ampliação do uso da razão era feito por meio da educação da mocidade que, em contato mais direto com a população local, tinha maiores condições de disseminar, por meio de seu próprio comportamento, novos costumes sociais. Esse

¹¹⁷ Como fizeram os autores do *Revérbero*, garantindo ao seu público os dois referidos meios: Ao Público. Os redatores deste periódico oferecendo o prospecto para a nova subscrição do ano de 1822, protestam, que seguirão sempre o que prometeram pela sua Epígrafe, e pelas reflexões à Proclamação do Campeão Português com que abriram a sua carreira; e animados pela benigna aceitação dos seus concidadãos protestam também nem se apartem do fim, a que se propuseram em prol da constituição, nem se acobardaram com rumores e intrigas daqueles, que parecendo ocultar a malícia e volubilidade de seus corações, pretendem taxar de maliciosos e volúveis os que difundem as luzes necessárias no nosso atual sistema, ou próprias, ou alheias. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 7, 15/12/1821, p. 81).

empreendimento era realizado em prol da aceitação e da colaboração da população na implementação de um projeto político e cultural novo: o de uma nação brasileira. Forjou-se, pois, um discurso intelectual voltado para os jovens, para a instrução, para a construção do futuro da nação que, ainda em gestação, apostava seu sucesso sempre no devir.

Em algumas oportunidades, os jornalistas da época radicalizaram sua redação, propondo-se a escrever “para aquela classe de cidadãos que não freqüentaram estudos, para os quais um exemplo bem aplicado vale mais que o discurso mais conducente e mais enérgico.” (O BEM DA ORDEM, NÚMERO 3, 1821, p. 21). Nestes casos, o texto aproximava-se ainda mais das antigas práticas caracterizadas pela oralidade sem, entretanto, granjear boa fama entre os beletristas da época, que viam aí o exercício de uma arrogância fora de moda:

Eis os Escritores do dia arrogando-se o direito não só de Censores os Homens Públicos, mas também de Instrutores dos Representantes do Povo, impondo à Nação o label de ignorante! Até agora não haviam Bibliotecas e Universidades? Não se achavam nas mãos de qualquer medíocre literato tantos livros sobre as Constituições dos Estados antigos e modernos? Só Aristóteles examinou mais de duzentas que existiam em seu tempo. Ele no seu Livro de Ouro da Política bem diz que não se podia formar os bons edifícios com ruínas materiais. Agora é que os candidatos para a Deputação ao Supremo Conselho Nacional, não tendo dado anos de ofício, se hão de fazer sábios repentinos? Agora é que hão de mendigar a lição de Folhetos da Quadra? Deus nos livre de tais aprendizes e admiradores dos oráculos dos Trofonios ressurgidos. (O AMIGO DO REI E DA NAÇÃO, 1821).¹¹⁸

Tal como a instrução da juventude era imprescindível, também a recreação tinha sua importância, pois os periódicos da época deveriam servir “de estímulo para os sábios, que a quiserem enriquecer com os seus conceitos” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 3). O papel dos sábios era o de aperfeiçoar os conhecimentos já obtidos, atualizando seus saberes; o dos jornalistas, por sua vez, era o de instigar os sábios a aperfeiçoar o próprio conhecimento, movimentando as letras locais ao sabor da novidade, dos prazeres de um entretenimento intelectual e de uma cultura de salão que muito contribuíam para a civilização da população local. Nessa tarefa, procurava-se disseminar a idéia de que uma das ocupações mais nobres dos sábios era escrever e “publicar bons escritos” (AMARO, 1825, p. 207) – atividade tão nobre quanto lecionar e proferir importantes orações.

A proposta dos jornalistas fluminenses do início do século XIX era, portanto, “instruir recreando”. Quando preocupados com a construção da nação, esses jornalistas referiam-se à mocidade letrada, que tanto poderia fazer pela pátria se fosse tocada pelas luzes da época por

¹¹⁸ Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva publicou, em 1821, o periódico *O Amigo do Rei e da Nação*, “que circulou no Rio, entre março e junho, tirando apenas três números” (SODRÉ, 1977, p. 57). O AMIGO DO REI E DA NAÇÃO, TIPOGRAFIA REAL, 1821.

meio da instrução. Ao passo que, quando a promoção de uma literatura nacional estava em foco, referiam-se aos sábios locais, que deveriam encontrar nos periódicos as fontes para a recreação de seu espírito, do aperfeiçoamento de seus costumes e do exercício de divulgação dos seus conhecimentos por meio da escrita, disseminando aí os prazeres de uma prática incipiente no país. Se o objetivo dos jornalistas do início do século XIX era instruir recreando, e por isso se dividiram as obras segundo dois tipos de leitores, uma das formas de educar e entreter a população foi a classificação das obras literárias, feita a partir da alocação deste ou daquele tipo de obra nas seções dos jornais.

O Patriota, periódico pioneiro na área, incluía matérias sobre artes, ciências, política e literatura. Entre aquelas designadas como literárias estavam: *Ode da partida de SAR o Príncipe Regente Nosso Senhor, de Portugal para o Brasil, feita em parte aos 5 de janeiro de 1808 e recitada em presença dos bons portugueses ali existentes, por B****; *Ode do desembargador Antonio Ribeiro dos Santos a ?, do Borja Garção Stockler*; *Ode ao Ilmo. Antonio Ribeiro dos Santos em resposta à antecedente, por Francisco de Borja Garção Stockler*; *Ode pindarica ao grande Afonso de Albuquerque, governador da Índia, por Antonio Diniz da Cruz*; *Lira inédita de T. A. Gonzaga, autor da célebre Marília de Dirceu*; *Máximas, pensamentos e reflexões morais por um brasileiro*; *Carta ao redator sobre o o significado de “sílaba”, S.P.F.*; *Epicédio ao Dr. Henrique Julio de Menezes, por Marques de Marialva*; *Resposta do Stockler*; *Ditirambo do Diniz*; *Ode anacreontica*; *Soneto de Claudio Manoel da Costa*; *Ode. Remetida de Versailles à Paris por Francisco Manoel Nascimento (Filinto Elisio) à Domingos Borges de Barros*; *Gramática Filosófica (uma carta ao redator)*; *Discurso recitado em presença de SAR na mesa do desembargo do paço, pelo desembargador Antonio Rodrigues Veloso de Oliveira, comunicado por um amigo do autor*; *Às artes: poema recitado no dia dos anos de d. Maria I, em 1788, escrito por Manuel da Silva Alvarenga*; *Canção inédita de Bocage a Luis de Vasconcelos e Souza, então vice-rei deste estado*; *Ode à Carlota Joaquina M.F.A.G*; *A liberdade anize, traduzida de Metastásio por Alexandre de Gusmão*; *Soneto do dr. Ignácio José de Alvarenga*; *Apoteose política ao ilmo e exmo sr Luis de Vasconcelos e Souza, vice-rei e capitão general de mar e terra do Brasil*; *Canção oferecida no dia 10 de outubro de 1785, por Manoel Ignácio da Silva Alvarenga, professor régio de retórica na capital do Rio de Janeiro*; *Poesia de Elmana Bahiense*; *Descrição de uma tormenta, por B****; *Tradução em versos latinos do Ensaio sobre a crítica de Pope*; *À palinódia a Nize, tradução de Metastásio*; *Melancolia, tradução de um personagem do poema da imaginação por Delile em igual número de versos e original, por B****; *Ode improvisada, oferecida ao sr. Alferes Jacome Timóteo de Araújo, comandante militar da vila de Paracatu,*

*escrita pelo padre Domingos Simões da Cunha; Epigrama de João Ferreira Soares e Ode Pindárica ao Dr. Francisco de Assis Mascarenhas do pe. Mestre MJR; Discurso oferecido aos baianos no dia da abertura de seu teatro aos 13/05/1812 por B*** (em versos); Tradução de uma passagem do livro 2º das Geórgicas de Virgílio, por B***; As desgraças da desconfiança, passagem do poema de imaginação por Delile, traduzido em verso por B***; Ode à vaidade dos túmulos, de Cândido Lusitano; O carnaval, pelo cônego João Pereira da Silva; Epístola a sua alteza real o príncipe regente nosso senhor, por Alfeno Cynthio; Ode aos anos do ilmo. e exmo. Conde da Ponte, governador e capitão general da capitania da Bahia.*

A classificação “obras literárias” incluía muitas odes e poemas, algumas máximas, reflexões sobre a gramática e dois discursos que, de certo modo, endossam a noção de “literatura brasileira” assinalada por Pereira e Silva, em 1836. Em outros periódicos, a literatura era tema para seções intituladas “Poesias e Belas Letras”, como no *Jornal Científico, Econômico e Literário*, número 1, onde publicou-se o poema *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa e as *Viagens à China e Japão*, de Alexandre I.

De modo geral, tanto em jornais de cunho literário, como em jornais de verve política, eram muitos os discursos, as falas e orações publicadas que, como n’*O Patriota*, foram inseridos nas mais variadas classificações. No jornal mencionado, os discursos ainda faziam parte da seção “eloquência”, que mereceu algumas poucas aparições exclusivas, sendo a primeira no número 4, de abril de 1813, com a *Prática de Alexandre de Gusmão, entrando na Academia Real de História Portuguesa, em o dia 13 de março de 1782*; a segunda com o *Discurso do desembargador Velozo* (I, 5, 15); e a terceira com o *Exame da resposta defensiva e analítica à censura, que o redator fez do juramento dos Nunes* (III, 1, 63). Na seção *História*, há, entre outros, um discurso e na *Política*, um manifesto, um discurso, uma fala e duas declarações¹¹⁹.

A disposição dos discursos dependia do seu tema. Acreditava-se que um bom discurso e, de modo correlato, uma boa dissertação, dependia tanto de um bom tema quanto de uma boa redação. Para os autores da época “ter mal gosto na escolha de qualquer assunto para composição literária não é o mesmo que desempenhar mal o assunto escolhido.”(JORNAL CIENTÍFICO, ECONÔMICO E LITERÁRIO, NÚMERO 2, JUNHO/1826, p. 92). Por essa razão, os princípios da eloquência mantiveram-se presentes nos periódicos mesmo quando orações, discursos e sermões não eram publicados. Nessas ocasiões, os editoriais e as

¹¹⁹ A *Questão gramatical sobre as sílabas*, foi assinada por Silvestre Pinheiro Ferreira, assim como a *Gramática Filosófica*. A *Memória sobre a gramática filosófica*, por Joaquim José Leite, professor em Macau.

correspondências supriam tal lacuna, uma vez que cumpriam as mesmas prerrogativas retóricas e eloqüentes das orações, depositando nos afetos, costumes e provas as suas fichas tanto para legitimar quanto para classificar um discurso.

Nos editoriais e correspondências, a preocupação estética da eloqüência é detectada em função de uma combinação de palavras capaz de sensibilizar o leitor, mantendo-se a noção de que um dos meios mais eficazes de se persuadir o leitor era tocar-lhe os afetos por meio de boas palavras. Para esses jornalistas, “as qualidades das boas palavras [...] se podem reduzir a três: que sejam regulares, belas e significantes.” (Advertências sobre as boas palavras, O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/ 1813, p. 20). Nesta escolha, “são estimadas, singularmente aos poetas e oradores, as que no seu mesmo som parecem imitar o seu objeto.” (Advertências sobre as boas palavras, O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/1813, p. 24). Ora, como os oradores eram prestigiados arquitetos da linguagem, seus passos eram seguidos no sentido de se construir discursos que fossem bem aceitos pelo público e, por isso, ainda nos jornais, a sonoridade dos textos garantia sua beleza na hora de compor uma ou outra redação. No bojo desses interesses, trechos como o excerto abaixo eram comuns porque se exaltava as qualidades do país, tanto pelas grandezas apresentadas, quanto pela beleza altiloqüente do texto, repleto de palavras e combinações muito caras aos literatos da época, tais como “encerrava no seu seio”, “preciosidades da natureza”, “nações bárbaras”, “resto do mundo”, “homens suscetíveis”.

O Brasil, escondido por muitos séculos às vistas dos geógrafos, encerrava no seu seio todas as preciosidades da natureza; era um grande tesouro, mas só possuído pelos indígenas, nações bárbaras, destituídas de conhecimentos polidos, e de toda a comunicação com o resto do mundo, que nem supunham existir fora do círculo das suas vistas, necessitando por isso mesmo de quem as tirasse do esquecimento para encaminhá-las a glória, de que os homens são suscetíveis. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 3, 15/10/1821, p. 32)

O sucesso dessas palavras e combinações era garantido pela sua simetria com as noções de uma postura moral na qual, por exemplo, supunha-se valorizar a natureza como obra divina. Não obstante, pressupor a evolução dos homens e as fraquezas humanas significava instruir o brasileiro da relação entre a beleza e a moralidade, garantindo o progresso da civilização, senão pela razão, ainda falha na opinião desses autores, pelas paixões – sempre mais fáceis de guiar. De mais a mais, acreditava-se que a sensibilidade era um meio exequível de efetivar a instrução, sobretudo a brasileira, pois:

A [instrução] nacional não pode ser uma instrução científica, é tarde e raramente que ela se dirige ao entendimento. Mas fazei que uma nação sinta

vivamente e vós a fareis vivamente pensar. (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO LX, 19/11/1824, p. 3).

Se no Brasil a relevância da ciência era legada a segundo plano em função da morosidade de seus efeitos, a estética, e leia-se aí os afetos previstos na educação eloqüente, eram imprescindíveis porque mostravam-se mais ágeis e eficazes junto à população ignorante. Nessa tarefa, inúmeros autores tal como Garção Stockler, citado no *Exame da resposta defensiva e analítica à censura que o redator d'O Patriota fez ao drama intitulado O juramento de Nunes*, deram exemplos, afirmando, sobre as suas preferências:

[...] que Rousseau arrabeta-me, mas que d'Alembert convence-me, e que quanto a mim o filósofo que possuir o talento da poesia, combinado aos escritos de um e de outro, poderá deles deduzir as verdadeiras regras de um teatro capaz ao mesmo tempo de interessar os homens e de corrigir os seus defeitos, de um teatro que seja juntamente o lugar de recreio e a escola da moral. (O PATRIOTA, NÚMERO 1, jan-fev/1814, p. 68).

Nessa “escola da moral”, valia incitar a população ignorante às paixões edificantes, cujas primeiras instruções foram mediadas pelos sermões e orações que, nos jornais da época, ganhavam novo espaço por meio de uma crítica especializada, preocupada com a descrição e a avaliação desse tipo de obra, como se lê n’*O Patriota*, a propósito da *Oração de ação de graças, recitada na Capela Real do Rio de Janeiro, celebrando o 5º aniversário da chegada de SAR com toda a sua real família a esta cidade. Por Januário da Cunha Barbosa, pregador da real capela, professor de filosofia, etc:*

O autor tomou o seu tema do capítulo 3º do Levítico, em que Moisés manda celebrar a liberdade do povo hebreu no mês de março. Deduz o seu exórdio da gratidão com que se deve corresponder os assinalados benefícios, comprovada com o exemplo que o texto oferece, o qual compara com o desvelo, com que a providência defendeu a SAR dos laços cavilhosos do déspotado continente. Passa depois a algumas reflexões sobre a justiça da causa, que sustentamos. A sua reflexão é fundada na depravação da França e preservação de Portugal e de Espanha e deriva desta a expectativa de que a península devia ser o berço da liberdade do continente. Esta teve princípio na generosa resolução, com que SAR saiu de Portugal.

A má fé comprovada por infrações de tratados, por violentas rapinas, por injustas invasões e mais que tudo pela nossa neutralidade iludida é o argumento que firma a sua proposição.

A figura a que os retóricos chamam preterição faz roçar levemente o júbilo dos habitantes desta cidade no dia 7 de março, realçado pela recordação (ainda que leve aos assombrosos males que se desviaram da augusta cabeça de SAR. A aluviosa prisão de Fernando VII é um exemplo bem sensível, enquanto por outra parte a derrota dos tiranos em Vimeiro foi correspondida pela sua expulsa de Capina, de que é um devoto monumento a imagem da sr. da vitória recebida na casa do Obedon.

Reflete então sobre as progressivas perdas dos inimigos das 3 diferentes invasões, sobre as vitórias, que acompanharam as armas aliadas, dignas da grande causa, vitórias que despertaram as nações, que seguram o seu brioso exemplo, para sacudirem o julgo estranho, que sobre elas pesava.

Remata o seu discurso (?) e que nos empenhemos por merecer a proteção do céu, evitando a corrupção dos costumes; e convidando-os ao justo regozijo por tão digno motivo; e a suplicar ao Onipotente a paz que dará mais realce a festividade daquele dia memorável.

Este ligeiro esforço dá uma idéia muito imperfeita do discurso. Os ornatos de eloquência dão vida a este esqueleto, e o apresentam com todo o seu garbo, portanto só a leitura da oração pode dar ao leitor o verdadeiro conhecimento do apreço que ela merece. (O PATRIOTA, NÚMERO 4, outubro/1813, p. 90-2).

Neste excerto, o crítico da obra analisa as partes da oração segundo as prescrições retóricas de composição de um discurso. A crítica inicia-se pela localização das referências da obra, se não de seu mote; passa pelos argumentos do discurso, encontrando aí as justificativas utilizadas pelo orador em sua oração; em seguida, avalia as provas dessa oração e a maestria de seu orador ao recorrer às figuras de linguagem mais usuais da época. A peroração também é submetida às vistas do crítico, que finda observando o modo como o orador apresenta seu epílogo e exorta a população à reflexão. Para arrematar a crítica, a chancela do redator é favorável à oração apresentada, recomendando a leitura da obra, para garantia do “verdadeiro conhecimento do apreço que ela merecia”.

Esta não foi a única vez em que uma oração foi submetida à crítica da época, entre outras, a *Oração fúnebre que nas exéquias da sereníssima senhora d. Maria Ana Francisca Josefa Antonia Gertrudes Rita Joana, infanta de Portugal, mandadas fazer por sua alteza real o príncipe regente n. Sr., recitou na real capela desta corte, em o dia 14 de junho de 1813, F. Francisco da Mãe dos Homens, religioso agostinho reformado de Portugal*, também mereceu análise acurada. Nesta, o redator principia pela descrição da satisfação com que ouviu “recitar esta eloquente oração”, assinalando ainda que esse sentimento “cresceu sobremaneira quando lemos e consideramos suas belezas”. Segundo o crítico, a estrutura do texto atende à todas as exigências da eloquência da época, pois seu autor destaca

[...] as virtudes da sua heroína; fazendo sobressair a sua caridade e a sua humildade. Toca delicadamente no último período da sua existência com um estilo próprio de Bossuet. Perora, recomendando a virtude como único brasão da grandeza, o que prova com o seu mesmo objeto; e remata dirigindo ao altíssimo as preces, que a Igreja ensina na Sequência da missa. (O PATRIOTA, NÚMERO 1, jan-fev/1814, p. 115)

De mais à mais, o crítico ressalta que “neste rápido esboço, escapam as belezas da dicção”, mesmo que “mui castigada dos galicismos”, mas sobressai o “ajustado emprego das figuras e tropos, a harmonia dos períodos e outras muitas coisas que o leitor inteligente lerá com satisfação.” (O PATRIOTA, NÚMERO 1, jan-fev/1814, p. 115). Nessa vertente da crítica, apresentavam-se as orações como textos que aguçavam a destreza do letrado.

Do mesmo modo que inúmeros sermões foram submetidos à crítica, orações e discursos também mereceram atenção dos letrados da época e, aí, se o texto escrito ganhava vantagens em relação ao discurso oral, era porque a leitura permitia avaliar melhor as qualidades e equívocos da obra de acordo com os costumes da eloquência. Foi, portanto, a partir da oralidade que o texto escrito galgou um posto peculiar, se não uma identidade, onde as minúcias da composição podiam ser observadas mais de perto pelo leitor atento, tanto para o bem, quanto para o mal de seu autor.

Dentro desses parâmetros, procurava-se equilibrar a informação da novidade com a síntese dos costumes, considerados tradicionais. Figurando como uma espécie de legislação ou registro dos costumes, alguns textos eram inteiramente incluídos e outros cuidadosamente criticados, procurando-se aí aperfeiçoar o gosto local. Havia ainda o recurso das citações; nestas, a legitimidade do texto era mantida ainda por artifícios como citar um autor de renome ou incluir o extrato de suas idéias nas seções dos jornais, porque se acreditava que

[...] o homem sábio sabe colher dos escritos as idéias de seus autores, o homem prudente despreza os rumores que se assoalham sem provas; o cidadão honrado não desanima com os ferodos que se dizem constitucionais para co-honestarem os seus furores corcundicos, ou mais alguma coisa. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 7, 15/12/1821, p. 81).

Este padrão de atitudes tinha como objetivo estabelecer a coesão das opiniões vigentes em prol do bem comum. Assim, os literatos da época trabalhavam para “reunir a Opinião Pública, sem separar os interesses da pátria dos interesses da nação em geral” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 7, 15/12/1821, p. 81). Neste âmbito, os sábios procuravam sempre “acostar-(se) às opiniões de homens bem respeitáveis na República das Letras”, pois acreditavam que “era melhor copiar do que desfigurar” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 24, 23/04/1822, p. 50), estimando antes “errar com estes, do que acertar com aqueles que só escrevem para verter em seus escritos o veneno e a raiva que lhes ferve no coração”. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 19, 19/03/1822, p. 226). Logo, a identidade intelectual sobrepunha-se às identidades nacionais, mantendo o universalismo do mundo das letras que, então, passava a ser chamado de “república”.

Interessante notar que os autores internacionais eram preferidos aos nacionais, de acordo com novas tendências literárias – tais como a introdução de elementos “científicos” no discurso, que se fazia comparando o funcionamento dos Estados à fisiologia humana, herdeira de uma lógica divina, e, portanto, autenticamente estabelecida. Entre os autores mais citados

estavam Kant, Montesquieu, Smith, Say, La Place, Bentham e Werner. Nesse tipo de argumento tinha-se em vista a necessidade de “sacrificar a fé ao entendimento” (O SYLPHO EXTRAORDINÁRIO, PERIÓDICO FLUMINENSE, NÚMERO 8, 30/08/1823, p. 1) e a partir dele sobrepôs-se à ciência a tradicional visada religiosa, ainda que pelas mesmas estratégias persuasivas da retórica¹²⁰.

Embasados em noções importadas de pensadores da Inglaterra ou da França, um dos principais esforços dos jornalistas era o de adequar projetos e reflexões estrangeiras à realidade local. Nessa tarefa, a distância entre a realidade estrangeira e a brasileira era suprida pela abundância de vantagens físicas que esses autores atribuíam ao país e por uma noção evolutiva do desenvolvimento das nações, levando em conta o tempo de nascimento do Brasil como país e, portanto, situando-o como jovem prodígio. No mesmo sentido, também recorria-se ao caráter universal dos sentimentos humanos, no qual as idéias e sensações de um Cícero sempre poderiam servir de inspiração a um Joaquim Gonçalves Ledo¹²¹, por exemplo.

Justificativas como essas atendiam às expectativas dos mestres de retórica, para quem os costumes deveriam servir de prerrogativa para a construção dos argumentos, onde pensadores mais velhos e livros mais famosos eram sempre preferidos em função de uma opção pela tradição, pela reputação e pelos costumes oratórios. A boa vontade dos letrados locais e o respaldo de grandes pensadores estrangeiros eram ressaltados para que se afirmasse a autenticidade do pensamento exposto e, embora destacassem tais idéias pela inovação, o artifício persuasivo, como já se afirmara, era tradicional.

Deve-se notar, todavia, que essa opção esteve vinculada muito mais à falta de segurança na comprovação das novidades do que ao apego a antigas heranças culturais, uma vez que o sistema de transmissão de informações não permitia um contato direto com as fontes, comprometendo a veracidade de certas notícias, segundo os jornalistas da época,. Assim, embora a situação imediata fosse o ambiente preferível para a busca de notícias, nem

¹²⁰ No Brasil, a rapidez com a qual a Ciência poderia propagar a razão era, contudo, moderada. O que, para Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo não era motivo para que se esmorecesse, “porque a instrução geral de uma Nação é fruto de trabalho de muitas gerações, mas nunca se chegará ao sucesso das grandes empresas, sem que acertadamente se entre no seu começo”. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 18, 12/03/1822, p. 214). Por isso os sábios locais também eram citados, porém, sem a mesma reverência dedicada aos estrangeiros. Ademais, tal referência esteve muito mais vinculada aos ditos populares que a sistemas de pensamento, como fez Januário da Cunha Barbosa, no *Revérbero* de 26 de março de 1822, referindo-se ora a um “Sábio Mineiro”, ora a “Sábio médico brasileiro”, para afirmar que “atribuíam-se nossos erros à falta dos nossos conhecimentos, mas nunca se dirá que temos ou falta de patriotismo ou abundância de giba” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 5, 15/11/ 1821, p. 50) , como, aliás, era comum na época.

¹²¹ Joaquim Gonçalves Ledo nasceu em 1781 no Rio de Janeiro e morreu em Macau, no ano de 1847. Estudou os primeiros anos do curso de Direito em Coimbra, mas não chegou a concluir o curso. Defendeu a independência brasileira, motivo pelo qual foi eleito várias vezes ao cargo de deputado. BLAKE, 1870, vol. 4, 190.

sempre o jornalista carioca do início do Oitocentos deveria valer-se da atualidade para escrever, conforme assinalou o editor do *Spectador Brasileiro*:

Ainda que presentemente circulem nesta corte imperial algumas notícias relativas à revolução última de Portugal, mesmo elas imporiam uma grande responsabilidade do editor do jornal se as publicasse sem um autêntico digno de fé, nós as deixamos amadurecer na árvore do tempo para depois as darmos ao prelo circunstanciadamente. Os jornalistas empenhados a encher suas folhas, copiam tudo, sem passar pelo compasso da boa crítica, e assim muitas vezes são obrigados a retratarem...(O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 13, 24/07/1824, p. 1).

Muitos eram os clássicos publicados em tais jornais, como as *Cantilânrias*, de Cícero, no *Revérbero Constitucional Fluminense*, número 12, de 29 de janeiro de 1822. Ainda que esses textos tivessem alta circulação no incipiente mercado livreiro, sua republicação era considerada importante porque garantia, mais uma vez – e quantas fossem necessárias –, que todos os brasileiros tivessem acesso às referidas obras, parte das tão importantes “artes úteis”. Destarte, do mesmo modo que nas aulas de retórica os exemplos de eloquência eram afixados por meio da repetição, os jornalistas do Oitocentos repetiram suas mensagens ao público local divulgando inúmeras vezes as obras que consideravam importantes.

Segundo essa forma de entender o jornalismo, mais importante do que oferecer novidades e estabelecer tradições literárias era manter a confiabilidade do jornal e a credibilidade do jornalista, o que significava dar preferência a apresentação de provas do discurso antes por meio de uma síntese posterior do que por meio de uma visão imediata, parcial e possivelmente equivocada de um assunto. Contudo, não se devia esperar que o jornalista tivesse o mesmo empenho de um historiador, pois, para os literatos da época:

Não se escreve um jornal com a mesma precisão que exige a história, e eu espero que concordareis comigo que se nós fôssemos obrigados a fazer anúncios, depois de termos as provas necessárias, e o grau possível de certeza, nós não teríamos que anunciar mais do que acontecimentos antigos. (UM FRANCÊS BRASILEIRO, In: O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 34, 17/09/1824, p. 3).

Embora a precisão dos textos não fosse considerada tão importante na elaboração de uma síntese que compusesse as provas do discurso, a seriedade no tratamento dos assuntos mantinha a propriedade dos autores. Saber o que e quem copiar e ouvir era, pois, um ato de sabedoria e seriedade; então, o ideal era o equilíbrio no meio fio entre a confiabilidade das fontes, a atualidade dos temas e a súpula das opiniões. A notícia não podia ser tão velha que se tornasse história, nem tão nova que não permitisse uma sinopse. Assim sendo, criou-se um perfil específico para a composição apresentada nos jornais, na qual se considerava que:

Um jornal é a exposição diária daquilo que se passa, ou se passou, em tal ou tal país sobre este ou aquele objeto, sendo esta folha o eco da opinião pública, basta que ela conste por canais fidedignos, para que a anunciemos. Nós lisonjeamos-nos de ter ouvido que tais eram as intenções de muitas pessoas, e julgamos que com a exposição do que ouvimos, despertaríamos aqueles que ainda não haviam pensado na solenidade dum tal dia, o mais glorioso inquestionavelmente para uma nação civilizada e polida tal como a nação brasileira. Se nos adiantamos, culpe-se o nosso entusiasmo para com o grande ídolo de nosso amor. (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 34, 17/09/1824, p. 3. Um Francês brasileiro).

Como as notícias não eram assim tão novas, nem as sínteses tão acuradas, o diferencial oferecido por esse tipo de literatura era suscitar a crítica e indicar o caminho da instrução para seu público, tendo aí “sua política peculiar”, na qual a intenção era “fazer o povo entrar em considerações dignas de sua atenção” (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 34, 17/09/1824, p. 3. Um Francês brasileiro). Não obstante, o meio para levantar esses debates era, mais uma vez, a comoção dos afetos.

Emotivos, os literatos brasileiros reservavam-se o direito de criticar aqueles autores estrangeiros que não percebiam a grandeza do país. Neste sentido, chama atenção o *Exame de algumas passagens de um moderno viajante do Brasil e refutação de um dos erros mais grosseiros, por um brasileiro*, publicado no número 3 d’*O Patriota*, onde se lia:

[...] encaremos as notícias, em que se estriba um desses viajantes e ao clarão da crítica vejamos a probabilidade que merecem. Tal homem, dotado por ventura de alguns conhecimentos de história natural, entra em um país desconhecido, vê pequenas amostras de produtos naturais, avista (como pode examinar?) em um ligeiro trajeto pessoas talvez da última? E deixa se levar pelas aparências grosseiras, que muitas vezes são capa de um interior virtuoso e pernoitando ou transitando por uma cidade, uma vila ou ainda um lugar, se gaba de conhecer os costumes até o modo dos habitantes. Presunção louca e temerária, mas bem ordinária no nosso século! (GRANT, A. In: O PATRIOTA, NÚMERO 3, setembro/ 1813, SEÇÃO História, p. 69)¹²².

Para este brasileiro correspondente d’*O Patriota*, o viajante Andrew Grant não só estava equivocado em relação aos costumes e paisagens brasileiras, como também apresentava em seu discurso um dos pecados mais infames para os literatos da época: a presunção de “conhecer os costumes até o modo dos habitantes” do Brasil em sua totalidade. Aí, tanto o equívoco de suas assertivas, quanto o estilo pouco humilde de seu autor eram dignos da restrição dos leitores brasileiros que, embora conhecessem esse tipo de obra e a utilizassem em algumas oportunidades para construir seu discurso sobre o Brasil, pouco

¹²² *Crítica de History of Brazil comprehending a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events, wich have accured there since its discovery, a description of the manners, costume, religion, etc.,* by Andrew Grant MD London, 1809. O PATRIOTA, NÚMERO 3, setembro/ 1813, SEÇÃO História, p. 69.

aproveitariam de seu estilo para a construção de suas soluções verbais. Se não pela descrição minuciosa dos atrativos naturais da terra e pela tipificação dos transeuntes mais comuns, as soluções verbais encontradas pelos literatos locais diferiam grandemente das narrações de viagem da época. Isto porque os literatos do início do Oitocentos importavam-se muito mais com as questões a serem levantadas do que com as conclusões de seus trabalhos de pesquisa e observação. De igual maneira, a demonstração de dados era considerada longa e inapropriada em função da falta de espaço, e a explicação de um entendimento, desnecessária porque suposta na atitude de seu autor, sempre um conhecido de todos.

A literatura brasileira desse período caracterizou-se pelo contato efêmero de caráter amador e visada superficial. Tal como nos compêndios, procurava-se apresentar os autores considerados clássicos, assim como aqueles em voga no período, sempre de modo sintético, pois era desta maneira que se instruí o público, que pelo menos ouvia falar dos nomes célebres da época. Bem como nos sermões, essa apresentação deveria arrebatar o público pelo artifício dos afetos, persuadindo-o, por meio de argumentos que se baseassem nos costumes locais, dada a necessidade de manter-se a ordem em prol do progresso e recrear o público.

Diferentes dos compêndios, onde a reunião dos grandes cânones era privilegiada, nos jornais, o novo e o velho deveriam ser equilibrados. No caso de temas e textos novos, tinha-se em vista a criação de uma simetria entre o progresso do país e o das grandes nações estrangeiras; para temas e textos antigos, a afirmação de uma educação sólida e universal. Em ambos as situações, o objetivo era persuadir a população da necessidade de participar da vida social, cultural e política do próprio país, inferindo aí que sua omissão acarretaria a inexistência do próprio Estado. Nesse âmbito, entendia-se que sem patriotismo não era possível edificar uma pátria e, como a pátria era um dos temas mais recorrentes em toda a literatura européia da época, ela também o era no Brasil.

Diferentes também dos sermões, onde o orador deveria iniciar sempre pela demarcação de sua autoridade, nos jornais, a humildade do letrado era apresentada pela ausência de seu nome, dado que já se sabia quem era seu autor e quais eram suas propostas por meio do prospecto do jornal que, como estava escrito, poderia ser consultado sempre. No caso de autores anônimos, a postura do letrado deveria ser demarcada conforme a atitude missionária ou dirigida a um fim coletivo. Se a boa intenção do letrado o desculpava de quaisquer equívocos, tal como acontecia aos sermonistas, a apresentação de uma verdade revelada não era mais o objetivo dos jornalistas pois pretendia-se destacá-los como detentores de uma opinião parcial, ainda que correta. Tal postura era paralela, portanto, à assumida pelos autores dos compêndios de eloquência daquele século, porque se acreditava que fornecer

meios para o raciocínio era mais importante que apresentar um raciocínio pronto. Neste sentido, assinalava o editor d'*O bem da ordem* :

Os leitores menos instruídos e os que não tem meio de o serem de outro modo, suposta a falta de livros, e a penúria de estabelecimentos tipográficos, aqui acharão todas as idéias que lhe são indispensáveis para desempenhar com utilidade da nação os deveres de representantes ou empregados, e todos os homens de bem, todos os literatos que melhor conhecem a necessidade destas instruções são convidados a concorrer para esta importante obra com o precioso cabedal das suas luzes. (O BEM DA ORDEM, NÚMERO 1, 1821, p. 7).

Se copiar e reunir um bom número de seletas obras era importante nesses periódicos¹²³, o objetivo dessa ação, para o redator do *Conciliador do Reino Unido*¹²⁴, era ainda o de conciliar idéias que, uma vez unidas, poderiam fortificar uma noção qualquer na opinião pública:

Sendo o propósito desta Folha Literária o conciliar, e jamais desunir, os ânimos e interesses dos naturais e habitantes da Monarquia Lusitana; convindo por isso quanto posso e devo, bem dirigir a Opinião Pública, a fim de atalhar os desacertos populares, e as efervescências frenéticas, de alguns compatriotas, mais zelosos que discretos, e que antes preferem arder que luzir; por ora, não obstante a agitação do povo, e desvio da atenção continuo na empreendida tarefa, vista a favorável recepção dos números I, II e III. (CONCILIADOR DO REINO UNIDO, 1821, NÚMERO 4, P. 1)

O tom conciliatório dos periódicos demonstrava a preocupação do letrado com o bem comum, sempre consensual, com a instrução dos mais variados extratos da sociedade carioca e a formação de um padrão mais ou menos homogêneo de discurso. Tal padrão discursivo

¹²³ Nessa atividade, todavia, deviam ser comedidos, pois a crítica avaliava os limites desse tipo de contribuição com observações como a encontrada numa correspondência publicada pelo jornal *Compilador Constitucional*, acerca dos fascículos da obra do abade Bossuet no jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*: “Senhores Redatores do Compilador Constitucional, Não podemos deixar de dar louvores aos beneméritos redatores do Revérbero Constitucional Fluminense, pelo muito que se interessam em instruir este povo, dando-lhe até belas traduções das excelentes obras do abade de Frade, as quais: Tanto bem/ À humanidade/ Feito tem. Só sentimos que este povo não tire toda a utilidade, que de uma tal tradução pode tirar, se acaso pudesse ser lida em menos de 10 a 12 anos, tempo em que poderão ter findas as traduções prometidas no Revérbero; porque constando aquelas duas de 2000 páginas, 3 das quais são traduzidas por semana; fica à toda evidência que se findará a sua tradução em tantas semanas, quantas forem precisas para darem uma soma igual ao quociente de 2 mil páginas divididas por 3 em cada semana: isto é 660 semanas, ou de 10 a 12 anos. Acresce a isto, que como 1/3 do Revérbero importa 40 réis, que multiplicados por 660 fazem a soma de 26:400 réis, vem a ficar cada volume da tradução em 6:500 réis, preço exorbitante para uma obra, que por ser lida em 12 anos, pouco fruto e instrução dará. A vista deste cálculo inexato, cremos que os beneméritos e eruditos redatores do Revérbero antes empregaram aquelas páginas da tradução em dar-nos, como prometeram, extratos do que tem-se dito e feito em cortes à respeito do Brasil, depois do que seria utilíssimo dar por inteiro, e em separado uma obra que contenha a tradução começada ou então mais utilidade causariam com inserirem nas tais páginas algumas das suas tantas correspondências, ou algum novo proclama dos habitantes da Sibéria e do Japão ou alguma Cantilânria ou Velezaida, ou em darem-nos reflexões sobre qualquer assunto, especialmente, sobre as partes cisplatinas, que por serem de um dos metais sobre quem menos influi o calórico, é o mais interessante, para instrumentos de matemática, física e para espelhos estóicos e revérberos físicos, como achamos que esta carta pode ser útil, roga-se ao senhor redator queira inseri-la, ficando-lhe por isso obrigado”. (COMPILADOR CONSTITUCIONAL, NÚMERO 7, 16/2/1822, p. 2). Assim, o letrado do segundo quartel do século XIX deveria ser ainda mais breve que o literato do primeiro quartel, dado que o meio de divulgação de suas idéias era menor.

¹²⁴ O *Conciliador do Reino Unido* foi publicado em 1º de março de 1821, na véspera da promulgação do decreto que deliberava sobre a imprensa, por José da Silva Lisboa no Rio de Janeiro, com impressão da tipografia real. Nos números 5, 6 e 7 do jornal, defendeu a necessidade de censura. Sua referência é O CONCILIADOR DO REINO UNIDO. RIO DE JANEIRO: TIPOGRAFIA REAL, 1821.

seguia caminhos tortuosos, é verdade, mas isso devia-se à imensa quantidade de informações que os jornalistas da época viam-se na obrigação de fornecer ao público ignaro. Como os assuntos eram muitos, a brevidade do texto e a agilidade de sua produção foram enaltecidas como uma das formas mais propícias para o gênero:

Não há tempo de apurar palavras; só cumpre exprimir sentimentos. Que termos há, ou pode haver, para significar o desabafo do peito que sobressalta de contentamento, não menos que de gratidão aos Majestosos Autores de tanta Felicidade, qual nos seguraram o Pai da Pátria, e Seu Augusto Filho, que justamente podem tomar em suas Armas a Letra do Príncipe D. Henrique = Talent de bien faire? = Sim: Talento de bem fazer! É Arte o saber fazer o bem, em tempo oportuno, e modo conveniente (CONCILIADOR DO REINO UNIDO, NÚMERO 1, 1821, p. 3).

Nesse critério era importante perceber que “questões pela maior parte frívolas e que apenas descobrem a acrimônia de quem as estabeleceu, ou não merecem resposta ou devem ser brevíssimamente tratadas” (O PATRIOTA, NÚMERO 1, jan-fev/1814, p. 64). Nesse tipo de resposta, incluíam-se aquelas dirigidas aos críticos, pois quanto mais tempo o jornalista gastasse para atender às dúvidas e defender-se das críticas, maior era a atenção dada ao insultante que, por não entender suas palavras ou mesmo por não ser capaz de aceitar seu discurso, não estava à altura de sua atenção. Com essa atitude, o jornalista assegurava sua reputação, tão importante para o escritor público da época, diante do que se costumou chamar de “o clarão da crítica”. Ora, havendo leitores e periódicos o bastante para que se edificasse uma crítica sistemática do pensamento brasileiro então publicado nos jornais, pode-se afirmar a existência de uma opinião pública que, se não regulava, consumia as letras locais. Mas, afinal de contas, qual era o perfil da opinião pública de então?

3. 4 Opinião pública: um farol, uma tribuna, uma rainha, um freio

Malgrado a quantidade de subscritores e de correspondentes para os periódicos do início do Oitocentos, havia quem duvidasse da existência de uma opinião pública na época. Segundo John Armitage, no final do século XVIII não existia o que se pudesse chamar de opinião pública no Brasil porque “tal era a ausência de todos os dados de sociabilidade, que podia se afirmar a não existência de uma opinião pública” (ARMITAGE: 1943, p. 30). Neste sentido, Abreu afirmaria ainda que “no Rio de Janeiro, onde menos abusos se praticavam, manifestaram-se com menos energia os efeitos da opinião popular”(ABREU E LIMA, 1846, p. 206).

Inexistente, reduzida ou impotente, essa mesma opinião pública brasileira e, sobretudo, carioca, era vista por coetâneos como perniciosa. Para Francisco Gomes da Silva¹²⁵, por exemplo, o que se costumava chamar de opinião pública no Brasil deveria ser submetido a exame, pois a criação de uma opinião pública sob o governo de D. Pedro I mostrava-se infrutífera, seja porque não representava uma vontade legitimamente popular, seja porque não possuía a devida noção de suas reivindicações:

Havia um defeito essencial no governo do Brasil, a meu ver; e este defeito nascia de uma virtude do Imperador. Tanto é verdadeiro o provérbio: - *est modus in rebus, sunt certi denique fines*. S. M. tinha por princípio que se devia atender à opinião pública; e assim procedeu sempre, mudando de ministros, e até de outros empregados subalternos, quando se persuadia que a opinião pública requeria estas mudanças. Mas quem há formado a chamada opinião pública no Brasil? E como se há examinado se era, a que se dizia opinião pública, verdadeira ou falsa? Como se poderia no Rio de Janeiro ajuizar da mesma opinião pelo modo com que dela ajuíza nos países civilizados da Europa? Deste princípio derivou a imensa mudança de ministérios que houve; e deste respeito à opinião, ou ao que se reputava tal, proveio certa indiferença, ou antes, desprezo por um governo que parecia estar às ordens dos jornalistas mais abjetos; de homens turbulentos e perversos, a quem era impossível contentar sem dar-lhes alguma coisa: e sendo eles indignos de tudo, era inevitável o tê-los por inimigos eternamente (SILVA, 1959, p. 172-173, grifos do autor).

Se os efeitos dessa opinião pública, restrita e ignorante, para letrados como o Chalaça eram maléficos, para viajantes como Saint-Hilaire, eram justificáveis em função da pouca educação que se tinha no Brasil, sempre prejudicando o juízo de seu povo¹²⁶.

Embora a existência de uma opinião pública no Rio de Janeiro do início do Oitocentos seja um tema controverso, para os autores da época, a idéia de uma opinião pública não está ausente em seus escritos, tanto que em periódicos como *Reclamação do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional em 1822, a opinião pública é definida como o “farol” a iluminar o caminho dos redatores. Já para os editores do *Revérbero Constitucional Fluminense* essa mesma opinião servia como um “tribunal”, impondo os limites e tendências

¹²⁵ Supostamente, Francisco Gomes da Silva, mais conhecido como Chalaça, era filho bastardo do Visconde de Vila Nova Rainha. Seus estudos foram realizados no Seminário de Santarém, onde aprendeu latim e francês enquanto preparava-se para adotar a vida religiosa. Todavia, quando Portugal foi invadido pelas tropas francesas, Francisco mudou-se para o Rio de Janeiro junto com a corte portuguesa, instalando-se como barbeiro na rua Direita da nova capital do Reino. Em 1816, respondia como juiz da balança da Casa da Moeda. Galgou ainda maiores postos durante o governo de Pedro I. Suas *Memórias* sobre a estadia no Brasil foram publicadas em Londres, no ano de 1831, pela L. Thompson. A versão de suas *Memórias* aqui utilizada foi aquela publicada em 1959.

¹²⁶ O que, ainda segundo este viajante, podia ser comprovado em situações como a decisão de que tipo de governo deveria ser adotado no país: “A revolução que acabara de explodir na metrópole excitou, na maioria dos brasileiros, grande entusiasmo, e durante alguns instantes, uniram-se a eles os portugueses, externando para com os mesmos sentimentos duma extrema fraternidade. Mas, é útil observar, só os espíritos esclarecidos sabiam do que se tratava; o povo não compreendia bem o significado da palavra CONSTITUIÇÃO, que andava em todas as bocas; era-lhe explicado que por tal expressão se entendia a reforma dos abusos de que tinha queixas desde muito tempo, e o povo jurou fidelidade à Constituição, antes mesmo de ela estar elaborada” (SAINT-HILAIRE, 1903, p. 63).

dos rumos da nação em 15 de novembro de 1821, reconhecida então como a “rainha” desse mundo das letras:

Diz-se que a Opinião he a Rainha do Mundo, o que é Grande Verdade: em vão se luta contra ela, quando está fortemente pronunciada: só cegos voluntários não viam os sinais dos tempos. É inútil e mortífera a vacilação e demora, quando oculta e irresistível força das coisas impele para a ação e obra. Então a Resolução é a cardeal Virtude dos Cabeças das Nações (CONCILIADOR DO REINO UNIDO, 1821, NÚMERO 1, P. 5)

Ainda, a opinião pública servia também como meio de limitar os abusos do poder e os excessos da sociedade, servindo aí como um “freio” no poder que exigia dos letrados da época uma atenção redobrada às suas atividades e assertivas, pois “o que pretende encontrar a opinião pública deve produzir argumentos mais fortes do que aqueles, em que ela retriba, porque do contrário vem logo a lembrança o refrão “quem não quer ser lobo, não lhe vista a pele”. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 5, 15/11/ 1821, p. 51).

Vista como um farol, um tribunal, uma rainha, um freio, foi pouco a pouco que a noção de uma opinião pública brasileira desenvolveu-se e foi especialmente disseminada a partir de 1822, segundo viajantes como Johan Moritz Rugendas¹²⁷, quando detectou-se um crescente interesse do povo brasileiro pela política:

As resoluções políticas e os acontecimentos que desde alguns anos se vem sucedendo no Brasil, e de que o Rio de Janeiro foi quase sempre o teatro, tiveram resultados muito interessantes. Um dos mais importantes, talvez o que mais impressione o observador, é o interesse sempre crescente dos habitantes do país por todas as questões cuja solução pode ser de alguma influência tanto na vida interna como na vida externa do Brasil. (RUGENDAS, 1940, p. 149).

Misto de entusiasmo e ignorância, a incipiente, mas existente, opinião pública brasileira do início do Oitocentos era considerada ainda frágil, pois:

A Opinião Pública, que tão dificulosamente se adquire, perde-se com facilidade, e às vezes em poucos momentos, quando se lhe não aplica aquela nutrição que a deve conservar em benefício da Causa comum. O Entusiasmo é uma exaltação dos espíritos, que prontamente se abate, faltando lhe o estímulo, que o produzira; é muito natural depois de noturnas borrascas, o repouso dos que lutaram com elas, mas que esse repouso será vergonhoso e até prejudicial, se por ele nos arriscarmos a perder incautos, o que havíamos ganhado com suores e com fadigas. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 15, 19/02/1822, P. 183)

¹²⁷ Estudou na Academia de Belas Artes de Munique e veio para o Brasil em 1821 na conhecida e malfadada Missão Langsdorff. Com o apoio de Humboldt publicou a Voyage pittoresque dans le Bresil em 1835. Voltou à América em 1831, onde esteve até 1846 valendo-se das próprias expensas.

Da fragilidade emergia a necessidade de uma comunicação constante e abundante por parte tanto dos jornalistas, como dos correspondentes da época, afirmando a existência de um público consumidor para suas obras. Essa comunicação era o que se chamava na época de “direção” da opinião pública. Nessa direção, procurava-se informar os temas a serem pensados e o modo como os leitores deveriam se debruçar sobre eles, afinal de contas:

[...] a opinião pública bem dirigida, se caminhar sempre a um só fim, há de conseguir uma força tão irresistível que nenhum braço por destro e valente que ele se considere, será capaz de a derribar jamais, uma marcha contrária só serve de a enfraquecer. (PEREIRA, In: REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 19, 19/03/1822, P.1)

A força da opinião pública era importante para os letrados da época porque ela respaldava suas criações, significava sua existência, sustentava a marcha da nação rumo à civilização. Como tal força só era possível pelo bom direcionamento das opiniões, desde cedo se procurou normatizar o discurso que efetivaria este projeto, inteiramente dependente da boa aceitação do que se lia nos jornais da época. Primeiro, pela chancela do governo, que apoiava ou não as publicações concedendo os benefícios da tipografia régia; depois, pela crítica dos demais literatos que, além de atacar os temas e idéias desenvolvidas, também se ocupava do estilo dos textos publicados e da reputação de seus autores; finalmente, pela aceitação pública, palpável nas vendas, assinaturas e correspondências efetuadas com o jornal em questão.

A importância da correspondência nesses jornais era tal que somente por meio das polêmicas aí sustentadas garantia-se a permanência econômica do jornal. Ao criticar os jornais dos colegas, os letrados atestavam a importância desses. Levantando querelas entre os jornais, os letrados chamavam atenção aos próprios escritos. Enfim, a polêmica garantia tanto as vendas quanto a continuidade das reflexões sobre os interesses da opinião pública local. Assim:

A publicação de certas doutrinas exaradas em alguns periódicos e aos escritos polêmicos aonde se lê toda a sorte de sandices, dissuadiu-me da crença em que estava de que isto de escrever para o público era um dom que Deus dava aos seus escolhidos, mormamente depois que vi escritores de meia língua, e outros com língua de palmo, proporem-se com insano atrevimento a dirigir a opinião pública, que para eles vale o mesmo. (O SYLPHO EXTRAORDINÁRIO, PERIÓDICO FLUMINENSE, NÚMERO 23, 22/10/1823, p. 96).

Para este correspondente anônimo do jornal *O Sylpho*, a liberdade de imprensa, concedida pelo artigo 8 das Bases da Constituição¹²⁸, teve como consequência a propagação de textos que desmereciam a língua portuguesa, abusando da liberdade antes concedida a poucos

¹²⁸ Onde se “facultava à todo o cidadão comunicar ao Público os seus pensamentos, como um dos mais sagrados direitos do homem, salvo o abuso da liberdade da imprensa...” (RECLAMAÇÃO DO BRASIL, 09/01/1822, p. 1).

escolhidos. Neste sentido, a opinião pública era crítica não só dos jornalistas, como de si própria.

As críticas eram dirigidas em todos os sentidos e, como informam os redatores do *Revérbero Constitucional Fluminense*, “a falta de uma vírgula em qualquer escrito [podia] atrair o ferrete de que muitos aborrecemos” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 5, 15/11/ 1821, p. 49). Entre os principais críticos e correspondentes desse tipo de obra estavam os letrados do país, na sua maioria padres-mestres e doutores que, como avaliou Pierre Chapuis d’*O Verdadeiro Liberal*¹²⁹, eram implacáveis:

Que árdua a tarefa de escritor público! Que reflexões não são necessárias antes que se decida a raciocinar sobre interesses públicos! Com as mais puras intenções estará certo de se ver caluniado e insultado por esses entes, que, como já disse nas minhas reflexões, fazem da calúnia profissão e negócio. Hoje terá de combater um doutor, amanhã um padre-mestre, que do silêncio dos túmulos, onde está rodeado dos livros de ilustres sábios, lhe lançará à frente tantas citações, quantas puder apanhar: se ao menos esse padre mestre se contentasse com citações! (O VERDADEIRO LIBERAL, NÚMERO 1, 02/03/1826, p. 1).

Ao fazer da “calúnia profissão e negócio”, procurava-se atingir, sobretudo, a moral do beletриста, que tinha aí a âncora de sua credibilidade e, depois, de seu texto, construída de muitas maneiras, como já se viu.

Uma das formas de conferir crédito a um autor, no caso, a si mesmo, era utilizando o testemunho de importantes figuras acerca de sua sabedoria, como fez Silvestre Pinheiro Ferreira, n’ *O Patriota* de março de 1813, acerca de seus conhecimentos de tradução, afirmando que “existe nesta corte uma testemunha muito respeitável da nota de muito fiel que um sábio pôs à minha primeira tradução.”(O PATRIOTA, NÚMERO 3, março/1813, p. 69). Logo, foi como testemunha ou como crítico que se deu a primeira afirmação desse público.

Há que se ressaltar que nem todos os padres-mestres estavam autorizados a criticar ou endossar os demais letrados da época, pois, como afirmava o editor d’*O Macaco Brasileiro*: “quem não sabe latim não diz missa e não passa de leigo.”(O MACACO BRASILEIRO, NÚMERO 3, 1822, p. 2). Do mesmo modo, nem todos os doutores eram partícipes desse grupo formador de opinião, já que eram muitos os excluídos por se acreditar que não faziam parte do corpo da nação civilizada. Entre esses excluídos figuravam, por exemplo, os índios e os negros¹³⁰.

¹²⁹ *O Verdadeiro Liberal* circulou apenas em 1826 no Rio de Janeiro. A referência completa é O VERDADEIRO LIBERAL; PERIÓDICO POLÍTICO-LITERÁRIO. RIO DE JANEIRO: IMPRENSA NACIONAL, 1826. Aqui utilizaremos VERDADEIRO LIBERAL.

¹³⁰ “O Brasil pode dizer-se completamente habitado só por portugueses, quer aí nascidos, quer na Europa, porque os indígenas do Brasil, ou vivem no interior sem fazer corpo de nação civilizada, ou em muito pequeno número vivem conosco sem nenhuma influência civil ou política”(REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 4, 01/11/1821,

A opinião pública do início do Oitocentos era composta de uma classe de sujeitos privilegiados, nem índios, nem negros; aliás, nem todos os brancos letrados faziam parte dela pois, embora se acreditasse que todos esses sujeitos compusessem a nação¹³¹, acreditava-se ainda que nem todos haviam pactuado o patriotismo, sentimento essencial para a condução da nação rumo ao progresso e condição fundamental para que se autorizasse o sujeito, ainda que anonimamente, a tornar públicas as suas opiniões. Os passageiros desse “navio” da opinião pública eram, portanto, aqueles que, por interesses semelhantes, haviam reunido-se em torno de um centro comum, a pátria:

[...] todos somos passageiros no mesmo Navio; o mundo tornou-se a Pátria de quantos existimos; e a comunidade de interesses nos fez igualmente verdadeiros Cosmopolitas. Cessarão os interesses parciais e isolados, é uma e a mesma a cadeia, que nos prende e reúne a um centro comum. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 13, 5 /2/1822, p. 152)

A opinião pública da época, congregada a um objetivo comum, expressava-se por meio da crítica, jamais realizada com o intuito de excluir ou limitar a atuação dos beletristas locais, como aprendera-se nas cátedras de retórica, sempre somar. Por isso, ainda que muito criticada e vista como “o veículo do erro”, a imprensa também era encarada como o veículo da “verdade e a porta franca, como se exprime Bentham, para os conselhos bons e admissíveis”. (Patrício e Amante Constitucional. Sabará, 6 de março de 1822. In: REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 22, 9/4/1822, P. 262). Para mais, foi aconselhando e aceitando mais os erros que os errados que a opinião pública brasileira construiu um tipo de recepção literária onde a reputação dos autores era mais importante que a força de suas obras, ou seja, no Brasil, era mais importante ser alguém do que escrever bem. Caso a opinião não fosse instruída, não se possuiria autorização para aconselhar a “grande Massa” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 12, 29/01/1822. Um constitucional de fato e de direito, p. 144). O erro de informação, para tais autores, era contingente e aceitável, eo acerto só poderia ser alcançado

Transcrição do jornal *Campeão Português*). Se os indígenas não faziam parte dessa opinião pública, tampouco os negros estavam aí inclusos: “Não falamos da população preta, ou de cor porque sendo a primeira quase toda de escravos, são estes como estranhos no país sem direitos políticos, e sem do a segunda uma mistura de portugueses com pretos, ou índios, entram lês na classe de portugueses. Logo é evidente que entre portugueses europeus e portugueses brasileiros há mais ligação natural que, por exemplo, há entre espanhóis europeus e americanos: esse tal é esta ligação, a fraternidade política entre os dois reinos é como acabamos de dizer a mais natural, mais própria, e mais vantajosa” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 4, 01/11/1821, p. 38).

¹³¹ “O que é Nação? É a reunião dos Povos, que obedecem a uma mesma Lei, e a um mesmo sistema de governo. As classes privilegiadas, que gozam foro, e exceções da Lei, não constituem Nação, são pequenas frações da grande Massa, em quem só reside a força, o poder e a Soberania”. (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 12, 29/01/1822, Um constitucional de fato e de direito. p. 144)

pela tentativa. Nesse campo, segundo os redatores do *Jornal Científico*¹³², apenas o imoral era inaceitável:

A liberdade de imprensa, circunscrita aos limites da decência, sem deslizar, dizemos, para a licenciosidade, é um dos dons mais profícuos, que um governo sábio, zeloso, perspicaz e liberal pode conceder aos povos, que estão debaixo do seu imediato comando e por isso mesmo a cargo de seus paternos cuidados. Entre as muitas e grandes utilidades que resultaram de tal liberdade, (preciosíssimo estímulo com que as sábias constituições de povos livres tem providentemente promovido o adiantamento das ciências e das artes) é com efeito digna de especial menção, a de controvérsias literárias, ou, para mais amplamente nos explicarmos: a de discussões filosóficas, comerciais e políticas, debaixo dos limites acima lembrados, pois que, por esse engenhoso, fácil e elétrico meio se consegue, em breves tempos, formar o espírito e o extrato nacional e arregar no coração do povo aquele bem entendido e luminoso entusiasmo, aquela zelosa energia, que constituem verdadeiro mérito moral e político e acrisola decidido patriotismo. (JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO, NÚMERO 1, MAIO/1826, p. 81).

Nas raias da imoralidade estava o pior crime que um sábio podia cometer na época: a falta de patriotismo. Para os letrados, “o patriotismo é uma paixão nobre e generosa, é incompatível com a avareza, com a ambição, com a inveja, paixões sórdidas, baixas, dissociáveis.” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 26, 7/5/1822, P. 312). Sua existência era imprescindível no coração de todos aqueles que se preocupavam com o bem comum e com a manutenção dos bons costumes na edificação de uma nova pátria.

Se o jornalista comportava-se como um patriota, esse também era o comportamento que ele esperava de seus leitores e vice-versa. Nessas posições, apresentava-se uma postura social que deveria ser seguida, porém, a partir de então, a ênfase do registro material desta prescrição e o comprometimento público pelo meio incontornável da subscrição registravam no papel as facções políticas e culturais dos letrados, assinalando aí, inclusive, suas controvérsias e contradições.

Tais idéias não deveriam ser apresentadas somente na forma de projetos e propostas para a edificação da nação; elas também deveriam denunciar os equívocos e problemas,

¹³² José Vitorino dos S. e Sousa publicou dois jornais, os *Annaes* e, em 1826, a "quarta revista literária" brasileira (SODRÉ, 1977, p. 75): o *Jornal Científico, Economico e Literario, ou Collecção de Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias e Anedoctas; Mixto de Instrucção e Recreio Acommodado a todo o genero de Leitores. Por Dous Amadores das Sciencias e das Artes*, com ajuda de Felisberto Inácio Januário Cordeiro. O *Jornal Científico* teve três números, de maio a julho de 1826, com cerca de 90 páginas cada. Trazia, além do editorial, as seções: *Sciencias e Artes, Poesia e Bellas Letras, Viagens e Variedades*. Os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, por sua vez, foram patrocinados pela Sociedade Filotécnica- espécie de associação literária, presidida pelo conde de Palma e fundada por José Silvestre Rebelo, português que tratou do reconhecimento do Império do Brasil nos Estados Unidos. Publicado em 1822, com 115 páginas e 8 tabelas, teve como gráfica a Tipografia de Santos e Sousa, propriedade de José Vitorino, que era oficial de engenheiros, lente da Academia Militar e tradutor de obras de matemática. Segundo seu editor: “Cada tomo será composto de 3 números, que serão adornados de estampas, quando o discurso o exigir.” (ANNAES FLUMINENSES, 1822, p. 1). A referência completa é ANNAES FLUMINENSES DE SCIÊNCIAS, ARTES E LITERATURA. RIO DE JANEIRO, TYPOGRAFIA DE SANTOS E SOUZA ou OFFICINA DOS ANNAES FLUMINENSES, 1822. Utilizaremos aqui a referência ANNAES FLUMINENSES.

sobretudo da instrução nacional¹³³. Assim é que o papel da opinião pública na denúncia obteve largo espaço e ampla divulgação nos jornais da época por meio de insultos sempre muito vendáveis, tais como o questionamento, publicado pelo editor do *Spectador Brasileiro*, sobre a abertura de uma universidade no Brasil sem a realização de um concurso para o provimento das vagas de mestres:

E como suportamos que um governo magnânimo e sábio escolhesse por arbitrária nomeação homens, a quem vão ser confiadas a instrução, a vida, os bens, a honra, e a defesa de outros homens, sem a mais cabal garantia de suficiência, sem a pública prova de um concurso? (O SPECTADOR BRASILEIRO, NÚMERO 34, 17/09/1824, p. 4).

Ao levantar tais questionamentos, a imprensa posicionou-se, ao lado do público leitor, como censora do funcionamento do Estado; este, por sua vez já não poderia agir sem o consentimento da opinião pública - bem informada pelo útil serviço prestado pelos jornalistas - que passava, então, a criar um espaço de participação nas decisões importantes do país, o que não implicava em uma ampliação daquele grupo de homens que influenciavam as decisões mais importantes do país. Pelo contrário, a opinião pública era composta por letrados cuja reputação lhes autorizava a opinar; é certo, todavia, que muito timidamente a instrução e o jornalismo flexibilizaram os meios de ingresso e permanência em tal grupo seleto.

Esse espaço serviu ainda como campo onde disputas literárias indicariam os rumos de uma literatura, uma educação, uma identidade brasileira. Neste ensejo, é importante ressaltar que a denúncia não era feita no intuito de contrapor os letrados ao Estado, mas de contribuir com a realização de suas atividades, pois informava-se aí os erros que deveriam ser reparados

¹³³ Como fazia o redator do *Compilador Constitucional* em 1822, denunciando o estado deplorável da instrução no Seminário São José: “Assim como uma das coisas mais úteis e precisas na sociedade é a educação da juventude, assim também é ela uma das coisas mais desprezadas, e em abandono nesta corte do Rio de Janeiro. E com efeito uma mocidade infrene pelas ruas onde, estando juntos atropelam as leis da civilidade e da decência, uma mocidade, que ao esperar a entrada das aulas ataca com caçadas e algazarra a quem passa sem respeito à boa ordem, uma mocidade que tudo faz por moda e corrupção (exceptuamos disso os que merecem) e que não cuida em aprender; sem que todavia a maior parte dos pais de família atentem pela correção de tais vícios; eis o que se vê tão diariamente, que até aí se não estranha ou já calejou, como lá dizem. Se lançarmos as vistas às aulas de primeiras letras, onde recebe instrução a maior parte do povo não achamos mais que confusão, gritaria e vadiação entre os rapazes; os quais em 5 ou 7 anos ali empregados quase nada aprendem, menos no ramo de toda a casta de travessura, de que eles são susceptíveis não porque os professores queiram nisso consentir, mas em razão do grande número deles, o que junto ao péssimo sistema de ensino seguido lhes fornece contínuas ocasiões de que se subtraem às correções dos professores, que deveriam ser aplicadas indistintamente e sem preleções pelos meninos da alta hierarquia, isto é pelos mais mal educados, pois para semelhantes tudo são indiscrições, mimos e inteiro abandono de suas pessoas servir e estúpidos criados. Passando-se por uma destas aulas ouve-se uma vozeria como a dos cegos, que se juntam em Paris para pedirem esmola, porém, sabidas as contas, é uma meia hora de cantochão, ou causa que o valha, que se ensina naquelas aulas, outras vezes é um argumento cantado a compasso, o qual para mais nada serve que para reduzir os mínimos a autômatos cantantes; e o mais é, que louvado Deus, assim vai tudo, sem que pessoa alguma, ainda das eu a isto são obrigadas cuide em emendar e corrigir tais abusos. E ainda o pior não é isto, é sem, que um igual desleixo domina em todas as aulas maiores, onde tudo são empenhos e condescendências e nada de aplicação entre os discípulos e talvez que entre algum dos professores, chegando isto a ponto tal, que aquele lente exato nos seus deveres é taxado e soberbo escrupuloso, de intratável e que quer governar o mundo e é por tudo isto tratado de *jacobino* entre eles oh!” (COMPILADOR CONSTITUCIONAL, NÚMERO 8, 23/02/1822, p. 14).

e educava-se a população para uma atitude parecida com a dos beletristas, sempre ocupados com o bem comum. Por essa razão, endossava-se o trabalho da imprensa assinalando que:

Uma das grandes vantagens do governo representativo é que, nos intervalos de tempo em que no congresso dos representantes da nação se discutem as propostas de leis novas, ou de abolição das estabelecidas se dá lugar, pela liberdade de imprensa a se esclarecerem todas as classes sobre os verdadeiros interesses do Estado no objeto oferecido à deliberação, a fim de pelos debates literários se superarem os fatos e pensamentos, e (como se diz em Inglaterra, coligir o senso do povo). Assim a decisão da autoridade suprema pode, com maior acerto e conhecimento de causa, ir de acordo com o voto comum e a vontade geral. Desta arte qualquer patriota pode bem contribuir com sua razão particular à circumspecta declaração da razão pública. (ATALAIA, NÚMERO 1, MAIO/ SET, 1823, p. 1)

A imprensa, contribuía, pois, para o incremento da nação e, mesmo que não apresentasse as melhores saídas, suscitava uma reflexão coletiva no sentido do bem comum, forjando em suas linhas a criação de uma opinião que possuía as mesmas responsabilidades; além disso, estava autorizada à reflexão pelas mesmas razões que os jornalistas.

O horizonte dessa reflexão era sempre a opção pelo aperfeiçoamento da linguagem e pela construção de um projeto de nação, nos quais “propõem-se o ótimo para ao menos se obter o bom, ou ainda menos o mau.” (Advertências sobre as boas palavras, O PATRIOTA, NÚMERO 5, maio/1813, p. 29). Do grau ótimo que se esperava alcançar em tais frentes de atuação, a omissão era considerada um fator nulo, no qual nenhum entusiasmo era detectado e pela qual nenhum progresso seria possível. Por isso, ainda que por vezes reprováveis, as ações em prol da nação eram consideradas melhores do que nenhuma ação.

Nesses jornais pretendia-se dar um passo além daquele dado pelos compêndios do início do XIX – nos quais se sintetizava as idéias de grandes pensadores, a fim de fundamentar as idéias locais e fomentar uma lógica racional. O passo dado pelos literatos envolvidos nos jornais era o de suscitar a necessidade de pensar, de discutir, de esclarecer, de tornar a reflexão parte do cotidiano da nação. Para os literatos envolvidos nesse tipo de obra, não importava tanto a qualidade do texto, mas a quantidade de debates que ele era capaz de propiciar, mais do que sintetizar, se esperava reverberar, ainda que nessa empreitada fosse necessário fornecer à população os elementos básicos para o entendimento da população – no que se garantiu a permanência do tipo de literatura produzida nos compêndios de retórica e eloquência.

O público correspondente era parte essencial dessa criação, porque demonstrava, por meio de sua indignação ou apoio que o periódico havia atingido o efeito esperado: mover a população a refletir sobre as teses apresentadas. Ora, esse era um dos fundamentos da retórica

e da eloquência que, a partir de então, passavam a se apresentar diretamente nos jornais. Efetivava-se aí um antigo objetivo, o de persuadir o público ouvinte a refletir a ponto de agir em prol de uma causa. Para mais, essa ação se concretizava num tipo de escrita cujo parâmetro se buscava nas regras retóricas e nos exemplos eloqüentes.

Público correspondente, consumidor ou alvo, a população fluminense do início do século XIX representou aqui uma amostra da opinião pública brasileira, geralmente composta por aquele grupo social privilegiado, que teve acesso à instrução e aos direitos da época. Seu comportamento foi semelhante ao dos jornalistas, atuando como instrutores, missionários, censores, conciliadores e informantes. Nesse tipo de opinião pública se buscou o respaldo para a criação de uma literatura voltada para a educação. Essa educação tinha como apelo o sentimento patriótico, por meio do qual se acreditava ser possível edificar uma nação próspera e civilizada, assim é que uma de suas principais funções era, por meio de:

[...] controvérsias literárias, ou, para mais amplamente nos explicarmos; de discussões filosóficas, comerciais e políticas, debaixo dos limites acima lembrados, pois que, por esse engenhoso, fácil e elétrico meio se consegue, em breves tempos, formar o espírito e o extrato nacional e arrogar no coração do povo aquele bem entendido e luminoso entusiasmo, aquela zelosa energia, que constituem verdadeiro mérito moral e político e acrisola decidido patriotismo. (JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO, 05/1826, NÚMERO 1, p. 81).

Como o patriotismo foi um dos principais temas e motes da literatura produzida nos periódicos do início do Oitocentos e, na discussão desse tema, forjou-se uma identidade para o tipo de homem e, portanto de educação, que se esperava fomentar no Brasil, a ele se dedica o último tópico deste capítulo.

3. 5 A eloquência do patriotismo brasileiro

*“O verdadeiro patriotismo é sisudo, mas ameno, forte, mas judicioso.
Obra mais do que fala, concilia, não perturba, nem desune”
DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 132, 15/06/1827, p. 2.*

Além da forma como o brasileiro organiza e apresenta seu discurso, seja ele oral ou escrito, a eloquência legou à população local uma noção de patriotismo que foi fundamental para a invenção da identidade nacional. Nessa noção, urgia que o brasileiro do final do Setecentos e do início do Oitocentos aprendesse o que era o Brasil e como deveria se referir a ele. Ao forjar um modelo para as referências que se fazia ao país, a eloquência fundou também uma maneira pela qual o brasileiro deveria se relacionar com sua pátria e com seus iguais. Esse relacionamento foi incentivado primeiro por uma noção ampla de pertencimento

que incluía tudo o que os portugueses chamavam de reino lusitano. Nessa primeira etapa do despertar patriótico, considerava-se Portugal e seu reino como uma nação e o Brasil como uma pátria:

A Liberdade que a Nação proclamou anima o amor da Pátria, o amor da Pátria não pode separar-se do amor da Nação; o que dizemos em favor do Brasil, redonda em benefício de Portugal; somos livres, abraçamos a Causa que se identificou com o nosso mesmo sangue; mas porque a abraçamos, e com tanto entusiasmo, devemos ser menos do que éramos? Daremos calados tudo o que possuíamos até no sistema da nossa extinta escravidão, só porque se nos ensinou a ser livres? E aonde está a proclamada confraternidade? (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 8, 01/01/1822, p. 88).

Com as vicissitudes que conduziram o Brasil à independência, a idéia de nação foi legada a um segundo plano. Em seu lugar, ganhou força a idéia de pátria, pela qual todos deveriam lutar, o que, para os jornalistas da época, era uma questão essencial a ponto de se rogar males a quem não se dispunha à luta:

Tenha a maldição da Pátria e da Nação todo aquele, que podendo advogar a Causa se conserva na estupidez da indiferença, ou na expectativa do trabalho alheio; zangãos do Estado que dele recebem os benefícios, e que por ele nada fazem! (REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 9, 08/01/ 1822)¹³⁴

Uma vez disposto a lutar pela pátria, o cidadão brasileiro deveria se orgulhar de suas qualidades, dado que se projetava para o Brasil um futuro tão grandioso quanto o das nações mais desenvolvidas:

Brasileiros, meus Compatriotas, somos ricos, somos poderosos, e podemos figurar dignamente entre as Grandes Potências do velho e novo Mundo, que todas se regozijavam de ter conosco relações amigáveis. Para nos elevarmos a esta categoria, basta que o queiramos, e que haja entre nós uma coesão (formando o feixe de varinhas) indissolúvel de sentimentos, e de vontades, energeticamente conspiramos ao sacratissimo fim da felicidade e glória da nossa rica Pátria. (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, NÚMERO 22, 09/04/1822, CORRESPONDENCIA, p. 258)

Ricos e poderosos era necessário que os brasileiros entendessem a magnitude de sua contribuição para a edificação da pátria, essa contribuição deveria ser guiada pela reflexão em detrimento da ação, senão por uma ação direcionada por aqueles responsáveis pela reflexão no país, no que, segundo os jornalistas da época, se encontrava muita resistência, pois “como os homens são sempre mais prontos a uma ação do que a uma reflexão, como a sua preguiça prefere à continuação de um necessário exame” (REVÉRBERO CONSTITUCIONAL

¹³⁴ CORRESPONDENCIA: O SACRISTÃO DE TAMBI AO ESTUDANTE CONSTITUCIONAL DO RIO, SALUTEM DICT. p. 100.

FLUMINENSE, NÚMERO 17, 05/03/1822, p. 203/4). Por essas razões a eloquência, como prática reflexiva conhecida da população local, era tão necessária ao sábio, afinal de contas a:

Eloquência é o dom ou o poder da inteligência dominando pela voz as inteligências e as vontades alheias. Ou mais desenvolvidamente é a faculdade de significar os pensamentos por meio da palavra debaixo do ponto de vista mais próprio para produzir a convicção e a persuasão, acompanhadas do deleite (CARVALHO, 1834, p. 18)

Quando escritor público conseguia submeter a inteligência e a vontade da opinião pública, ele conseguia também direcionar essa opinião num caminho breve e próspero, conforme se pressupunha nas regras retóricas. Aos homens eloqüentes se deveria conferir o poder de escolher os melhores meios de cumprir a importante missão de “formar o espírito e o extrato nacional e arrogar no coração do povo aquele bem entendido e luminoso entusiasmo, aquela zelosa energia, que constituem verdadeiro mérito moral e político e acrisola decidido patriotismo” (JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO, 1826, NÚMERO 1: MAIO, p. 81). Esses meios se dividiam em duas opções, segundo os motivos da oração:

Dividem-se os motivos em éticos e patéticos, conforme os afetos que eles servem para despertar, assim também denominados. Diferenciam-se uns dos outros: 1º Em que os Patéticos obram com força e imperiosamente, os Éticos obram insinuando-se com brandura; 2º Os primeiros tendem a perturbar a alma, os segundos a ganhá-la; 3º Os primeiros devem em geral ser empregados para produzir movimentos rápidos e passageiros; posto que haja matérias, que demandem o patético continuado, o que todavia só pode verificar-se em discursos muito curtos, e quando os ouvintes se acham já convencidos, e antecedentemente preparados: os segundos devem ser permanentes, e por isso tem lugar pro todo o discurso. 4º Os primeiros só entram em pequeno número de assuntos, os outros pelo contrário abrangem a todos eles, &c.(CARVALHO, 1834, p. 80)

Ao acreditar que a educação de uma população, cuja maioria era ignorante, dependia do despertar de virtudes e sentimentos edificantes, o orador, senão o literato brasileiro preferiu iniciar seus trabalhos pelos meios patéticos de persuasão, encarando a ação de mover os sentimentos como o primeiro degrau rumo à tão necessária reflexão. Assim é que pela emoção se procurou afirmar o patriotismo brasileiro, ainda que guiado pelo sentido ético da moral vigente e sem muitas explicações racionais sobre a necessidade dessa afirmação.

Presente nas páginas dos inúmeros jornais do início do Oitocentos, como o *Diário Fluminense*, periódico oficial publicado no Rio de Janeiro pela Tipografia de Plancher entre 1825 e 1831, o patriotismo era tema para os debates dos correspondentes que enviavam suas missivas como uma forma de externar sua opinião que, então, fazia as vezes da opinião pública brasileira.

Entre as correspondências publicadas pelo *Diário Fluminense* há diversos autores, mas poucos deles chegam a se identificar, a maioria preferiu o anonimato, assegurado por pseudônimos sugestivos como: O amigo da ordem, O imparcial verdadeiro amigo do Brasil, Inimigo dos Anarquistas, O verdadeiro brasileiro, entre outros. Sua participação era tão importante nos jornais da época, que alguns deles chegaram a registrar sentenças tais como “o seu diário vende muito melhor nos dias em que traz das nossas cartinhas, do que quando traz só secas porcarias.” (V.J. In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 1, 03/01/1825, p. 4). Para esses autores, o sentimento patriótico não era recente nos corações brasileiros, embora mostrasse mais força em oportunidades pontuais:

Há dias que o povo mostra o mais vivo patriotismo [...] sobre o merecimento da independência política do império [...] O Brasil não é conhecido na Europa, não apareceu ainda um viajante fiel nas suas relações sobre este continente, não se conhece o caráter nacional e o que não merece desculpa é, que se consideram os brasileiros no mesmo estado moral em que se achavam há 50 anos [...] O Brasil é considerado em divergência [...] Nisto vem a dar a eloquência dos discursos, as inventivas dos papéis públicos, as proclamações incendiárias, as conferências que geram, as missivas que se expedem por figurões de espessas sombrancelhas, de horrível catadura, que fazem rir a quem os conhece [...] Nós vamos a crescer, de dia a dia pulam as nossas forças através dos mesmos obstáculos, que nos opõem alguns malvados pedantes, ou escrevendo ou intrigando: temos a nosso favor a mocidade nacional, porque começamos ontem a aparecer na ordem política; ainda não passamos pelos diversos períodos, em que se desenvolvem as faculdades [...], e a indústria dos povos; há mais que esperar de uma nação que começa a existir e já, com exuberância de meio conducentes ao supremo grau de sua elevação, do que daquela que já passarão pelas suas diferentes crises e que havendo chegado a estação impreterível, tendem apara uma rápida queda segundo o destino das obras do homem. Não é o espírito nacional, não é o amor da pátria que fala em meu coração; eu reproduzo nisto que avanço o que tenho visto na marcha e a retrogradação de todos os povos do universo. (F.D.P. , In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 130, 16/06/1825, p. 521-2)

Se no Brasil o patriotismo era um sentimento que se destacava em circunstâncias específicas, o início do segundo quartel do século XIX foi um momento em que tais situações se sucederam de modo incessante. Isto porque com a independência e a instauração das Cortes portuguesas de 1820 a necessidade de autonomia conferiu maior impulso àqueles que acreditavam ser necessária a definição de um perfil para o brasileiro. A liberdade de imprensa e a profusão de tipografias no país também concorreram para que tal patriotismo fosse difundido no país, dado que, mais do que orações recitadas para grupos reduzidos, os jornais podiam ser lidos por uma quantidade maior e mais distante, em relação aos grandes centros de então, de pessoas.

O brasileiro do segundo quartel do século XIX já estava acostumado à instrução. Embora fossem poucos os instruídos, o ensino já não era novidade no país, conforme atentou

um desses literatos anônimos dos jornais de então. Educado, o brasileiro que F.D.P. descrevia sabia que a indústria e as faculdades dos povos cumpriam uma série de etapas até que chegassem ao seu apogeu e, dada a juventude do país, podia-se dizer que havia esperanças de um rápido crescimento, ainda que se estivesse dando os primeiros passos para a formação de uma pátria.

Nessa avaliação, outro correspondente do *Diário* de 16 de junho de 1825 ressaltava a racionalidade de seus parâmetros, importantes num momento em que a ciência era valorizada em detrimento da religião, que sempre apelava para as paixões. Assim, mesmo que não se pudesse dizer que o Brasil era uma pátria plenamente desenvolvida, se podia esperar de sua prosperidade o cumprimento dessa expectativa, porque essa era a marcha natural das nações. Mesmo que parte das garantias dessa prosperidade fossem conferidas aos dotes naturais da terra, que incluíam a boa vontade do habitante local,urgia que o povo brasileiro se empenhasse em seu incremento, devotando ao país todo o seu empenho em “fazer felizes os indivíduos da sociedade” (ROCEIRO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 76, 08/04/1825, p. 305), quaisquer que fossem os sacrifícios necessários para isso:

Nossas fortunas e nossas vidas se sacrificarão com gosto em defesa dos sagrados direitos com o nosso denodado patriotismo para lançarmos aos pés do trono esses punhais com que a ingratidão se atreve a aparecer diante dos monarcas mais dignos de amor dos povos. Embora, senhor, que o espírito do erro, disfarçado em traje e nome impostor de uma nova e atroz filosofia derrame por toda a parte seu mortífero veneno e vomite por horrível garganta lavras de sangue e de fogo para derribar tronos, altares e se esforce e pretenda sobre suas ruínas fundar o monstruoso império da rebelião e da anarquia. (LOURENÇO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 125, 08/06/1825, p. 518).

Evitar a anarquia era uma forma de manter o consenso já previsto na eloquência brasileira de outros tempos. Contudo, ao optar pelo consenso, o brasileiro patriota não deveria se furtar ao combate dos “males que [certos] escritos podem produzir”, pois “nisto faremos não pequeno serviço à pátria: porque nem o sossego se perturba, nem a confiança se altera, nem o respeito se perde, nem a mentira triunfa” (INIMIGO DOS ANARQUISTAS, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 70, 23/09/1826, p. 284). Tanto quanto na guerra, o empenho do eloquente patriota brasileiro no jogo das palavras deveria ser grande, pois se pactuava aí a extensão de um universo vocabular brasileiro, do alcance de uma identidade nacional.

Neste sentido, a omissão, tanto para o bem como para o mal, era reafirmada como uma atitude danosa e seus portadores “injustos e merecedores da censura pública, se [guardassem] silêncio aos fatos que na História do Império do Brasil se deve ver, como da mais alta e sublime hierarquia” (O CIDADÃO BRASILEIRO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO

72, 30/03/27, p. 288). Ampliava-se aí, dos letrados que ocupavam os postos de oradores e jornalistas, para aqueles que representavam a opinião pública, o papel missionário de educar a população brasileira, de guiá-la, a partir de então, no rumo da construção de um sentimento patriótico legítimo. Nessa ampliação, “alumiar os seus concidadãos é dever dum bom brasileiro” que, “discutindo, disputando, [descobre] a verdade, não ofendendo ninguém em dizer o que [entende] com o único fim do bem público” (DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 132, 15/06/1827, p. 2-3) e defendendo a sua “causa, mostrando a ação suspeitosa dos [seus] acusadores (OLIVEIRA, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 143, 30/06/1827, p. 5), garantia a fixação do sentimento patriótico num brasileiro que já tinha elementos para se identificar como tal.

Se o patriotismo brasileiro era cunhado pela preferência da pátria em detrimento da nação, da noção de que a riqueza representava poder, de que a ação deveria ser direcionada por aqueles que pensavam e que a conduta dos seguidores deveria ser consensual em prol de uma evolução comum, de que essa ação deveria ser motivada primeiro pelo sentimento e depois pela razão, de que era um dever patriótico de todos os brasileiros educar, denunciar, enfim, se posicionar em relação ao que era dito no e sobre o Brasil. As características que compuseram o perfil do brasileiro patriota dessa época eram todas formuladas segundo uma nomenclatura nova, pela qual os habitantes locais iriam se identificar mutuamente, como, por exemplo, aquela anotada pelo sertanejo além da serra, no *Diário* de 04 de janeiro de 1825:

O título de vossa excelência andava a rolo pelas casas mais pobres; eu mesmo fui acometido pela novidade e me vi obrigado a dar excelência ao vigário, ao almotacé, ao juiz ordinário, ao escrivão, e até me ia escapando diante do sacristão, que não desmerecia por ser mais velho do que saturno. Disseram-me alguns sujeitos que a vila tinha chegado ao último apuro da civilização, e que por uma ata se haviam proscrito os tratamentos de “tu”, de “vossa mercê” e que a moda estava tanto em uso, que seria reputado mui grosseiro e criminoso aquele que a não seguisse. Gritavam na rua as quitandeiras “vossa excelência querem rebuçados, trouxas de ovos, lá vou para que vossas excelências comprem” apenas encontrei dois indivíduos da classe dos figurões que se contentavam com vossa senhoria. Ora eu já tinha observado que na corte circulava esse ramo de peste às cancras, mas pareceu-se ser mangação nos que davam o título aqueles, que não o aceitavam sem pestanejar. (O SERTANEJO ALÉM DA SERRA, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 2, 04/01/1825, p. 7)

Tratados como excelências, os brasileiros da época viam nesta distinção o cumprimento de uma etiqueta solene, na qual se informava a ordem social pelo tratamento nominal. Em outras palavras, essa nova sociedade gerou e foi gerada por uma linguagem regulamentada pela eloquência.

Esse tratamento havia sido difundido pelos jornais que, publicando as orações e os discursos da época, assim como mantendo antigas prerrogativas eloqüentes em sua redação, faziam chegar aos mais recônditos espaços o lustro eloqüente da educação fluminense. Nessa difusão, além de títulos, também os pronomes ganharam novos significados, como assinalou Um amigo do povo sobre o “nós”:

[...] antigamente este pronome era consagrado ao uso exclusivo da majestade, porém agora, que se tem feito a descoberta da soberania do povo, cada indivíduo se julga, e com razão, um soberano; o que faz muitas vezes uma pessoa se achar obrigada a dizer, em lendo os periódicos do dia, nós pensamos, nós queremos, nós e etc., quando, de boa vontade mandaria, tanto o autor, como a sua política à todos os diabos. (UM AMIGO DO POVO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 107, 16/05/1825, p. 429)

As regras da educação eloqüente disseminada nesse período, contudo, não serviam apenas como guia de conduta, mas também como mote para uma crítica à pretensão retórica de seus principais agentes:

Já dissemos e tornamos a repetir, que tanto em Portugal como no Brasil a vertigem revolucionária tem feito gemer a imprensa tão sobrecarregada de sandices e desvarios, que a ser mais conhecida a língua portuguesa, todo mundo se riria à custa dos nossos Cíceros e Demóstenes luso-brasileiros revolucionários de 1820 (AMARO apud INIMIGO DOS ANARQUISTAS, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 16, 22/01/1825, p. 63)

Crítica comedida, é verdade, mas na qual se tinha sempre em mente que além de voltado para o consenso, o letrado brasileiro devia também ser tolerante, dado que todo tipo de discurso contribuía, cada um à sua maneira e quantidade, para a edificação do sentimento nacional:

Eu sou um verdadeiro tolerante e por isso de bom grado lhe permito o gozo particular de todos os direitos de sua política, uma vez que não professe algum dogma e que não promova alguma ação, que perturbe diretamente a boa ordem da sociedade. O meu objeto essencial é tirar um equívoco e nada mais, porque nem a matéria que v.m. trata me pertence, nem tão pouco eu tenho tempo disponível para entrar seriamente na questão, e mostrar-lhe que v.m. não sabe raciocinar. [...] Sim eu também gosto e costume adotar o que é útil e diante venha donde vier uma vez que se acomode à minha opinião. (UM INSULANO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 142, 30/06/1826, p. 575-5)

Ao evitar o erro, o brasileiro evitava também a comparação com seu antigo protetor, Portugal, afirmando-se aí pela sua diferença em relação aos portugueses e, então, pela sua necessidade de autonomia:

Por pouco que se tenha estudado o caráter desta raça generosa, conhece-se que o brasileiro não nasceu para ser escravo. Esta era a opinião que merecíamos à Europa e até ao governo da passada monarquia. Um, dois e mais indivíduos sem princípios, sem educação, podem ser sevadijas, mas individualidades não entram em linha de conta [...] (DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 132, 15/06/1827, p. 2-3)

Nessa busca pela autonomia brasileira, como já se disse, a imprensa atuou como uma das formas de incentivar a população ao brio patriótico:

Fui tocado da mania de escrever e por feliz me darei se satisfazer este gosto com a utilidade de meus concidadãos. A matéria, de que vou tratar, parecerá à primeira vista de pouca importância, porém ela é transcendente e dada a devida atenção, merece ocupar penas mais hábeis que a minha. Praza aos céus que o exemplo sirva de estímulo. (O AMIGO DA JUSTIÇA, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 64, 16/09/1826, p. 259)

Tocados da mania de escrever, os próprios letrados exaltaram o trabalho instrutivo, senão pela glória, pela indignação frente ao erro, ao mal e ao risco. Guiados pelo amor da pátria, esse letrados procuraram usar a pena suscitando na população o sentimento de que ela estava destinada à glória de ter uma pátria. A fim de atingir esses objetivos, o brasileiro letrado dessa época se preocupou, sobretudo, com a educação, assinalando, por exemplo que “quando considero a mistura de que se compõe o que se chama o Povo Brasileiro, e o estado da sua educação, vejo muita necessidade de conservar os frades por um par de séculos” (O AMIGO DA ORDEM, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 12, 17/01/1825, p. 6), ou, ainda:

Quando os governos lançam as vistas à educação moral e civil firmam os alicerces de sua estabilidade. Se o abuso dos conhecimentos dispara sempre em excessos criminosos, ninguém duvidará que a ignorância natural e inimiga da luz, abandona os povos à discricção ou à violência dos partidos e destes ao abismo de uma completa ruína. O Brasil nunca poderia figurar nem na ordem política, nem na ordem social das nações; nunca poderia ganhar o decoro da civilização, se se não lhe patenteassem as fontes, donde salta sobre os povos o luzimento, que os caracteriza e os constitui dignos de todas as relações. Da instrução nasce a força moral, única conservadora dos Estados e só ela poderá paralisar as divergências, dirigir a opinião pública, tolher a marcha das revoluções, concentrar os espíritos na verdadeira órbita dos seus interesses, harmonizar os cidadãos, só ela enfim desmentirá as tresloucadas inspirações destes energúmenos políticos, que tão perfidamente iludem os povos com lisonjeiras perspectivas, que nascem e morrem nos vastos domínios da imaginação (AMARO apud INIMIGO DOS ANARQUISTAS, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 16, 22/01/1825, p. 67).

Ainda que o Estado e a Igreja mantivessem seus cuidados em relação à educação local, se acreditava que:

Alimento são do espírito as ciências: nós abundávamos em ouro, em diamantes, em produções agrícolas, mas não tínhamos com que adereçar nossa alma, o mirrado a,b,c ensinado por pedantes correios da fortuna, algumas lições da latinidade, da eloquência ou dos princípios gerais da filosofia, que em diversos tempos nos transmitiam homens abalizados, neste diferentes ramos de instrução, como por fortuna ainda vemos empregados nessas cadeiras, formavam toda a erudição dos nossos patrícios. Pululavam os nossos gênios ainda mesmo sem cultura, a natureza nos deu Mozarts, Buffons, Bossuets, Píndaros, que por falta de liceus em que se aperfeiçoassem não mostram o que podiam ser, mas espantam pelo que são.

(O VERDADEIRO BRASILEIRO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 16, 22/01/1825, p. 68)

No sentido de dar espaço para o pleno desenvolvimento do brasileiro é que se esperou da educação um futuro melhor, futuro que, já em meados de 1820, começava a se fazer sentir, afirmando, pela instituição de uma universidade no Brasil, a verdadeira independência da pátria:

Eu considero o Decreto com que S.M.I. nos favoreceu, no dia 9 deste, para o estabelecimento de um curso jurídico, como a última pedra do edifício da nossa independência e sem o qual, na verdade, seríamos independentes só na palavra. Enquanto nos era preciso mandar os nossos jovens formarem-se em Coimbra, a vantagem estava toda a favor dos europeus, e contra os brasileiros: qualquer pai, em Portugal, podia mandar o seu filho para a Universidade, com muito pouca despesa ou incômodo: uma camisa no corpo, e outra lavada na algibeira, com um bastão para exortar os cães ou lobos, eram todos os preparativos necessários para a viagem de Coimbra da parte mais remota do reino. Mas não era assim com os pais brasileiros, com eles era preciso gastar um par de bons vinténs com a passagem do mar; outro tanto com o fato, e mil outras coisas: era, de mais, preciso sofrer uma longa ausência do filho, que também, da sua parte, estava exposto aos inconvenientes de uma mudança de clima, privado das consolações dos seus pais, no caso de doença, e obrigado, mesmo na saúde, a passar o tempo das férias, saudosos e tristes, enquanto via os seus condiscípulos europeus deleitando-se no seio de suas famílias, eis, porque quase todos os lugares que exigiam que o empregado fosse formado estavam sempre nas mãos dos europeus e se não fosse pelo paternal decreto de S.M.I., acima mencionado, assim deveriam ficar (UM AMIGO FRANCO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 22, 29/01/1825, p. 87)

Como se sabe, até 1827 os europeus continuaram a ter essa vantagem sobre os brasileiros, pois somente neste ano se abriu cursos superiores em território nacional. Ainda assim, a formação profissionalizante não estava desatendida, no que muito se ufanavam aqueles que acreditavam que

[...] nunca se deve perder de vista, que o Brasil precisa e precisará por muitos anos ainda mais de filhos industriais e trabalhadores do que de latinistas e gregos: a verdadeira riqueza do Brasil está na sua agricultura e no seu comércio, quem se aplicar a qualquer destes dois ramos, estará seguro de enriquecer a si e à Pátria... (UM AMIGO FRANCO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 22, 29/01/1825, p. 88)

Se a educação seria a responsável por um impulso do país, ela também não devia se estender a todos quantos se interessassem por ela, dado que muitos eram os cursos voltados para áreas teóricas que, além de não contribuir de modo direto e rápido para o progresso da nação como se precisava, desviavam a atenção e os costumes daqueles que não tinham como sustentar o aperfeiçoamento de seus hábitos:

[...] não se pode demasiadamente deprecar a imprudente vaidade daqueles pais, que sem vintém para dar aos seus filhos, os deixam acostumar-se à vida ociosa das aulas superiores, quando podiam ser empregados n comércio, ou em algum ofício, que seria útil e proveitoso a eles, a suas famílias e ao império (UM AMIGO FRANCO, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 22, 29/01/1825, p. 88)

Foi apostando numa noção ampla de educação que se fomentou o patriotismo brasileiro, mas foi também desvalorizando o estudo de caráter mais teórico ou humano e excluindo parte da população local que se edificou a educação patriótica do povo brasileiro. Não se deve pensar, contudo, que a opinião pública da época estava “indiferente aos objetos de interesse público” (O IMPARCIAL VERDADEIRO AMIGO DO BRASIL, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 15, 21/01/1825, p. 5), pois a justificativa para essa atitude era, como assinalou o Amigo franco do *Diário Fluminense* de 29 de janeiro de 1825, que cada um tinha seu papel nessa sociedade, de acordo com suas posses e que fugir à hierarquia da sociedade era agir em prol da própria infelicidade. Neste sentido, a difusão do patriotismo aconteceu primeiro entre aqueles que faziam parte de uma camada privilegiada da sociedade, que tinha acesso a essa idéia tão inovadora por meio das escolas, aulas e jornais. Depois, ela alcançou aquele público menos favorecido pela economia local, no que se seguiu o pressuposto de que a ação patriótica deveria ser direcionada pela reflexão dos poucos letrados brasileiros.

O papel da imprensa era o de ensinar a cada indivíduo qual era o seu espaço na sociedade. Ainda que defendessem limites para a educação, esses letrados justificavam suas posturas com base na construção de uma moralidade¹³⁵ que favorecesse o bom funcionamento da sociedade local. Assim sendo, não era revolucionando os costumes cariocas que se edificaria o tão aclamado sentimento patriótico, pelo contrário, era destacando no habitante local os seus costumes mais corriqueiros que se estabeleceria um perfil comum, pelo qual um sentimento de coletividade seria suscitado a ponto de todos os brasileiros agirem num mesmo sentido de progresso e prosperidade.

Com provas baseadas nos costumes locais é que o letrado do início do século XIX tentou comprovar a sua tese de que só o patriotismo seria capaz de conferir a unidade necessária para o progresso da nação. Motivado por afetos que lhe suscitavam o medo de

¹³⁵ Costumava-se debater a moralidade nos jornais da época, como, aliás, era solicitado pelo público em suas missivas: “Assim como o seu jornal se distingue em dirigir a opinião pública no verdadeiro caminho da política, assim também me parece que não seria fora de propósito, que V.M. nele inserisse de vez em quando alguns assuntos sobre a moralidade, por ser uma máxima de eterna verdadeiro, que as leis de nada servem quando não há bons costumes do povo....”(Seu constante leitor, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 106, 14/05/1825, p. 426).

perder o já conquistado, esse mesmo brasileiro apelou para a paixão de seus concidadãos pelo espaço físico que ocupavam, pela população que ali habitava, pelo código de linguagem que a unia e por meio do qual ela era capaz de se entender. Esse mesmo brasileiro assimilou essa atitude como uma ação educativa, que se não ensinava ao brasileiro o que era ser brasileiro, mostrava-lhe que a conquista desse status só poderia trazer bons frutos, senão evitar danos. Se nessa eloquência patriótica nem sempre o brasileiro se empenhou com esmero ou sequer galgou sucesso, não se pode negar que ele tenha tentado, seja em nome das vantagens prometidas, seja pelo perdão de seus pecados:

Sou preguiçoso, sr. Redator, sou preguiçoso, confesso até nisso que sou brasileiro legítimo: há tanto tempo que não lhe escrevo, que a minha pena estava mirrada com a sequidão, e tinha cada bico que parecia com um chifre de carneiro: esta minha confissão é de desobriga, dê-me sua absolvição e verá se eu não viro folhas novas. (O NAVEGANTE DA PRAIA GRANDE, In: DIÁRIO FLUMINENSE, NÚMERO 78, 11/04/1825, p. 313)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese que pretendíamos comprovar era a de que retórica e eloquência foram aspectos fundamentais para a construção de uma linguagem que identificaria em nós nossa brasilidade, que suscitaria em nós um sentimento patriótico. Primeiro, fizemos uma descrição da introdução da disciplina de retórica no ensino lusitano, uma análise da afirmação da eloquência na instrução luso-brasileira e, finalmente, uma avaliação da difusão dessa cultura da oralidade na educação brasileira. O meio em que essa permanência foi avaliada foi o da formação de uma identidade brasileira, esta compreendida em três etapas cada vez mais amplas: o ensino, a instrução e a educação. Como ensino, entendeu-se a transmissão de conhecimento sobre algo ou sobre como fazer algo. Como instrução, a ação ou o efeito dessa transmissão, a fonte dos conhecimentos. Como educação, a formação de hábitos edificantes capazes de oferecer pleno desenvolvimento aos homens. A educação foi, portanto, entendida como um dos recursos de catalização dos costumes e afetos locais no sentido de se estabelecer e de se dinamizar a invenção de uma identidade nacional. No primeiro capítulo, nosso foco foi o ensino, e nossa localização foi o Reino Lusitano, nosso tempo foi o final do Setecentos. No segundo, foi a instrução, o Brasil, o início do Oitocentos. No terceiro, foi a educação, o Rio de Janeiro, os primeiros anos do segundo quartel do século XIX. O eixo articulador de nossa discussão foram os desdobramentos e as permanências da cultura da oralidade na formação de uma literatura brasileira.

O primeiro capítulo foi destinado ao estudo da introdução da disciplina de retórica na instrução lusitana a partir das reformas pombalinas da instrução, em 1759. Viu-se que no sistema jesuíta de ensino, o latim era priorizado como a língua universal dos letrados e a retórica era ensinada para aqueles que tinham pleno domínio da referida língua. Os estudantes de retórica eram vistos como pupilos melhores que os demais e, por isso, baseavam seus estudos muito mais na memória e no respeito à lógica de prestígio vigente do que na criação e no empenho como meios para galgar o sucesso nas arcadas de Coimbra. Quando a reforma nos estudos lusitanos foi decretada, em 1759, a expulsão dos jesuítas da Universidade de Coimbra deu margem à contratação de mestres estrangeiros para a continuidade dos estudos. Todavia, esta medida foi mal sucedida e nova fase de projetos e reflexões sobre os estudos maiores foi aberta.

Nessa fase, foi fundamental a contribuição de Luís Antônio Verney que, em 1746, havia escrito um relatório sobre a instrução portuguesa, denominado *O verdadeiro método de*

estudar. Esta obra serviu como base para a reformulação dos estudos maiores no reino e entre suas principais prerrogativas figurava a necessidade de atender a um número maior de discentes, no que se substituiu o longo e custoso estudo do latim pelo estudo da língua pátria, mais útil e dinâmica que o velho dialeto dos poucos letrados da nação lusitana. Nessa substituição se recorreu à retórica para a complementação das inteligências. No estudo dessa disciplina se depositava a esperança de civilizar o povo, que estudaria uma maneira lógica e direcionada para expressar suas idéias. Ao facilitar o entendimento, acreditava-se que as muitas opiniões acerca do progresso da nação poderiam convergir num sentido comum, tornando menor o caminho da prosperidade, se não da própria felicidade. Com a reforma do ensino lusitano, em 1759, foi, pois, inaugurado um sistema de ensino de limites alargados, voltado para o progresso e para a felicidade, que baseava o desenvolvimento nacional na educação, então alçada a um posto central na sociedade.

Vinculado à felicidade, ao progresso e à comunicação, o ensino lusitano prescrito na reforma de 1759 previa ainda uma maior interação entre o mestre e seu discípulo, minorando as distâncias estabelecidas por meio de um processo contínuo de avaliação dos alunos que possibilitaria uma noção conjunta dos sucessos da educação, em que os louros do discípulo também dependiam do empenho do mestre, em que o empenho do mestre deveria ser reconhecido por meio do esforço do aluno. Próximos, discípulo e mestre poderiam criar uma nova percepção da educação em que a morigeração valia mais do que a tradicional hierarquia. Neste sentido, pode-se notar entre os legados da introdução da retórica nos estudos da época a flexibilização e a democratização do ensino. Foi valorizando o esforço que se abriu possibilidades de destaque e mobilidade àqueles que antes disso sequer podiam chegar à universidade.

No Brasil, como a maior parte dos que concluíam seus estudos em Coimbra tinha altos cargos administrativos à sua espera, essa renovação nos estudos maiores significou uma afirmação da retórica como uma língua administrativa, se não burocrática. Submetida ao comando metropolitano, essa linguagem foi muitas vezes confundida com demagogia, pois as decisões tomadas nesse âmbito pouco valiam diante da mudança de opinião dos reinóis. Sem poder decisório, mas com o dever de responder às questões públicas, os altos funcionários locais valeram-se da retórica para explicar os motivos pelos quais pouco podiam resolver os problemas no Brasil, germinando uma visão perniciosa que alguns coetâneos passaram a ter da disciplina.

No que diz respeito aos estudos menores, maior sistematicidade foi dada à reforma com o decreto de 28 de junho de 1759, onde não apenas os limites, mas a maneira como a

retórica deveria ser ministrada foram prescritos. Exigia-se maior clareza na comunicação entre os reinóis e a discussão apenas de temas úteis e agradáveis. Mas nem só de boas novas viviam os debates da disciplina retórica, também a crítica e a auto-crítica foram reputados como elementos essenciais para essa educação. Estava presente neste decreto a noção de que quanto mais claro um pensamento, melhor se podia avaliar sua utilidade, a beleza de sua forma e a veracidade de suas assertivas. Ao avaliar a comunicação por esses parâmetros e ao vincular a comunicação das idéias à expressão do próprio modo de ser do homem, atribuíam-se um perfil ao homem lusitano da época: claro, agradável, verossímil.

Urgia, no entanto, que o lusitano fosse também capaz de se auto-avaliar, de se autocriticar, para que, aperfeiçoando seus costumes pela normatização educacional, evoluísse como ser humano no sentido da simplicidade, da verdade e da beleza. Assim, o estudo da retórica era contíguo aos conhecimentos de poética, ou seja, fazia parte da disciplina retórica o conhecimento dos sentimentos e afetos. A educação desses afetos era guiada por aqueles sentimentos de nobreza, tidos na época como os únicos capazes de promover o bem-estar e, portanto, a prosperidade da nação. Entendeu-se aí que o progresso estava vinculado à comunicação clara, crítica, bela e verossímil, aproximando, assim, o desenvolvimento da nação ao incremento da comunicação que, desde então, passou a ser considerada um elemento central para a educação, senão para a sociedade contemporânea.

Com a comunicação entre os aspectos mais prestigiados da educação no final dos Setecentos e com a retórica alçada ao posto de comando desse processo, houve uma identificação entre a avaliação retórica e a glória dos discípulos que, uma vez acostumados aos louros dessa fama, passaram a depositar no estudo e exercício da retórica suas fichas para a ascensão na carreira das letras, confundindo o estudo das formas de comunicação com a conquista de uma posição mais alta na sociedade de então.

Ao mestre de retórica foi reservado um espaço de publicista, de comunicador, de formador das qualidades comunicativas e, por conseguinte, dos quesitos que ligavam o discípulo à fama entre os letrados do final dos Setecentos. Treinados para falar, os primeiros discípulos da retórica lusitana eram intimidados pelo clima de avaliação dos exames de retórica instituídos a partir de 1759. Afetados pelo ar solene de que se imbuíam as apresentações de suas teses, esses estudantes viam-se, neste momento, como importantes pensadores a comprovar a relevância de uma verdade revelada publicamente, sabiam que desse ritual de passagem em diante seriam considerados sábios e não mais meros estudantes. Para sair-se bem nesse tipo de exame, era necessário apresentar, num número extenso de citações, os resultados de seus estudos; na maestria de sua própria recomendação, o domínio

das normas retóricas; na concisão de sua fala, a objetividade de seu pensamento; na comprovação de sua tese, o conhecimento dos costumes de seu público; no seu exemplo como homem, um modelo para a conduta do ouvinte.

Ao tomar a palavra, o jovem da época acostumou-se ao comportamento esperado dele nesses exames: segurança, erudição e humildade eram seus atributos. Sempre pronto a reconstruir seu ponto de vista diante de um sinal de discordância do mestre, o estudante de retórica do final dos Setecentos não se importava tanto em seguir a lógica, mas em conquistar a simpatia de seu público, em convencer aquele que o avaliava das suas qualidades como pensador estudioso e como homem de bem. Sob tais auspícios, aqueles que haviam sido examinados em Coimbra vieram lecionar no Rio de Janeiro, disseminando entre os tupiniquins a noção da retórica como ferramenta para a boa comunicação entre os iguais, para a boa educação dos ignorantes, para a edificação da ordem, para a conquista do progresso da nação.

Ainda que as referências iniciais fossem as mesmas, se a retórica prevaleceu no ensino lusitano, na instrução brasileira, a eloquência foi mais importante, isto porque as poucas aulas de retórica e os muitos sermonistas cariocas contribuíram para que se afirmasse na prática eloquente o conhecimento da retórica. Embora o ensino brasileiro não estivesse assim tão distante do ensino português, dado que ambos faziam parte de um eixo comum e estavam num período de reestruturação, sendo, portanto, igualmente incipientes, a proibição das tipografias e as limitações da Real Mesa Censória prejudicaram e muito o incremento das letras no Brasil. Ademais, num primeiro momento, menos de uma dezena de professores foi designada como mestre régio nesta “conquista”, o que significa dizer que boa parte da população recorreu às instituições religiosas que restaram no país quando o caso era se instruir, ao menos nas primeiras letras.

Com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, novo impulso foi dado às letras locais, pelo menos às letras fluminenses. Nesta época, os mestres do Brasil passaram não só a ganhar mais que os portugueses, como também passaram a valorizar um pouco mais sua profissão, que era entendida como uma mola propulsora para a aquisição de um emprego público, já que eram poucos os estudantes e muitos os novos postos no Rio de Janeiro. O estudo, sobretudo a ida para a Europa com essa finalidade, passou a ser encarado como um investimento de retorno certo, senão de retorno esperado, já que os sacrifícios da carreira de letras só podiam ser empreendidos quando o sujeito apresentasse um grande patriotismo que deveria, moralmente, ser recompensado pelo Estado que o inspirava.

Quando o conhecimento passou a ser entendido como um meio de ascensão social, ele também passou a ser valorizado no país e, a partir daí, o dialeto daqueles que estudavam e ensinavam passou também a ser imitado pela população interessada em mobilidade social. Dessa imitação fez parte a disseminação de compêndios e manuais que instruíam a população local dos usos e costumes da eloquência já praticada nas Igrejas à guisa de entretenimento e propaganda monárquico-cristã.

Nesses compêndios, uma série de obras de autores considerados importantes era sintetizada. Sua aquisição significava uma economia de tempo e dinheiro para aqueles que queriam se instruir nas normas retóricas. Daí a larga divulgação que esse tipo de obra teve na instrução luso-brasileira: eram os manuais meios acessíveis de instrução, cuja variedade de estilo e informações cunhou uma forma peculiar de comunicação. Nessa forma peculiar de comunicação, a eloquência serviria para que o brasileiro entendesse a si próprio e àqueles que o rodeavam. Além disso, no Brasil, com a transferência da corte, mais do que regras, se queria apresentar propostas para o desenvolvimento local, no que o exercício era mais eficaz do que a teoria.

Esse exercício era possível por meio do conhecimento dos afetos, dos costumes e das provas. Os afetos eram entendidos como veículos mais fáceis de atingir os brasileiros porque moviam as paixões mesmo dos homens menos polidos. Nessa tarefa, se procurou mostrar que pequenas delicadezas eram capazes de dar um ar mais civilizado a terra. Assim como as gelosias de madeira foram substituídas pelo vidro, a etiqueta eloqüente substituiu antigos ditos populares. Os costumes, por sua vez, eram importantes porque seu conhecimento tanto atestava a procedência dos oradores, quanto afirmava hábitos que mantinham antigas tradições sociais, senão hierarquias consideradas importantes nesta sociedade. No âmbito das provas, se aprendeu que o polimento da linguagem não dependia apenas do conhecimento da gramática, mas também do tipo de vocabulário e de solução verbal encontrada pelos grupos a quem se destinava o discurso, fazendo com que o orador fosse mais facilmente aceito. Aprendeu-se que não bastava dizer corretamente, era necessário que a linguagem do discurso também fosse adequado ao público e aos objetivos do orador.

Nessa adequação esmeravam-se os pregadores imperiais que, se não foram os porta-vozes da corte, foram os interlocutores dessa mesma corte com a população local, ou seja, eles conheciam seu público e compartilhavam das intenções daqueles que representavam, o monarca e sua corte. Nessa postura e opinião, a intuição, a boa vontade e o bom senso foram entendidos como ferramentas, como qualidades de um brasileiro pouco instruído.

Quando a oratória sagrada entrou em declínio, a permanência da retórica e da eloquência foi garantida na cultura local por meio dos jornais e panfletos que se multiplicaram em meados de 1820. Nessa mudança do meio da mensagem, em que a voz perdia espaço para a impressão, permaneceram os atores que representavam as vezes tanto de emissores quanto de receptores da mensagem, isto porque o universo de letrados no Brasil não se alargou com a mesma velocidade do aumento das publicações locais. Se ainda falamos de um grupo reduzido, já nos referimos a um grupo mais ativo e fluido no sentido de haver uma participação mútua na criação da mensagem, o que nos deu margem à conclusão de que os leitores desses periódicos podiam ser tomados como a primeira opinião pública brasileira. Essa opinião pública, acostumada à prática em detrimento da teoria, manteve a preferência pela eloquência num meio mais direto, mais ativo, mais aberto à sua participação, mais material e, portanto, considerado mais efetivo do que a fala, os jornais. Tal preferência, contudo, foi edificada sob antigos parâmetros eloqüentes, a começar pela autoridade de seus autores.

Para galgar a glória de ser reconhecido como sábio, era necessário conquistar o leitor, no que passaram a se esforçar os letrados da época, não só identificando seus costumes para bem descrevê-los no texto apresentado, como também oferecendo ao público o direito de se expressar por meio das inúmeras correspondências publicadas nos jornais. Destarte, é importante notar que os receptores da mensagem ganharam nova importância nessa maneira de entender a cultura, eram eles participantes ativos da confecção dessa mensagem.

Ainda que os receptores da mensagem tivessem um novo espaço nessa dinâmica, os seus emissores mantiveram muitas das antigas regalias a seu favor, tais como o vínculo com o Estado. Se na época da introdução da disciplina de retórica no ensino lusitano, os primeiros mestres da matéria ou eram pagos pelo Estado, ou tinham aposentadorias e licenças que abonavam suas atividades, e, na época da afirmação da eloquência na instrução luso-brasileira, os pregadores imperiais recebiam pelas orações por meio das cômputas e os autores dos compêndios tinham seus textos publicados pela tipografia real, recebiam ajuda financeira do Estado, durante a difusão dessa cultura da oralidade na educação brasileira por meio dos jornais, a impressão dos referidos periódicos era subsidiada pelo Estado.

Mesmo havendo alguma contribuição da Igreja, raras vezes o letrado brasileiro se dispôs a procurar a iniciativa privada ou mesmo empenhar os próprios recursos na realização daquela que era sua “missão”. O letrado do início do Oitocentos se acostumou a acreditar que fornecer subsídios para a educação da população era uma tarefa coletiva, que cabia ao Estado e, nunca, uma tarefa individual, em que se devia esperar de particulares uma contribuição

econômica. Dessa crença gerou-se uma atitude relativamente passiva dos letrados, na qual a ausência do empenho do Estado era sempre entendida como um débito, uma negligência e a iniciativa pessoal, privada ou particular, quando existente, era vista como generosidade desinteressada, bondade cristã.

Como o texto era identificado com o autor, a crítica ao texto era sempre uma crítica pessoal. A crítica personalista moldou o estilo de obra publicado nesses jornais que, embora não possuíssem autor definido, dado que as assinaturas dos textos estão muitas vezes ausentes porque se conhecia o autor publicamente, possuíam um objetivo comum e bem conhecido de todos: instruir recreando.

Ao instruir, os jornalistas da época qualificavam sua obra como um trabalho educativo. Destinavam, então, seus textos à mocidade letrada, depositando as esperanças do futuro nacional num devir em que a contribuição diária era mais importante que a reflexão alongada, aprofundada, morosa. Ao recrear, os jornalistas da época procuravam oferecer lazer aos poucos letrados da terra. De uma forma ou de outra, se procurava instigar o brasileiro a se tornar aquilo que devia ser: um brasileiro, um patriota.

Neste sentido, se procurou classificar as obras conforme seu padrão estético e ético. Estético porque o apelo ao patriotismo era sentimental, de ordem emocional como a beleza. Ético porque a forma do texto deveria obedecer à etiqueta vigente, sempre um parâmetro para a civilização dos povos. Entendia-se que se um texto era belo, era também moralmente aceitável e, portanto, bom para a nação, relevante para o fomento dos sentimentos nobres que ensejavam o patriotismo, objetivo final e mote da missão desses letrados.

A crítica era, portanto, referente a esses dois aspectos do texto: o ético e o estético. Esperava-se que os textos apresentassem exórdio, proposição, provas e epílogo em razão de ser esta uma estética apropriada ao gosto da época. Acreditava-se que entre os louros da impressão, a possibilidade de entender melhor as idéias se estendia à possibilidade de criticá-las com maior acuidade. Nessa crítica, levava-se em conta a confiabilidade das fontes, a atualidade dos temas, a súpula das opiniões e, sobretudo, a exortação do patriotismo.

A impressão dos antigos discursos foi considerada louvável porque se registrava ali os costumes de cada época, edificando as características que identificavam o brasileiro como tal. O bom texto era aquele que formulava mais questões do que apresentava resultados de pesquisas, exortava mais do que descrevia, sintetizava mais do que aprofundava. O consenso foi preferido em detrimento do debate, considerado infrutífero, porque dispersava as poucas forças locais na grande empreitada que se tinha pela frente. O letrado se posicionou como uma testemunha, um conselheiro, um censor, que denunciou mais os errados que os erros. A

opinião pública foi vista como um farol para a educação do povo, uma tribuna das atitudes de nossos governantes, uma rainha para os produtores de cultura, um freio à licenciosidade da imprensa. O brasileiro inventado pelos correspondentes desse tipo de imprensa tinha o dever de defender a pátria a ponto de morrer por ela. Pátria forjada a partir de uma distinção em relação à nação lusitana, pátria que ainda estava em sua infância e, por isso, tinha muito que crescer e enriquecer. Sempre caracterizada como gregária, consensual e emocional, a pátria brasileira ganhou visibilidade por meio dos jornais.

Nesse tipo de discurso, a atitude dos letrados era similar àquela das aulas de retórica, dos costumes eloqüentes: buscava-se a glória, evitava-se o erro. À medida que as notícias corriam, novas camadas eram aclamadas a adotar o sentimento patriótico, cuja existência já não era motivo de dúvida no segundo quartel do século XIX. Foi, pois, em busca de glória e com medo de errar que se garantiu, no patriotismo, a posteridade de uma eloqüência *à moda brasileira*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) FONTES IMPRESSAS:

ABREU E LIMA, J. I. de. **Synopsis ou Dedução Chronológica dos factos mais notáveis da História do Brasil**. Pernambuco: Typ. de M.F. de Faria, 1845.

_____. **Compêndio da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert: 1841.

_____. **Compêndio de História do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo E Henrique Laemmert, 1843.

AGUIAR, A. A. da C. C. **O Brasil e os Brasileiros**. Rio de Janeiro: Typographia Comercial, 1862.

AIRES DE CASAL, M. **Corografia Brasília ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil**. São Paulo: Cultura, 1943.

ALENCAR, J. M. **Oração fúnebre que pelo motivo de morte da mui alta e poderosa imperatriz do Brasil a sereníssima sra. Ma. Leopoldina Josefa Carolina**. [Rio de Janeiro]: Tipografia Real, [1837].

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1816. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1965, jul/set, vol. 268.

ALMANAQUE do Rio de Janeiro para o ano de 1824. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1968, vol. 278., jan/mar.

ALMEIDA, F. M. R. de . Origem do Colégio Pedro II: memória lida a augusta presença de Vossa Magestade Imperial, pelo sócio correspondente Sr. Francisco M. R. De Almeida em 1856. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, tomo XIX, volume 119, número 24.

AMERICUS. **Cartas Políticas extrahidas do padre Amaro**. Londres: Greenlaw, 1825. I Tomo.

AQUAVIVEI, Pe. C. **Monitoria secreta ou instruções secretas dos padres da Companhia de Jesus**. Rio de Janeiro: P. Plancher-Seignot, 1827.

ARAÚJO, DR. J. T. N. Biografia dos brasileiros ilustras por armas, letras, virtudes, etc. Frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Garnier, 1874, tomo XXXVII, parte segunda.

ARMITAGE, J. **História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I em 1831**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943 (3.^a ed. com anotações de Eugênio Egas e Garcia Jr.).

ARQUIVO NACIONAL. **Os Franceses Residentes no Rio De Janeiro: 1808-1820.** Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1960.

BARBOSA, J. da C. **Oração de ação de graças que celebrando-se na real capela do Rio de Janeiro no dia 07/03/1818 o décimo aniversário da chegada de sua majestade a esta cidade compoz, recitou e ofereceu com permissão del rey n. sr. À José de Carvalho Ribeiro em sinal de gratidão e amizade.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

_____. **Oração de acção de graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro, celebrando-se o quinto aniversario da chegada de s.a.r. com toda a sua real familia a esta cidade... por Januario da Cunha Barbosa.** Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1813.

_____. **Oração de acção de graças, que recitou na Real Capella, no dia 26 de fevereiro, solemnizando-se por ordem de s.a.r. o primeiro aniversario do juramento d'El Rei e povo desta corte, a Constituição Lusitana e offerece... o seu author, Januario da Cunha Barbosa....** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1822.

_____. **Oração funebre que nas exequias de sua Magestade imperial a senhora D. Maria Leopoldina Josepha Carolina archiduquesa d' Austria e primeira imperatriz do Brasil, celebradas na Imperial Capella no dia 26 de janeiro deste anno, recitou Januario da Cunha Barbosa...** Rio de Janeiro : Typ. Imperial e Nacional, 1827.

_____. **Oração recitada na Imperial Capella no dia 10 de novembro, celebrando-se a missa solenne do Espirito Santo... por Januario da Cunha Barbosa...** Rio de Janeiro: Imprensa Imperial e Nacional, 1828.

_____. **Sermão de acção de graças pela feliz restauração do reino de Portugal pregado na real Capela do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808...** Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1809.

_____. **Sermão na solenidade da sagração do exmo e revm.Sr.Manoel do Monte Rodrigues d' Araujo, bispo do Rio de Janeiro, e capellão mor; recitado na Imperial Capella no dia 24 de maio de 1840 por Januario da Cunha Barbosa...** Rio de Janeiro: Typographia de J. E. S. Cabral, 1840.

_____. **Sermão de ação de graças pela feliz restauração mdo reino de Portugal. Pregado na Real capela do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808 por Januário da Cunha Barboza, presbítero secular, pregador régio, e natural do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Régia, MDCCCIX.

BARRETO, D.A.B.M. **Justificação patriótica demonstrada em duas cartas dirigias ao mui alto, poderoso e magnânimo imperador constitucional do Brasil e seu defensor perpétuo o sr. D. Pedro I pelo cidadão Domingos Alves Branco Muniz Barreto.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.

BELLEGARDE, H.L. De N. **Resumo da História do Brasil até 1828.** Rio de Janeiro: Typographia de Gueffeier, 1831.

BENTHAM, J. **Tática das Assembléias Legislativas.** Lisboa: José Maria de Avellar Brotéro, 1821.

BRAGA, T. **História da Universidade de Coimbra**. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências, 1992.

BRASIL, **Decreto de 29 de dezembro de 1801**. Lisboa: Tipografia Régia, 1801.

BRASIL. **Alvará de regulamento para os estudos das línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica**. Lisboa, Tipografia Oficina Rodrigues Galhardo 1759. (BN/OR 88,7,16, No. 27).

BRASIL. **Emendas de 4 de agosto de 1823, sobre um tratado de educação**. Rio de Janeiro, Imprensa nacional, 1823. (BN/OR 57 D, 5, 174).

BRASIL. **Emendas de 4 de agosto de 1823, sobre um tratado de educação**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1823. (BN/OR 57 D, 5, 174).

BRITO, I. J. de M.. **Conclusões de retórica e poética, presidente D. Luis da Senhora do Carmo, defende Ignácio Joseph de Moraes Brito, colegial de Mafra, na aula dos atos públicos, aos 10 de outubro de 1782**. [Mafra]: [s.n.], [1782] (BN/OR 63,3,13).

BRUNETTE, P. I. F. **Conclusões sobre a poezia, e eloquência, presidente D. Luiz da Senhora do Carmo. Defendem frei Manoel d'Assunção e . Aos 8 de setembro**. Lisboa: Silva Godinho, 1785. (BN/OR 40,10,9).

CAETANO, J. **Lições dramáticas**. Brasília: MEC, 1956.

CAIRU, J. da S. L. Visconde. **Memória dos benefícios políticos do governo de el rei Nosso Senhor Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818.

_____. **Cartilha da Escola Brasileira para instrução elementar da religião no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1831. (vol I e II juntos).

CARVALHO E SILVA, O. S. de. **O patriotismo acadêmico consagrado ao Ilmo. e Exmo. Dr. João de Almeida de Mello de**. Porto: [s.n.], 1809.

CARVALHO, F. F. **Lições elementares de eloquência nacional para uso da mocidade de ambos os hemisférios, agora mais correta e acrescentadas nesta quarta edição por**. Lisboa: Tipografia Rollandiana, 1850.

CASA DOS ACTOS do Real Colégio dos Nobres fazem público exame de rhetorica. Antonio de Saldanha da Gama, Antonio José de Saldanha Oliveira e Sousa, José Sebastião de Saldanha Oliveira e Sousa, João Galvão Mexia Mascarenhas, presidindo Francisco Xavier de Oliveira Costa. AOS 30 de junho de tarde. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1791.

CASTILHO, J. F. de. Discurso sobre a necessidade de se protegerem as sciencias, as lettras e as artes no Império do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, volume 2.

CASTRO, S. J. de S. P. M. e. **Conclusões sobre a poesia e eloquência, presidente D. Luis da Senhora do Carmo**. Lisboa: Oficina Luisiana, 1779. (BN/OR 35,21,1).

CAYRU, V. **Escola Brasileira ou Instrução Útil A todas as classes, extraída da sagrada escritura para uso da mocidade.** Rio de Janeiro: Tipografia de Plancher-Seignot, 1827.

CHAVES, J. D. P.. **Exposição dos Preceitos da Retórica e Poética; Tratados de Cícero, Quintiliano, Horácio, Boileau e outros mestres da eloquência e poesia que presidindo D. Luiz da Sra. Carmo, Cônego Regular oferece a Exame Público, na sala dos actos do Real Colégio de Mafra, no dia 16 de junho de tarde.** Lisboa: Oficina de Lino da Silva Godinho, 1784.

COMPENDIO histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas ciências e nos professores, e diretores que regiam pelas maquinações e publicações nos novos estatutos por eles fabricados. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, MDCCLXXI.

CORUJA, A. A. P. **Manual dos estudantes de latim, dedicado à mocidade brasileira, por seu patrício.** Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1844. 2ª. ed. am. e rev.

D'ANNUNCIADA, D. J. **Método de ensinar a eloquência que segue o Cônego Regrante de Santo Agostinho, e Professor nas Reais Escolas de São Vicente de Fora em Lisboa. do agrado de sua eminência o senhor cardeal arcebispo de Évora, meritíssimo diretor das mesmas reais escolas.** Lisboa: Tipografia de Bulhões, 1826.

DEBRET, J. B. **Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil.** São Paulo: Martins, 1975.

DENIS, F. **Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

DU MARSAIS. **Lógica ou reflexões sobre as principais operações do entendimento.** Lisboa: Oficina Simão Tadeu Ferreira, 1801.

DUARTE, Pe M. P. R. **Oração sagrada por ocasião do solene te deum que o leal e heróico povo do Rio de Janeiro fez cantar na igreja matriz de s.anna em a tarde de 16 de janeiro de 1830.** Rio de Janeiro: Tipografia d'Astrea, 1830.

EBEL, E. **O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

EÇA, M. A. R. da S. **Reflexões sobre a vaidade dos homens ou discursos morais sobre os efeitos da vaidade.** São Paulo: Livraria Martins, s/d.

EGAS, E. (org.) **Cartas de D. Pedro, Príncipe Regente do Brasil, a seu pai D. João VI, Rei de Portugal (1821-1822).** São Paulo: Typographia Brasil, de Rothschild & Cia, 1916.

ESBOÇO biográfico e necrológico do conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: Paula e Brito, 1838.

EWBANK, T. **Vida no Brasil ou diário de uma visita à terra do cacauero e da Palmeira.** São Paulo: Itatiaia, 1976.

FEIJO, D. **Demonstração da necessidade da abolição do celibato clerical para a Assembléia Geral do Brasil e da sua verdadeira e legítima competência nesta matéria.** Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828.

FEIJÓ, D. **Resposta às parvoíces, absurdos, impiedades e contradições do Padre Luis Gonçalves dos Santos na sua intitulada Defeza do Celibato Clerical contra o voto separado do Pe. Diogo Antonio Feijó, membro da Comissão Eclesiástica da Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1827.

FERNANDES PINHEIRO, J. C. Biografia de Monte Alverne. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Garnier, 1870, tomo XXXIII.

FERNANDES, Pe. A. P. C. **Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal.** Porto Alegre: Globo, 1936.

FERREIRA, S. P. **Preleções philosóficas sobre a theoria do discurso e da linguagem, e esthética, a diceósyna e a cosmologia.** Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813.

FIGUEIREDO, Antonio Pereira de. **Compêndio das épocas e sucessos mais illustres da História Geral.** Lisboa: Imprensa Régia, 1782.

FONSECA, P. J. **Tratado dos afetos e costumes oratórios, considerados a respeito da eloquência. Dividido em duas partes.** Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1786.

FONSECA, P. J.. **Tratado dos afetos e costumes oratórios, considerados a respeito da eloquência. Dividido em duas partes.** Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica, 1786.

FORTES, Pe. I. F. Breve exame de pregadores, pelo que pertence a arte de Retórica, extraído da Obra intitulada: **O pregador instruído nas qualidades necessárias para bem exercer o seu ministério.** [Rio de Janeiro]: Imprensa Régia, 1818.

FREI Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1866, volume 7.

GALVÃO, B. F. R. O púlpito no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926, tomo 92, volume 146.

GAMA, B. J. **Memória sobre as principais coisas porque deve o Brasil reassumir os seus direitos e reunir as suas províncias oferecida ao príncipe real por Bernardo José Gama.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1822.

GAMA, J.S.. SOUSA, A.J.. OLIVEIRA E SOUSA, J.S.de S. . MASCARENHAS, J.G.M. **Público exame de rhetorica, aos 30 de junho de tarde.** Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1791. (BN OR 25B, 2, 27).

GARDNER, G. **Viagem ao interior do Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do couro e diamante, durante os anos de 1836-1841.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

GURGEL, M.J.A. **Elogio histórico: notícia dos sucessos políticos que precederão e seguirão-se a proclamação da independência na província de São Paulo, pelo dr. Olegário Herculano de Aquino e Castro.** Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1871.

HONORATO, M. da C. **Compêndio de Rhetórica e Poética**. Rio de Janeiro: Typografia Cosmopolita, 1879.

IMBERT, I.B.A. **Discurso sobre a influência que as letras exercem no estado social e da necessidade de as fazer florescer**. Rio de Janeiro: Typographia Austral, 1836.

LEAL, F. L. **Plano de estudos elementares**. Lisboa: Oficina de João Procópio Correa da Silva, MDCCCI.

LISBOA, B. da S. **Fala do conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, lente da segunda cadeira do 2º ano do curso jurídico da cidade de São Paulo, na abertura de sua aula em 3 de março de 1829**. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1829.

LOBÃO, M. D'A. e S. de. **Tratado prático compendiário dos censos, conforme a nossa legislação, costumes deste reino e das nações em que a Bulla de Pio V não foi recebida e conforme as mais sólidas e depuradas opiniões dos DD**. Lisboa: Imprensa Régia, 1815.

_____. **Discurso sobre a reforma dos foraes**. Lisboa: Imprensa Régia, 1825.

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país (de 1808 a 1818)**. São Paulo: Martins, 1978.

MACEDO, J. A. de. **Os frades ou reflexões philosophicas sobre as corporações regulares**. Lisboa: Imprensa Régia, 1830.

_____. **Os jesuítas e as letras ou a pergunta respondida**. Lisboa: Imprensa Régia, 1830.

MACEDO, J. M. de. **Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2004, vol. I.

MADUREIRA FEIJÓ, J. de M. **Orthographia de arte de escrever e pronunciar com acerto a língua portugueza para o uso do exmo. Duque de Lafões pelo seu mestre...Presbítero do H.de S. Pedro, Bacharel em Teologia e Pregador**. Lisboa: Imprensa Régia, 1806.

MAGALHÃES, D. de. **Biografia do Padre Monte Alverne. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1882.

_____. **Ensaio sobre a história da literatura no Brasil. Niterói, Revista Brasiliense**. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978.

MAIA, E. J. da S. **Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência que tem sido estabelecidas na América, recitado na sociedade literária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Brito, 1836.

MARQUES DE CARACCIOLI. **Os verdadeiros interesses da pátria**. In: **Obras escolhidas** (tomo 9). Lisboa: Typographia Rollandiana, 1805.

MAWE, J. **Viagens ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

MONTE ALVERNE, F. **Compêndio de Philosophia**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1859.

_____. **Trabalhos Oratórios e Literários**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1863.

_____. **Obras Oratórias**. Rio de Janeiro: Garnier: 1858, tomo II.

_____. **Obras oratórias**. Rio de Janeiro: Garnier, 1856, tomo I.

MORAES, E. V. de. **Qual a influência dos jesuítas em nossas letras?** Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais, 1914.

MORAIS, A. J. de M. **Retórica de arte da eloquência...quadro-resumo de retórica**. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [s.d.]. cartaz (BN/OR 25B, 2Bis, 20).

MUNIZ BARRETO, D. A. B. **Justificação patriótica**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1823.

O VERDADEIRO pregador no século XVIII, referindo os processos e decadências e restaurações, que tem tido a Oratória sagrada, desde o princípio do mundo até o presente e reprovando o sistema adotado por alguns pregadores, mais modernos: propõe ultimamente em diferentes sermões, diferentes modelos da Eloquência Evangélica. Porto: Oficina de João Agathon, 1798.

OGIER, R. **Manual da tipografia brasiliense, antigo impressões de Paris, estabelecido no Rio de Janeiro desde 1827**. Rio de Janeiro: Tip. Ogier, 1832.

ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO. **Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de São Francisco do Reino de Portugal**. Lisboa: Regia Oficina Tipografica, 1769.

PEREIRA, A. **Elementos da Invenção e Locução Retórica ou Princípios da Eloquência, que os dedica e consagra ao Illmo. e Exmo. Senhor Conde de Oeyras**. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1759.

PEREIRA, C. I. X. **Oração fúnebre que por ocasião do funeral de d. Maria II, recitou no dia 21 de fevereiro do corrente ano**. São Paulo: Tipografia 2 de dezembro, 1854.

PINHEIRO, DR. J. C. F. Breves reflexos sobre o sistema de catechese seguido pelos jesuítas no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1856, volume 19, número 23.

PORTUGAL. **Alvará de regulamento para os estudos das línguas latinas, grega e hebraica e da arte da retórica**. Lisboa: Tipografia Oficina Rodrigues Galhardo, 1759.

PORTUGAL. **Decreto de 29 de Dezembro de 1801**. Lisboa: Tipografia Régia, 1801.

PORTUGAL. **Instruções para os professores de gramática latina grega, hebraica e de retórica, ordenadores e mandadas publicar por el Rey n.s. para uso das escolas**

novamente fundadas neste reinos e seus domínios. 28/06/1759. Lisboa: Tipográfica Oficina de Miguel Rodrigues, 1759.

REAL COLÉGIO PATRIARCAL DE SANTAREM. Para exame público de retórica, presidindo José Francisco da Soledade Bravo, oferecem Luiz Gonzaga da Silva, Filipe Neri Vital Gorjão, Joaquim José Duarte, João Marques de Oliveira, Francisco de Assis, Manoel da Silva Botelho. Alunos do Real Colégio Patriarcal de Nossa Senhora da Conceição na Vila de Santarem, as seguintes teses: no dia do presente mês de tarde. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, [179?].

RESPOSTA a uma carta sobre as coisas do Brasil. Paris: Imprimiere, 1824. (AN/FOR 0563).

RIBEIRO, A. L. Theoria do Discurso Aplicada à Língua Portuguesa. Lisboa: Impressão Régia, 1819.

RIBEIRO, J. S. História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal, nos sucessivos reinados da monarquia. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 1871.

RIO BRANCO, B. do. História do Brasil: esboço escrito para Le Bresilien em 1889. São Paulo: Livraria Texeira & Irmão, 1894.

RIO SECO, V.. Exposição analítica e justificativa da conduta e vida pública. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

ROCHA, Fr A. J. da. Sermão Acadêmico em Ação de Graças pela Feliz Restauração da Monarquia Independente, a 25 de fevereiro do ano de 1824. Coimbra: Real Imprensa Da Universidade, 1824.

RODOVALHO, Fr. A. de S. Ú. Oração de ação de graças que pelo muito feliz, e augusto nascimento da sereníssima senhora d. Maria thereza, na cathedral do rio de janeiro no dia 19 de novembro de 1793, e oferece a mesma senhora no ano de 1809. Rio de Janeiro: Régia Officina Typografica, MDCCIX.

ROSÁRIO, Fr. M. Ao sereníssimo príncipe do Brasil por sua benevolência para com os estudiosos, oferece conclusões de Retórica e Poética, presidindo D. Luiz Da Senhor do Carmo, cônego regular do real colégio de Mafra. (Na sala pública dos atos do mesmo Real Colégio), aos 8 de setembro. Lisboa, Oficina de Lino da Silva Godinho, MDCCLXXX.

RUGENDAS, J. M. Viagem Pitoresca através do Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SAINT-HILAIRE, A. de. Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens do Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai. São Paulo: Martins, 1903.

SALDANHA, M. de. Plano de estudos elementares. Lisboa: Correa Silva, MDCCCI.

SÃO CARLOS, FF. Oração de ação de graças recitada no dia 7 de março de 1809 na Capela Real. Dia de aniversário de sua alteza real. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

SEIXAS, R. A. **Sermões e panegíricos**. Bahia: Silva Serva, 1819.

SILVA ALVARENGA, M. **Glaura: Poemas eróticos**. Lisboa: Nunesiana, DCCCI.

SILVA, F. G. da. **Memórias**. Rio de Janeiro: Souza, 1959

SILVA, J. M. P. da. Estudos sobre a Literatura. **Nitheroy, Revista Brasiliense: Ciências, Letras e Artes**. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de letras, 1978 (214-243 pp.).

SILVA, J.M. P. da. Biografia dos Brasileiros distintos por armas, letras, virtudes, etc. Frei Francisco São Carlos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1870, tomo X.

SOUSA CALDAS, A. P. **Obras poéticas com notas e aditamentos de F. de B. G. Stockler**. Coimbra: Imprensa de Trovão & Comp., 1836.

SOUTHEY, R. **História do Brasil**. São Paulo: Obelisco, 1965.

SOUZA CALDAS, A. P. Cartas do Padre Antonio Pereira de Souza Caldas – carta 47, de 7 de novembro de 1812. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1844, volume 3.

_____. Cartas do Padre Antonio Pereira de Souza Caldas – carta 48, de 8 de dezembro de 1812. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1841, tomo 3, número 9.

SOYE, L. R. **Manual de deputados ou advertências aos senhores deputados das cortes de Lisboa, dedicado a D. Pedro de Alcântara, príncipe regente e defensor perpétuo do Brasil**. Rio de Janeiro: Silva Porto, 1822.

SPIX, J. B von. MARTINS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

VARNHAGEM. **História da Independência do Brasil**. SP: Melhoramentos, 1957.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

VERNEY, L. A. **Verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1952, Volumes I-V.

WOLF, F. **O Brasil literário**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

PERIÓDICOS:

A ESTRELA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Silva Porto e Co. 1823-4

ANNAIS FLUMINENSES DE SCIENCIAS ARTES, E LITTERATURA. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

ATALAIA DA LIBERDADE. Rio de Janeiro: Tipografia Plancher (1-2), Imprensa Imperial e Nacional(2-13), 1826.

ATALAIA. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1823.

COMPILADOR CONSTITUCIONAL POLÍTICO E LITERÁRIO BRASILIENSE. Rio de Janeiro: Typographia de Moreira e Garcez, 1822.

CONCILIADOR DO REINO UNIDO, Rio de Janeiro, 1822.

DIÁRIO FLUMINENSE, Rio de Janeiro, Tipografia Plancher, 1825-1831.

JORNAL DE ANÚNCIOS. Rio de Janeiro: Typographia Real, 1821.

JORNAL SCIENTÍFICO, ECONOMICO E LITERÁRIO OU COLEÇÃO DE PEÇAS, MEMÓRICAS, RELAÇÕES, VIAGENS, POESIAS, ANEDOTAS, MISTO DE INSTRUÇÃO E RECREIO ACOMODADO A TODO GENERO DE LEITORES. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres, 1826.

O AMIGO DO REI E DA NAÇÃO, Rio de Janeiro, 1822.

O BEM DA ORDEM. Rio de Janeiro: Tipografia Real, 1821.

O CONSELHO DA BOA AMIZADE, OU PROJETO DE RECONCILIAÇÃO ENTRE OS HEMISFÉRIOS. Rio de Janeiro: Tipografia de Silva Porto E Cia., 1823.

O CONSTITUCIONAL. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1822.

O DESPERTADOR CONSTITUCIONAL EXTRAORDINÁRIO. Rio de Janeiro: Tipografia Silva Porto e Co., 1825-6, 8.

O ESPELHO DIAMANTINO, PERIÓDICO DE POLÍTICA, LITERATURA E BELAS-ARTES, TEATRO E MODA. Rio de Janeiro: Plancher, 1827.

O GRITO DA RAZÃO NA CORTE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1825.

O MACACO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Silva Porto e Co., 1822.

O MODERADOR: NOVO CORREIO DO BRASIL, JORNAL POLÍTICO, COMERCIAL E LITERÁRIO. Rio de Janeiro: Tipografia Ogier, 1830.

O PATRIOTA: JORNAL LITTERARIO POLITICO E MERCANTIL. Rio de Janeiro: [s.n.] 1813 - 1814.

O SPECTADOR BRASILEIRO: DIÁRIO POLÍTICO, LITERÁRIO E COMERCIAL. Rio de Janeiro: Typographia Plancher, 1824.

O SYLPHO: PERIÓDICO FLUMINENSE. Rio de Janeiro: [s.n.], 1823.

O VERDADEIRO LIBERAL: PERIÓDICO POLÍTICO-LITERÁRIO. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1826.

O VOLANTIN. Rio de Janeiro: Tipografia de Torres e Costa, 1822.

RECLAMAÇÃO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE. Rio de Janeiro: [s.n.], 1821-2.

SABATINA FAMILIAR DE AMIGOS DO BEM COMUM. Rio de Janeiro: [s.n.] 1822.

TAMOYO. Rio de Janeiro: [s.n.], 1822.

TRIUNFO DA LEGITIMIDADE: CONTRA FACÇÃO DE ANARQUISTAS. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1825-6.

FONTES MANUSCRITAS:

FACULDADE DE DIREITO (FD/USP):

FIDELIS, C.. *Compêndio de Rethorica adaptado pela Faculdade Jurídica de São Paulo.* São Paulo: 1862.

ARQUIVO NACIONAL (AN/ RJ):

ATESTADO. Imperial Casa de Nossa Senhora Mãe dos Homens, 17 de julho de 1833. (ID/NA: QN 65.65 – 22/09/1833).

JUNTA DA PROVIDÊNCIA LITERÁRIA. *Compendio Histórico e appendix que dão uma clara e específica idéia dos estragos que os denominados jesuítas fizeram; primeiro na universidade de Coimbra e consequentemente nas aulas de todos estes reinos.* [Lisboa]: No dia 28 de agosto de 1774. (AN, CX 496, IE 3).

MUNICÍPIO DA CORTE. *Instrução pública secundária. Resposta à Circular de 21 de janeiro de 1835, sobre compêndios de ensino de instrução pública secundária.* [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1835. (NA, CX 496, IE 3).

OFÍCIO em que o diretor nos descreve as acomodações do Convento de São Francisco sua propriedade e conveniência com o estabelecimento do curso jurídico de são Paulo, 1827. [São Paulo]: [s.n.], 1827. (AN, CX 496, IE 3).

RELAÇÃO e índice alfabético dos estudantes, matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1819 para 1820; suas naturalidades, filiações e moradas. (AN, CAIXA 496, IE 3).

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (AGCRJ/ RJ):

BRASIL. **Novo Estatuto do Seminário de São Joaquim, 1831.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1831.

BIBLIOTECA NACIONAL (BN/ RJ):

BRASIL, **9 Relatórios sobre Instrução Pública.** [Rio de Janeiro]: [s.n.], [18--].

BRASIL. **Alvará pelo qual Vossa Alteza Real há por bem determinar, que nas Igrejas das Ordens do Brazil, e domínios ultramarinos, que daqui em diante se proverem, se imponha huma módica pensão para a Fabrica da sua Real Capella.** Registrado na Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil no Livro I de Leis, Alvarás e Cartas Régias a Fol. 50 X. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1808.

BRASIL. **Informação sobre os estabelecimentos de ensino da Mesa do Desembargo do Paço.** (Anexo do Documento 3: Relação das aulas, escolas de professores públicos pagos pelo Tesouro Nacional e bem dos estabelecimentos que estão sob a inspeção da diretoria dos estudos desta corte). [Rio de Janeiro]: [s.n.], [182-]

CARTA à sua alteza real sobre a instauração de uma universidade no Brasil. Rio de Janeiro, [1815?].

DANTAS PEREIRA, J. MA. **Cartas de José Maria Dantas Pereira dirigidas a Manoel José Maria da Costa e Sá referindo-se a assuntos relacionados com a Real Academia de Lisboa.** Lisboa, 21 de julho de 1825-30 de novembro de 1830. Lisboa: [s.n.], [1825-30]

DE SIMONI, L. V. **Da necessidade da eloquência. Seção do Cavalheiro Vicente Monti, pronunciada em 29 de novembro de 1803, na ocasião da abertura do curso de eloquência, da Universidade de Pávia. Versão de Luis Vicente de Simoni.** [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1803.

GAMA, M. do S. L. **Documentos Biográficos 1818 - 1819.** [s.l.]: [s.n.]: [1818?]

JOÃO, PRINCIPE REGENTE. **Ordens expedidas para o Brasil [...].** [Rio de Janeiro]: [s.n.], [180-].

PORTUGAL. **Discurso mandado por sua majestade em resposta ao que lhe dirigiu o presidente das cortes na sessão de 4 de julho de 1821.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1821.

PORTUGAL. **Informação sobre os estabelecimentos de ensino da Mesa do Desembargo do Paço.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1821.

PROJETO para organização de uma universidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 1823.

SAMPAIO, F. **Sermão de ação de graças pela prosperidade do Brasil, pregado a 4 de março de 1822 na Capela Real por Frei Francisco de Sampaio.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1822.

SANT'ANNA, J.J. **Sermão de cinza, Frei Joaquim José de Sant'Anna- recitado em 1778, na capela da Universidade de Coimbra.** Coimbra: [s.n.], 1778.

SÃO CARLOS, F. Et. Al. **Oração fúnebre recitada na Igreja da Cruz do Rio de Janeiro, nas exéquias de D. Maria I.** Rio de Janeiro: [s.n.], [182-].

_____. **Oração de graças pelo nascimento de d. Maria da Glória, princesa da Beira, recitada por Frei Francisco de São Carlos.** Rio de Janeiro: [s.n.], [182-].

_____. **Oração de ação de graças, recitadas no dia 7 de março de 1800, na capela real, dia aniversário da feliz chegada de sua alteza real a esta cidade, pelo Padre Mestre Frei Francisco de São Carlos.** Rio de Janeiro: [s.n.], [182-].

SEIXAS, R. **Oração Fúnebre de D. Maria Leopoldina, arquiduquesa d'Austria e princesa do Brasil, recitado pelo arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antonio de Seixas, na igreja da Santa casa de misericórdia do Rio de Janeiro, em 6 de março de 1821.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1821.

VAHIA, J. J.. **Atestado de freqüência de José Soares Carneiro no curso de retórica. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1818.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1818.

DICIONÁRIOS:

BLAKE, A. V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

GUIMARÃES, A. **Diccionario bio bibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional.** Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1938.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

LAROUSSE. **Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa.** São Paulo, Scala, 2005.

MACEDO, J.M. **Anno Biographico.** Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia do Imperial Instituto Artístico, 1876. 3º. Vol.

SILVA, I.F.da. **Dicionário bibliográfico português.** Estudos de Inocêncio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SOBRINHO, J.F.F. **Dicionário bio-bibliográfico brasileiro.** Rio de Janeiro: Irmãos Ponceti, 1937

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Império.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

INTERNET:

OLIVEIRA, E. M. da R. **A Arte Poética de Horácio por Pedro José da Fonseca.** In: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/fonseca.pdf>, acessado em 08/11/2008.

BIBLIOGRAFIA GERAL:

ARAÚJO, J. de S. **Perfil do leitor colonial.** Bahia: UESC, 1999.

BANDECCHI, B. **Ledo: Pensamento e Ação nas lutas da Independência.** São Paulo: Parma, 1983.

BRANDÃO, R.O. Os manuais de retórica brasileiro do século XIX. In: PERRONE-MOISÉS, L. (dir. e org.) **O Ateneu: retórica e paixão, comemoração do centenário de O Ateneu (1888-1988).** São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 43-58.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira.** São Paulo: Martins, 1969.

_____. **Literatura e Sociedade.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CARRATO, J. F. **O iluminismo em Portugal e as reformas pombalinas do ensino.** São Paulo: Seção Gráfica da USP, 1980.

CARVALHO, J. M. de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi.** Rio de Janeiro: Letras, 2000, número.1, vol.1.

CARVALHO, L.R. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: EDUSP, 1978.

CARVALHO, R. **Estudos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

CASSIRER, E. **Filosofía de la ilustración.** México: Fondo de cultura económica, 1975.

CAVALCANTI, N. **O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte.** Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

COUTINHO, A. **Introdução à literatura no Brasil.** Rio de Janeiro: GB, 1975.

FRANÇA, J. M. C. **Literatura e Sociedade no Rio de Janeiro oitocentista.** Lisboa: Casa da Moeda, 1999.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas.** O “Ratio Studiorum”. Rio de Janeiro: Agir, 1951.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos: decadência e patriarcado rural e desenvolvimento urbano.** São Paulo: Global, 2003.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**. São Paulo: Quatro, 1985.

HOLANDA, S. B. **Capítulos de Literatura Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LOPES, Fr. R. **Monte Alverne**: Pregador Imperial. Roteiro para um estudo. Rio de Janeiro: Vozes, 1958.

LUSTOSA, I. **Insultos impressos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYRA, M. de L. V. **A utopia do poderoso Império**: Portugal e Brasil, bastidores da política, 1879 – 1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARCÍLIO, M. L. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/ Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira (1794 – 1855)**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**. São Paulo: Nacional, 1940.

MORAIS, R. B. de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORSE, R. **O espelho de Próspero**: cultura e idéias nas Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NAXARA, M. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Anablume, 1998.

NEVES, L. M. B. das. **Corcundas constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro. Revan: FAPERJ, 2003.

NEVES, L. M. B. P. Intelectuais brasileiros nos oitocentos: A construção de uma "Família" sob a proteção do poder imperial (1821-1838). In: PRADO, Maria Emília. (org.). **O Estado como vocação**: Idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Access, 1999.

OLIVEIRA, C. de. **André da Silva Gomes (1752-1844)**. O mestre de Capela da Sé de São Paulo. São Paulo: Empresa Gráfica Tietê, 1954.

RENAULT, D. **O Rio antigo nos anúncios de jornais**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

RIZZINI, C. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**: com um breve estudo sobre a informação. São Paulo: Imesp, 1988.

SCHAPOCHINIK, Nelson. **Letras de Fundação**: Varnhagen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992.

SILVA, M. B. N. da. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. _____. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 1995. _____. **Silvestre Pinheiro Ferreira**: Ideologia e Teoria. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1975. _____. **Vida**

privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Estampa, 1993.

SODRÉ, N. X. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, R. A. de. **O Império da Eloquência:** Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ/ EdUFF, 1999.

SÜSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui.** O narrador, a viagem. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

TAUNAY, A. de E. **História colonial da cidade de São Paulo no século XIX.** São Paulo: Arquivo Histórico, 1956, vol.III/ 1801-1822.

VERISSIMO, J. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

ZILBERMAN, R. LAJOLO, M. **A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

TESES E DISSERTAÇÕES:

BRANDÃO, R. de O. **Estudos sobre os manuais de retórica e poética brasileiros do século XIX.** (Doutorado em Letras) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972.

CARDOSO, T. M. R. F. L. **As luzes da educação:** fundamentos, raízes históricas e prática nas aulas régias do Rio de Janeiro. 1759-1834. (Doutorado em História) Instituto de História e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1998.

DURAN, M. R. da C. D. **Frei Francisco do Monte Alverne e a sermonística no Rio de Janeiro de D. João VI.** (Mestrado em História) Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Franca, 2005. (No prelo pela Editora Unesp).